

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

Reabilitação da Casa dos Arcos em Marco de Canaveses: História de uma transformação

Bruno Daniel Pinto Monteiro

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Ano lectivo 2017/2018

Orientador: Prof. Doutor Manuel Graça Dias

Nota prévia:

A presente Dissertação não foi escrita ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

As imagens apresentadas ao longo desta Dissertação foram dimensionadas, tratadas e cortadas pelo autor.

As citações apresentadas foram traduzidas pelo autor por razões de continuidade textual.

Agradecimentos:

Aos meus pais, pela oportunidade e por tudo o resto.

À Méliça pelo apoio constante.

Ao Pedro, pela camaradagem.

Ao Professor Doutor Manuel Graça Dias pela sua preciosa orientação.

A todos os antigos moradores, proprietários e vizinhos da Casa dos Arcos pela disponibilidade com que me receberam e pela informação transmitida.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste capítulo.

Índice

Volume 1

| | |
|--|-----|
| Resumo | 9 |
| Abstract | 11 |
| Introdução | 13 |
| 1. Enquadramento | |
| 1.1 O lugar | 19 |
| 1.2 O sítio | 23 |
| 1.3 A casa | 29 |
| 1.3.1 O exterior | 29 |
| 1.3.2 O interior | 45 |
| 1.3.3 A cobertura | 55 |
| 1.4 A história da casa | 59 |
| 1.4.1 O desvendar das origens | 59 |
| 1.4.2 A evolução | 63 |
| 1.5 O programa: pousada de juventude | 70 |
| 1.5.1 A História do programa | 73 |
| 1.5.2 O programa original | 77 |
| 1.5.3 As pousadas de juventude no presente | 79 |
| 1.5.4 O caso português | 85 |
| 1.5.5. A viabilidade do projecto | 89 |
| 2. Património | |
| 2.1 Intervir no património construído | 97 |
| 2.1.1 Património. Monumento. Monumento histórico | 97 |
| 2.1.2 A preservação do património edificado ao longo da história | 101 |
| 2.1.3 A tese de Viollet-le-Duc | 107 |
| 2.1.4 A antítese de Ruskin | 111 |
| 2.1.5 As sínteses de Camillo Boito e Alois Riegl | 114 |
| 2.1.6 As conferências internacionais | 118 |

| | |
|---|-----|
| 2.2 A complexidade da questão | 122 |
| 2.3 O exemplo de Fernando Távora | 129 |
| 3. Exercício Prático | |
| 3.1 O novo programa | 138 |
| 3.2 Os princípios da intervenção | 141 |
| 3.3 O processo de trabalho | 143 |
| 3.3.1 Fase I: A primeira abordagem | 145 |
| 3.3.2 Fase II: O novo esquema de distribuição | 149 |
| 3.3.3 Fase III: A hipótese mais interventiva | 153 |
| 3.3.4 Fase IV: O problema do espaço de refeição | 157 |
| 3.4 A proposta final | 161 |
| 3.4.1 A casa | 161 |
| 3.4.2 O sistema construtivo | 171 |
| 3.4.3 Os novos volumes | 173 |
| 3.4.4 As caixilharias | 176 |
| 3.4.5 O espaço exterior | 179 |
| Considerações finais | 184 |
| Referências Bibliográficas | 188 |
| Índice de imagens | 192 |

Volume 2 - Desenhos Rigorosos

Estado actual

Folha 1 - Planta de implantação

Folha 2 - Planta piso 0

Folha 3 - Planta piso 1

Folha 4 - Cortes A e B

Folha 5 - Cortes C e D

Folha 6 - Cortes E e F

Folha 7 - Cortes G e H

Folha 8 - Cortes I e J

Proposta final

Folha 9 - Planta de implantação

Folha 10 - Planta piso 0

Folha 11 - Planta piso 1

Folha 12 - Cortes A e B

Folha 13 - Cortes C e D

Folha 14 - Cortes E e F

Folha 15 - Cortes G e H

Folha 16 - Cortes I e J

Folha 17 - Cortes K, L e M

Folha 18 - Corte construtivo (casa)

Folha 19 - Corte construtivo (refeitório)

Folha 20 - Plantas de amarelos e vermelhos

Resumo

A presente Dissertação de Mestrado debruça-se sobre a temática da preservação do património edificado através de um caso prático: a elaboração do projecto de reabilitação de uma casa solarenga do século XVII (data especulativa) que actualmente se encontra abandonada: a Casa dos Arcos, em Marco de Canaveses. Uma vez que a casa foi adquirida pelo Município há cerca de uma década, a proposta de intervenção não é compatível com o programa original do edifício (habitação) adicionando ao trabalho a complexidade de adaptar a casa para um novo programa, desejado pelo Município, e compatível com a realidade actual da casa: uma pousada de juventude.

Para se conseguir elaborar este projecto, parte-se de uma investigação sobre o objecto de estudo, começando pela sua contextualização territorial, passando pela análise formal e histórica da casa e culminando no estudo do novo programa. Paralelamente ocorre também uma investigação teórica sobre a temática da preservação do património ao longo do tempo, fundamental para a elaboração do projecto de reabilitação.

Com este exercício prático, pretende-se aplicar a um caso real os resultados obtidos através da investigação teórica, reflectindo sobre as questões particulares inerentes a uma intervenção deste tipo, onde se tem de adaptar um edifício histórico a um programa contemporâneo e a novas exigências de conforto ao mesmo tempo que se preserva e valoriza as suas características identitárias.

Palavras-chave:

Reabilitação; Património; Projecto; Intervenção; Pousada de Juventude;

Abstract

This Master's Degree Dissertation explores the subject of preservation of architectural heritage through a practical case: the conception of a rehabilitation project for a house of the XVII century (speculative date) that is currently abandoned: Casa dos Arcos in Marco de Canaveses. Since the house has been purchased by the City about a decade ago, the proposed intervention can't maintain the original program of the building (habitation) adding the complexity of adapting it to a new program, adjusted to the current reality and desired by the city administration: a youth hostel.

In order to be able to elaborate this project, we start with the investigation the object of study, beginning with its territorial contextualization to the analysis of its form and history and culminating in the study of the new proposed program. At the same time occurs a theoretical investigation about the preservation of architectural heritage throughout time, fundamental to the elaboration of a rehabilitation project.

This practical exercise intends to apply to a real case the results gathered through the theoretical investigation, reflecting on the particular questions inherent to a project like this, where it's necessary to adapt an historical building to a contemporary program and new comfort requirements and where it's also necessary to preserve and value its characteristics and identity.

Key-words:

Rehabilitation; Património; Project; Intervention; Youth Hostel

Introdução

Sobre a temática do património arquitectónico já muito se escreveu e debateu, as abordagens existentes em relação a este tema são várias e diversas, desde aquelas que defendem a preservação integral das obras, deixando-as como memórias daquilo que foram outrora, até às que defendem intervenções mais radicais. Ainda assim, o destino a dar ao património arquitectónico e a atitude que se deva tomar quando se intervém sobre este continuam a ser questões deveras actuais no panorama da arquitectura.

Com esta Dissertação pretende estudar esta temática, fazendo não só uma abordagem teórica recorrendo aos principais autores que com ela se relacionaram, mas também procurando fazer uma aproximação à realidade através da elaboração de um projecto de reabilitação para um edifício de carácter patrimonial actualmente abandonado. Com este exercício desejam-se entender as problemáticas com as quais um arquitecto é confrontado quando intervém num objecto que, apesar de possuir valor patrimonial, se encontra esquecido. Acredita-se que com este trabalho será possível, por um lado, pôr em prática as competências adquiridas ao longo do curso e, por outro lado, abordar uma temática de projecto que ao longo desta aprendizagem não foi alvo de grande incidência e que se tem revelado cada vez mais importante.

Objecto

O edifício para o qual se desenvolverá o referido projecto de reabilitação é a Casa dos Arcos em Marco de Canaveses, um solar brasonado que autores locais especulam ser do século XVII, classificado como Imóvel de Interesse Público em 1977 e que se encontra abandonado há mais de uma década. A obra, que já na altura se encontrava em mau estado de preservação, foi adquirida pela Câmara Municipal de Marco de Canaveses em 2008 mas, apesar disso, nunca nenhuma proposta de reabilitação avançou para além da intenção, sem que nada indique que alguma intervenção se venha a realizar num futuro próximo. Assim sendo, o que se verifica é que a degradação do edifício se tem vindo a alastrar cada vez mais com o passar dos anos. Actualmente, mais de metade do interior da casa já ruiu e, se nada for feito, o restante do edifício terá rapidamente o mesmo destino, até que apenas restem ruínas e memórias daquela que outrora havia sido uma das casas mais belas da região.

A proposta de intervenção não será de programa habitacional, apesar de esta ter sido desde sempre a função do edifício, uma vez que tal seria desprovido de sentido dado que a obra passou para o domínio público. Assim, para que, como aliás se crê necessário, este trabalho tenha por base premissas reais, a proposta terá em consideração vontades já expressas anteriormente pela Câmara Municipal. Como já se referiu, o município nunca avançou com nenhum projecto de reabilitação para a casa, no entanto foram apontados, na altura em que a obra foi adquirida, dois possíveis novos usos para o edifício: um museu etnológico ou uma pousada da juventude.

Optou-se por escolher o segundo porque se acredita ser um programa mais vantajoso para o município pois permite uma ocupação mais contínua da obra ao longo do ano. Por outro lado esta escolha também se revela mais interessante do ponto de vista da aprendizagem, uma vez que se trata de um programa que nunca foi abordado ao longo do curso. Para além da casa, o projecto conta ainda com os antigos terrenos de cultivo associados ao edifício, cuja área ronda os 10 000 m².

Metodologia

Esta Dissertação organiza-se em três capítulos que, apesar de distintos, uma vez que se debruçam sobre temas específicos, devem ser entendidos como processos paralelos e complementares dentro do exercício proposto.

No primeiro faz-se a apresentação e contextualização do objecto de estudo, onde se inclui a uma breve análise da localidade onde a casa se encontra. No que diz respeito ao estudo da casa em si, para além da apresentação do levantamento desenhado e fotográfico, também se procura restituir a história do edifício, perdida para o tempo, de modo a perceber a sua origem e a forma como se foi desenvolvendo ao longo dos séculos. Para este propósito, tentou recolher-se toda a informação possível, não só através da análise da obra, realizada ao longo das inúmeras visitas, mas também através de pesquisa bibliográfica, testemunhos recolhidos entre a população, onde se incluem os antigos moradores e proprietários e ainda a consulta dos registos paroquiais.

Ainda neste capítulo, a Dissertação aborda brevemente a temática das pousadas de juventude para se entender melhor este programa pouco abordado. Faz-se uma apresentação da história do programa, a forma como se desenvolveu ao longo do tempo e ainda o modo como este funciona actualmente, tanto a nível internacional como nacional, dando maior foco ao último caso. Nesta parte do trabalho também se avalia a viabilidade da construção de uma pousada de juventude em Marco de Canaveses através de uma breve análise do turismo existente neste concelho. Por fim utiliza-se a informação recolhida ao longo desta pesquisa para elaborar o programa da intervenção, adaptando os princípios estudados à realidade da casa.

Seguidamente, uma vez que uma intervenção sobre património edificado é indissociável de um amplo conhecimento teórico, no segundo capítulo, apresenta-se uma resenha teórica onde se abordam as questões do património edificado e a forma como a temática da sua preservação se desenvolveu ao longo do tempo, abordando as diferentes teorias e os principais autores de modo a criar uma base de conhecimento capaz de fundamentar as opções que viriam a ser tomadas durante o exercício prático. Neste capítulo aborda-se ainda a forma complexa como este tema pode ser abordado, fazendo-se uma referência à forma como Fernando Távora dava resposta a esta questão.

O último capítulo consiste no culminar de todo o processo de investigação, onde se aplicam os conhecimentos adquiridos através do exercício prático: o projecto

de reabilitação da Casa dos Arcos. Inicia-se este capítulo elaborando os princípios definidores da intervenção para seguidamente se justificarem as opções tomadas através de uma sucinta descrição do processo de trabalho, de modo a que se possa entender como se chegou ao resultado final. Por fim o capítulo termina com a apresentação da proposta final, onde se procurou conciliar o passado da casa com as necessidades impostas pelo presente.

I

Enquadramento

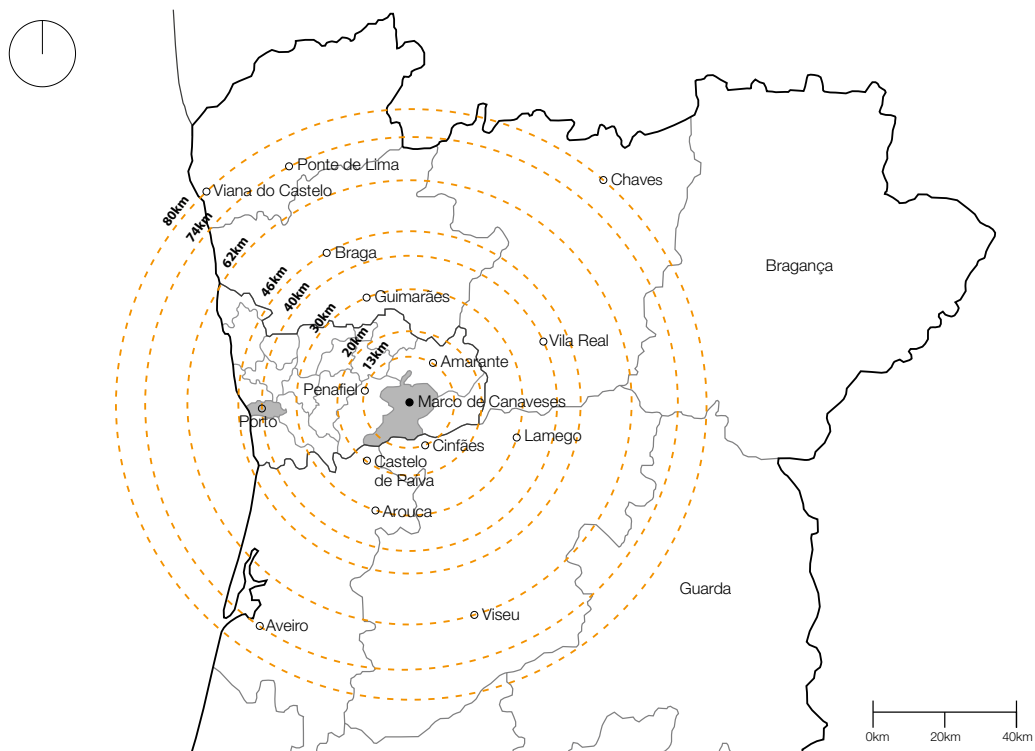
O lugar

O sítio

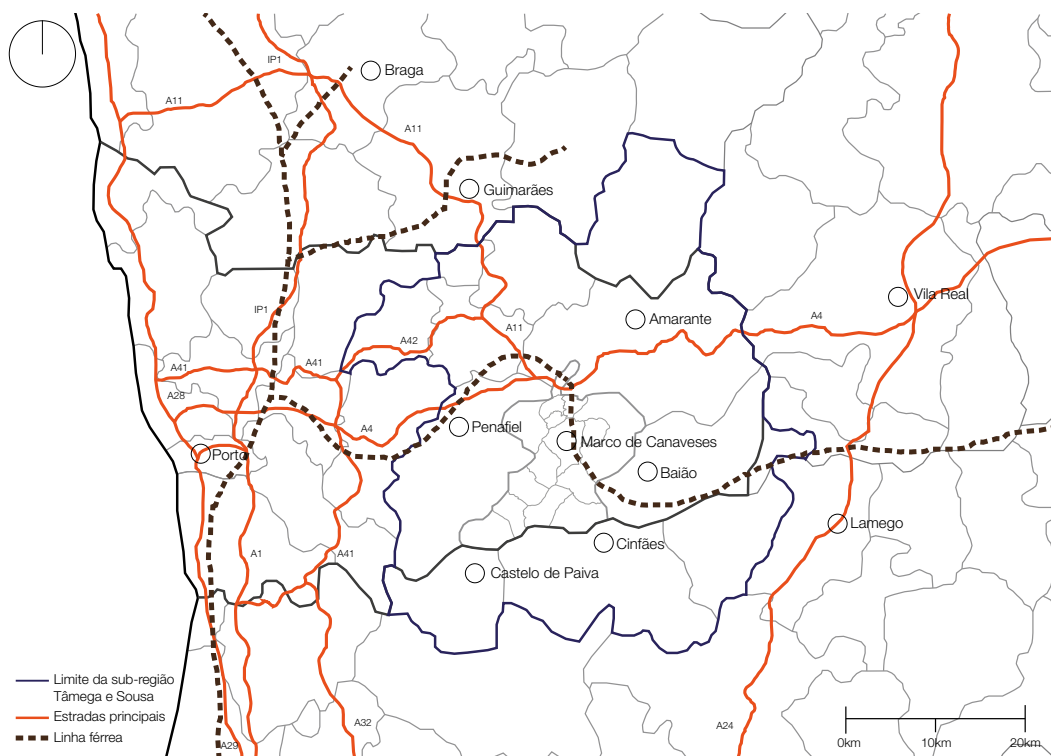
A casa

A história da casa

O programa



01 - Localização de Marco de Canaveses e a sua relação de proximidade territorial com outras cidades



02 - Marco de Canaveses dentro da sub-região do Tâmega e Sousa e a sua relação com as redes viária e ferroviária

1.1 O lugar

“[...] podemos dizer que lugar é mais amplo que sítio, na medida em que este adiciona ao outro o conceito claro de ‘que é a propósito de alguma coisa’. Como esse direito das coisas em seu sítio próprio. O conceito de lugar adiciona ao de sítio – como a localização na qual sucede algo – a referência a um contexto mais amplo, que o enquadra.” (IVAS, 1992: 35)¹

O lugar onde se encontra o objecto de estudo desta Dissertação é Marco de Canaveses, concelho que pertence ao distrito do Porto e que dista cerca de 40 quilómetros da sua capital. Criado em 1852, por decreto da rainha D. Maria II, pela fusão de seis concelhos pré-existentes, pertence à sub-região estatística do Tâmega e Sousa, situada a este da Área Metropolitana do Porto e a oeste da sub-região do Douro. Dentro da sua sub-região é o único município que não faz fronteira com municípios que pertencem a outras sub-regiões. Dada a sua proximidade física com o Porto, aliada aos acessos de ligação rápidos entre as duas cidades, nomeadamente a A4 e a linha férrea, existe um fluxo de deslocações significativo entre as duas cidades, com uma parte considerável da população habitante do concelho a exercer a sua actividade profissional na capital de distrito.

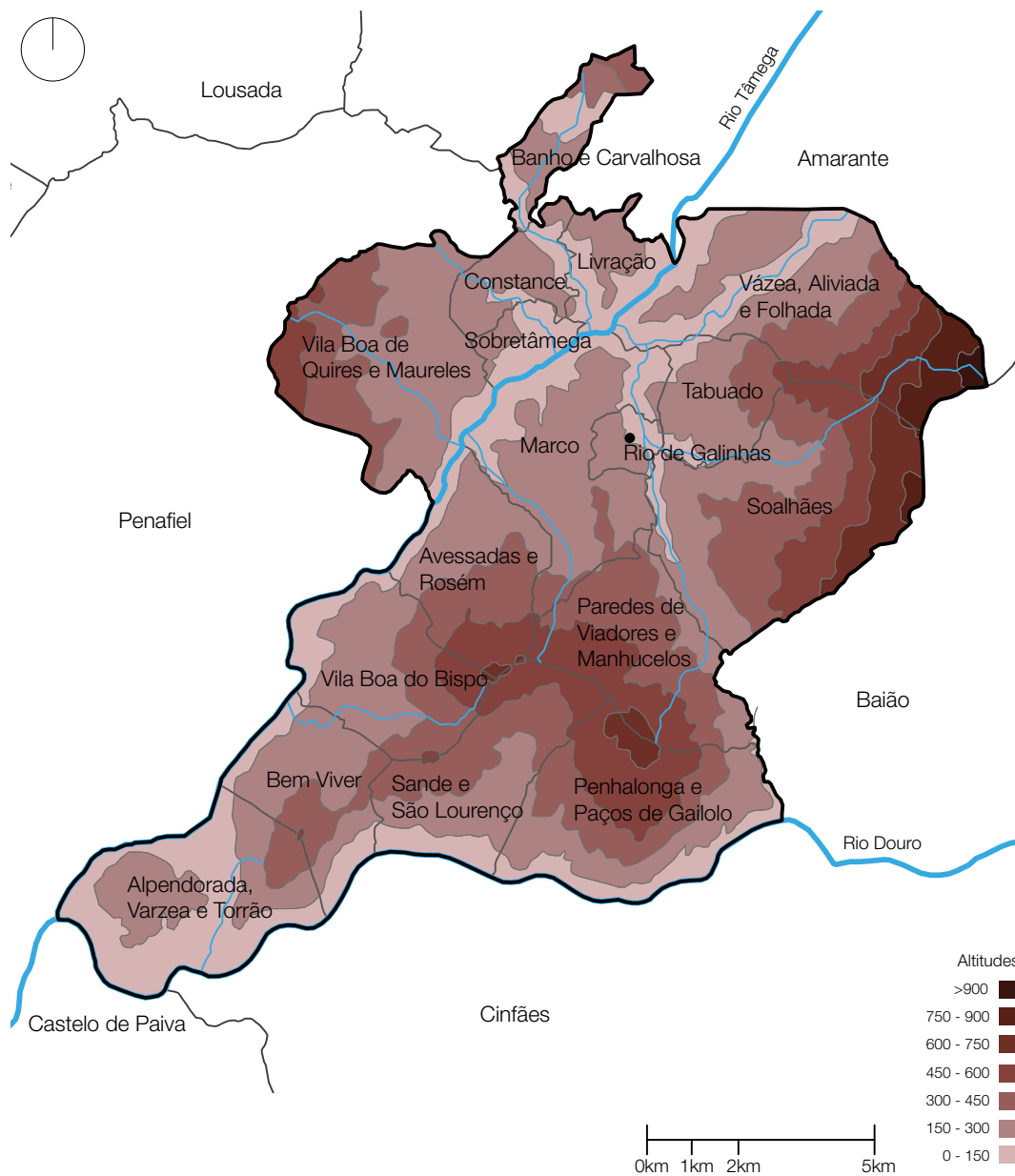
O concelho é banhado por dois dos mais importantes rios do Norte de Portugal, Douro e Tâmega. O primeiro, marcando o limite sul do concelho e o segundo, por outro lado, com uma parte do seu leito a atravessar o concelho e outra parte a marcar o seu limite oeste. Para além destes dois grandes cursos de água, existem ainda os diversos afluentes mais pequenos espalhados por todo o concelho. Marco de Canaveses também se caracteriza pelo seu relevo acidentado, com o ponto mais alto a cerca de 960 metros de altitude. No que diz respeito ao clima, é instável e marcado por extremos, com Invernos frios e rigorosos e Verões secos.

“Ocupando uma posição central numa área de transição entre províncias, Marco de Canaveses não é facilmente integrável em qualquer uma delas, se bem que, por ‘adopção’, seja comumente situado na Província do Douro Litoral.

Nem litoral nem interior, tem ressaibos minhotos no verdejar dos campos e montes, feições durienses nos seus vinhedos alcandorados nas encostas, ares transmontanos perpassando as agrestes extensões planálticas de fraguedos.

Ponto de encontro do norte com o centro, fachada atlântica com o interior continental, parece que este concelho, à semelhança da cidade que é o seu centro, esteve sempre destinado a servir de encruzilhada, de confluência e intersecção de vias, povos e desígnios.” (SILVA, 2000a: 04)

1 - Tradução do espanhol pelo autor



03 - Divisão administrativa do concelho de Marco de Canaveses (com a marcação da extinta freguesia de Rio de Galinhas, onde se localiza a Casa dos Arcos)

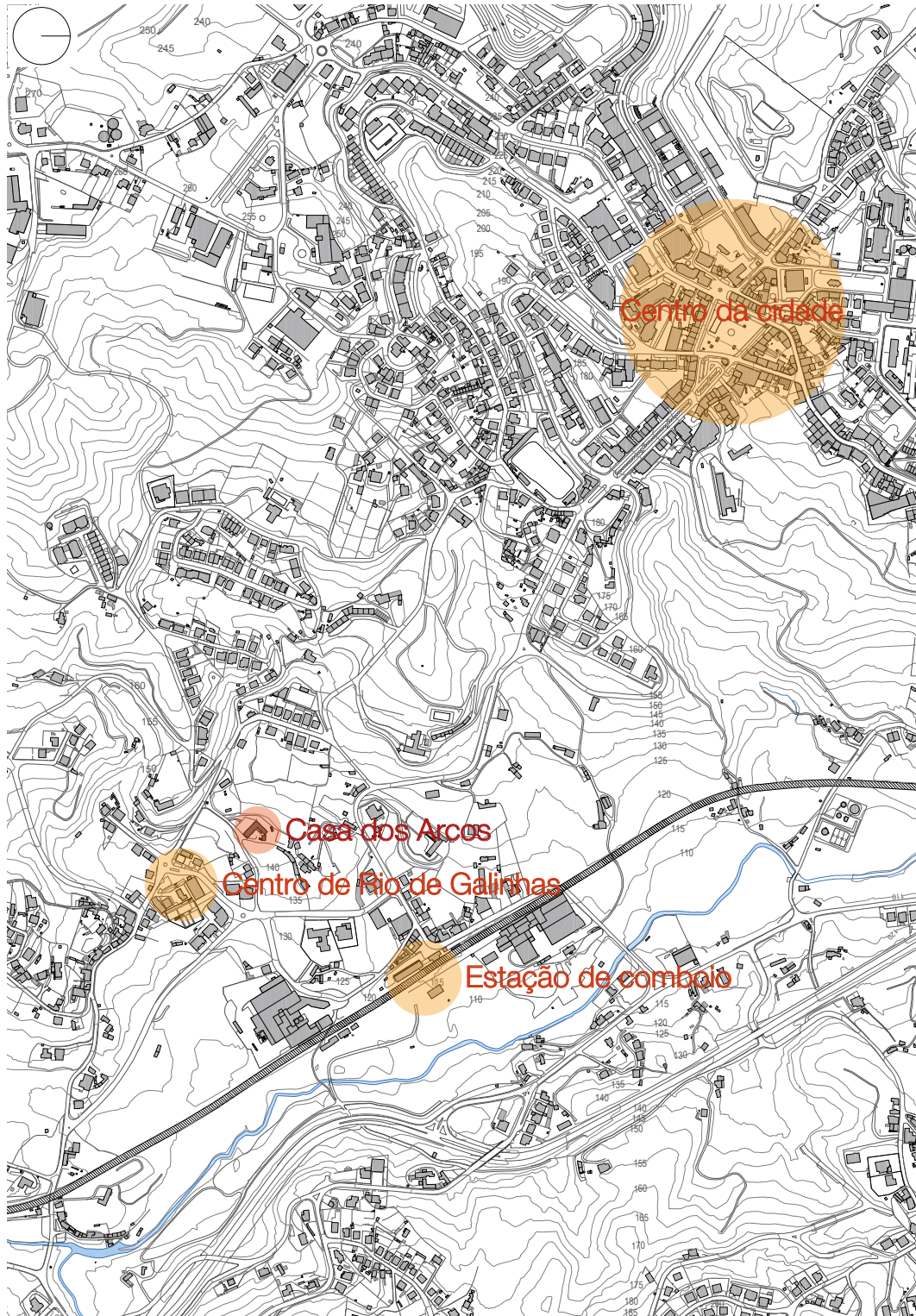
A principal actividade económica do concelho foi, até finais do século XX, a agricultura, data a partir da qual essa tendência começou a mudar. Hoje em dia, apesar de ainda subsistir, a grande presença agrícola do passado já não se verifica. A principal actividade económica do município passou para o sector dos serviços, com o sector industrial a ter também uma presença considerável. No entanto a herança do seu passado agrícola é visível por toda a paisagem marcoense, nas grandes áreas de cultivo abandonadas e nos pequenos campos destinados ao consumo próprio, estes, no entanto, cada vez mais raros.

“Não há paisagens para sempre. A paisagem é o registo de uma sociedade que muda e, se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá disso sinais, para além de pouco tempo e muito espaço para compreender ou diferir as marcas e formas como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços.

As marcas e as memórias do Portugal profundo vão-se decompondo com a desruralização e o seu rasto de efeitos colaterais: o despovoamento, o envelhecimento, o abandono da produção agrícola e dos campos, o desaparecimento de certos estilos de vida, saberes e práticas culturais [...]” (DOMINGUES, 2011: 23)

Tal como a paisagem pode levar a crer, Marco de Canaveses trata-se de um território em transição, uma área que já não é rural, mas que não chega a ser urbana. Tal como a sua localização intermédia entre o urbano da Área Metropolitana do Porto e a ruralidade da região Douro, Marco de Canaveses existe nesta dualidade relativa a uma área de transição, não pertencendo a nenhum e aliando aspectos de ambos para ser algo de diferente.

“Os conceitos hierarquizados de centro/periferia, urbano/rural ou cidade/campo tornaram-se então insuficientes para, sozinhos, permitirem a compreensão do funcionamento urbano. Na representação da paisagem fica a imagem de ‘faca sem lâmina a que se lhe tiraram o cabo’, perde-se a noção dicotómica da anatomia do território – lâmina pode ser usada como pega e o cabo também serve para cortar.” (MARTINS, 2012: 102)



04 - Relação de proximidade entre a Casa dos Arcos e pontos importantes dentro do contexto territorial. (Escala 1:10000)

1.2 O sítio

“Começo o projecto quando visito um sítio [...]. Outras vezes começo antes, a partir da ideia que tenho de um sítio [...]. Um sítio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser - coisas talvez opostas, mas nunca sem relação.” (SIZA, 1983: 27)

Marco de Canaveses divide-se, desde a reforma administrativa de 2013, em dezasseis freguesias. O objecto de estudo desta Dissertação localiza-se no centro do concelho, freguesia do Marco, a principal do mesmo. No entanto, esta foi apenas criada aquando a referida reforma administrativa, quando as cinco freguesias pelas quais a cidade de Marco de Canaveses se espalhava se fundiram numa nova. Uma destas freguesias era a de Rio de Galinhas e é nesta povoação que a Casa dos Arcos se encontra.

“Em a Provincia de entre Douro e Minho, no Bispado do Porto, comarca de Guimaraens, e termo do Concelho de Thuias, se acha a situada freguezia de Rio de Galinhas, terra de bom temperamento, alegre, amena, salutífera, que tanto tem em si de piquena, que em si he especial, entre as suas convezinhanças, assim na delícea das agoas como no recreio das fructas, e vastidão de todos os mais mantimentos de que he fertilíssima.

[...] Compoense este freguezia de hum so lugar não porque o Povo esteja junto, mas porque na pequinez da circunferencia assim o representa acostandos huns aos outros [...]” (MOTTA, 1758: 725)

Localizada num vale e atravessada por um estreito rio que possui o mesmo nome, a extinta freguesia de São Miguel de Rio de Galinhas existe hoje como um “subúrbio” da cidade de Marco de Canaveses, o centro da pequena povoação a distar pouco mais de um quilómetro do centro do concelho. Com solo de natureza granítica, a paisagem reflecte a sua origem rural, caracterizando-se pelos seus pequenos, e relativamente dispersos, núcleos de habitação, maioritariamente uni-familiar, aliados às vastas áreas verdes que ocupam a maior parte do território e variam entre antigas quintas abandonadas (separadas das ruas/caminhos pelos seus muros de granito), campos de cultivo que pertencem a habitações uni-familiares e áreas verdes em estado “natural”. Das grandes propriedades agrícolas de outrora apenas restam duas quintas onde ainda se cultiva, estas, respectivamente associadas às casas das famílias historicamente mais importantes da freguesia, a de Sarnado e a do Souto. “Das vastas searas e milheirais resta apenas a recordação na memória dos mais velhos. Pequenas leiras cerealíferas, pomares e trechos de horta – vestígios de uma agricultura uni-familiar de subsistência – vão começando já também a rarear.” (SILVA, 2000b: 104). Existem ainda, dispersos pelo território, uma quantidade de pequenos ribeiros que afluem no referido rio homónimo à freguesia.



05



06



07



08



09



10



11



12

05. 06 - O Rio de Galinhas (homónimo da freguesia)

07. 08 - Estação de comboio de Marco de Canaveses

09. 10 - As fábricas de moagem de Rio de Galinhas (a primeira ainda em funcionamento, a segunda havendo cessado actividade)

11 - O Largo da Igreja (a nova igreja paroquial/centro de dia)

12 - O Largo da Igreja (a igreja românica, habitualmente sem uso)

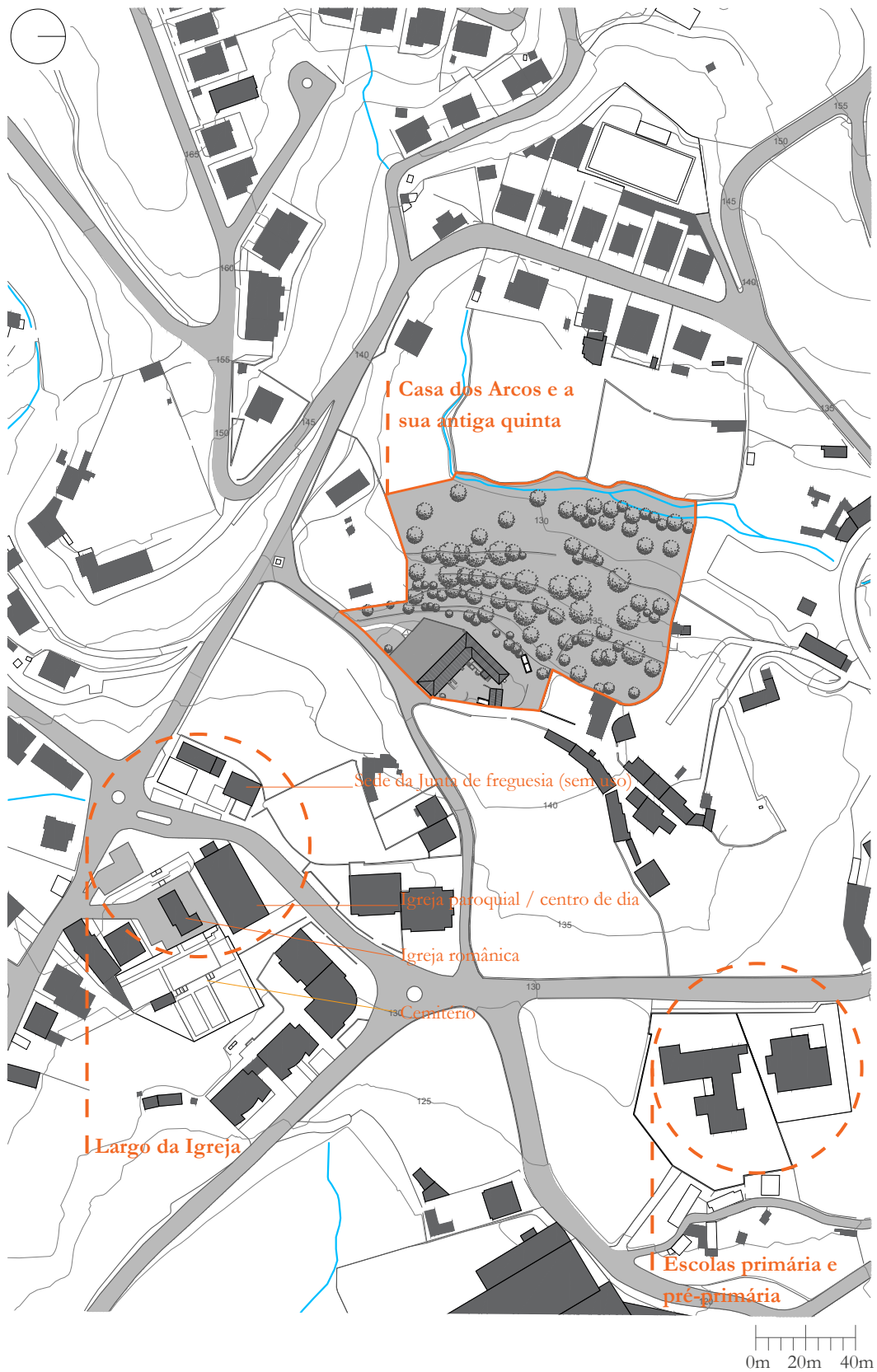
O principal ponto de Rio de Galinhas é, sem dúvida, a estação de comboio de Marco de Canaveses, a principal das três estações do concelho. A construção desta infra-estrutura no terceiro quarto do século XIX foi um ponto de viragem para a população e para a freguesia. Associados a ela vieram novos acessos viários que rasgaram o território e permitiram acesso rápido não só à cidade do Marco, como a outros pontos do concelho e a cidades vizinhas. Por outro lado, também permitiu a chegada da actividade industrial, nomeadamente, as duas fábricas de moagem de cereal construídas junto à estação e que, para além de marcarem fortemente a paisagem, viriam a empregar um elevado número de pessoas de dentro e fora da freguesia. De facto, o declínio da actividade agrícola que se verificou por todo o concelho, e ocorre ainda no presente, aparenta ter começado em Rio de Galinhas aquando a chegada do comboio ao concelho.

“Posto que pequena e, sob o ponto de vista agrícola, pouco produtiva, a não ser na sua parte funda, é no entanto industrialmente a primeira do concelho; o que se deve atribuir ao facto de, sendo cortada pela linha do Douro, lhe ficar quase ao centro a própria estação do Marco.” (AGUIAR, 1947, 266)

Chegando aos dias de hoje, a forte presença industrial, tal como a presença agrícola de outrora, entrou em declínio e já não possui o relevo que teve, com apenas uma das referidas fábricas ainda em actividade, apesar de reduzida. Actualmente a actividade económica da antiga freguesia é quase nula, acentuado assim o seu carácter de “subúrbio” e de “dormitório” da cidade.

No que diz respeito à qualidade, o espaço público é precário. Apesar da grande área verde dispersa pela freguesia não existe nenhum espaço verde qualificado para uso da população. Em termos de espaços de encontro/estar o único encontra-se no centro da antiga freguesia, o chamado Largo da Igreja. É possível que no passado a nomenclatura estivesse de acordo com o que se verificava no território, no entanto hoje dia, este espaço não é mais que uma rua de curta extensão arranjada de modo a ser mais convidativa ao uso pedonal. Trata-se do espaço público com maior arranjo na antiga freguesia e é nele que se realizam eventos locais, como a festa da paróquia. É também aqui que se encontram alguns dos principais edifícios necessários à vida em Rio em Galinhas: a Igreja Paroquial, o Cemitério, o Centro de dia/paroquial e o edifício da antiga Junta de Freguesia, este último sem uso após a reforma administrativa de 2013. A cerca de 500 metros do largo encontra-se a já referida estação de comboio e na rua que liga estes dois pontos, exactamente a meio do percurso, as escolas primária e pré-primária. Estes pontos, assim como alguns troços das ruas mais próximas, são dos poucos espaços dentro da localidade onde se pode verificar a existência de passeios pedonais.

A grande maioria das ruas são de origem rural e como tal dispõem-se de modo orgânico pelo território. A largura dos seus perfis varia, mas nunca de maneira que permita a passagem de mais do que dois automóveis em simultâneo. Salvo algumas excepções, a maioria tem o paralelo de granito como pavimento. Não existem



13 - Relação de proximidade entra a Casa dos Arcos e o centro da antiga freguesia

passeios, excepto nos casos já referidos e nas ruas mais próximas ao centro da cidade. Em contraste com as ruas de origem rural, as mais recentes, traçadas como grandes eixos viários de ligação entre a estação e o restante concelho, são asfaltadas e mais largas. Apesar de terem passeios em ambos os lados do seu perfil são de uso quase exclusivamente viário.

Dentro da extinta freguesia são vários os exemplos de casas senhoriais importantes; todas pertencem, desde a sua construção ou através de aquisições posteriores às duas grandes famílias da localidade, a família da Casa de Sarnado e a família da Casa do Souto. A maioria destas construções encontra-se abandonada ou já devoluta. As únicas excepções são as casas que foram construídas após a segunda metade século XIX ou aquelas que foram alvo de intervenções, que as deixaram completamente descaracterizadas, estas, no entanto, em número reduzido. A Casa dos Arcos é, de todas as casas da freguesia, aquela que possui maior interesse do ponto de vista arquitectónico e, curiosamente, aquela que se encontra mais próxima do modesto centro, com o qual mantém relação visual, ocupando uma posição destacada face a este, mostrando assim a sua importância dentro antiga freguesia.

“A Casa dos Arcos, a Casa da Boavista, a das Portas Fronhas, e a da Rueta, noutra ponto da mesma freguesia, evidenciam, na sua arte em ruínas, a estatura social dos seus antigos possuidores.” (MONTEIRO, 1998: 76)



14



15

14 - Rua dos Arcos

15 - Casa dos Arcos vista da rua homónima

1.3 A casa

“Sobressaindo, mercê da sua peculiar traça e antiguidade, entre todas as outras, a Casa dos Arcos teve já honras de classificação como ‘Imóvel de Interesse Público’, por parte do antigo I.P.P.C e no ano de 1977. A despeito dessa circunstância, a algo degradada estrutura não terá beneficiado, até ao presente, de quaisquer trabalhos de recuperação ou restauro.” (SILVA, 2000b: 68)

O primeiro contacto que houve com a casa foi através do jornal do concelho, em 2008, quando foi anunciando que a Câmara Municipal tinha adquirido a obra e se preparava para realizar uma intervenção que a tornaria no centro cultural de Marco de Canaveses. Uma faixa colocada na fachada principal, orientada para a rua, anunciava orgulhosamente esta intenção. Oito anos depois, aquando da primeira visita à obra no âmbito desta dissertação, a faixa já não se encontra no local. Existe apenas um pequeno placar informativo que oferece a quem passa uma breve descrição da obra e a sua classificação: “Imóvel de Interesse Público”.

1.3.1 O exterior

Vindo-se da cidade de Marco de Canaveses em direcção ao Largo da Igreja de Rio de Galinhas (o centro da antiga freguesia) já é possível vê-la ao longe, situada no ponto mais alto da pequena elevação conhecida como o lugar do Outeiro. Uns escassos 120 metros antes do largo, no entroncamento entre a rua principal e a rua que nos leva à obra, já é possível vê-la de perto. Marcada com um cruzeiro quando se encontra com a rua principal, a Rua dos Arcos é completamente distinta da anterior: é mais estreita, não tem passeios e em vez de asfalto é pavimentada com calçada de granito. A rua é maioritariamente usada por peões: pais que levam crianças para a escola primária e pessoas que se dirigem para a paragem de autocarro ou para a estação de comboio, todos usam este percurso para encurtar caminho. Os poucos automóveis que passam têm como destino as outras quatro casas que se encontram na rua. A casa é indiferente a todos os que passam, uma “ruína” que já faz parte do cenário, uma simples lembrança de outro tempo.

A propriedade encontra-se a cerca de 60 metros do referido cruzeiro. É completamente aberta, uma característica que vem do tempo em que os antigos proprietários eram também donos dos terrenos à volta, cerca de metade do Outeiro. A obra, de proporções medianas comparada com outras casas importantes do concelho, encontra-se a uma cota mais elevada que a da rua, a sua fachada principal voltada para uma grande eira construída com muros granito e pavimentada com lajetas do mesmo material, “assim demonstrando a [...] ancestral vocação agrícola [da casa]” (Silva, 2000b: 68). Originalmente, os limites da eira eram marcados com uma série de pedras baixas, como uma espécie de cerca. Algumas destas pedras ainda se encontram no lugar, as outras estão caídas na berma da rua.



16



17



18



19



20



21



22

16 - Corte esquemático representativo da relação entre a casa e a área agrícola adjacente (realizado durante o processo de levantamento)

17-21 - O antigo terreno agrícola

22 - O pequeno curso de água junto ao limite oeste do terreno

A noroeste da casa, encontra-se a parte da antiga propriedade que também pertence à Câmara Municipal. Este terreno, outrora cultivado pelos moradores, possui um grande número de árvores, na sua maioria de folha caduca, que crescem sem qualquer intervenção humana. Apenas uma pequena parte ainda é utilizada por moradores vizinhos para cultivo, não tendo o restante qualquer uso. Ainda assim, este é anualmente “limpo” por funcionários do Município, tornando-o acessível. O terreno encontra-se dividido em socalcos feitos com muros de granito, descendo progressivamente até à cota mais baixa, onde se encontra a porção mais ampla, existindo uma diferença considerável entre a cota desta e a cota a que a casa está implantada. Um curso de água de pequena dimensão e os muros e vedações dos terrenos vizinhos marcam o limite desta antiga área agrícola.

A casa é composta por dois volumes rectangulares que se juntam para formar um L: um, considerado o principal, orientado no sentido sudeste-noroeste; o outro, o secundário, orientado no sentido nordeste-sudoeste. A sua área bruta é de cerca de 340 metros quadrados. Mais tarde, provavelmente já no século XX, a composição viria a ser alterada com a adição de outros volumes: uma cozinha, duas cortes, e um arrumo agrícola que entretanto desabou. As paredes da casa são de dupla alvenaria de granito aparente e com espessuras que variam entre os 68 e os 80 centímetros. O aparelho de pedra é irregular e dá a entender que a casa terá sofrido alterações ao longo do tempo.

A fachada mais importante da casa encontra-se no volume principal, virada a sudoeste. É a mais trabalhada de todas e a razão pela qual a obra recebeu o nome de “Casa dos Arcos”. Com um desenho marcado pela simetria, esta fachada é composta por duas arcadas, uma em cada piso e com seis arcos cada, ladeadas por paredes onde se abrem três vãos quadrangulares: dois no piso superior, de ambos os lados da arcada, e um no piso térreo, no lado sudeste. Os vãos do piso superior são ainda adornados com mísulas, uma de cada lado. É também nesta fachada, junto ao vão sudeste do piso superior, que se encontra o brasão de armas da casa, também em granito.

“Trata-se de um escudo esquartelado de Almeidas; Azevedos (S. João de Rei); Vasconcelos e Matos (de Braga, S. João do Souto, segundo nos parece). Bem timbrado, de Almeidas, com uma águia de asas adossadas sobre um elmo.” (SANHUDO, 1992: 106)

Aparentemente este brasão foi colocado *a posteriori* na fachada, uma vez que aparenta ter sido desgastado num dos lados para poder fazer-se o encaixe no aparelho de pedra da parede. Ainda assim, o encaixe não é perfeito, estando o brasão rodeado de pedras de pequena dimensão que tapam a folga entre este e as restantes pedras do aparelho.



23



24



25

23 - Fachada principal da Casa dos Arcos

24 - Brasão de armas

25 - Pormenor do brasão de armas



26



27



28

- 26 - *Loggia* inferior (sentido sudeste-noroeste)
27 - *Loggia* inferior (sentido noroeste-sudeste)
28 - Pormenor da estrutura de pavimento da *loggia* superior



29



30

29 - Casa dos Arcos vista do Largo da Igreja
30 - Travessa dos Arcos

Os arcos do piso térreo são os mais simples do conjunto, de volta perfeita e sem adornos. Já os arcos do piso superior são abatidos e, juntamente com o parapeito onde assentam, são trabalhados e adornados com nervuras. Estes são também mais finos que os arcos do piso térreo, que possuem a mesma espessura das paredes de alvenaria. Esta diferença entre as duas arcadas está ligada à distinção de funções entre pisos, fazendo assim sentido que os arcos correspondentes ao piso nobre sejam trabalhados enquanto os do piso agrícola não o são.

Curiosamente, a *loggia*, não seria, segundo Carlos de Azevedo, um elemento comum na arquitectura portuguesa da época. Na sua obra de 1969 *Solares Portugueses: introdução ao estudo da Casa Nobre*, o autor diz que, relativamente à importação de elementos da arquitectura renascentista italiana para a arquitectura portuguesas, a “*loggia*, ou galeria, vai também ser adoptada numa versão mais simples, sem arcada, apenas com colunata sustentando a aba do telhado e dando origem às extensas varandas que caracterizam tantas casas portuguesas” (AZEVEDO, 1969: 40).

A fachada que sucede esta *loggia* dupla é mais simples e o seu aparelho de pedra é o mais irregular de entre as demais. No piso térreo é vazado por dois vãos, uma porta que permite aceder à adega a partir da eira e uma janela que abre para o arrumo que apoia a cozinha. Já no piso superior, possui quatro vãos: duas portas, uma em cada extremidade, e dois vãos de janela entre elas, um pequeno, à altura do pavimento da *loggia*, e que permite a entrada de alguma luz na cozinha, e outro, quadrangular, que abre para a sala principal, este último com apenas uma mísula no seu lado direito. A parede desta fachada tem a mesma altura que as restantes, criando assim um vazio entre o seu topo e a cobertura inclinada. Para que hajam condições de habitabilidade o vazio é fechado com recurso a tábuas de madeira dispostas verticalmente e pregadas à estrutura do telhado.

A segunda fachada mais nobre da casa é a sudeste. Ainda assim é simples no seu desenho, com apenas duas aberturas, ambas alinhadas verticalmente: uma porta para a adega, no piso térreo, e uma janela quadrangular, no piso superior. Tal como os vãos do piso superior que se encontram na fachada sudoeste, este também é ladeado por duas mísulas. Existe ainda, nesta fachada e na principal, uma cornija, de grande simplicidade, o que as torna ligeiramente mais altas que as restantes e realça a importância das mesmas.

A partir da eira, apenas é possível aceder à adega e às salas laterais à *loggia* inferior. A entrada para o piso nobre faz-se pelo pátio nas traseiras da casa, a uma cota mais alta. O acesso a este pátio faz-se por um caminho de terra chamado Travessa dos Arcos. Este percurso de declive relativamente acentuado é ladeado pelo muro de contenção que suporta o pátio da casa e por um terreno agrícola abandonado a uma cota ligeiramente superior. A travessa permite também aceder a duas casas vizinhas, sendo uma delas outra casa nobre, chamada Casa do Outeiro. Esta construção é posterior à Casa dos Arcos e era habitada pela família proprietária da outra metade do lugar do Outeiro.



31



32

31 - Pátio tardez da casa

32 - Fachada nordeste do volume principal (sentido noroeste-sudeste)

O pátio da casa é conformado a noroeste e a sudoeste pelos dois volumes da casa, pela travessa a este, e a norte por uma pequena construção já devoluta, também em alvenaria de granito. Uma vez neste local o estado de abandono da casa perde qualquer margem de dúvidas. Para além das ervas daninhas e arbustos que crescem de forma selvagem, é possível ver ainda que as duas fachadas que abrem para o pátio, a nordeste do volume principal e a sudeste do secundário, estão cobertas com vegetação selvagem até cerca de metade. No pátio encontram-se ainda as ruínas de um arrumo agrícola e a nova cozinha, construída em alvenaria de tijolo, adoçada ao volume secundário.

O alçado sudeste deste volume caracteriza-se pelo seu ritmo, com três vãos de porta e respectivos nembos, com dimensões semelhantes. Alinhadas, respectivamente, com cada um dos vãos, encontram-se as escadas de granito que permitem o acesso ao interior. Estas, de um carácter simples, são construídas com pedras irregulares, o que se verifica nas diversas medidas de espelhos e cobertores. Não foi possível descobrir se estes elementos serão originais ou adições realizadas no século XX.

Por sua vez o alçado Nordeste do volume principal possui maior variedade, com quatro vãos de porta e três de janela. Com excepção do vão de porta no extremo sudeste, ao qual não é possível aceder, todos os vãos deste tipo permitem acesso a divisões distintas da casa, sendo elas, enumerando no sentido sudeste-noroeste, a sala principal, a cozinha (original) e a sala secundária, denominada pelos antigos moradores como a “sala das batatas”. O vão no extremo sudeste, possivelmente perdeu a sua acessibilidade quando, na segunda metade do século XX, se fez uma escavação no terreno para se abrir um vão que permitisse a entrada de luz na adega. Apenas as duas portas a sudeste tem a soleira à mesma cota. Nesta fachada, destaca-se a porta no extremo noroeste, que se encontra a uma cota próxima à dos vãos da fachada sudeste do volume secundário, acedendo-se a esta através das escadas que se encontram entre a fachada e a cozinha nova. Dos dois vãos restantes, o primeiro (no sentido já referido) é o mais pequeno de todos e encontra-se aberto para a cozinha; o segundo, de dimensões semelhantes ao vão da adega, tem a sua padieira alinhada com a padieira da porta mais a noroeste, e tal como esta, abre para a referida “sala das batatas”.

A fachada nordeste do volume secundário encontra-se virada para o terreno vizinho e, talvez por esse motivo, não apresenta aberturas. Actualmente está completamente coberta de vegetação selvagem. No topo deste volume, encostado à fachada, existe uma pequena construção com cerca de um metro de largura por um metro de comprimento e altura de 1,30 metros, cuja função não foi possível esclarecer.

Por fim, a fachada noroeste do mesmo volume caracteriza-se, tal como a fachada oposta, pelo ritmo. Ao nível do piso térreo existem três vãos de porta, com dimensões variáveis entre si, cada um permitindo o acesso a divisões independentes. No entanto, na parede que divide a corte do meio com a outra maior, a sudoeste, é possível ver um vão que foi tapado posteriormente, mostrando que estes dois espaços estiveram ligados no passado. Já no piso superior existe um total de cinco vãos. Um



33



34

- 33 - Fachada noroeste (sentido nordeste-sudoeste)
- 34 - Fachada noroeste (sentido sudoeste-noroeste)

destes é uma pequena abertura para a sala secundária e os restantes quatro são vãos de sacada. Destes, os três primeiros (no sentido nordeste-sudoeste) possuem soleiras que avançam ligeiramente para além da parede, criando varandas de pequena dimensão e, os dois a nordeste encontram-se, sensivelmente, alinhados com os vãos da fachada oposta. O último dos vãos de sacada é mais simples que os anteriores e tem dimensões mais pequenas, não possui caixilharia, tendo apenas uma portada de madeira para controlar a entrada e saída de ar. Este último vão abre para uma das divisões laterais à *loggia* superior. Existe ainda nesta fachada, uma abertura de pequena dimensão, que supõem-se ter sido criada quando a divisão mais a nordeste foi convertida numa cozinha e, aparentemente, serviria para auxiliar a desenfumagem do espaço. Parte desta fachada também se encontra actualmente coberta com hera selvagem.

Através de fotos antigas, é possível verificar a existência de mais construções anexas situadas a nordeste da casa, muito provavelmente destinadas a auxiliar a actividade agrícola. Destas, apenas resta uma, próxima do volume secundário, no limite do socalco superior do terreno. Trata-se de uma pequena construção do século XX, visto ser construída em alvenaria de bloco de betão e sem grande interesse. À data da escrita desta Dissertação, apenas restam as paredes de alvenaria, sendo que as portas e os elementos que formavam o telhado de apenas uma água foram desaparecendo, progressivamente, durante o período em que se desenvolveu esta investigação.



35



36

35 - Escadas de acesso ao piso superior
36 - Cozinha em anexo



37



38

37 - Corte do pátio tardez, fachada sul
38 - Corte do pátio tardez, fachada norte



39



40

39 - Fachada nordeste do volume secundário e a segunda corte
40 - Corte construída no século XX



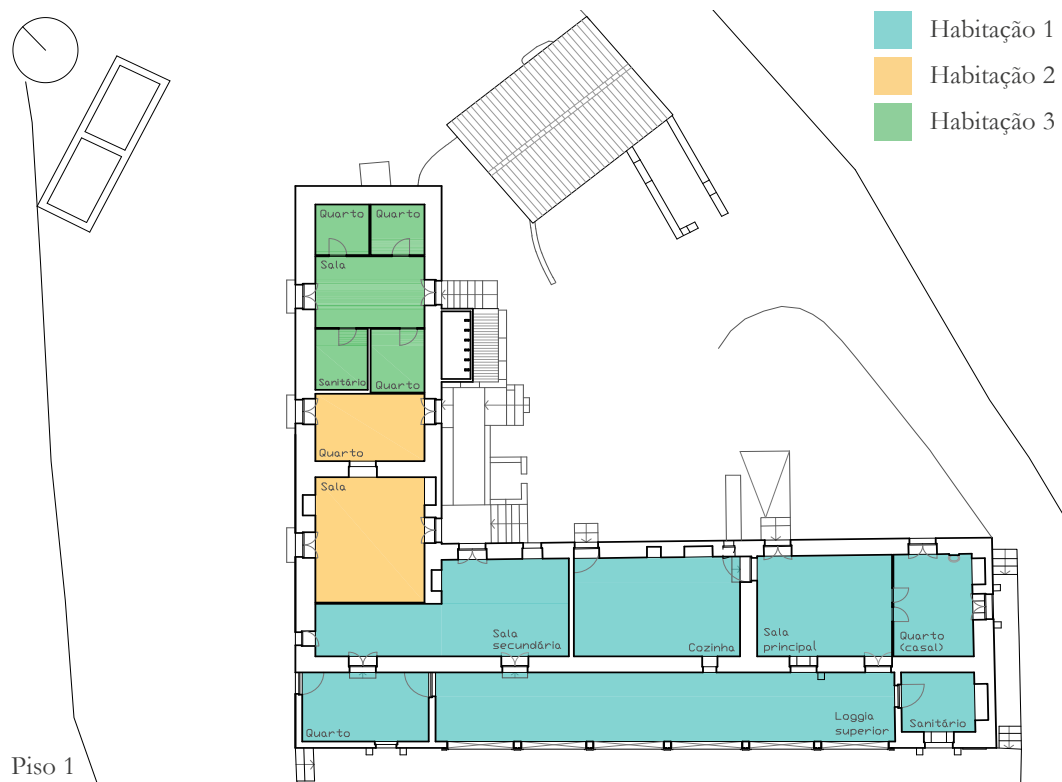
41



42

41 - Fachada noroeste vista do antigo terreno agrícola

42 - Casa dos Arcos e sua área agrícola em 1975



43 - Divisão da casa durante a segunda metade do século XX

1.3.2 O interior

“Da arquitectura popular os solares adoptaram, especialmente no caso dos mais antigos, a simplicidade da compartimentação (cozinha, sala, varanda, com escada de acesso, quando não se aproveitava a entrada em plano, por adossamento a um cômodo), a colocação no rés-do-chão das lojas destinadas ao armazenamento de vários artigos e, inicialmente à recolha do próprio gado, e, no andar nobre, das salas e quartos de dormir, das galerias voltadas para o sol, herdeiras das varandas e alpendres destinados ao acesso a outros compartimentos e à secagem dos cereais e da roupa. Alguns solares não passaram de modestas casas rurais, que se distinguem das outras por terem um brasão, uma capela ou até um portal diferente.” (REIS, 2007: 77 *apud* COELHO, 2016: 25)

A casa organiza-se em dois pisos: o piso térreo, voltado principalmente para a actividade agrícola, é composto por uma adega, cortes e arrumos; o superior destinado à habitação. Quando era habitada, no século XX, a casa estava dividida em três partes, cada uma correspondendo a uma família de caseiros. O volume principal encontrava-se todo ocupado pela mesma família, com o volume secundário dividido em duas partes. O piso térreo também se encontrava repartido pelas três, assim como o a *loggia* inferior, com cada família a ter direito à área equivalente a dois arcos. A separação entre as três habitações não se fazia com recurso às paredes de meação do conjunto, usando antes paredes de madeira novas.

A nível de pavimentos, o piso superior é em soalho de madeira assente numa estrutura de vigas de madeira esquadriadas e dispostas transversalmente às paredes de meação longitudinais; na adega, na corte mais a sudoeste do volume secundário e na *loggia* inferior é possível verificar a existência de uma estrutura de vigas diferente, onde para além do vigamento existe um sistema de contra-vigamento transversal. Em ambos os tipos de estrutura, as dimensões das vigas e a distância entre estas é variável. No piso térreo e na cozinha original o pavimento é em betonilha, excepto em duas divisões onde o pavimento é em terra batida: a corte central do volume secundário e o arrumo junto à cozinha. No entanto sabe-se, através de diálogo com antigos moradores da casa, que o pavimento em betonilha apenas surgiu na segunda metade do século XX; até então todas as divisões do piso térreo eram em terra batida. Devido aos destroços relativos à queda do pavimento do piso superior, não é possível aceder à corte mais a sudoeste e, como tal, não foi possível esclarecer qual o seu pavimento.

As habitações do volume secundário tinham dimensões pequenas e uma organização simples. A primeira, situada no topo nordeste, dividia com paredes de tabique uma sala do piso superior, relativamente ampla, em cinco divisões: três quartos e um sanitário, todos com dimensões pequenas, e uma sala para onde estes abriam. Nesta parte do edifício o soalho encontra-se em péssimo estado, com uma parte já ruída e a parte que ainda se mantém de pé com a madeira apodrecida. Existem ainda rodapés de madeira em todas as paredes. Por baixo, no piso térreo, uma antiga corte foi reestruturada para ser a cozinha desta habitação. A parede de granito que



44



45



46

- 44 - *Loggia* superior (sentido noroeste-sudeste)
- 45 - *Loggia* superior (sentido sudeste-noroeste)
- 46 - Estado actual do pavimento da *loggia* superior

separa este espaço da corte intermédia não é original ao projecto e, como tal, não possui função estrutural. Não se sabe, no entanto, se esta foi construída aquando a concepção da nova cozinha ou se é anterior. Relativamente à segunda habitação, esta aparentava ser composta por uma sala e um quarto, não sendo perceptível se terão existido paredes de madeira que os dividissem em espaços mais pequenos, dado que nesta parte da casa o soalho já ruiu quase por completo. Apesar do mau estado dos pavimentos, consegue-se verificar que estes se encontravam, sensivelmente, à mesma cota em todo o volume. O anexo de cozinha já referido também fazia parte desta habitação. Os vãos de sacada deste volume mantêm as suas caixilharias de batente em estado de preservação razoável. Tanto no local, como em fotos antigas, não se encontram indícios da existência de portadas.

O piso superior do volume principal divide-se em seis espaços. Os dois mais pequenos encontram-se na fachada sudoeste, um de cada lado da *loggia*, e eram, na primeira metade do século XX, os quartos dos filhos (divididos por género), sendo que, na segunda metade do século, o que se encontra no lado sudeste foi transformado em sanitário. Dos restantes quatro, apenas dois têm acesso à *loggia*: as duas salas laterais a esta, a sala principal e a “sala das batatas”. Esta última, hoje em dia desligada da cozinha, já manteve ligação com esta antes da segunda metade do século XX, altura em que foi construída a parede em alvenaria de blocos de betão que as separa, o que significa que originalmente era possível ir de uma sala à outra sem recurso à *loggia* ou ao exterior. Na sala principal foi construída uma parede de madeira simples, dividindo-a em duas e destinando a parte mais pequena a servir como quarto do casal. Neste quarto encontra-se, embutido na parede nordeste, “um antigo lavatório com carranca, em cantaria granítica” (SILVA, 2000b: 69). Todas as divisões deste volume encontram-se a cotas diferentes, com excepção do quarto do casal e da sala principal que têm a mesma cota visto originalmente serem o mesmo espaço. No que diz respeito ao estado dos pavimentos neste volume, a *loggia* e as duas divisões laterais têm a madeira do soalho apodrecida e já com várias falhas; por outro lado, as salas, apesar de algumas madeiras caídas ou apodrecidas, ainda mantêm o seu pavimento quase intacto. De entre as duas salas, a principal é a que tem o pavimento em melhor estado e é também o único espaço desta habitação onde existem rodapés.

As janelas da sala principal mantêm a sua caixilharia de guilhotina com portadas de batente, apesar de estarem bastante degradadas. Através de fotografias antigas é possível ver que os vãos dos espaços laterais à *loggia* usavam o mesmo tipo de caixilho e provavelmente também o mesmo tipo de portada. Os vãos da cozinha e da “sala das batatas”, aparentemente, não tinham caixilhos de vidro, sendo que o controlo da entrada de ar era realizado com recurso a portadas. Este facto, aliado à disposição destes e à sua pequena dimensão, quando comparados com os restantes vãos do volume, parece indicar que são posteriores aos demais.

Na cozinha ainda se encontram o lavatório, o forno e a lareira. Os dois primeiros não são originais da construção, visto que são construídos com blocos de betão e tijolos. Já a lareira, trata-se, apenas, de uma pedra ligeiramente elevada em relação ao



47



48



49

- 47 - Quarto da segunda habitação
48 - Parede intermédia do volume secundário
49 - Fachada interior noroeste, vista da corte intermédia

pavimento e, dado que este foi alvo uma intervenção na segunda metade do século XX, provavelmente também não será original. O arrumo que se encontra no piso térreo, por baixo da sala secundária, e que serve de apoio à cozinha é apenas acessível a partir desta, através uma pequena porta com 1,18 metros de altura. Curiosamente, este arrumo tem o seu pavimento em terra batida sensivelmente à mesma cota que o parapeito da janela que o ilumina, podendo ser o caso de ter sido elevado para estar mais próximo da cota de pavimento da cozinha. Pressupõem-se que esta divisão, tal como o arrumo situado a sudeste da *loggia* inferior, usasse uma estrutura de madeira basculante para fechar o vão da janela.

Antes de a casa ter sido abandonada os vãos dos arcos encontravam-se fechados: no piso térreo por portadas (de batente) feitas em madeira, e no piso superior com portadas basculantes em chapa ondulada. Estes mecanismos permitiam que a *loggia* funcionasse como uma divisão interior da casa, a “grande sala”, como um dos antigos moradores se lhe referia, e que o piso térreo funcionasse como espaço de armazém, com divisórias de madeira a separar as áreas de cada família.

No interior, com exceção das duas cortes do volume secundário e do arrumo de apoio à cozinha original, as paredes de pedra eram rebocadas e pintadas de branco, no entanto, verificam-se vários momentos onde o reboco já não existe, revelando que o aparelho de pedra interior é mais irregular que o exterior. Na área nobre existem assim duas cores dominantes, o branco das paredes e a cor da madeira dos pavimentos. No entanto havia exceções a esta lógica: os dois quartos a sudoeste na habitação do topo estão pintados a cor-de-rosa e o quarto a noroeste da *loggia* está pintado de vermelho. As paredes de madeira que separavam as habitações mantinham a sua cor natural, e a parede de que dividia a sala do volume principal em duas divisões está pintada de cor-de-rosa. Por sua vez as portas e as portadas do volume principal eram pintadas de verde pelo exterior e no interior variavam entre o verde, a cor natural da madeira e o branco; no volume secundário estes mesmos elementos mantinham a sua cor natural, tanto no interior como no exterior.

Espalhados pela casa, em ambos os pisos, encontram-se vários momentos onde o aparelho de pedra interior terá sido desmontado para criar prateleiras e armários embutidos. Para além disso, a dupla alvenaria de granito permitia ainda embutir o aro superior das portas na parede, criando maior comodidade e aumentando a segurança dos moradores. Ambos mecanismos são, segundo os antigos moradores, alterações feitas por eles durante o século XX, não sendo portanto originais da construção.

Ao analisar o espaço interior, sem ter em consideração as paredes construídas durante o século XX, verifica-se que as salas do piso nobre são amplas e ligadas entre si. “O conceito de corredor de distribuição praticamente não existia. Passava-se de uma divisão à outra. Nos vãos de portas nem sempre haveria uma [...] Quanto muito colocar-se-ia ali uma cortina.” (OLIVAL, 2010: 254). O espaço seria organizado em compartimentos mais pequenos, não através de paredes, mas com recurso a “elementos decorativos móveis que dividiam funcionalmente o espaço, criando compartimentos de área mais reduzida, mais fáceis de aquecer e propícios a um maior conforto. Era



50



51



52



53



54



55

- 50 - Cozinha original
- 51 - Arrumo de apoio à cozinha
- 52 - Janela da sala principal que abre para a *loggia* superior
- 53 - Sala principal vista da porta de acesso à *loggia* superior
- 54 - Janela do quarto de casal
- 55 - Lavatório embutido

esse um dos usos comuns para os panos de rás ou guadamecis [...]” (CUNHA e MONTEIRO, 2010: 225).

Em toda a obra, aquela que parece ser a área mais nobre é a que se situa a sudeste do volume principal, não só pela presença do lavatório embutido, mas também devido à presença de namoradeiras nas janelas das duas salas existentes. A sala principal e a cozinha original supõe-se que mantenham o seu programa original devido às suas características: a primeira pela presença dos elementos já referidos e pelo superior número de aberturas que possui em relação aos restantes espaços da casa; a segunda por se tratar de um piso térreo e possuir um pé direito elevado, propício para actividades domésticas como a defumação de carnes, algo que, segundo os testemunhos recolhidos, ainda se verificava no século XX. Quanto ao restante da casa não se conseguiu esclarecer que funções lhe seriam atribuídas originalmente. “A grande dimensão das divisões [...] criava condições para que o uso multi-funcional dos espaços fosse, até meados do século XVII, uma característica muito comum [...]” (CUNHA e MONTEIRO, 2010: 225).

“Muitas vezes apenas as lojas, a estrebaria, o palheiro, a adega e a cozinha seriam compartimentos que apareciam identificados como tal nos tombos e noutras descrições coevas. Mesmo assim, esta última nem sempre.” (OLIVAL, 2010: 254-255).



56



57



58



59

56 - “Sala das batatas” vista da porta de acesso ao pátio

57 - “Sala das batatas” parte noroeste

58 - Namoradeiras da sala sudeste da *loggia* superior

59 - Quarto noroeste da *loggia* superior



60



61



62



63



64



65

60 - Sala da terceira habitação

61 - Cozinha da terceira habitação vista através do pavimento ruído da sala

62 - Sala da segunda habitação vista da porta de acesso ao pátio

63 - Sala da segunda habitação vista da “Sala das batatas”

64 - Cozinha da terceira habitação

65 - Adega



66



67

- 66 - Estrutura de tecto da cozinha original
67 - Estrutura do telhado no volume secundário

1.3.3 A cobertura

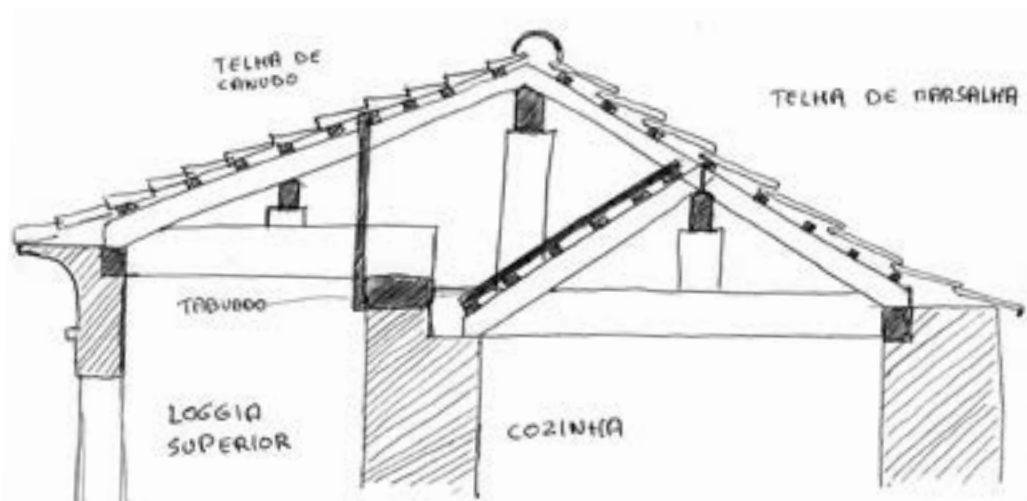
A cobertura da casa é composta por um telhado com quatro águas no volume principal e três águas no volume secundário, maioritariamente, em telha de canudo com exceção das águas sudeste e nordeste do volume principal onde, na segunda metade do século XX¹, as telhas de canudo foram substituídas por telhas de marselha. Como já se referiu anteriormente, apenas duas fachadas da casa possuem cornija, existindo assim uma diferença de cotas entre o topo destas e as demais; para resolver este problema, durante a execução do telhado, recorreu-se ao uso de argamassa e telhas empilhadas nos pontos de transição para compensar a diferença. Uma vez que o volume principal tem largura superior, a cumeeira do telhado é, necessariamente, mais alta do que no volume secundário.

Todos os espaços do piso superior possuem tectos falsos em madeira, impedindo assim que se veja a estrutura da cobertura a partir interior da casa. Na primeira habitação, no quarto do casal e na parta acessível da “sala das batatas” existe uma estrutura simples de tectos planos com forro em MDF. Apesar dos tectos do volume secundário já terem desabado, os vestígios que ainda se encontram no local indicam que fossem semelhantes. Segundo o relato de um antigo morador, estes tectos são uma introdução do século XX. Na outra parte da “sala das batatas” e na sala principal os tectos são inclinados. O primeiro caso, devido ao seu mau estado de conservação e a impossibilidade de acesso devido ao estado do pavimento, não é inteiramente compreensível, mas, ainda assim, consegue-se apreender que se trata de um tecto de esteira com um forro de tábuas de madeira. O segundo apresenta um forro no mesmo material dos tectos planos, no entanto, é possível verificar a existência de uma estrutura de madeira mais antiga onde o tabuado de madeira estava no lado superior, indicando que o vigamento de esteira seria inicialmente visível.

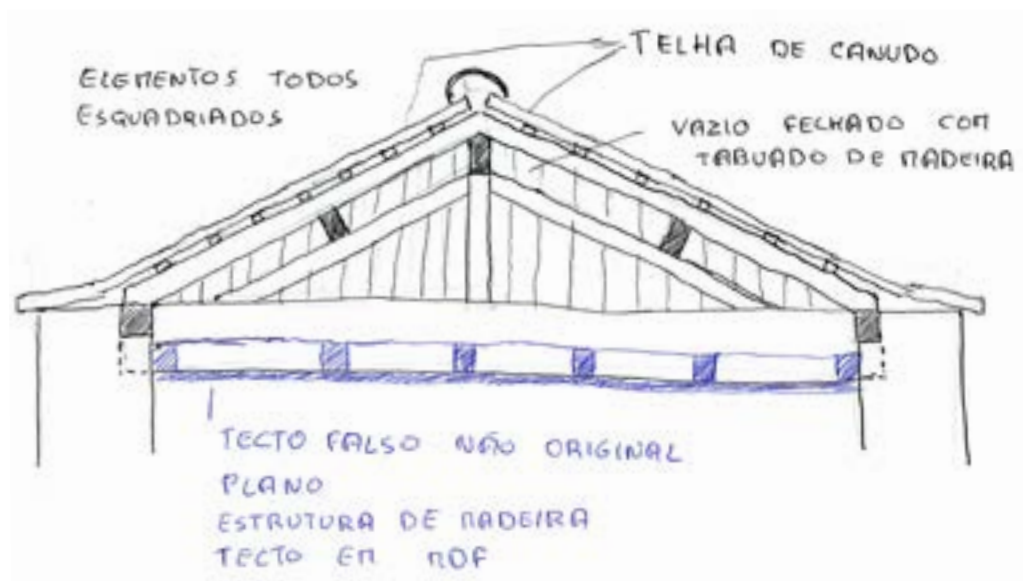
A cozinha original, diferente dos outros espaços, não possui tectos deste tipo. Tal facto dever-se-á, certamente, a questões práticas, uma vez que não existe chaminé, algo comum nas casas deste género. “[A cozinha] Muitas vezes nem teria chaminé para evitar a saída de calor, apesar de esta se ter divulgado desde o século XV. O fumo sairia pela porta, pelas janelas ou por uma ou duas telhas que se erguíam ou pelos vãos das pedras das paredes [...]” (Olival, 2010: 255). Uma vez que a cozinha possui apenas dois vãos de dimensão reduzida, para além da porta, a desenfumagem desta teria de ser realizada através do método de levantamento de telhas, sendo a existência de um tecto falso impeditiva deste processo.

No entanto existe na cozinha uma estrutura de tecto curiosa. A cumeeira do telhado encontra-se a meio das fachadas sudoeste e nordeste, significando isto que, no interior da cozinha, a visão do telhado seria assimétrica, sendo este maior no lado

1 - SERENO, Isabel; 1994, *Casa dos Arcos*
[disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3883
(consultado em: 22-02-2017 às 23:04)]



68



69

68 - Desenho esquemático da estrutura de cobertura do volume principal e do tecto da cozinha

69 - Desenho esquemático da estrutura de cobertura do volume secundário

Sudoeste, o que atribuiria ao espaço uma atmosfera estranha. No entanto não é isto que se vê no local pois, usando uma das madres como ponto médio, é criada, em espelho, uma estrutura de varedo igual à do telhado mas com tabuado em vez de telhas, criando assim a ilusão de uma cobertura apoiada nas duas paredes longitudinais da cozinha e, resolvendo o problema do espaço sem criar obstáculos à sua desenfumagem.

Tal como os pavimentos, o telhado também se encontra em mau estado de conservação, com especial incidência no volume secundário, onde porções da estrutura já desabaram. O mau estado de preservação, aliado à presença do tecto falso e à instabilidade dos pavimentos dificultaram o entendimento da estrutura. Ainda assim foi possível compreender alguns pormenores. No volume secundário a estrutura do telhado é mais regular do que no volume principal, com todos os elementos esquadriados e com as mesmas dimensões entre si. Por outro lado no volume principal a estrutura parece mais desorganizada, o vigamento e os prumos têm dimensões variáveis, sendo que nem todos os elementos são esquadriados. Simultaneamente, apesar de a cobertura ser contínua em todo o volume, a estrutura do telhado é diferente na *loggia* superior. Para além do vigamento nesta parte ser todo esquadriado e mais esbelto que no interior, este também se encontra desalinhado do anterior. O motivo mais provável para esta descontinuidade deverá ser a falta de cornija na fachada nordeste, o que a torna mais baixa do que a fachada sudoeste, sendo a parede intermédia quem faz a mediação entre as duas estruturas. Dado que esta parede tem a mesma altura que a fachada nordeste é utilizado um frechal, com altura maior do que é comum, para contornar esta diferença; sendo o que vazio existente entre o topo desta parede e a cobertura é tapado, como já se referiu, através de um tabuado pregado ao referido frechal.



70



71



72



73



74

70 - Fachada principal da Casa dos Arcos (ano desconhecido)

71 - Rua dos Arcos (1993)

72 - Fachada principal (1993)

73 - Pátio tardoz (1993)

74 - Fachada noroeste (1993)

1.4 A história da casa

“Ler a história do edifício é [...] não apenas um acto imprescindível para o recuperar, mas sobretudo um acto de conhecimento do organismo em que se está a intervir, de forma a adaptá-lo às necessidades do presente e [...] entender (da sua organização, implantação e fases de crescimento) os caminhos indicados para a sua continuação.” (BARROS, 2013: 280-281)

A Casa dos Arcos possui uma dualidade curiosa: é uma das casas solarengas mais interessantes do concelho e, certamente, a mais interessante da freguesia; como tal, é repetida em praticamente todas as publicações sobre Marco de Canaveses, mas, no entanto, não se sabe praticamente nada sobre a sua história. Apesar da data de origem ser desconhecida, existem publicações que a ensaiam localizar no tempo. No livro de 1947, *Descrição histórica corográfica e folclórica de Marco de Canaveses*, o Padre Manuel Vieira de Aguiar posiciona a casa ao século XVI; no entanto, outros autores acreditam que seja do século XVII, usando o pórtico da fachada principal como base para este argumento.

“Assim, parece-nos que esta Casa dos Arcos deverá remontar à primeira metade do século XVII, tendo em conta as influências ainda presentes (mas já algo veladas) do período renascentista e a opção pelo arco abatido, muito vulgarizado na arquitectura civil seiscentista de cariz ‘maneirista’.” (SILVA, 2000b: 69)

Este mesmo autor também acredita que o volume secundário da casa seja um acrescento posterior ao volume principal. Apesar de não apresentar argumentos para tal, presume-se que tal opinião se deva ao uso da janela de sacada neste corpo, face às janelas de vão quadrangular do corpo principal. No entanto, uma análise mais aprofundada da obra parece indicar que a resposta não será tão simples.

1.4.1 O Desvendar das origens

No início desta investigação procurou falar-se com os antigos proprietários na esperança que estes soubessem algo sobre as origens da casa e o porquê do seu abandono e posterior venda. Descobriu-se, logo no início que casa era habitada por caseiros e que os proprietários habitavam duas casas maiores na freguesia: a Casa de Sarnado e a Casa da Portela. Estas duas obras são posteriores à Casa dos Arcos: a Casa de Sarnado é, segundo está gravado no lintel do portão da casa, de 1700, sendo das três casas, a maior e aquela com maior propriedade associada; por sua vez, a Casa da Portela foi fundada por um descendente de Sarnado em 1875. Uma vez descoberto que se tratavam de membros da mesma família, tentou entender-se se esta alguma vez teria habitado na Casa dos Arcos ou se, simplesmente, a teriam adquirido mais tarde para aluguer.

Para encontrar tal informação recorreu-se ao registo da paróquia na tentativa de descobrir se algum antepassado da família de Sarnado teria nascido na Casa dos Arcos. Ao mesmo tempo, qualquer registo de nascimentos na casa poderia ajudar a entendê-la melhor, percebendo se esta já era habitada por caseiros antes do século XX ou até ajudar a descobrir a sua data de origem. Os registos existentes cobrem o período de 1587 a 1910, e infelizmente, não se encontraram referências a baptizados nascidos na Casa dos Arcos, existindo apenas registo de nascimentos no lugar de Outeiro o que, dada a dimensão do lugar, não é informação relevante. No período de 1714 a 1910 todos os registos de baptismos da família dos proprietários referem como local de nascimento a Casa de Sarnado. Os registos anteriores a 1714 não contêm informação sobre o local de nascimento, dificultando a investigação.

Na bibliografia constante no livro de 2000, *Rio de Galinhas: o despertar da modernidade*, de João Belmiro Pinto da Silva, encontrou-se uma menção a um manuscrito do Dr. José Ferreira Vasconcelos e Menezes (não datado) à guarda do arquivo municipal. Uma vez conseguido o acesso a este, encontraram-se diversos manuscritos deste autor sobre a história do concelho e famílias relevantes do mesmo. Num destes apontamentos², o Dr. Vasconcelos e Menezes refere que os últimos antepassados da família da Casa de Sarnado que se encontraram através dos registos de baptizados, Luís de Castro e Gracia Teixeira, viveram no lugar do Outeiro, pelo menos, desde 1675 e até falecerem.

“Em 6 de Novembro de 1675 Luís de Casto Pereira casado com Gracia Pererira dotou sua filha Gracia Correia Pereira e seu genro Tomaz Peres. Luís vivia em Rio de Galinhas nas suas casas e morador do lugar do Outeiro.” (MENESES, S.d.; S.p.)

Sabe-se também que eram um casal de posses, visto ter-se encontrado nota de que possuíam escravos nos registos de baptismo e haver menções a compras de terrenos no manuscrito em questão. Não existem menções sobre a casa, mas presume-se que habitassem na Casa dos Arcos. Segundo os referidos apontamentos, a filha mais velha deste casal, juntamente com seu marido, continuou a viver no Outeiro. O mesmo documento refere também que foi este casal que construiu a Casa do Sarnado. Deste, encontraram-se ainda registos de nascimento de duas filhas, a mais velha viria a casar com um médico, viveriam os dois em Sarnado e tornariam-se figuras ilustres da freguesia, segundo João Belmiro Pinto da Silva no seu livro de 2000 acima referido. Já a mais nova viria a casar com Fernando de Almeida e Vasconcelos e segundo o Dr. Vasconcelos e Menezes, no ano de 1719, o casal morava numa quinta no Outeiro.

“Em 11 de Março 1719 Fernando de Almeida, morador na sua quinta do Outeiro, faz um prazo a Manuel Pinto e sua mulher [...]” (MENESES, S.d.; S.p.)

2 - Intitulado: *Justiça- Apontamentos- Sernado, Rueta, Outeiro, Pátio*

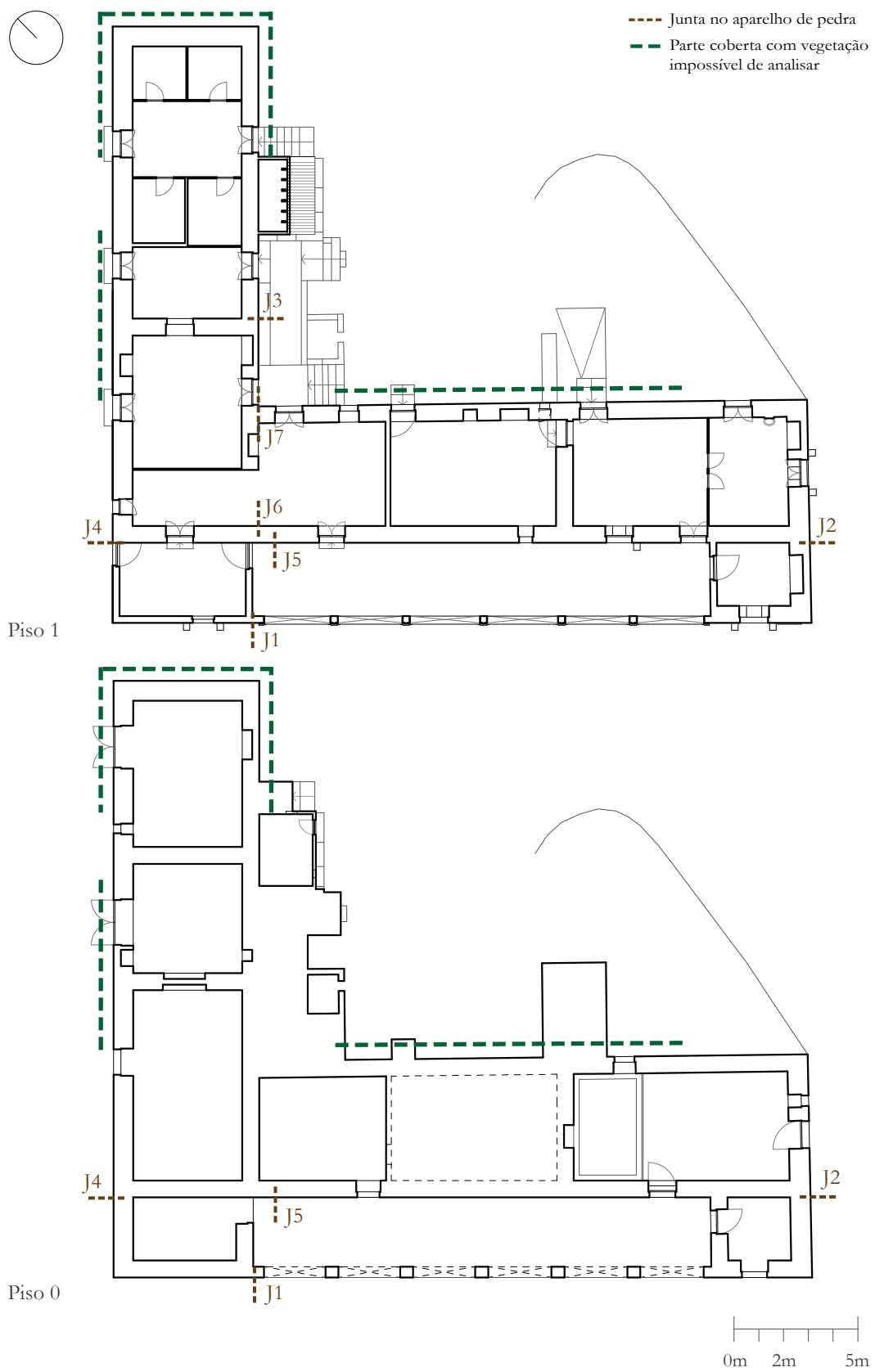
António Novais Sanhudo, autor de vários estudos sobre heráldica no concelho de Marco de Canaveses, acredita que tenha sido Fernando de Almeida e Vasconcelos quem mandou colocar o brasão de armas existente na Casa dos Arcos. Em verdade as armas que se encontram neste brasão correspondem ao nome desta figura, no entanto, deve-se dar nota que Francisco Xavier Craesbeeck, no seu livro *Memórias Ressuscitadas da província entre Douro e Minho: no ano de 1726*, refere a existência de apenas um brasão em toda a paróquia, numa casa de outra família.

Não foi possível, desvendar o que acontece com a casa desde 1719 até ao século XX. O registo de óbito de Fernando de Almeida e Vasconcelos refere que este habitava noutra paróquia aquando da sua morte e, apesar de existirem vários registos de nascimento de filhos seus a nascer em Rio de Galinhas, assim como notas de estes terem chegado à idade adulta (em registos paroquiais que os mencionam como testemunhas de baptismos e casamentos) não existem registos de nascimento de netos do casal.

Posteriormente à investigação acima relatada, conseguiu entrar-se em contacto com os últimos proprietários da casa. O proprietário do lado de Sarnado deu nota de que a Casa dos Arcos teria sido abandonada devido a um incêndio e que fora também por esse motivo que se construiu uma nova habitação para a família.

Passando para o tempo presente, a casa foi abandonada em 2002, segundo os vizinhos. Dois anos antes, João Belmiro Pinto da Silva, no livro do ano 2000, *Marco de Canaveses: um olhar sobre o património – da Pré-história à época medieval*, já referenciava que esta se encontrava “sofrivelmente conservada” (SILVA, 2000a: 91). O abandono da casa deveu-se, muito provavelmente, à falta de condições de habitabilidade da mesma. Em 2008 passou, como já se referiu, para domínio da Câmara Municipal e assim permanece até hoje, sem planos eminentes.

Segundo os moradores vizinhos, durante os dez anos volvidos desde a compra da casa pelo Município esta foi sendo continuamente alvo de actos de vandalismo, dos quais se destacam o roubo de elementos como caixilharias, telhas, blocos de betão e até mobiliário fixo. Actos estes cuja ocorrência se verificou ao longo desta Dissertação. Ainda assim, a casa continuou a ser habitada ao longo do tempo, de forma esporádica, por alguns sem-abrigo que a utilizavam como dormitório. Nos dias de hoje, esta ocupação já não se verifica, provavelmente devido à falta de segurança inerente ao actual estado de conservação da casa, sendo que os únicos utilizadores desta são jovens da localidade que usam a *loggia* inferior como espaço de ócio.



75 - Mapa de juntas do aparelho de pedra

1.4.2 A evolução da construção

No que diz respeito à data de origem do conjunto, se as arcadas apontam para que seja uma construção do século XVII, do ponto de vista das dimensões, a largura relativamente estreita da casa aponta para uma época anterior. Por sua vez, a análise do aparelho de pedra não é conclusiva, dada a irregularidade que apresenta; no entanto, parece estar mais próximo do período medieval do que do renascimento. Uma nota importante desta análise é a presença de várias “juntas” no aparelho de pedra. Como certas partes das fachadas se encontram cobertas com vegetação é possível que existam mais “juntas” escondidas, mas a presença destes elementos no aparelho de pedra, aliado ao facto de que se encontram alinhadas com outras paredes, leva a crer que a casa tenha chegado à sua forma actual através de uma sucessão de acrescentos.

“Na regularidade do campo e dos ciclos sazonais, os edifícios agrícolas ou domésticos estavam sujeitos a renovações periódicas através de reparos ou reconstruções. Aleatórias na sua implementação, as adições sucessivas – jogos de azar ou de bricolage – respondiam sempre a necessidades [...]” (HLADIK, 2000:52)³

A *loggia* dupla, o elemento mais característico da obra, aparenta ser um acrescento. No alçado Noroeste, no alinhamento exacto da parede intermédia do volume principal, existe uma “junta” a separar os aparelhos e, por outro lado, o alçado Sudeste do mesmo volume parece ter sido modificado, com as pedras do lado Sudoeste aparentemente mais recentes que as restantes e formando uma “linha de cosedura”, ainda que não tão óbvia como as restantes. A própria fachada principal da casa não parece ter sido construída de uma só vez, dada a existência de mais uma “junta” quando a arcada encontra a parede no lado Noroeste. Até o facto de apenas existir cornija nos alçados Sudoeste e Sudeste do volume principal pode estar relacionado com o acrescento da dupla *loggia*, podendo ter feito parte de um projecto de ampliação e enobrecimento da obra que começou pelas duas fachadas que são visíveis da rua e do centro da freguesia e que acabou por ser abandonado, talvez quando os proprietários se transferiram para uma nova casa.

Relativamente ao volume secundário, é verdade que o uso do vão de sacada com presença de varanda, comparado com os vãos quadrangulares e mais estreitos do outro volume, aponta para que este seja posterior. No entanto, este corpo apresenta a mesma largura do volume principal (excluindo a *loggia*) e também um aparelho de pedra semelhante ao deste último. Comparando os dois volumes é possível notar que o secundário é contínuo, com a sua parede Sudeste a fechar o volume quando encontra a parede Sudoeste no piso térreo e, no piso superior, apesar de a parede terminar antes da parede referida, é possível ver como esta última apresenta uma “junta” no aparelho de pedra interior no alinhamento da parede Sudeste. Mesmo no aparelho de

3 - Tradução do francês pelo autor



76



77

76 - Junta número 1
77 - Junta número 2

pedra exterior também se verifica a presença de uma junta no mesmo alinhamento, revelando tempos de construção diferentes para as duas partes da parede intermédia.

No que diz respeito ao volume principal, ao analisar a forma como este se relaciona com o outro, é notório que a parede Nordeste do primeiro simplesmente encosta na parede Sudeste do segundo, como se a presença desta interrompesse o avanço da primeira. Assim, se é possível que parte do volume principal tenha sido desfeita para que se adicionasse o volume novo à composição. Em termos de lógica, é mais provável que o volume secundário tenha sido o primeiro, com o volume principal a surgir posteriormente para aumentar a casa. Quanto aos vãos de sacada é possível que estes sejam alterações posteriores ao desenho do alçado Noroeste.

Independentemente de qual dos volumes surgiu em primeiro lugar, parece muito provável que a casa seja mais antiga do que se julga, com uma possível origem numa construção medieval mais humilde que foi sendo progressivamente aumentada à medida que os proprietários ganhavam mais posses e desejavam engrandecer a sua habitação; que, algures no século XVII, foi alvo de uma intervenção que redesenhou a sua fachada principal, introduzindo o pórtico pelo qual a casa viria a ser conhecida.

“A arquitectura popular é uma arquitectura em permanente construção, nunca concluída, sendo comum encontrar-se na mesma casa as marcas das suas várias fases de evolução e crescimento, revelando diferentes necessidades funcionais, diferentes habilidades construtivas e diferentes materiais, de acordo com os recursos disponíveis em cada momento.

As diferentes fases de construção de uma casa podem identificar-se pelas paredes que continuam depois de um cunhal, pelo preenchimento de antigos vãos, pelos diferentes tipos de granito ou tipos de aparelho utilizados.” (TEIXEIRA, 2016: 100)



78



79



80

78 - Junta número 3

79 - Junta número 4

80 - Junta número 5



81



82

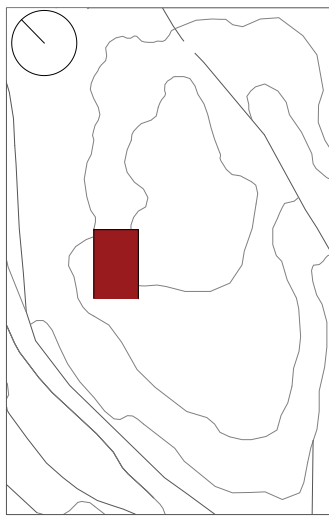


83

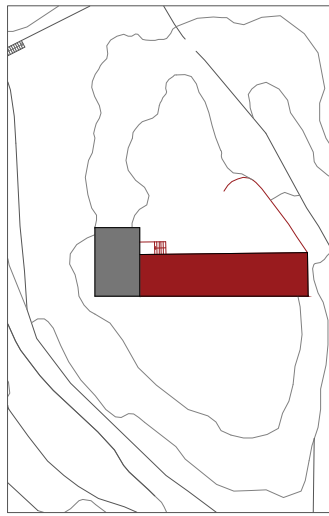
81 - Junta número 6

82 - Junta número 7 (interior)

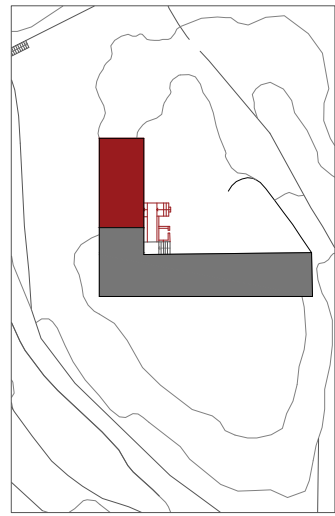
83 - Junta número 7 (exterior)



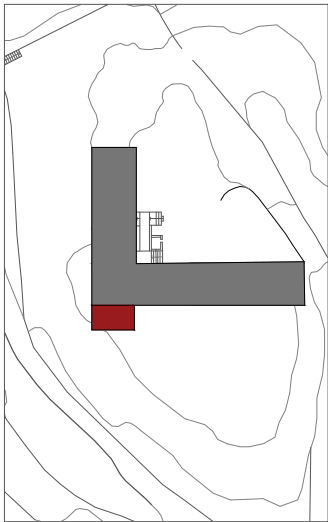
1 - Idade Média



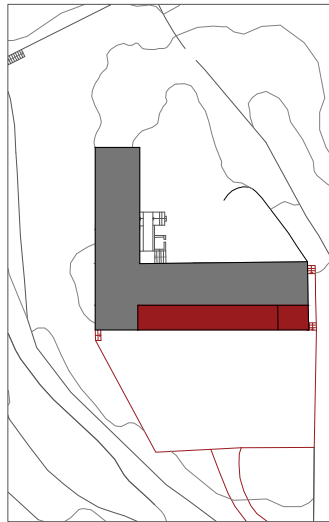
2 - Entre Id. Média e Séc. XVII



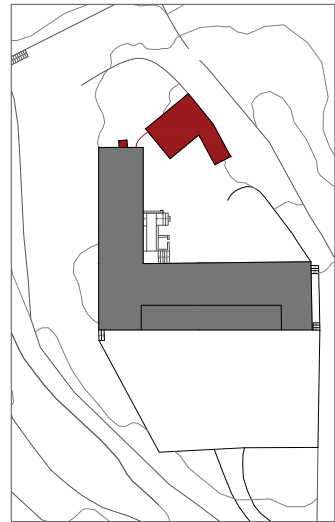
3 - Entre Id. Média e Séc. XVII



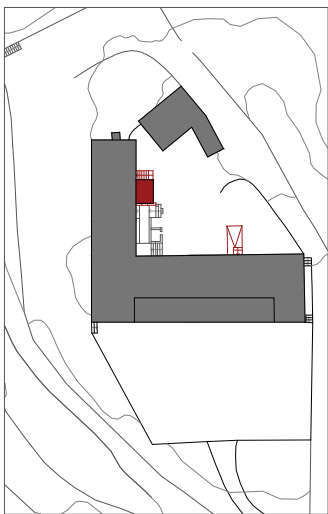
4 - Século XVII



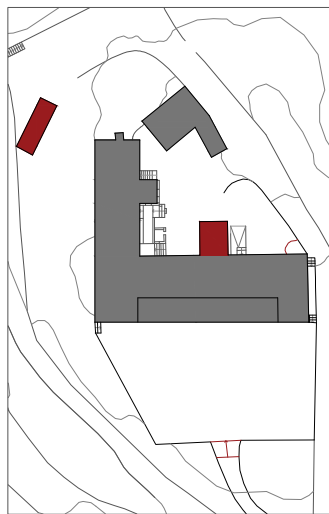
5 - Século XVII



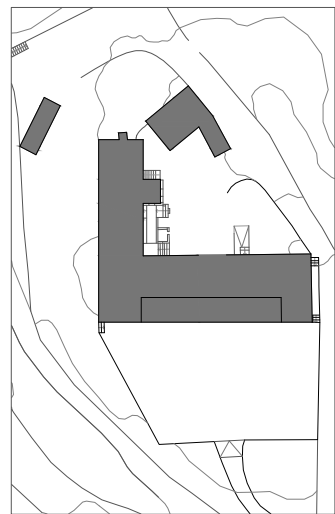
6 - Entre Séc. XVII e Séc. XX



7 - Século XX (1ª metade)



8 - Século XX (2ª metade)



9 - Século XXI (estado actual)

84 - Possível esquema evolutivo da Casa dos Arcos

- 1 - Construção primitiva, provavelmente do período medieval tendo em conta as dimensões do corpo e o aparelho de pedra.
- 2 - Construção de um novo volume, a sudeste, adossado à construção primitiva.
Demolição de parte da parede sudeste pré-existente, garantindo a continuidade do espaço interior no piso superior.
- 3 - Construção de um novo volume a nordeste da construção primitiva.
Abertura de dois vãos centrais (um em cada piso) na parede nordeste da pré-existência, que passa a ser interior.
- 4 - Construção de um pequeno corpo a sudoeste com a mesma largura do volume secundário, o primeiro indício da dupla *loggia*.
Abertura de um novo vão na fachada sudoeste, garantido o acesso ao novo corpo no piso superior.
- 5 - Introdução da dupla *loggia* na composição do edifício, adossada à pré-existência no lado nordeste e alterando o aparelho de pedra da fachada sudoeste.
Possível construção da eira em conjunto com a construção da *loggia* dupla.
Abertura dos vãos que permitem o acesso à *loggia* superior.
Introdução de uma cornija nas fachadas sudeste e sudoeste do volume principal.
Possível introdução do lavatório embutido no interior do edifício.
- 6 - Inserção do brasão de armas na fachada principal da casa.
Possível introdução das varandas na fachada noroeste e transformação das aberturas existentes em vãos de sacada.
Construção de uma corte a norte da casa, configurando os limites do pátio.
- 7 - Divisão do espaço interior em três habitações.
Perda da continuidade espacial do piso térreo do volume secundário através da construção de uma nova parede em alvenaria de granito e do fecho do vão da parede intermédia.
Construção de uma nova cozinha adossada à fachada sudeste do volume secundário.
Abertura de diversos vãos de dimensão reduzida no volume principal.
Criação de prateleiras e armários embutidos no aparelho de pedra interior.
- 8 - Construção de um anexo para armazém, em madeira, adossado à fachada nordeste.
Construção de uma corte, em alvenaria de bloco de betão, a noroeste da casa.
Substituição das telhas pré-existentes por telhas de marselha nas águas nordeste e sudeste do volume principal.
Execução de pavimentos em betonilha nas cozinhas e na adegas.
Introdução de dois sanitários no interior da casa: um numa das divisões da terceira habitação e outro na sala a sudeste da *loggia* superior.
- 9 - Abandono da casa e progressiva degradação da mesma pela acção da natureza.
Destruição do volume anexo em madeira.

1.5 O programa: Pousada de Juventude

“O que fazer com a casa?”. Esta foi uma das primeiras questões que se colocou no âmbito desta Dissertação. Durante a investigação que pretendia desvendar o passado oculto da Casa dos Arcos, entre livros e conversas com antigos moradores e vizinhos sobressai sempre um facto comum: a história da casa foi a da habitação e abrigo de quem trabalhava a quinta na qual esta se inseria. Este programa, contudo, não poderia continuar, pois a casa já não é o que foi outrora; a circunstância mudou e não faria sentido, no actual contexto, voltar atrás.

“ [...] porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo a que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir. Quando, por exemplo, ao restaurar um monumento com critério “científico” (ou pseudo-científico) passa pela cabeça de alguém dar a tal monumento o aspecto que ele teve em época mais ou menos passada, cai-se na utopia de supor que aquilo que já foi pode de novo vir a ser, esquecendo-se que a irreversibilidade do espaço não permite aceitar tal hipótese.” (TÁVORA, 1982, 18)

A intenção inicial da Câmara Municipal, quando adquiriu o edifício, era torná-lo no novo centro cultural do município¹, “se possível, integrando um museu etnográfico, museu dos vinhos verdes, casa municipal da juventude, auditório, bem como a transferência do Museu Municipal Carmen Miranda” (MOREIRA, 2008)². No entanto, segundo o próprio Município esta intenção nunca se concretizou pela impossibilidade de conseguir acesso a fundos europeus.

O primeiro impulso seria dar continuidade a esta intenção da instituição proprietária, no entanto, decidiu-se não enveredar por este caminho por diversos motivos. O atraso que se verificou no início do projecto de reabilitação da casa levou a que algumas das intenções pretendidas para ela tenham entretanto sido realizadas, nomeadamente a Casa da Juventude que já se encontra em funcionamento e o Centro Cultural, para o qual já foi anunciado um novo projecto, agora reabilitando o antigo cine-teatro da cidade³. Deste modo, restava o programa museológico, que para além de não ser, em si, o programa mais interessante do ponto de vista académico, também não parecia ser o mais vantajoso para o município. A procura esporádica inerente ao

1 - TEIXEIRA, Sandra; “Casa dos Arcos será centro cultural concelho”, *Jornal A verdade*, 25 de Julho de 2008, p. 03

2 - MOREIRA, Manuel [presidente da Câmara na época e responsável pela compra da Casa dos Arcos] entrevista ao *Jornal A verdade*, 7 de Novembro de 2008

3 - TEIXEIRA, Sandra; “Câmara do Marco anuncia investimento de cerca de 3ME em projetos para o concelho”, *Jornal Tâmega e Sousa* (versão online) 15 de Setembro de 2017 [disponível em: <https://www.tamegasousa.pt/camara-do-marco-anuncia-investimento-de-cerca-de-3me-em-projetos-para-o-concelho/> (consultado em: 21-10-2017 às 15.34)]

programa museológico, associada ao facto de já existirem dois museus municipais, leva a crer que o investimento realizado não viria a produzir retorno. A casa viria a ser reabilitada, mas continuaria abandonada, simplesmente de uma maneira diferente.

O programa da pousada de juventude surge pela primeira vez em conversa com um dos antigos moradores da Casa dos Arcos que, quando questionado sobre o actual estado desta, revelava (no seu lamento) que, posteriormente ao abandono da ideia do centro cultural, a autarquia havia expressado uma nova intenção, fazer da casa a Pousada de Juventude de Marco de Canaveses, intenção que, tal como a anterior, nunca chegaria a avançar.

Uma vez confirmada esta vontade da Câmara Municipal⁴, este foi o programa que acabou por suscitar maior interesse para o ensaio proposto neste trabalho. Por um lado, trata-se de um programa de alojamento temporário voltado particularmente para faixas etárias mais jovens, algo que nunca havia sido abordado ao longo do curso onde esta prova se insere, por outro, crê-se que um programa de cariz hoteleiro, e como tal de procura mais contínua face ao programa museológico, seria capaz de gerar alguma receita e assim virá permitir o investimento feito. A presença de um equipamento deste tipo também permitiria atrair mais visitantes à Marco de Canaveses e aumentar o turismo local, beneficiando assim o concelho. Ao mesmo tempo, dado o que já se referiu, este programa permitiria que a casa continuasse a ser habitada, não de forma contínua, mas, ainda assim, mantendo um pouco do seu desígnio original.

4 - A 26 de Novembro de 2016 a Assembleia Municipal do Marco de Canaveses aprova o orçamento para 2017, onde se inclui a construção de uma pousada de juventude [ata da assembleia disponível em http://www.am-marco-canaveses.pt/media/documentos/2013-2017/atas/ata_6_2016-11-26.pdf (consultado em: 26-10-2017 às 09:45)]



85



86

85 - Richard Schirrmann, ao centro, em 1934 com dois representantes da *Youth Hostel Association* (associação de pousadas de juventude inglesa)

86 - Estátua de Richard Schirrmann em Altena, Alemanha

1.5.1 A história do programa

“As pousadas de juventude cobrem o mundo. Podem encontrá-las em cidades, no campo e junto à costa, em cada continente do mundo. Oficiais e não-oficiais, albergues, *backpacker*, *bunkhouses*, chamem-lhes o que preferirem, elas conquistaram o mundo. Se nunca ficaram numa, as pousadas da juventude oferecem algo especial, descrito da melhor maneira como uma atmosfera de comunhão relaxada e informal. Elas focam-se em jovens mas todos são bem-vindos e pessoas de todo o género podem conviver livremente numa pousada de juventude.” (SIMPSON, 2015: 01)⁵

A pousada de juventude (em inglês *Youth Hostel*) é um programa de tipo hoteleiro que se caracteriza por ser menos formal e de custo inferior quando comparado com os meios de hospedagem mais tradicionais como hotéis e pousadas. Tal como o nome indica, são equipamentos que foram, originalmente, pensados para serem utilizados por grupos dentro de uma faixa etária específica, no entanto, nos dias de hoje, não existe nenhum tipo de restrição quanto ao limite de idade ou um número mínimo de pessoas que se possam hospedar.

Este tipo de edifício, assim como o movimento que se criou em torno dele deve a sua origem a um homem: Richard Schirrmann. Nascido em 1874 em Grunenfeld (uma pequena vila rural no este da Prússia), filho de um professor que exercia em paralelo com o ensino a actividade agrícola, Schirrmann passou a sua infância entre os trabalhos agrícolas e brincadeiras por entre os campos e montes. Moldado por esta infância idílica ele viria a crescer, segundo a sua biografia, para ser um homem de porte atlético, extremamente amigável e que adorava fazer caminhadas por entre a “natureza”. Tal como o seu pai, tornou-se professor e, em 1903, foi colocado na escola da pequena cidade de Altena, na região montanhosa de Sauerland na Alemanha. Seria neste cenário que ele iniciaria o movimento das pousadas de juventude.⁶

Dado o seu gosto pelo exercício ao ar livre, Schirrmann era notado por levar os seus alunos em lições ou caminhadas pelas montanhas, sendo o seu desejo que os estudantes pudessem ter uma infância semelhante a dele. Para além disso, Schirrmann acreditava que os jovens aprenderiam melhor ao ar livre em alternativa a estarem constantemente fechados na sala de aula, sendo que o ar fresco das montanhas seria benéfico para o crescimento deles, tanto físico como espiritual. Em 1909, durante uma destas excursões fora da cidade, uma súbita tempestade obrigou a que o grupo tivesse de se abrigar numa escola e ali pernoitar.⁷

“Enquanto os seus alunos dormiam, Richard Schirrmann ficou acordado a ouvir o som da tempestade. Ele sonhou com uma cadeia de lugares simples,

5 - Tradução do inglês pelo autor

6 - SIMPSON, Duncan M; 2017, *Richard Schirrmann: The man who invented youth hostels* (2ª Edição), (S.l.) (Editado pelo autor) [ed. original 2015]

7 - *Idem*



87

86 - Castelo de Alena, a primeira pousada de juventude

dispersos pelas zonas rurais, onde os jovens pudessem ficar. A viajar entre pousadas de juventude, as crianças estariam ao ar livre. Elas iriam caminhar e fazer exercício e esticar o corpo. Viajar e estar perto da natureza iria fazer delas pessoas melhores.” (SIMPSON, 2015: 01)⁸

Após este episódio, Schirrmann começou a trabalhar para alcançar este ideal, primeiro com uma rede de escolas onde os alunos se podiam albergar durante viagens de estudo, sendo que em 1912, seria criada a primeira pousada da juventude permanente no castelo de Altena, que ainda se encontra em funcionamento. A partir deste ponto a ideia continuar-se-ia a expandir de forma rápida, em 1919 seria fundada a *Deutsches Jugendherbergswerk* (Associação Alemã de Pousadas de Juventude) e em 1922, Schirrmann viria a abandonar o ensino por completo para se dedicar por inteiro à gestão desta associação que permitia a qualquer jovem, desde que membro da mesma, pudesse usufruir de qualquer uma das Pousadas de Juventude da rede alemã.⁹

Em 1930, quando o número de pousadas de juventude na Alemanha rondava os 2000, o programa começou a ser exportado para outros países da Europa, com associações semelhantes à alemã a criarem as próprias redes nacionais. Estas várias redes viriam a juntar-se em 1932, para criar a *International Youth Hostel Federation* (hoje em dia chamada de *Hosteling International*, ou pela sigla *HI*) com Richard Schirrmann na presidência da mesma. Com a criação desta organização sem fins lucrativos, o sistema que permitia aos membros das respectivas associações nacionais viajar e hospedar-se em qualquer estabelecimento nele englobado passava agora a existir a um nível internacional.¹⁰

As pousadas de juventude continuaram a espalhar-se pelo mundo e, nos dias de hoje, ainda mantêm o mesmo sistema que Schirrmann e os seus seguidores criaram em 1932, mas agora numa escala global. Hoje em dia a *Hosteling International* engloba “mais de 90 Associações de Pousadas de Juventude em mais de 90 países espalhados pelo mundo [...] mais de 4,000 pousadas de juventude e 4 milhões de membros globalmente”¹¹.

8 - Tradução do inglês pelo autor

9 - SIMPSON, Duncan M; 2017, *Richard Schirrmann: The man who invented youth hostels* (2ª Edição), (S.L.) (Editado pelo autor) [ed. original 2015]

10 - SIMPSON, Duncan M; 2017a, *A brief history of international hostels* [disponível em: <https://duncansimpsonwriting.com/2017/10/20/a-brief-history-of-international-hostels/>] (consultado em: 26 -04-2018 às 15:32)]

11 - Hosteling International; 2011, *A brief history of Hosteling International* [disponível em: <http://blog.hihostels.com/2011/05/brief-history-of-hostelling/>] (consultado em: 21-05-2018 às 16:34)] Tradução do inglês pelo autor



88



89

87. 88 - Cozinha de alberguista na pousada de juventude de Goundhurst em Inglaterra (S.d.)

1.5.2 O programa original

“Tal como os genes dos pais passam para um filho, as pousadas de juventude possuem algumas das características do homem que as inventou. Elas são românticas e pragmáticas, tal como Schirrmann era. Simultaneamente prático e impraticável.” (SIMPSON, 2015: 02)¹²

Os desejos de Richard Schirrmann foram as condicionantes que originaram e balizaram o modo como o programa da pousada de juventude se desenvolveu. O intuito deste equipamento era permitir que jovens de todas as classes sociais pudessem usufruir de alojamento de qualidade a baixo custo, de modo a que pudessem exercer as mais variadas actividades lúdicas no meio da “natureza”. Inicialmente localizadas em meios rurais, as pousadas de juventude sempre se adaptaram às condições existentes, instalando-se em casas senhoriais e outros edifícios desocupados. Chegaram mesmo a criar-se pousadas de juventude em estúbulos de hotéis quando os meios de transporte de tracção animal começaram a entrar em desuso¹³. A necessidade de um custo reduzido levava a que assim fosse e seria esta condicionante que moldaria o programa para sempre.

“[Quando começaram a surgir] As pousadas de juventude eram essencialmente um lugar para as crianças dormirem, comerem, conviverem e à noite cantarem canções depois de dia passado a explorar o exterior. Eram também um lugar para alunos e professores contribuírem para uma base de conhecimento em progresso, partilhando os seus conhecimentos sobre percursos de montanha com as outras pousadas de juventude. (SALVAGGIO, 2016: 60)¹⁴

A principal característica de uma pousada de juventude, o que a diferencia de outros programas hoteleiros, é o número elevado de espaços dedicados a uso comum e a importância que estes possuem, uma característica nascida não só das condicionantes financeiras, mas também da vocação para grupos. O quarto múltiplo, ou camarata, com camas singulares ou beliches, é um elemento essencial, sem o qual um edifício hoteleiro não se encaixa neste tipo de programa. Simultaneamente, são também essenciais os balneários comuns e as salas de convívio: espaços que permitem ocupação por várias pessoas em simultâneo, e que no caso dos últimos promovem o convívio entre elas. Mais do que algo pelo qual se pode optar, o conhecer e conviver com pessoas novas é algo que é incentivado numa pousada de juventude e, daí, a importância que estes espaços recebem.

12 - Tradução do inglês pelo autor

13 - SIMPSON, Duncan M; 2018, *Radical Roots*
[disponível em: <https://duncanmsimpsonwriting.com/2018/03/22/radical-roots/> (consultado em: 21-05-2018 às 17:12)]

14 - *Idem*



90 - Um grupo de jovens regressando à pousada de juventude de Clent, Inglaterra (S.d.)

Outro espaço que nasce de uma necessidade é a cozinha de uso comum, chamada em Portugal de cozinha de alberguista. Dada a contenção de custos implementada aquando a criação do programa, a oferta de refeições confeccionadas, como acontece num hotel por exemplo, era à partida uma impossibilidade, uma vez que aumentaria em muito os custos. No entanto, a necessidade de refeições precisava de ser resolvida e assim nasce este tipo de cozinha onde são disponibilizados os utensílios para uso, mas onde os mantimentos teriam de ser providenciados pelos próprios alberguistas e onde a arrumação também ficava a seu encargo.

“Nós que vivíamos na cidade tínhamos muita sorte quando vínhamos para fora. Passávamos por um agricultor local que nos conhecesse e ele vendia-nos um ou dois ovos. Tínhamos todos pouco dinheiro e então, para reduzir o nosso custo pessoal, comíamos o que conseguíamos arranjar. [...]

Por vezes passávamos até duas horas na cozinha dos alberguistas, a cozinha de uso comum, porque estávamos todos a rir e a brincar e a conversar enquanto tínhamos a chaleira ao lume, e então bebíamos uma chávena de chá e depois, no fim, aqueles que não tinham cozinhado lavavam a loiça. Era divertido, era agradável e, apesar do meu esforço hoje, todos aprendemos muito e acho que descobriria que a maioria de nós aprendeu a cozinhar aqui.” (ALCOCK, 2013)¹⁵

A manutenção dos espaços da pousada era outro problema que carecia de solução. Uma equipa responsável pela limpeza e pela preparação dos diversos espaços seria um luxo que o programa não permitia. Assim, a arrumação da pousada passava a ficar ao encargo dos grupos que nela se hospedavam, o que se acreditava ser uma maneira de estes desenvolverem carácter e criarem espírito de comunidade. O único funcionário seria um responsável que guardasse o local quando este não albergava jovens e que distribuía diariamente as tarefas quando este se encontrava ocupado.

“A tarefa diária era uma parte integral de ficar numa pousada de juventude entre 1930 e, pelo menos, 1980. Todos varriam, esfregavam, poliam ou faziam uma de várias outras tarefas. [...] Todas as manhãs, os membros faziam fila para receberem as suas tarefas. [...] Todos faziam uma. Era um dogma que ninguém evitava ou tentava contornar, uma ideia importada da Alemanha, onde as primeiras pousadas de juventude tinham sido criadas. [...] Depois de assinar o livro de registo e pago a estadia, o alberguista entregava o seu cartão de membro e, para o voltar a ter, antes de sair fazia uma tarefa. [...]O trabalho criava igualdade dentro da pousada de juventude. Ninguém era demasiado importante que não pudesse sujar as mãos, esfregar ou limpar.” (SIMPSON, 2017b)¹⁶

15 - Hedley Alcock, antigo presidente da *Youth Hostel Association* (associação responsável pelas pousadas de juventude britânicas) [depoimento feito em documentário, enquanto cozinhava] KNIGHT, Andrew (realização); MIDDLETON, Glyn (produção); 2009, *BBC Four: - Youth Hostelling: The First 100 Years*, BBC Four [excerto disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zgcxYOy36a4> (consultado em: 03-10-2017 às 11:20)]

Tradução do inglês pelo autor

16 - Tradução do inglês pelo autor

1.5.3 As pousadas de juventude no presente

Durante os quase cem anos passados desde a sua criação, as pousadas de juventude, apesar de ainda manterem os princípios originais, sofreram alterações no modo como operam e se organizam. Em primeiro lugar deixaram de ser exclusivamente criadas em meios rurais ou em zonas onde o principal atractivo são as actividades ao ar livre. Nos dias de hoje, este equipamento existe também em meio urbano, alargando o leque de destinos possíveis. Em especial no continente Europeu (onde se encontram o maior número de pousadas de juventude) existe pelo menos uma por cada grande centro urbano e, por vezes, até mais¹⁷. A restrição de idade também desapareceu, como já se referiu, sendo possível a qualquer pessoa hospedar-se numa pousada desde que seja membro de uma das associações nacionais que pertencem à *Hosteling International*.

Como a sua propagação para áreas urbanas pode levar a crer, os interesses do público-alvo também foram mudando. Os alberguistas já não procuram uma estadia no campo onde podem realizar actividades ao ar livre. Os utilizadores das pousadas de juventude passaram a ter um leque de interesses mais abrangente do que o inicial, passou-se a querer visitar alvos específicos ou simplesmente conhecer e desfrutar de uma cidade nova. O público-alvo também foi mudando ao longo do tempo, os grupos de jovens que ficam albergados por um período de tempo estabelecido continuam a existir, mas cada vez mais as pousadas são um local para pernoitar e não para estar. Tal deve-se muito à ascensão dos voos *low cost* e a “sub-cultura do *backpacker*” (SALVAGGIO, 2016: 05)¹⁸. Os *backpackers*, cuja tradução literal seria mochileiros, são “jovens viajantes oriundos de países do Ocidente economicamente avançados e que viajam fora do seu país levando apenas uma mochila, com orçamento regrado, por um período de tempo prolongado” (SALVAGGIO, 2016: 02)¹⁹. Estes viajantes utilizam a pousada de juventude simplesmente como abrigo durante uma ou duas noites e passam o resto do dia a explorar as cidades.

Esta mudança gradual na atitude do público-alvo foi ao mesmo tempo acompanhada de uma mudança no método de gestão. A obrigatoriedade de executar trabalhos de limpeza é a principal diferença entre o passado e o presente das pousadas de juventude. Com o passar do tempo o responsável solitário deu lugar a uma equipa que realizava as tarefas de manutenção e limpeza do espaço em conjunto com os alberguistas. Aos poucos, a tarefa diária tornara-se redundante e a mudança de atitude por parte do público alvo, aliada a novas normas de higiene, levaram a que em 1980 a obrigação de executar tarefas fosse abandonada definitivamente.²⁰

17 - Hosteling International; (S.d.) *Destinations and hostels*
[disponível em: <https://www.hihostels.com/explore> (consultado em: 03-05-2017 às 10.15)]

18 - Tradução do inglês pelo autor

19 - *Idem*

20 - SIPMSON, Duncan M; 2017b, *Duties, chores: a dusting down*
[disponível em: <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/04/18/youth-hostel-duties-and-equality/> (consultado em: 26-04-2018 às 19:20)]

A segunda grande diferença entre as pousadas de juventude iniciais e as do presente é a introdução de cantinas e/ou bares. Iniciada pelos responsáveis das pousadas como uma forma de conseguirem maior rendimento, a venda de refeições acabou por se tornar uma norma nos dias de hoje uma vez que facilita a estadia dos alberguista, que muitas vezes preferem despende um pouco mais de dinheiro a perder tempo na preparação das suas refeições²¹. As cozinhas de alberguista não foram, no entanto, extintas das pousadas, uma vez que continuam a existir pessoas que preferem confeccionar a sua comida a despende mais dinheiro (tal como acontecia no passado) ou que simplesmente procuram este espaço para realizar pequenas refeições. Ainda assim, na investigação realizada, encontraram-se exemplos de pousadas de juventude que não oferecem cozinha de alberguista.

“Alguns temeram que a cozinha de uso comum se perdesse completamente à medida que as pousadas de juventude se modernizaram. Mas não se chegou a esse ponto. A razão prevaleceu e as cozinhas de uso comum continuaram a fazer parte das pousadas de juventude.

Eu adoro a liberdade que as pousadas oferecem, a possibilidade de cozinhar a minha própria comida ou fazer uma refeição no bar. Os grupos também preferem que lhes providenciem a comida. Quem é que quereria cozinhar para sessenta miúdos esfomeados numa cozinha comum? Há quem o faça porque as pousadas de juventude oferecem liberdade e poder de escolha.

Tal como o acto de viajar, assim como outros aspectos das nossas vidas, a utilização destas cozinhas também mudou. Deixaram de se cozinhar feijões ou salsichas. As refeições pré-cozinhadas e os micro-ondas substituíram as panelas e assim as cozinhas sobrevivem.” (SIMPSON, 2017c)

As camaratas não só continuam a existir mas também continuam a ser o espaço mais característico deste tipo de equipamento. Ainda é impensável que um estabelecimento com este nome não possua quartos múltiplos; no entanto, o programa passou também a incluir quartos duplos com WC privativo, derivados do desejo de privacidade de alguns alberguistas. Ainda assim o uso das camaratas mantém-se graças à diferença de preço entre estas e os quartos duplos. As salas de convívio são o único aspecto do programa original que não sofreu grandes alterações: o convívio entre alberguistas continua a ser incentivado como um dos atractivos oferecidos e assim este tipo de espaço mantém a mesma importância desde o programa inicial.

“As pousadas de juventude são muito mais do que uma cama e um pequeno-almoço. Elas são o lugar ideal para ficar e desfrutar de hospitalidade; para conhecer pessoas e fazer amigos, para se divertir, ter conversas significativas, mergulhar numa

21 - SIMPSON, Duncan M; 2017c, *A kitchen in Seattle* [disponível em: <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/10/08/a-kitchen-in-seattle/> (consultado em: 26 04 2018 às 15:29)]

cultura nova e apreciar mais as pessoas e o ambiente.” (BRASCH-EGGERT, S.d.)²²

O aumento do número de viajantes que procuram hospedagem a baixo custo, assim como o sucesso da pousada da juventude enquanto programa, levou a que grupos hoteleiros privados passassem também a gerir estabelecimentos deste tipo. Assim, existe uma diferença entre *youth hostel* e *hostel*, na medida em que os primeiros são da responsabilidade das diferentes associações de pousadas de juventude nacionais que compõem a *Hosteling International* e das quais é preciso ser membro para poder usufruir dos seus serviços; enquanto os segundos são geridos por grupos privados e não pertencem a nenhuma rede internacional, deste modo, a nível de funcionamento são mais próximos do hotel, com uma maior oferta de quartos duplos em relação aos quartos múltiplos, que normalmente não chegam a ter mais de quatro camas. A importância das salas de convívio mantém-se e em alguns casos até existem cozinhas de alberguista, no entanto a grande diferença está a nível de preço, sendo o *hostel* mais dispendioso que as pousadas de juventude.

22 - Angela Braasch-Eggert [actual presidente da *Hosteling International*] citada em *Hosteling International*; (S.d.) *Our mission*
[disponível em: <https://www.hihostels.com/pages/407> (consultado em: 27-07-2018 às 15:46)]

1.5.4 O caso português

As pousadas de Juventude surgiram em Portugal em 1958, mas só no final da década de 1970 é que seria criada uma entidade responsável a nível nacional, a Associação Portuguesa de Pousadas de Juventude. Actualmente esta já não existe e as pousadas são da responsabilidade da Movijovem, uma entidade pública criada em 1991 pela conjugação de esforços entre o Instituto Português da Juventude e a Associação de Utentes das Pousadas de Juventude²³. Tal como acontece com as outras associações da *Hosteling International* o uso das pousadas de juventude implica que se seja membro da mesma, o que em Portugal se faz através da aquisição do cartão “pousadas de juventude”, numa das três diferentes modalidades oferecidas: individual, grupo ou grupo escolas²⁴.

No território nacional o termo “pousada” apenas é utilizado por equipamentos que estejam sob a alçada da Movijovem (pousadas de juventude) ou estabelecimentos geridos pelo grupo Pousadas de Portugal. Estes últimos não têm mais em comum com o programa em estudo do que o nome. Os estabelecimentos fora da rede da Movijovem utilizam o termo “estalagem” ou o termo inglês *hostel*.

A nível nacional existem quarenta e duas pousadas de juventude, havendo pelo menos uma em cada capital de distrito. Os equipamentos nacionais encontram-se divididos em quatro categorias: *Urbano*, *Praia*, *Histórico-cultural* e *Natureza Aventura*. A primeira categoria é a mais simples de explicar, pois tal como o nome indica corresponde aos equipamentos que se localizam nos centros urbanos, (Ex: Lisboa, Porto, Setúbal, entre outros) e são aqueles que possuem maior dimensão dentro da rede nacional; a categoria *Praia* também é indicativa, tratam-se de equipamentos existentes em zonas balneares ou próximas destas (Ex: Viana do Castelo, Espinho, Faro, entre outros) e a sua dimensão é variável; a categoria *Histórico-cultural* enquadra as pousadas que se encontram em locais que se distinguem pela presença de pontos com valor histórico (Ex: Guimarães, Foz Coa, Évora, entre outras) ou onde se realizam grandes eventos culturais (como a Bienal de Arte Moderna de Vila Nova de Cerveira), das quatro categorias é que engloba o menor número de estabelecimentos, estes com dimensões variáveis; por fim a categoria *Natureza Aventura* é a mais abrangente, englobando pousadas de grande dimensão localizadas em pontos de grande procura turística (como Gerês ou Serra da Estrela) e grandes cidades do interior do país (como Bragança), áreas de interesse natural (como Alcoutim ou Alvados – Porto de Mós) ou equipamentos mais modestos situados em localidades mais pequenas (como Idanha-a-Nova ou Melgaço)²⁵.

23 - CATALÃO, Carla; “Movijovem e mobilidade juvenil”, *Revista Turismo e desenvolvimento* n^o9, 2008, p.175-185

24 - Pousadas de Juventude; (s/d) *Cartão pousadas*
[disponível em: <https://pousadasjuventude.pt/pt/cartpousadas/> (consultado em: 21-04-2017 às 14:27)]

25 - Site *Pousadas de Juventude*
[disponível em: <https://pousadasjuventude.pt/pt/pousadas> (consultado em: 21-04-2017 às 14:23)]

Durante o período compreendido entre 2005 e 2011 as pousadas de juventude portuguesas eram maioritariamente deficitárias²⁶. No entanto em 2012 esta tendência começou a mudar, com a “marca” a voltar a apresentar resultados positivos e subidas graduais nas taxas de ocupação, algo que dura até hoje²⁷. Em 2015 foi implementado um novo método de gestão na qual as pousadas podem ser concessionadas a grupos privados ou municípios²⁸. As novas entidades gestoras continuam no entanto a ter de acautelar as normas da Movijovem e da *Hosteling International*, de modo a que o conceito base dos equipamentos não se perca. Com este novo acordo passou a ser possível aos municípios criar os seus próprios projectos para pousadas de juventude e apresenta-los à Movijovem, como é o caso das pousadas de Celorico de Basto (inaugurada em 2015²⁹ e que abandonou a rede nacional em 2018) de Vila do Conde (actualmente em construção)³⁰ ou de Sintra (com projecto aprovado mas ainda sem obra iniciada)³¹.

Os edifícios das pousadas portuguesas são variáveis, com alguns a serem construções de raiz, principalmente as de maior dimensão, enquanto outras são projectos de reabilitação, tal como as primeiras pousadas o eram em certa medida. Estes últimos estão, maioritariamente, nas categorias *Historia-cultural* e *Natureza Aventura*, com um ou outro caso a ocorrer nas outras categorias.

A percepção que existia quando se iniciou esta investigação, adquirida por experiência empírica da parte do autor desta Dissertação, era de que em Portugal este tipo de equipamento recebia grupos de estudantes em visitas de estudo durante um determinado período de tempo, para depois dar lugar a outros e assim sucessivamente. Após uma pesquisa sobre a rede portuguesa, que envolveu o diálogo com funcionários

26 - SILVA, Ana Rute; “Há mais de 100 interessados na concessão de 14 Pousadas da Juventude”, *Jornal Público P2* (versão *online*), 07 de Maio de 2015 [disponível em: <https://www.publico.pt/2015/06/07/economia/noticia/ha-mais-de-100-interessados-na-concessao-de-14-pousadas-da-juventude-1698152> (consultado em: 16-10-2017 às 15:47)]

27 - Movijovem; (s/d) “Movijovem apresenta os melhores resultados de actividade de sempre” [disponível em: <http://www.movijovem.pt/noticias/movijovem-apresenta-os-melhores-resultados-de-atividade-de-sempre/> (consultado em: 02-06-2018 às 10:15)]

28 - SILVA, Ana Rute; “Maioria das pousadas da juventude ficou por concessionar”, *Público P2* (versão *online*), 23 de Setembro de 2015 [disponível em: <https://www.publico.pt/2015/09/23/economia/noticia/maioria-das-pousadas-da-juventude-ficou-por-concessionar-1708794> (consultado em: 02-06-2018 às 10:17)]

29 - Câmara Municipal de Celorico de Basto; “Pousada de Juventude de Celorico de Basto oficialmente inaugurada”, 03 de Novembro de 2015 [disponível em: <http://www.mun-celoricodebasto.pt/pt/notici/geral/pousada-da-juventude-de-celorico-de-basto-oficialmente-inaugurada> (consultado em: 17-10-2017 às 21:34)]

30 - Câmara Municipal de Vila do Conde; “Futura Pousada da Juventude: requalificação do Palacete Melo já começou”, 30 de Junho de 2017 [disponível em: http://www.cm-viladoconde.pt/frontoffice/pages/655?news_id=3880 (consultado em: 21-10-2017 às 14:21)]

31 - Câmara Municipal de Sintra; “Sintra vai ter pousada de juventude”, 07 de Abril de 2016 [disponível em: <http://www.cm-sintra.pt/sintra-vai-ter-uma-pousada-da-juventude> (consultado em: 21-10-2017 às 14:35)]

no local, percebeu-se que o caso Português é distinto da norma europeia. Apesar da cultura de *backpacker* também já ter chegado ao País, as pousadas ainda vivem muito de grupos, nomeadamente escolas em visitas de estudo, associações desportivas juvenis ou campos de férias.

A capacidade de acolhimento dos equipamentos nacionais é medida em camas, e a oferta é variável. As camaratas estão obviamente presentes, com capacidade variável entre quatro a oito camas, existindo também casos de quartos com dez (Braga), doze (Setúbal) e catorze camas (Aveiro), no entanto nunca mais do que um ou dois deste tipo por pousada. A oferta de quartos duplos também é considerável, havendo vários casos onde estes são em número superior aos quartos múltiplos. Segundo a investigação realizada, esta tipologia de quarto deve existir, mesmo que em número reduzido, pois são necessários para os responsáveis pelos grupos de estudantes, para além de permitirem atrair potenciais alberguistas que desejam maior privacidade. O modelo de quarto duplo é variável, podendo ter sanitário privativo ou estar adaptado para pessoas com mobilidade condicionada. Alguns dos estabelecimentos de maior envergadura oferecem ainda apartamentos com *kitchenette*.

Relativamente aos espaços comuns, estes mantêm a importância que possuem nos equipamentos internacionais. Para além das salas de convívio, algumas pousadas disponibilizam salas extra para grupos que se encontrem em viagem de trabalho. A capacidade de oferecer, pelo menos, as três refeições principais é algo essencial, um dos principais factores de atracção dado que se trata de um equipamento que serve grupos. O modelo em que as refeições são providenciadas varia entre as pousadas, umas optam pela cantina tradicional, que apenas funciona em horas específicas e com marcação prévia, enquanto outras possuem um bar em funcionamento durante todo o dia. Mesmo com estes espaços, a maioria dos equipamentos nacionais também possui uma cozinha de alberguista e uma lavandaria de alberguista.

Outro factor importante para o sucesso do equipamento é a sua localização. Uma boa acessibilidade e a proximidade com pontos de interesse locais são muito importantes para a taxa de procura da pousada. A oferta de estacionamento privativo também é uma mais-valia. Por fim, a existência de espaços desportivos, como campos de futebol ou de outras modalidades, dentro da propriedade da pousada ou próximos desta são um ponto muito favorável, uma vez que atraem equipas desportivas, amadoras ou de camadas jovens. A título de exemplo a pousada de juventude do Porto, recebe vários grupos que participam em torneios de futebol inter-escolas dado que existe um campo de futebol de acesso livre ao lado do edifício, permitindo assim que as equipas treinem sem se deslocarem do local de hospedagem.

Para concluir, a noção transmitida pelos funcionários das pousadas de juventude é de que a criação de um equipamento deste tipo não é, por si só, sinónimo de aumento na procura turística da região. Ou seja, para que uma pousada possa prosperar, é preciso que exista um leque de atractivos no qual esta se possa apoiar para, assim, poder garantir a sua procura. Quanto maior for a abrangência deste leque maior será o número de potenciais alberguistas que se consegue atrair.



91



92



93

91 - Serra da Aboboreira

92 - Barragem do Carrapatelo

93 - Parque Fluvial do Tâmega

1.5.5 A viabilidade do projecto

Apesar da vontade expressa pelo município e do interesse pessoal face à hipótese de desenvolver o programa em causa, parecia ainda ser necessário confirmar se tal proposta seria verosímil, ou seja, se o investimento necessário para a criação de uma pousada da juventude por parte do município seria justificado e poderia dar retorno. Deste modo, a questão que se impunha era se existiriam no concelho motivos que suscitassem o interesse de potenciais alberguistas.

“É preciso não esquecer que o turismo é uma ciência de detalhe, é uma ciência de psicologia.

É preciso saber interessar o turista, prendê-lo às belezas naturais, à riqueza monumental; saber também moderar as suas exigências com uma boa disposição. Nem todos os locais, nem todas as obras de arte interessam, da mesma forma, o excursionista.” (LIMA, 1935: 03)

Virtude da sua localização particular, o concelho de Marco de Canaveses possui atractivos naturais cativantes que permitem a realização de diversas actividades ao ar livre. Os principais destaques vão para as serras de Montedeiras e da Aboboreira, esta última de dimensão superior e dividida ainda pelos concelhos de Amarante e Baião; os rios Douro e Tâmega e ainda as albufeiras criadas pelas barragens do Torrão e do Carrapatelo. Para além destes exemplos maiores, existem ainda, dispersos pelo concelho, vários outros rios e montes com dimensão inferior, mas ainda assim com valor atractivo.

Este considerável património natural levou a que a Câmara Municipal realizasse várias intervenções com objectivo de incentivar a procura e o uso do mesmo; de onde se destacam os “Percursos Pedestres”, uma série de caminhos e trilhos que permitem caminhar por entra a “natureza” e visitar os pontos mais notáveis do concelho. Somando-se a esta intervenção, existem outras de grande envergadura relacionadas com os rios que se encontram neste território: as já referidas albufeiras, diversas praias fluviais e ainda o Parque Fluvial do Tâmega, onde ocorrem com regularidade competições de desportos aquáticos e onde se encontra o centro náutico, que faculta o aluguer de equipamento para desportos aquáticos.

Para além destes atractivos naturais existem ainda atractivos de origem humana. Possuidores de grande interesse histórico e cultural, estes abrangem várias épocas, existindo exemplos de construções megalíticas, castros, pinturas rupestres de pequena dimensão e ainda várias arquitecturas notáveis de carácter senhorial ou religioso.



94



95



96



97

94 - Cidade romana de Tongobriga

95 - Casa Inacabada de Vila Boa de Quires

96.97 - Igreja de Santa Maria de Fornos de Álvaro Siza

De modo particular, no que diz respeito à arquitectura religiosa, devem-se destacar os vários exemplos que estão incluídos na Rota do Românico³² e ainda a Igreja de Santa Maria de Fornos, de autoria do arquitecto Álvaro Siza. Dentro do património construído existente, são vários os casos onde este se encontra dentro do património natural, como são exemplo os monumentos megalíticos existentes na Serra da Aboboreira ou as duas igrejas românicas classificadas como Imóvel de Interesse Público que se encontram, respectivamente, nas duas margens do Parque Fluvial do Tâmega.

Dentro do património construído existem dois casos notáveis passíveis de menção, são eles a Casa inacabada de Vila Boa de Quires, conhecida pela população como “As Obras do Fidalgo”, e a cidade romana de Tongobriga. O primeiro caso trata-se de um palácio de estilo Barroco com dimensões imponentes que começou pela construção da fachada principal e nunca avançou para além desta. Trata-se de “uma das mais extensas fachadas barrocas da arquitectura portuguesa” (SERENO e NOÉ, 1996), o que aliado ao nível de detalhe que apresenta valem-lhe a classificação de Imóvel de Interesse Público.

Relativamente à antiga cidade romana, esta é, por ventura, o atractivo com maior valor histórico no concelho, sendo provavelmente o maior motivo para potenciais visitas de estudo a Marco de Canaveses. Classificada como Monumento Nacional, a antiga *civitas* já se encontrava ocupada antes da romanização da Península Ibérica e estende-se por cerca de 50 hectares, sendo possível visitar áreas habitacionais, termas (romanas e pré-romanas), uma necrópole, um fórum e ainda uma basílica paleocristã. O equipamento é ainda complementado por um museu arqueológico e pela povoação onde se insere, classificada como Aldeia de Portugal.

Por fim, existem ainda outros pontos de interesse complementares aos já mencionados tais como os museus municipais, as festividades do concelho e a possibilidade de conhecer as actividades locais existentes: a gastronomia, a vinicultura e o artesanato.

Todos estes pontos de interesse em conjunto criam um leque de atractivos que se crê ser capaz de justificar o equipamento proposto, dado que, tendo em conta a diversidade destes, é possível realizar vários programas. A título de exemplo, seria possível realizar um programa cultural onde se visite Tongobriga e o restante património construído e cultural do concelho, assim como um programa voltado para as actividades ao ar livre, com caminhadas e desportos aquáticos; sendo assim aparentemente possível que existisse uma procura pelo equipamento tanto em âmbito de visita de estudo, como campo de férias, competições desportivas ou até

32 - A Rota do Românico é uma rota turística composta por 58 monumentos de estilo românico existentes na sub-região do Tâmega e Sousa.

Rota do Românico; (s/d), *A Rota do Românico*

[disponível em: <http://www.rotadoromanico.com/vPT/QuemSomos/ARotadoRomanico/Paginas/ARotadoRomanico.aspx> (consultado em: 24-07-2018 às 10:27)]



98 - Dormitório do Abrigo de Montanha da Venda da Giesta (Marco de Canaveses). Um carácter diferente daquele que se pretende para a pousada de juventude

mesmo numa atitude puramente turística. A relação entre os atractivos do concelho e a pousada da juventude revela-se assim simbiótica, na medida em que para existir, o equipamento necessita de pontos de interesse que o justifiquem, mas ao mesmo tempo, a sua existência serve para incentivar a procura destes.

“Ora tem o país uma diversidade de admiráveis paisagens, de sítios históricos, de riqueza monumental, quási desconhecida, que merecem e precisam de ser compreendidos na lista de excursões possíveis, e que não o foram até hoje, à míngua de instalações adequadas, à míngua do seu conhecimento e da sua propaganda.” (LIMA, 1935: 04)

Sabendo que havia atractivos nos quais a pousada de juventude se podia apoiar, tentou-se posteriormente descobrir se haveria sido criado, desde a aquisição da casa até ao presente, algum equipamento privado semelhante dentro do concelho. Descobriu-se que apesar de existirem alguns hotéis e estabelecimentos de turismo rural, estes não se encontram voltados para grupos e o seu custo é mais elevado, não sendo assim atractivos para o público-alvo. Questionada sobre onde se poderia alojar um grupo de estudantes em visita de estudo a Marco de Canaveses, a Câmara Municipal indicou um abrigo de montanha existente numa antiga escola do concelho. Este equipamento no entanto não serve como alternativa, uma vez que não possui o conforto de uma pousada de juventude, consistindo mais um “aproveitamento” do que um projecto de intervenção pensado, tratando-se de um o espaço pensado unicamente para servir de dormitório. Ao mesmo tempo, a sua localização vem realçar ainda tal constatação, uma vez que se encontra a cerca de 20 quilómetros do centro da cidade numa zona montanhosa de difícil acesso.

Por outro lado, a Casa dos Arcos favorece de uma localização privilegiada para o programa que se deseja implementar. Encontra-se a cerca de um quilómetro do centro da cidade, com bons acessos viários e acessos pedonais decentes, o que permite uma deslocação rápida entre os dois pontos. Ao mesmo tempo o edifício está também próximo da estação de comboios e da paragem de autocarro, distando cerca de 550 quilómetros destas, o que é também um factor de incentivo para o uso do equipamento, pois aumenta o número de opções de deslocação dos potenciais utilizadores. Mesmo o facto de se encontrar fora do centro mas próximo deste também pode ser considerado um ponto a favor, pois permite o já referido fluxo de deslocação facilitado entre si e o centro e a casa, ao mesmo tempo oferece um espaço alternativo capaz de ser utilizado por quem procure um ambiente mais “rural”.

“Para o turismo destas regiões somos de opinião que tem de ser lançado e desenvolvido um tipo de construção que não é o Hotel, que já impõe um número de quartos avultado, instalações caras, pessoal já numeroso, etc.; organização incompatível para a maioria das pequenas terras de província. Deve ser um tipo de instalação mais simples e económico [...]” (LIMA, 1935: 05)

II

Património

Intervir no património construído
A complexidade da questão
O exemplo de Fernando Távora

2.1 Intervir no património construído

Intervir num edifício de carácter patrimonial é uma questão complexa. Como tal, revelou-se necessário analisar esta temática e a forma como se desenvolveu ao longo do tempo, para assim compreender as questões que confrontam um arquitecto neste tipo de intervenção e como resolver as mesmas.

2.1.1 Património. Monumento. Monumento histórico

“Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório

Património histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua presença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.” (CHOAY, 1982: 11)

Dentro deste termo, “património histórico”, que a autora citada considera cada vez mais abrangente, inserem-se várias categorias classificativas, dentre as quais se encontra o património edificado. A questão de conservar e intervir sobre construções de carácter patrimonial é relativamente recente e está relacionada com a consagração do conceito de monumento histórico. Apesar de inicialmente este poder ser entendido como sinónimo de património edificado, desde a década de 1960 que tal já não se verifica. Esta mudança deve-se ao facto de o conceito de património edificado se ter tornando, progressivamente, mais abrangente e assim, “os monumentos históricos constituem apenas parte de uma herança que não para de aumentar, por via de anexação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior dos quais se inscrevem estes bens” (CHOAY, 1982: 12).

Deve-se salientar que “monumento histórico” também não é sinónimo de “monumento”, este último um conceito mais antigo e de carácter universal. O termo “monumento”, derivado do latim *monere* que significa “advertir” ou “recordar”, é aplicado a obras do presente e cuja função está ligada à memória, interpelando-a, e recordando à população algo importante. Esta função de apelo à memória que é atribuída ao monumento, advém de uma atitude premeditada aquando a concepção deste, ou seja, ele é construído como um objecto de culto que permite recordar algo concreto a quem o contempla; algo que tanto pode ser específico, como um feito importante por parte de um sistema de governo, ou mesmo mais abstracto, como o prestígio de uma cidade ou de uma nação

“Neste primeiro sentido, chamar-se-á monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afectividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e seleccionado para fins vitais, na medida em que pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Tanto para os que o edificam, como para aqueles que dele recebem as advertências, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera incerteza dos princípios. Desafia à entropia, à acção dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação.” (CHOAY, 1982: 16)

No entanto, com o passar do tempo, o monumento foi progressivamente perdendo a sua importância enquanto elemento de apelo à memória. A perda deste valor inicia-se com uma mudança que ocorre no Renascimento em relação ao valor da arte, quando o ideal de “beleza” é elevado e sobreposto ao ideal de “memória”. Posteriormente, a criação da imprensa mecânica permitirá a disseminação de novas ferramentas de interpeleção à memória e dará continuidade a este processo que será colmatado com a invenção da fotografia e, mais tarde, do cinema. Hoje em dia, o monumento, no sentido original do termo, é uma ocorrência cada vez mais rara. Já não se constroem edifícios para mostrar o prestígio de uma nação ou para marcar acontecimentos importantes, como uma vitória militar por exemplo, pois estes ficam registados seja em relatos escritos, em fotografias ou mesmo em vídeos.

Quanto ao monumento histórico, este também apela à memória, mas de modo diferente. Contrariamente ao carácter universal do monumento, o monumento histórico é uma criação da sociedade ocidental, um valor que é atribuído aos edifícios após um longo período de vida, ao contrário do valor monumental que já existe quando o edifício é projectado. O conceito de monumento histórico nasce de uma visão conjunta de artistas e historiadores que, graças à distância temporal existente entre a sua época e a época dos edifícios antigos, assumem uma atitude reflectiva sobre estes, exaltando o seu valor tanto para a história da humanidade de um modo geral, como para a história da arte de modo particular. Se o monumento pertence ao presente, o monumento histórico pertence ao passado e existe como um testemunho deste. Uma construção que tenha sido concebida enquanto monumento pode ser um monumento histórico, mas tal não é uma condição necessária.

“Todo o objecto do passado poder ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial. Inversamente, recordemo-lo, todo o artefacto humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória.[...]

O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo. O monumento histórico mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração. Ou é simplesmente constituído em objecto de saber e integrado numa concepção linear do tempo e, neste caso, o seu valor cognitivo relega-o, sem apelo, nem agravo para o passado, melhor dizendo, para a história em geral, ou para a história da arte em particular; ou então, pode também, enquanto obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso ‘desejo de arte’ [...] Neste caso, torna-se parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história.” (CHOAY, 1982: 22)

Esta diferença entre os dois conceitos no que diz respeito à relação com o tempo e com a memória reflecte-se na atitude de conservação face aos mesmos. O monumento, como memória concreta de algo que pode perder o seu valor, é passível de ser deixado exposto à acção degenerativa do tempo e de ser esquecido e posteriormente deixado ruir. O monumento histórico, por sua vez, encontra-se inserido num lugar imutável e definitivo, fixado pelo seu valor histórico e artístico que oferece conhecimento às gerações seguintes e como tal exige “pelo menos em teoria, uma conservação incondicional” (CHOAY, 1982: 23)



99



100

99 - Teatro de Marcellus em Roma por volta de 1880, vem desde a Idade média a ser ocupado por famílias patrícias

100 - Ilustração do Coliseu de Roma como se encontrava durante a Idade Média

2.1.2 A preservação do património edificado ao longo da história

As questões relacionadas com a preservação do património edificado são relativamente recentes. Estes surgem apenas aquando da “consagração do monumento histórico” (CHOAY, 1982: 111). Antes deste conceito surgir, não existia uma preocupação activa em conservar as construções de épocas passadas pelo seu valor histórico enquanto peça de arte. Se é verdade que já no período da Roma Antiga se verificava uma atitude de preservação das construções Gregas, esta, para além de ser exclusiva a esse período específico, ocorria de forma aleatória, conforme o gosto dos intervenientes. Não existia, dentro a sociedade romana, nenhum princípio que proibisse a destruição da arquitectura grega, ou mesmo incentivasse a sua preservação. Os objectos preservados também não eram investidos com valor histórico, a sua conservação devia-se antes ao facto de serem percebidos como elementos de uma civilização considerada superior e da qual os romanos se desejavam apropriar.

A idade média, por sua vez, não era de todo propícia à conservação dos edifícios do passado. Os diversos edifícios oriundos da colonização romana que se encontravam espalhados por toda a Europa após a queda do império foram alvo de mais acções de destruição do que de preservação. Os monumentos do antigo império haviam perdido o seu significado e, como tal, o seu sentido e utilidade; ao mesmo tempo, a proximidade que existia entre a época em questão e aquela onde estes foram concebidos impediu que fossem vistos com valor histórico. Deste modo, as obras eram percebidas como construções do presente e assim vistas exclusivamente de forma pragmática: como um recurso que não se deveria desperdiçar. Esta atitude levou a que vários monumentos fossem transformados em pedreiras que forneciam material para as novas construções ou, quando tal não acontecia, eram adaptados para receberem novas funções, o que muitas vezes os desvirtuava.

“Em Roma, no século IX, os arcos do Coliseu são fechados, ocupados por habitações, armazéns e oficinas, ao passo que a arena recebe uma igreja e a cidadela dos Frangipani [uma poderosa família da época]. O Circo Máximo é ocupado por habitações que a congregação de Saint Guy arrenda; os arcos do teatro de Pompeia são ocupados por mercadores de vinho e por *trattorie*, os do teatro de Marcelo por trapeiros, adelos e tabernas. Em Provença, as arenas de Arles são transformadas em cidadela, as suas arcadas fechadas, um quarteirão de habitações construído sobre as suas bancadas e uma igreja edificada no seu centro.” (CHOAY, 1982: 32)

Ainda assim, existem casos de edifícios da Antiguidade que são alvo de preservação, nomeadamente os templos religiosos que, por desígnio papal, eram desprovidos de qualquer vestígio do culto pagão e adaptados ao culto católico. Uma vez mais, não se pode dizer que se trate de uma atitude que deseja preservar as obras do passado enquanto testemunho do mesmo, mas sim de um acto de pragmatismo que aproveita os recursos existentes. Na verdade, trava-se mais de um acto de reutilização do que de preservação.



101



102

101 - Antigo Teatro di Marcello, ordenado construir por Júlio César e concluído no século XIII d.C., foi transformado em *Palazzo* no século XVI

102 - Templo de Antonino e Faustina, começado a construir em 141 d.C., foi transformado na Igreja de San Lorenzo in Miranda durante a Idade Média

O conceito de monumento histórico surge apenas no Renascimento na década de 1430, sendo que o processo que leva à sua criação começa por volta do ano de 1420¹. Após o Grande Cisma do Ocidente², a sede do papado é reestabelecida em Roma com Martinho V que o desejava devolver à cidade o prestígio que havia perdido. As ruínas dos edifícios da Antiguidade Clássica que nela existem, são o testemunho histórico deste passado e, como tal, gera-se um clima de interesse intelectual à volta destas. Ao longo da década seguinte, os humanistas e os artistas, mutuamente e intercambiando os seus conhecimentos, viriam a redescobrir as obras do passado, que, devido ao distanciamento histórico existente, eram analisadas sob um olhar crítico que não as idolatrava incondicionalmente, mas que antes as avaliava e estabelecia como objectos de reflexão e contemplação, não só pelo seu valor histórico enquanto representantes do passado, mas também pelo seu valor enquanto obras de arte que deviam ser estudadas.

“Eles são portadores de uma segunda mediação que autentica e confirma a dos livros. Eles testemunham a realidade de um passado acabado. São arrancados à tarefa familiar e banalizante de presente para irradiar a glória dos séculos que os edificaram. Dissipam através da sua presença a ressonância fabulosa dos textos gregos e latinos e esse poder não se manifesta em nenhum lugar melhor do que em Roma.” (CHOAY, 1982: 39)

As primeiras medidas de protecção dos edifícios antigos surgem nesta época através da acção papal, que pretende evitar que a destruição de edifícios da Antiguidade Clássica, como ocorreu durante a Idade Média, se volte a repetir, impondo medidas penais para combater potenciais destruições. Trata-se uma atitude de preservação diferente daquela que tinha ocorrido até então, uma vez que não pretendia apropriar-se das obras do passado mas sim preservá-las. Mas, mais do que a simples preservação das obras antigas, os papas são ainda responsáveis pelo restauro de algumas destas.

“As intervenções do Renascimento sobre o património são efectuadas segundo uma visão mais global e profunda do que a medieval, iniciando-se o processo de reutilização a partir de um levantamento ‘reconstitutivo’ das arquitecturas anteriores – por vezes excessivamente imaginativo -, compondo com os vestígios ainda existentes e aos quais se adicionavam novas estruturas modernas, com grande sentido de unidade espacial.” (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, 1993: 5-6)

Ainda assim, esta atitude preservadora não estava associada, contrariamente àquilo que artistas e humanistas da época desejariam, à preservação dos testemunhos

1 - CHOAY, Françoise; 1982, *L'allégorie du patrimoine*, Paris: Editions du Seil

2 - O Grande Cisma do Ocidente foi uma crise religiosa na Igreja Católica, que ocorreu entre 1378 e 1417 e na qual a liderança da Igreja Católica estava em questão, existindo, inicialmente dois papas, um em Roma e outro em Avinhão, e mais tarde um terceiro em Pisa. A crise apenas terminou quando foi eleito um novo papa após a abdicação do papa de Roma e a deposição dos outros dois.

do passado em si, mas ao enobrecimento de Roma. Como tal, a destruição dos monumentos da Antiguidade nunca foi verdadeiramente parada. Os mesmos papas que se demonstravam tão empenhados na preservação dos edifícios antigos são também os responsáveis pela destruição destes, ao ordenarem que fossem desmantelados para fornecerem matéria-prima e decoração para outras construções, tanto novas como pré-existentes.

Os séculos seguintes viriam o interesse dos estudiosos a aumentar e passar a abranger as obras antigas de outras civilizações como a Egípcia, a Fenícia, e outras. Este alargar de horizontes levou também ao início do estudo das chamadas antiguidades nacionais. Infelizmente apenas o interesse dos letrados cresceu durante este período, pois as medidas de preservação do património edificado não viram qualquer mudança, com os edifícios antigos a continuarem a ser destruídos, tanto por acções de origem natural como humana. As obras de arte Gótica eram notórias neste paradigma, uma vez que o Gótico era visto como um estilo inferior, não merecedor de estudo ou conservação. Este cenário apenas viria a mudar no princípio do século XIX.

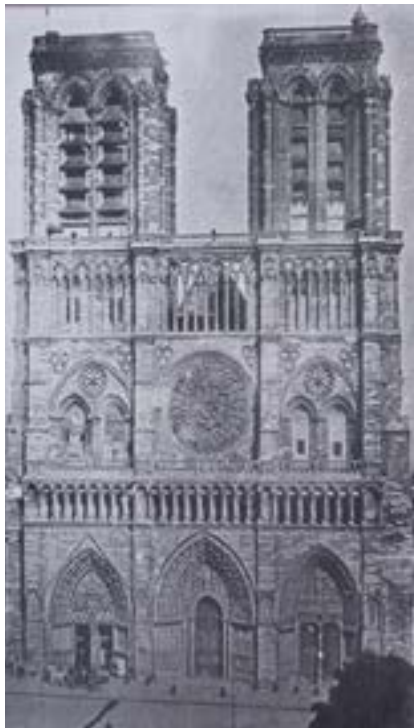
A Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra no século XVIII, e posteriormente expandida para a restante Europa, foi um ponto de viragem, tanto para o modo de vida da população como para a percepção do monumento histórico. No início do século XIX, as novas formas de vida, juntamente com as novas formas de produção em série tinham marcado uma “ruptura traumática no tempo” (CHOAY, 1982: 118) e pareciam profetizar o fim da arte enquanto processo artesanal. A forma brutal como estas mudanças ocorreram e a divisão clara que se criou no tempo, entre o passado e o presente, são a origem do Romantismo. As obras do passado, incluído os edifícios da Idade Média, deixaram de ser entendidas como objectos do presente ou de um passado próximo para passarem a ser objectos de um tempo longínquo, testemunhos de um passado que se sente mais cada vez mais distante, tanto do ponto de vista da arte como do ponto de vista da história. O monumento histórico era assim consagrado.

“O mundo acabado do passado perdeu a sua continuidade e a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens. O monumento histórico adquire por isso uma nova determinação temporal. A distância que dele nos separa é, a partir de então, desdobrada. Ele está acantonado no passado de um passado. Um passado que não pertence mais à continuidade do futuro e que mais nenhum presente ou futuro virão aumentar. E, qualquer que seja a riqueza dos filões arqueológicos ainda inexplorados, esta fractura do tempo fixa o campo dos monumentos históricos no canto de uma finitude sem apelo. Desde o Renascimento que as antiguidades, fonte de saberes e prazeres, surgiam igualmente como referências para o presente, obras que se podiam igualar ou ultrapassar. A partir dos anos vinte do século XIX, o monumento histórico é inscrito no signo do insubstituível: os danos que sofre são irreparáveis e a sua perda irremediável.” (CHOAY, 1982: 119)

Assim, com esta nova visão do monumento histórico, as energias em prol da recuperação dos edifícios do passado, que à época se encontravam adormecidas,

são recuperadas. São criadas as primeiras organizações governamentais dedicadas à preservação do património edificado e, deste maneira, inicia-se o grande debate sobre como agir em relação ao mesmo, um debate que, apesar de alterado em relação ao que era inicialmente, prevalece até aos dias de hoje. À época, a França e a Inglaterra são os principais intervenientes deste debate marcado por duas posições antagónicas.

A França, apesar da sua tradição rural, adopta uma atitude de modernidade que, mais do que legitimar, abraça o processo de industrialização, independentemente dos efeitos negativos que este possa gerar; por outro lado a Inglaterra, apesar de ser o país de origem da industrialização, mantém-se apegada às suas tradições e ao seu passado, acreditando na reversibilidade da história e no reencontro com o trabalho manual. Ao mesmo tempo, em Inglaterra o estilo Gótico sempre foi valorizado, ao contrário da França e da maioria da Europa, que apenas começaram a valorizar a arquitectura deste estilo quando a Revolução Industrial os abala e revela o valor dos monumentos históricos como elementos importantes para a identidade de uma nação. Estas duas atitudes distintas reflectir-se-ão nas abordagens que os dois países terão sobre o monumento histórico. Em França impera uma atitude fatalista, o monumento histórico, visto como algo do passado, faz parte da arte que está a morrer com a industrialização e, assim, é adoptado um modelo de preservação intervencionista que pretende salvar os edifícios do passado da destruição e do esquecimento. Por outro lado, Inglaterra não se resigna ao fatalismo, recusando aceitar o desaparecimento dos edifícios do passado em prol de uma nova forma de edificação como a realidade; antes pelo contrário, os monumentos históricos são vistos como necessários para a vida no presente, fazem parte do quotidiano. “O seu antagonismo pode ser simbolizado pelo dos dois homens que respectivamente as defenderam com mais convicção e talento: Viollet-le-Duc e Ruskin” (CHOAY, 1982: 129).



103



104

103 - Catedral de *Notre Dame de Paris* antes da intervenção de Viollet-le-Duc, por volta de 1841

104 - Primeiro projecto de restauro para a fachada principal da Catedral de *Notre Dame de Paris* por Viollet-le-Duc, datado de 1860

2.1.3 A tese de Viollet-le-Duc

Eugène Viollet-le-Duc (Paris, 1814 – Lausanne, 1879) foi um arquitecto francês que se consagrou como a figura dominante no panorama da intervenção francesa sobre o património edificado. A sua atitude perante as obras onde é chamado a intervir, a do restauro, é facilmente percebida pela definição que dá a este conceito no seu *Dicionário da Arquitectura*³: “Restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabece-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num determinado momento” (VIOUET-LE-DUC, 1866: 14)⁴.

Esta abordagem para com o património edificado, deveras intervencionista, pretendia assegurar a consistência física do edifício, defendendo que o restauro se devia reger pelo estilo original da obra em questão, mesmo que isso envolvesse deturpar a linguagem que esta tivesse adquirido ao longo de diferentes épocas ou a adição de novos elementos, numa espécie de atitude correctiva sobre o estado em que o edifício se encontrava. Deste modo, os “restausos historicizantes” de Viollet-le-Duc diversas vezes implicavam: a substituição de partes do edifício ou de elementos decorativos desgastados por cópias, a reconstrução de partes destruídas, o acrescento de partes novas construídas como se fossem elementos originais e a destruição de elementos de estilos posteriores à época original do edifício, oriundos de intervenções que este tivesse sofrido ao longo do tempo.

“ [...] fachada gótica inventada da catedral de Clermont-Ferrand, coruchéus acrescentados a Notre Dame de Paris e à Sainte-Chappelle, esculturas destruídas ou mutiladas substituídas por cópias, reconstituições fantasistas do castelo de Pierrefonds, reconstituições compósitas das partes superiores da igreja de Saint-Sernin em Toulouse.

Este pesado retrato deve, no entanto, ser matizado: ele não seria assim se não fosse o contexto intelectual da época e se não se recordasse do estado de degradação no qual se encontravam então em França a maior parte dos monumentos incriminados [devido a acção destruidora da Revolução Francesa].” (CHOAY, 1982: 131)

No seu já citado dicionário, Viollet-le-Duc refere, no entanto, que nem sempre as alterações posteriores deveriam ser destruídas, exemplificando com casos em que estas complementam falhas do sistema construtivo original ou em que se tratem de peças de grande beleza. Deste modo, afirma, do ponto de vista teórico, a singularidade de cada caso, e realça que “princípios absolutos nestas matérias podem levar ao absurdo” (VIOUET-LE-DUC, 1866: 24)⁵. Ainda assim, nos casos práticos, a sua intervenção era diferente do que escrevia, dado que várias vezes este arquitecto “acabará por desprezar o carácter singular de cada monumento” (CHOAY, 1982: 137)

3 - VIOUET-LE-DUC, Eugène; 1854, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*, Tomo 8, Paris, Bance et Morel

4 - Tradução do francês pelo autor

5 - *Idem*



105



106

105 - *Château de Pierrefonds*, ilustração documentando o estado de ruína da obra antes da intervenção de restauro de Viollet-le-Duc em 1857

106 - *Château de Pierrefonds* após a intervenção de Viollet-le-Duc (s.d.)

e adoptar uma tipologia estilística que usaria com frequência nos seus restauros. Apesar disso, deve-se realçar que estes se regiam por um forte conhecimento histórico sobre os materiais e as técnicas de construção, assim como inquéritos detalhados realizados *in situ*. No seu entendimento, para devolver a um edifício antigo o seu estado completo era necessário um vasto conhecimento do seu estilo e o estudo rigoroso do objecto em causa, pois só assim seria possível replicar o passado correctamente.

“Viollet-le-Duc acreditava na possibilidade de reencarnar o papel do arquitecto original e então imaginar o que faltava ao edifício para o completar e, assim, defendia o restauro estilístico como meio eficaz para a recuperação de monumentos e a analogia como método infalível para a intervenção.” (TRAVANCA, 2011: 31)

No entendimento deste arquitecto, os monumentos antigos eram testemunhos de sistemas históricos que haviam perecido. Para Viollet-le-Duc, a arquitectura do futuro nasceria de uma ruptura com o passado, sob a forma de um sistema nunca antes visto e, como tal, os monumentos históricos serviriam para assinalar a diferença entre este novo sistema e os do passado. Um passado que, no seus entendimento, “morreu sem apelo” (CHOAY, 1982: 132), sendo que a sua atitude restauradora era como o epitáfio que constatava essa morte. Assim, contrariamente ao que possa parecer à primeira vista, “Viollet-le-Duc sente nostalgia pelo futuro e não pelo passado” (CHOAY, 1982: 132).

A teoria intervencionista de Viollet-le-Duc viria a espalhar-se pela Europa, com o seu método de restauro de edifícios antigos a ser utilizado em diversos exemplos por todo o Velho Continente. No entanto, a sua doutrina viria a revelar-se controversa com o passar do tempo, com duras críticas a serem tecidas sobre a forma como o arquitecto desprezou elementos posteriores aos da época original das obras, a arbitrariedade das adições que fazia ou a forma fantasiosa como recriava partes destruídas. Relativamente a este último caso, o maior exemplo desta atitude verifica-se no *Château de Pierrefonds*, uma obra do início do século XV que se encontrava em ruínas aquando da intervenção de Viollet-le-Duc, consistindo esta numa reconstrução com base na sua interpretação da arquitectura medieval. Ainda hoje, a validade deste tipo de abordagem que procura recriar um determinado estilo do passado é muito debatida.

“Ao reconstituir um tipo, concede-se um utensílio didáctico que restitui ao objecto restaurado um valor histórico, mas não a sua historicidade. Da mesma forma, a brutalidade das [...] intervenções [de Viollet-le-Duc] prende-se muitas vezes com o facto, exigido pelas suas preocupações didácticas, de ele tender a esquecer a distância constitutiva do monumento histórico. Um edifício não se torna ‘histórico’ senão na condição de ser entendido como pertencendo simultaneamente a dois mundos, um presente e imediatamente dado, o outro passado e inapropriável.” (CHOAY, 1982: 133)



107

107 - *Christ Church*, aguarela por John Ruskin (S.d)

2.1.4 A antítese de Ruskin

John Ruskin (Londres, 1819 – Coniston, 1900), foi um escritor, artista e teórico de arte e arquitectura inglês que, apesar de reconhecer mérito no conhecimento da história e nos levantamentos de Viollet-le-Duc, defendia uma doutrina que se opunha, ponto por ponto, à do arquitecto francês, um “anti-intervencionismo radical, até então sem exemplo” (CHOAY, 1982: 130). A sua concepção do monumento histórico é semelhante à do monumento tradicional na medida em que não o vê apenas como uma obra de outro tempo, mas também como uma obra do presente, um objecto de culto que apela à memória do passado. Para Ruskin, a memória é um dos valores mais importantes da arquitectura. “Nós podemos viver sem ela, e prestar culto sem ela, mas não conseguimos recordar sem ela” (RUSKIN, 1849: 147)⁶. Segundo ele, é através dos edifícios antigos que a relação das pessoas com o passado se mantém viva e deste modo, a arquitectura ajuda a construir a identidade e a cultura dos povos.

“Que recordam então os edifícios antigos? O valor sagrado dos trabalhos que os homens de bem, desaparecidos e anónimos, realizaram para honrar o seu Deus, compor os seus lares, manifestar as suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas, o mais humilde lar possui, a par do edifício mais glorioso, o poder de nos colocar em comunicação, quase em contacto com elas. Ruskin utiliza uma metáfora [...] os edifícios do passado falam connosco fazem-nos escutar vozes que nos envolvem num diálogo.” (CHOAY, 1982: 121)

Segundo a autora citada, Ruskin, apesar de tentar fazê-lo de forma objectiva, aborda o monumento histórico de forma afectiva. Para ele, o passado ao qual o património edificado liga não é definido pela história (no sentido mais geral da palavra), mas sim pela vida das gerações que precederam a sua. Para este autor, todas as obras eram portadoras de valor, uma dimensão sagrada derivada da vontade e do esforço de quem as construiu, tanto artífices como proprietários. Deste modo seria o primeiro a alargar o conceito de monumento histórico para incluir a arquitectura doméstica e os conjuntos urbanos.

“Existe uma santidade numa boa casa de um homem que não pode ser recriada em todos os apartamentos que se erguem das suas ruínas.” (RUSKIN, 1849: 148)⁷

Ruskin via a passagem do tempo sobre a arquitectura como aquilo que a glorificava. Na sua opinião, “um edifício não podia ser considerado no seu apogeu antes de quatro ou cinco séculos terem passado sobre ele” (RUSKIN, 1849: 160). Para si, a idade de um edifício permitia a este falar com as pessoas, transmitindo tranquilidade. Ao contrário do carácter transitório das outras coisas, as obras de

6 - Tradução do inglês pelo autor

7 - *Idem*

arquitectura mantinham-se fortes ao longo da passagem do tempo; enquanto tudo à sua volta mudava estas eram constantes e assim, através do seu longo período de vida, ligavam o presente ao passado. Mas Ruskin não via o valor do tempo na arquitectura apenas desta forma afectiva, para si, as próprias marcas que a passagem do tempo deixava sobre os edifícios eram objecto de grande beleza. Como tal, apelava que este factor fosse tido em consideração aquando da escolha dos materiais a utilizar numa construção.

Devido à sua visão da arquitectura enquanto importante elemento de valor histórico e afectivo, Ruskin questionava muito a arquitectura industrial da sua época. Todas as obras deveriam ser construídas para durar e assim serem testemunho histórico, e ele duvidava se as obras da sua época, construídas de forma não artesanal, seriam algum dia capazes de alcançar o estado de arquitectura histórica e possuir o mesmo valor que ele atribuía às obras do passado.

Como a sua visão da arquitectura pode dar a entender, para Ruskin o restauro era algo inconcebível. Na sua opinião, este tipo de intervenção não se tratava de uma forma de preservar o património edificado, mas sim o maior acto criminoso que se poderia realizar sobre este. Tratava-se de uma acção que considerava duplamente destruidora e enganosa, onde não via qualquer vantagem pois, no seu entendimento, destruía a obra, apagando o seu valor histórico, e substituía-a por uma cópia sem nenhum do valor que a original possuía.

“Nem o público, nem os responsáveis pelo cuidado dos monumentos públicos compreendem o verdadeiro significado da palavra *restauração*. Ela significa a total e mais completa destruição que uma obra pode sofrer: uma destruição que não deixa quaisquer vestígios, uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nesta importante matéria; é *impossível*, tão impossível como ressuscitar um morto, restaurar algo que já foi grandioso ou belo em arquitectura. Aquilo que é dado pelas mãos e pelos olhos dos construtores não pode ser lembrado. Outro espírito pode ser dado por outra pessoa noutro tempo e ser assim um novo edifício; mas o espírito do construtor morto não pode ser chamado de volta e comandado a dirigir outras mãos e outros pensamentos.” (RUSKIN, 1849: 161)⁸

Para este autor, a necessidade do restauro devia ser tomada com honestidade do que se iria fazer: “ [A necessidade de restauro] é uma necessidade de destruição. Aceitem-na como tal, deem o edifício abaixo, [...] mas façam-no honestamente, e não coloquem uma mentira em seu lugar” (RUSKIN, 1849: 162)⁹. Assim, ele apelava que se tomasse outro caminho para preservar o património edificado: a conservação. Na sua opinião, os edifícios deviam ser guardados de forma zelosa e protegidos a todo o custo, como tal, era necessária uma manutenção cuidada dos mesmos para assim os

8 - Tradução do inglês pelo autor

9 - *Idem*

conservar e, conseqüentemente evitar a necessidade de restauros. A manutenção do edifício e pequenas intervenções, discretas e pouco agressivas, deveriam ser as únicas acções que se poderiam tomar sobre o património edificado. Ao contrário de Viollet-le-Duc, que via o passado como morto e o monumento histórico como o epitáfio deste, Ruskin acredita que o passado está vivo e que cabe aos homens do presente conservá-lo assim até à geração seguinte e assim sucessivamente. A arquitectura era considerada um bem comum e, de tal modo, uma geração particular não tinha o direito de tomar uma forma herdada e alterá-la antes de a entregar aos futuros herdeiros.

“ [...] eu não devo deixar a verdade por dizer, que uma vez mais não se trata de uma questão de conveniência ou se devemos preservar os edifícios de tempos passados ou não. *Nós não temos direito algum de lhes tocar.* Eles não são nossos. Eles pertencem parcialmente a quem os construiu, e parcialmente a todas as gerações da humanidade que nos sucederão.” (RUSKIN, 1849: 163)¹⁰

A sua atitude anti-restauro é tão extrema que entende ser melhor uma acção de conservação radical, como a introdução de uma estrutura de suporte metálica para sustentar uma fachada em vias de ruir, do que o restauro da mesma, chegando mesmo a afirmar: “Não se importem com a falta de beleza do auxílio, é melhor uma bengala do que um membro amputado” (RUSKIN, 1849: 163)¹¹. Ruskin sabia, no entanto, que não se poderia conservar um edifício para sempre e aceitava-o com naturalidade. A sua doutrina defendia que até estes tinham um ciclo de vida, mais longo do que o do ser humano e que se deveria tentar prolongar a todo o custo, mas ainda assim finito. Para si, era preferível deixar um edifício ter um fim digno do que destruí-lo prematuramente para o substituir pelo que considerava ser uma simples imitação.

Ao contrário da teoria intervencionista de Viollet-le-Duc, que se propagou para outros países da Europa, as teorias de Ruskin nunca se propagaram da mesma maneira para fora de Inglaterra. Segundo Françoise Choay, Ruskin compreendia que este seria o resultado do confronto entre as duas doutrinas antagónicas, “O que podiam a tese sentimental do deixar envelhecer (e perecer), e as suas complexas considerações acerca da consolidação, contra o projecto racionalizado e espectacular dos arquitectos e dos historiadores intervencionistas?” (CHOAY, 1982: 135).

10 - *Idem*

11 - *Idem*

2.1.5 As sínteses de Camillo Boito e de Alois Riegl

“Após o trabalho fundador da primeira geração, seguiu-se no final do século, uma reflexão posterior, crítica e complexa. [...]

Desde o último quartel do século XIX que a hegemonia da doutrina de Viollet-le-Duc começa a ser abalada por um método mais questionante, mais moderado e também mais bem informado, graças aos progressos da arqueologia e da história da arte.” (CHOAY, 1982: 136)

Camillo Boito (Roma, 1836 – Milão, 1914) foi um arquitecto, engenheiro e historiador de arte italiano, “as suas competências permitem-lhe situar-se na articulação de dois mundos tornados estranhos: o mundo da arte, passado e actual e o mundo da modernidade técnica” (CHOAY, 1982: 136). Segundo a autora citada, a sua obra, apesar de antecipada, é praticamente ignorada fora do seu país de origem.

Em Itália, tal como em vários outros países da Europa, os princípios do restauro de monumentos históricos de Viollet-le-Duc serviam como norma para a maioria das intervenções sobre o património edificado. Várias destas intervenções foram no entanto alvo de críticas directas por parte de John Ruskin. Entre as duas doutrinas antagónicas, Boito optaria por estudar ambas e em 1893, na sua obra *Conservare o Restaurare*, através de um diálogo fictício entre apoiantes de Viollet-le-Duc e Ruskin, ultrapassa-as, criando um terceiro caminho que adopta partes de ambas as teorias numa síntese subtil das duas.

Com Ruskin, Boito partilha a importância atribuída ao monumento histórico, considerando-o um testemunho do passado a ser conservado e cuja autenticidade deve ser mantida a todo o custo, recusando assim os restauros reconstituintes de Viollet-le-Duc que recriavam partes já desaparecidas dos edifícios.

“Não se deve apenas preservar a pátina dos edifícios antigos, mas também os acrescentos sucessivos de que o tempo os carregou: verdadeiros estratos, comparáveis aos da crosta terrestre, que Viollet-le-Duc condenava sem escrúpulos” (CHOAY, 1982: 137)

A par de Viollet-le-Duc, e contra as crenças de Ruskin, acredita que o presente tem prioridade sobre o passado e recusa a ideia da fatalidade dos edifícios. Assim, assume a legitimidade do restauro, ainda que com várias reticências. Para Boito restaurar uma obra era uma solução de recurso, um tipo de intervenção que só se aceitava em casos extremos, quando não existisse outra alternativa. Todas as outras formas de conservação da arquitectura, como a manutenção e as reparações discretas, tinham prioridade e apenas quando estas falhavam se deveria recorrer ao restauro, assumindo-o como um acto necessário para a preservação de um edifício e sem o qual este não poderá continuar a existir.

A síntese solidária que Boito estabelece entre duas atitudes que Ruskin tomava

como sendo incompatíveis e que Viollet-le-Duc tomava como sinónimas origina uma concepção complexa do restauro. A primeira questão que se impões é saber avaliar quando é que este é estritamente necessário. Caso tal se verifique, Boito defende que a atitude a tomar durante o restauro é a de separar o antigo do novo, devendo as partes restauradas assumirem-se como tal, sendo assim possível, à vista desarmada, distingui-las das originais “graças a uma encenação engenhosa, recorrendo a artifícios múltiplos: diferentes materiais, de diferente cor dos do monumento original, aposição sobre as partes restauradas de inscrições e de sinais simbólicos precisando as condições e as datas das intervenções, difusão, local e na imprensa, das informações necessárias e, em particular, de fotografias das diferentes fases das operações e conservação na proximidade do monumento das partes eventuais a que o restauro se substituiu” (CHOAY, 1982: 138).

Consciente de que uma abordagem única não é aplicável a todo o património edificado, Boito propõe três tipos de abordagem diferentes, dependentes do estilo e a idade das obras: para as obras da Antiguidade Clássica propõe o “restauro arqueológico”, que deveria ser mínimo e de grande precisão científica, sendo que, caso seja necessária a reconstituição da obra dever-se-á considerar apenas a massa e o volume, pondo de parte o tratamento das superfícies e a ornamentação da obra; para edifícios góticos propõe o “restauro pitoresco”, que se deveria focar apenas na estrutura da obra e deixar a estatuária e demais decorações à sua ruína; por fim, para edifícios clássicos ou barrocos propõe o “restauro arquitectónico”, que, diferente dos anteriores, deverá ter em conta a obra na sua totalidade.

“Os conceitos de autenticidade, de hierarquia de intervenções e de estilo restaurador permitiram a Boito estabelecer os fundamentos críticos do restauro enquanto disciplina. Enunciou um conjunto de regras que foram articuladas e clarificadas na sequência das destruições causadas pelos conflitos armados, desde a Primeira Guerra Mundial e à medida da evolução das técnicas construtivas, mas que, para o essencial, permanecem válidas.” (CHOAY, 1982: 138)

Alois Riegl (Linz, 1858 – Viena, 1905) foi um historiador de arte, jurista, filósofo e conservador de museu austríaco. Contrariamente às figuras mencionadas até agora, o seu legado não está relacionado com questões práticas de conservação mas antes com questões de análise crítica sobre o conceito de monumento histórico.

Em 1902, Riegl foi nomeado presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos e assim é encarregado de conceber a nova legislação para a conservação dos monumentos austríacos. Ao fim de um ano, publicaria *Der moderne Denkmalkustus* (O Culto Moderno dos Monumentos), um pequeno texto onde combina a sua experiência enquanto historiador de arte e conservador de museu para realizar uma análise crítica ao conceito de monumento histórico, onde o classifica como objecto de valor social e filosófico. Neste texto “Riegl forma sem ambiguidade, antes de qualquer outro, a distinção entre monumento e monumento histórico [...] cuja aparição, em poucas linhas, ele situa em Itália, no século XVI. Define, também em primeiro lugar, o monumento histórico através dos valores de que este foi investido ao logo da história, traçando o seu inventário e estabelecendo a sua nomenclatura” (CHOAY, 1982: 139).

A análise que este autor realiza sobre o conceito em questão é estruturada através da oposição de duas categorias de valores: os “valores de rememoração” (*Erinnerungswerte*), relacionados com o passado e com o apelo à memória; e os “valores de contemporaneidade” (*Gegenwartswerte*), que estão ligados ao presente.

Aos “valores de rememoração”, Riegl viria a acrescentar um novo valor, que chamaria “valor de antiguidade” e que diz respeito à relação do monumento com o tempo, ou seja a sua idade e as marcas que a passagem do tempo imprimiram sobre ele e que, no seu entendimento, realçavam a natureza cíclica de todas as coisas. Tal como Ruskin, Riegl atribuía às marcas criadas pelo tempo um valor estético e um valor sentimental. Comparativamente ao “valor histórico” (também este um dos “valores de rememoração”) que remete para a área do saber, o “valor de antiguidade” é mais perceptível por parte do observador, uma vez que pode ser facilmente apreendido, enquanto o outro precisa de conhecimento prévio para ser compreendido na sua totalidade. Na sua essência, este valor não está longe da atitude de devoção para com o monumento histórico defendida por Ruskin. No entanto, enquanto o autor inglês vê a devoção para com o monumento como um desejo que anseia ver cumprido, Riegl, sob um ponto de vista de um historiador, não pressupõe ter de educar as outras pessoas, assumindo assim o seu “valor de antiguidade” como uma realidade.

“Riegl, assumindo a perspectiva da psicologia de massas, percebeu que o cidadão moderno não se interessa por informação erudita, que pode ser decodificada no pormenor de um ornamento ou na decoração de uma coluna, mas sim por uma visão mais radical. O que o atrai é o testemunho de uma determinada era presente no monumento.” (SOLÀ-MORALES, 2003: 70)

Dentro dos valores contemporâneos, este autor destaca o “valor de arte” e o “valor de utilização”. O primeiro é decomposto em dois: o “valor de arte relativo”, que diz respeito à acessibilidade da arte antiga quando relacionada com a sensibilidade artística da época contemporânea; e o “valor da novidade”, que diz respeito ao estado de conservação e aparência das obras. Já o “valor de utilização”, como o nome indica, está relacionado com as condições materiais que permitam, ou não, a utilização do

monumento, sendo este valor o que o distingue da ruína arqueológica.

“A análise de Riegl revela então as exigências simultâneas e contraditórias dos valores de que o monumento histórico foi investido ao longo dos séculos. Numa perspectiva lógica, o valor de antiguidade, último a aparecer, exclui o valor de novidade e ameaça também o valor de utilização e o valor histórico. Mas, o valor de utilização contraria frequentemente o valor de arte relativo e o valor histórico. Estes conflitos, já esboçados por Boito no domínio do restauro, manifestam-se ainda, desde que se trate de reutilização e, mais geralmente, de classificação dos monumentos históricos. Riegl mostra que eles não são, apesar de tudo, insolúveis e que dependem, de facto, de compromisso negociáveis em cada caso particular, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural no qual se insere.” (CHOAY, 1982: 140-141)

Através da sua obra, Riegl estabeleceu o monumento histórico como um problema de carácter social de tal importância que a forma como este é abordado pela sociedade irá reflectir-se no futuro desta.

2.1.6 As conferências internacionais

A questão da preservação do património edificado continuou a ser desenvolvida ao longo da primeira metade do século XX. Com o fim da 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918) surge uma nova tomada de consciência sobre a importância deste tema e assim, progredindo o trabalho de Boito, começam-se a desenvolver normas de regulamentação para servirem de base a futuras intervenções sobre o património edificado.

O primeiro destes documentos foi a Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos de 1931, elaborada na primeira conferência sobre a temática do restauro, realizada pela Oficina Internacional de Museus, entre 21 a 30 de Outubro desse ano. Tratando-se do primeiro de seu género, este documento foi de grande importância, constituindo um ponto de viragem na temática da preservação do património. Elaborado com ambição internacionalista, são nele propostas as medidas normativas que os países deveriam seguir nas questões do património edificado, estabelecendo, em sete artigos, os princípios gerais da conservação e do restauro. Princípios esses que viriam a ser adoptados pela Sociedade das Nações em 1932¹² e dos quais se apresenta um resumo:

Art. 1 – Manifesta-se a necessidade de conservar os edifícios através da manutenção regular, devendo recorrer-se ao restauro apenas quando este for indispensável. Aquando da realização de uma intervenção de restauro deverá considerar a obra no seu todo, respeitando as intervenções de épocas posteriores à da sua construção. Recomenda-se também que se mantenha a ocupação dos edifícios.

Art. 2 – Realça-se a importância de legislação protectora, onde o interesse público deve ser favorecido face ao interesse privado sobre os monumentos históricos.

Art. 3 – Realça-se a importância das envolventes dos monumentos históricos, recomendado que também estas sejam preservadas.

Art. 4 – Legitima-se a utilização de materiais e técnicas modernas na consolidação de edifícios antigos, apelando que tal se faça de modo sensato e, quando possível, de modo dissimulado para não alterar o carácter dos edifícios.

Art. 5 – Recomenda-se a colaboração dos responsáveis pelos monumentos históricos com cientistas para assim utilizar os melhores métodos para combater os agentes atmosféricos e facilitar a conservação dos edifícios e das peças que escultóricas existentes.

Art. 6 – No caso particular de ruínas arqueológicas deve proceder-se a

12 - AGUIAR, José; CABRITA, A. M. Reis; APPLETON, João; 2005, *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil

uma conservação escrupulosa e, sempre que possível, restituir no seu lugar original os elementos encontrados. Os novos materiais que se empreguem nestas intervenções deverão ser identificáveis como tal. Caso não seja possível conservar as ruínas arqueológicas dever-se-á proceder a um levantamento e documentação rigorosos das descobertas e, posteriormente, voltar a enterrá-las.

Art. 7 – Apela-se à colaboração internacional no diz respeito à conservação de monumentos históricos, dado que estes são de interesse para toda a humanidade. Apela-se também à criação de uma base de documentação a nível internacional. Por fim, afirma-se que o melhor método de conservação dos monumentos históricos está relacionado com o afecto sentido para com estes, apelando-se à educação da população, com especial ênfase nas camadas mais jovens, sobre o valor do património edificado.

O fim da 2ª Guerra Mundial (1939 – 1945), mais devastadora do que a primeira, trás consigo a necessidade de reconstrução de grandes áreas de várias cidades europeias. “Assim privilegiou-se a rápida urbanização de novas áreas e a demolição das áreas semi-destruídas, para desencadear uma reconstrução com profundas alterações funcionais e morfo-típológicas” (AGUIAR, CABRITA e APPLETON, 2005: 8). Esta necessidade obrigava a preservação a ir além das grandes obras arquitectónicas e a englobar também a arquitectura doméstica e os conjuntos urbanos.

Neste clima de discussão sobre a preservação do património edificado surge a necessidade de reformular algumas das normas estabelecidas na Carta de Atenas de 1931. Assim em 1964, no âmbito internacional do segundo Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, é elaborada a Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, mais conhecida como a Carta de Veneza. Este documento, mais amplo e rigoroso que a carta anterior, redefiniu o conceito de monumento histórico, que passava agora a abranger, definitivamente, a chamada arquitectura menor, assim como os meios urbanos e rurais.

Para além de ampliar este conceito, a Carta realça também a importância dos monumentos históricos enquanto “testemunhas vivas das tradições de várias gerações”¹³ e sobre as quais a humanidade deve ser responsável, de modo a que estes possam chegar ao cuidado das gerações futuras mantendo ainda a sua riqueza e autenticidade. Para tal, reitera-se a importância da manutenção das obras, assim como a vantagem do seu uso continuado, pois “ [...] a inutilidade, o desuso e o abandono se traduzem rapidamente em degradação” (RAPOSO, 2003: 38). A adaptação do património edificado para poder acolher novas funções úteis para a sociedade, também é incentivada, no entanto, apenas se as intervenções em causa não alterarem a composição, decoração ou envolvente das obras. Na temática da decoração, a Carta afirma que estes elementos, tais como as esculturas ou as pinturas existentes, devem

13 - Carta de Veneza 1964 – Preâmbulo

[disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>
(consultado em: 12/07/2018 às14:17)]

ser preservados no contexto do edifício e apenas deverão ser retirados caso não exista outra alternativa para se poder continuar a sua preservação.

Relativamente a intervenções de restauro, tal como na carta anterior, afirma-se o seu carácter enquanto operação excepcional que, se deve basear no respeito pela antiguidade e autenticidade. Em casos onde um edifício apresente vários estilos derivados de diferentes intervenções ao longo das épocas, não se deverá eleger um em detrimento dos outros, uma vez que os elementos de épocas posteriores à original possuem igual valor, constituindo também testemunhos históricos importantes. Em casos em que seja necessária a introdução de novos elementos na composição, estes deverão estar em harmonia com o pré-existente e acusarem a sua modernidade face a este.

As normas da Carta de Veneza tiveram grande impacto na temática da preservação do património edificado, tanto a nível teórico como a nível prático, fazendo deste documento uma referência neste tema, estatuto que manterá até ao fim do milénio. A Carta viria apenas a ser complementada em 1986 com a Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas, conhecida como a Carta de Toledo. Este documento, elaborado como conclusão da reunião do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), focava-se na preservação dos centros históricos, abrangendo-os também sob o conceito de património edificado. O ICOMOS seria também responsável, durante os anos que se seguiriam, por elaborar outros complementos à Carta de Veneza sobre questões particulares como a preservação do património arqueológico, ou da arquitectura vernacular, entre outros.

Em 2000, seria redigida, no âmbito da Conferencia Internacional sobre Conservação, a Carta de Cracóvia. Este documento não traria desenvolvimentos novos, consistindo numa síntese da Carta de Veneza e das cartas complementares posteriores. Deve-se, no entanto, dar destaque ao facto de que neste documento é reconhecida a individualidade de cada caso, assim como a importância da investigação prévia como acto necessário para qualquer intervenção. Também nesta carta, pela primeira vez, é feita a distinção entre os conceitos de património e monumento histórico, estabelecendo o segundo como elemento abrangido pelo primeiro, que, por sua vez, define como “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica”¹⁴.

O debate sobre como preservar o património edificado prevalece ainda nos dias de hoje. Como se pode constatar, a importância da Carta de Veneza, e em certo ponto da Carta de Atenas de 1931, foi de tal ordem que o seu impacto ainda se sente. Principalmente quando se tem em consideração a realidade actual da arquitectura, onde a intervenção sobre edifícios existentes é cada vez maior. As normas destas convenções internacionais continuam assim a ser importantes ensinamentos que

14 - Carta de Cracóvia 2000 – Anexo. Definições
[disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>
(consultado em: 12/07/2018 às 14:34)]

se devem ter em conta. No entanto, atendendo à chamada de atenção feita pelas próprias cartas, dada a especificidade de cada caso, não se deve seguir as normas destes documentos como dogmas. “Das regras apontadas em cada um destes textos não podem ser extraídas cartilhas de aplicação automática. Cada caso obriga a uma ponderação de valores que, só ela, determinará as opções a tomar” (RAPOSO, 2003: 37). Deve-se assim ter precaução e atender a cada edifício com cuidado pois aquilo que foi adequado num caso pode revelar-se prejudicial noutro.

2.2 A complexidade da questão

“Há certos temas que apetece tratar com uma frase de cinco linhas porque sendo a questão tão extensa e complicada, e com tantas implicações culturais, para ser completo, e ser completo é desde já uma ilusão, se deveriam, talvez, escrever centenas de páginas só para registar o ‘estado da arte’. E foram tantas já escritas sobre o tema do património [...]” (COSTA, 2003a: 07)

Como é possível perceber pela forma como a temática da preservação do património se desenvolveu ao longo do tempo, intervir sobre património edificado é uma acção de grande complexidade, uma vez que facilmente se pode deturpar a identidade da obra intervencionada, retirando-lhe o valor que esta possuía até então. Mas apesar de a forma como a preservação é realizada ser uma questão amplamente discutida, a importância da preservação dos edifícios do passado é indiscutível. Não se trata de uma acção derivada de uma devoção romântica pela antiguidade, nem o valor destes advém exclusivamente do facto de serem antigos, a idade por si só não atribui qualidade. Também não é o caso de que a arquitectura do passado seja superior à arquitectura do presente. O motivo que torna importante esta preservação está no valor do património edificado enquanto lembrança do nosso passado e enquanto peça de arte. Eles recordam-nos da capacidade que a arquitectura tem de se estender a várias gerações para além daquela que a construiu, ligando o presente e o passado, revelando que as preocupações de agora são as mesmas de então: a luz, a proporção, o detalhe, todas estas e outras mais encontram-se presentes nos edifícios do passado. Existindo, eles provam a sua pertinência, validando as preocupações contemporâneas e, mostrando como foram resolvidas no passado, ensinam como o fazer no presente.

“[...] a história para os arquitectos é não só o deslumbramento e o respeito pelo nosso próprio passado tão rico e tão diverso, como ferramenta operativa no nosso trabalho, teórico ou prático, indispensável para a compreensão e permanente construção do presente.” (COSTA, 2003b: 111)

Preservar um edifício é prolongar a sua vida, sabendo que a manutenção destes será sempre a opção mais desejada, existem vários momentos em que tal já não resulta, sendo necessário realizar intervenções mais profundas. Neste tipo de situação existem várias maneiras de actuar, desde o restauro e conservação do edifício, preservando-o no último estado em que este se encontrava pré-intervenção, até a atitude mais interventiva que altera o edifício e o adapta para novos usos numa atitude que vê a intervenção como uma continuidade do processo de desenvolvimento deste.

Quando se fala de um edifício de carácter monumental, as normas das conferências internacionais são claras: a intervenção deverá ser a mínima possível, recorrendo preferencialmente à opção mais convencional, o restauro, evitando ao

máximo alterar o objecto em questão. No que diz respeito ao programa, a questão é mais ampla, mas geralmente opta-se por manter o uso original ou, quando tal não é possível, como na maioria dos casos, pode-se optar pela introdução de um novo programa compatível com a tipologia da obra em questão (como refere a Carta de Veneza) ou, como na maioria dos casos, pela museificação da obra, ou seja, a transformação do monumento numa peça de arte passível de ser visitada, semelhante às obras que se encontram num museu. No entanto, quando se trata de património edificado de carácter não-monumental as opções aumentam e como tal o problema torna-se mais complexo.

A primeira questão que se coloca quando se intervém sobre património edificado é que destino lhe dar. Ambas as Cartas de Atenas de 1931 e de Veneza apelam à preservação mantendo o uso dos edifícios, no entanto, quando estes já não podem manter a sua função original, como acontece com o caso de estudo desta Dissertação, prevalece a dúvida de qual será a melhor opção: museificar a obra ou adaptá-la a um novo programa de uso contínuo.

A primeira opção é, sem dúvida, aquela que mais facilmente permite uma preservação do edifício sem recorrer a grandes intervenções, impedindo assim que este seja drasticamente alterado. No fundo, trata-se quase de uma intervenção de restauro.

“ [a museificação] sujeita [os edifícios] a um processo de exposição que fatalmente produzirá a sua desaparecimento como objectos ligados a situações e significados concretos. No mesmo instante em que se elaboram catálogos de protecção monumental que incorporam um sítio ou um edifício no seu repertório, estes devem despojar-se do seu valor quotidiano, emigrando dos circuitos do comum para um novo mercado de valores: o dos objectos elevados à consideração genérica, universal e abstracta das ruínas, das obras de arte ou dos documentos históricos [...] ” (COSTA, 2003a: 11).

Segundo este ponto de vista, uma intervenção que transforma um edifício de carácter patrimonial numa peça museológica serve para o cristalizar enquanto elemento do passado, um objecto já sem vida que as pessoas visitam ao fim-de-semana, mais por diversão do que por interesse. Ignasi de Solà-Morales, no seu texto de 1998 *Património arquitectónico o parque temático*, refere como a museificação do património edificado lhe retira o seu valor de objecto real, chegando a comparar a forma como estes são oferecidos à população, numa espécie de atitude de “consumo de património”, a parques temáticos.

Por sua vez, a segunda opção é aparentemente mais vantajosa, permite dar continuidade ao desenvolvimento do edifício, não o estagnando como algo do passado. Ao mesmo tempo permite uma utilização contínua do mesmo, tal como é aconselhado nas Cartas de Atenas de 1931 e de Veneza. No entanto, esta opção pode implicar uma atitude mais interventiva, uma vez que podem ser necessárias mudanças mais acentuadas dependendo do novo programa que se queria introduzir. Mas, mesmo que a introdução do novo programa não implique mudanças na obra,

“a reutilização de edifícios consiste, ainda, de forma bem evidente, numa proposta de os fazer desaparecer, preparando-os para serem contentores de um novo uso a partir da suspensão das suas características prévias. Não é como adaptar temas de Bach, no melhor dos casos, para jazz, nem elevar objectos de uso comum a obra de arte, como faz Duchamp [...]. Estamos mais próximos da substituição do Imperador Justiniano, nos mosaicos de Ravenna, pela figura de George Bush [...]” (COSTA, 2003a: 12).

Não se quer com isto dizer que a única opção viável seja a utilização dos edifícios patrimoniais na sua função original ou numa semelhante, antes pelo contrário. O ponto onde se pretende chegar com estas comparações é que, apesar de, no limite, serem ambas passíveis de críticas, qualquer uma das opções é válida. A verdade é que não existe uma opção que seja verdadeiramente correcta e, como tal, não possível de ser criticada, “ [...] entre o parque temático e a reutilização pisamos terreno complexo onde qualquer moralismo ou qualquer código e conduta se tornam facilmente impugnáveis e até ridículos” (COSTA, 2003a: 12).

“O mais relevante no conceito ou ideia de património é que o seu sentido seja colectivo e de respeito pelo que herdamos. Esta noção de património promove o equilíbrio nas intervenções de forma a não só manter o essencial dos valores que podemos reconhecer, dar-lhes continuidade e, eventualmente até, intensifica-los. Estes debates e discussões, que considero indispensáveis e incontornáveis, permitem que haja consenso em relação àquilo que se pode ir fazendo com o património.” (GRAÇA, 2010: 26)

Se a questão do novo programa é complexa, o que dizer da diversidade de atitudes que se podem tomar no âmbito da intervenção, independentemente de a obra manter o seu programa original ou acolher um novo. As abordagens são várias, desde a intervenção minimalista que restitui a obra ao estado em que se encontrava antes de necessitar de ser intervencionada, até à intervenção que assume uma transformação do objecto em questão, passando por todas as opções intermédias. Tal como com a questão anterior, não se pode dizer que exista uma atitude universalmente correcta que defina as restantes como erradas pois todas as opções são passíveis de consideração.

Não se quer com isto dizer que tudo seja válido, antes pelo contrário. Aquilo que valida as opções tomadas é a circunstância pessoal de cada edifício, ou seja: o seu estado de preservação, a sua tipologia, a sua envolvente, a sua história, o seu desenho e as outras mais características que definem a identidade desse objecto. Se é verdade que entre todos os casos existirão pontos em comum, e como tal normas comuns que se podem usar como base, não será menos verdade que cada exemplo é único, e como tal a abordagem que num caso resultou numa solução de grande qualidade, noutro caso pode resultar num desastre. Cabe ao arquitecto responsável pela intervenção ter o discernimento de saber distinguir os casos. Sabendo, ainda assim, que “ [...] existem sempre riscos que há que assumir e que só se aclaram através do debate e da confrontação de ideias e opções distintas. Por outras palavras, o único caminho possível é elaborar propostas com certeza que não podem ter uma validação prévia”

(COSTA, 2003a: 12). Como tal é preciso ser cauteloso pois, independentemente do programa escolhido e das diferentes atitudes que se podem adoptar, é fundamental que a intervenção enriqueça o pré-existente e não o desvirtue.

“Intervir sobre o património supõe assumir que não existem regras nem soluções *a priori*, e que não é possível trabalhar com ideias preconcebidas; cada caso é diferente. Creio que a margem de liberdade do projecto é estabelecida pelas circunstâncias que rodeiam cada situação, algo que o trabalho do arquitecto deve descobrir.” (SIZA, 2008: 18)¹⁵

Como já se referiu, intervir sobre o património edificado é estar a dar continuidade à sua vida. Mas realizar tal acção implica apropriar-se dele, do seu passado, das suas memórias, de tudo que ele é e significa. Sobre este ponto de vista, o cerne da questão está na forma como se lida com este passado, uma vez que é impossível ignorá-lo. As formas de lidar com ele são diversas: pode-se escolher preservá-lo e não alterar nada do que já existe, mas também se pode escolher dar continuidade ao edifício, preservando o passado e introduzindo o presente, colocando assim os dois numa relação que pode ser marcada ou subtil conforme se acreditar ser melhor.

“O problema do desenho não existe; existe o problema do redesenho. Desenhar deve ser um fenómeno de inteligência, e desenhar do zero é um fenómeno de estupidez, porque é perder o legado de informação disponível.” (MOURA, 1993: 30)

Neste caminho de areias movediças, onde as respostas variam de caso para caso, dependendo das características do objecto, a melhor forma de garantir o sucesso é o conhecimento detalhado da obra sobre a qual se está a intervir, pois só assim se poderá chegar, conscientemente, a uma solução final devidamente justificada.

“A tua relação com o edifício, com a pré-existência, tem que ser uma relação intensa, tens de o conhecer muito bem, tens que passear no edifício, tentar perceber as possibilidades do teu edifício. Há algo que já existe, aqui tu não tens que fazer maquetas, já lá está, e portanto tens que habitar o edifício e perceber quais são as suas possibilidades e as suas capacidades.” (RIBEIRO, 2012: 133)

Para este conhecimento detalhado da obra não bastará conhecer as suas características físicas, ou seja, quais os materiais utilizados, qual o sistema construtivo, qual o estado em que se encontra pré-intervenção e, quando necessário, o estado em que esta se encontrava antes de precisar de ser intervencionada. O conhecimento destes assuntos é essencial quando se intervém sobre o pré-existente, mas tão importante como estes é também conhecer a história. Uma vez que se está a intervir sobre um objecto de apelo à memória, um testemunho histórico de como se vivia e construía antes do presente, a história torna-se uma ferramenta de grande importância. Através

15 - Tradução do espanhol pelo autor

do conhecimento histórico, tanto a nível geral como da obra em particular, é possível entender como esta se desenvolveu até chegar ao seu estado pré-intervenção, assim como distinguir o que será original e o que será de épocas posteriores.

Uma vez que se conheça detalhadamente toda a circunstância da obra é preciso ter a sensibilidade para avaliar o edifício uma vez que “a pré-existência não é uma coisa intocável, é matéria de projecto [...]” (RIBEIRO, 2012: 134). Assim, deve-se perceber o que no edifício é essencial, o que é supérfluo, o que é passível de ser alterado e o que não tem qualidade e está a desvirtuar a obra. Não se deve esquecer que durante “ [...] a longa vida de um edifício, se vão acumulando intervenções, que as formas estão constantemente em construção e reconstrução” (TRAVANCA, 2011: 47) e que, tal como a intervenção realizada no presente pode ser prejudicial, também a intervenção realizada anteriormente pode ter desvirtuado a obra.

As contestadas intervenções fachadistas, onde se mantêm apenas as fachadas pré-existentes e se reconstrói todo o interior do edifício com técnicas e materiais contemporâneos, limitam a identidade do edifício à sua imagem exterior, e negligenciam o resto. Na maioria dos casos, a abordagem adoptada nestas situações não parece ter em consideração a investigação própria do trabalho de intervenção em património edificado, nem mantêm uma relação com o passado deste. Pelo contrário, tenta negar esse passado, construindo um edifício novo sem qualquer relação com o original com excepção da imagem exterior, que passa assim a estar desligada do interior. O valor que parece imperar neste tipo de intervenção é o programático, ou seja, como melhor implementar o novo programa e as exigências de conforto actuais. No entanto, a inaptidão das construções do passado, comparativamente às condicionantes contemporâneas, não é sinónimo de destruição mas antes de discussão sobre como conciliar o passado e as imposições da contemporaneidade. Na opinião de Álvaro Siza os desígnios do novo programa que se pretende introduzir não justificam a negação do passado de um edifício, devendo antes fazer-se um esforço para conciliar o novo programa com a identidade do edifício.

“ [...] compartilho a ideia da integridade; chama-me a atenção quando num edifício antigo se introduzem sem critério nem justificação fragmentos de uma nova linguagem; é como por um selo da modernidade. Creio que há que trabalhar com mais integridade quando enfrentamos o património, o que não impossibilita a modernização do uso do edifício. A questão é como adaptar os novos programas aos edifícios históricos, e isso é um desafio para o arquitecto porque o uso não justifica a transformação dos edifícios a qualquer preço.” (SIZA, 2008: 18)

Intervir sobre um edifício pré-existente traz consigo várias condicionantes muito delicadas. Numa era onde parece que o importante é fazer-se novo e diferente, a existência destas condicionantes poder ser entendida como um factor limitador ou mesmo um entrave criativo. No entanto, pode-se assumir outra atitude, considerando a pré-existência como um tema de projecto, passível de ser interpretado e trabalhado, podendo mesmo considerar-se a forma como se lida com ela um desafio à criatividade.

Como já se referiu, o património edificado é um testemunho importante do

passado, a vários níveis, e como tal a sua preservação é de grande importância. Trata-se de um tema complexo, com várias condicionantes, onde as opções de como agir são várias e as certezas reduzidas, mas ainda assim o debate deve ser continuado, uma vez que só assim se poderá progredir neste campo e consequentemente produzir intervenções de qualidade.

“Nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação. Recuperação e criação serão complementos e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se adapta à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade. Os instrumentos do reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura.” (SIZA, s/d *apud* COSTA, 2010: 24)



108



109

108 - Mosteiro de Santa Marinha da Costa, antes da conclusão da intervenção de Fernando Távora, 1979

109 - Mosteiro de Santa Marinha da Costa, depois da intervenção de Fernando Távora

2.3 O exemplo de Fernando Távora

Fernando Távora (Porto, 1923 – Matosinhos, 2005) foi um dos participantes mais activos no debate sobre a preservação do património edificado em Portugal, como é possível ver pela sua obra construída onde são vários os exemplos de intervenções sobre edifícios do passado. Ao longo da sua carreira o arquitecto procurou criar uma síntese entre as suas duas maiores influências: a arquitectura portuguesa, com a qual contactou desde a sua infância e ao longo do seu crescimento até à idade adulta; e a arquitectura do movimento moderno que descobriu durante a sua formação académica. Entre a doutrina portuguesa da sua época, a de mimetizar a arquitectura do passado e a doutrina do movimento moderno que defendia a inovação e o funcionalismo, Távora opta pelo que chama de “Terceira Via”. Surgindo pela primeira vez em 1945 no seu texto *O Problema da Casa Portuguesa*, esta posição defende uma arquitectura que alia os ensinamentos e os valores do passado juntamente com os da modernidade, ou seja, uma nova arquitectura que surge de um passado concreto do qual não se esquece.

Quando chamado a intervir sobre património edificado Fernando Távora adopta uma postura que se encontra no seguimento da Terceira Via. Tal como Ruskin no seu tempo, o arquitecto Távora coloca a arquitectura antiga numa posição de valor, no entanto, não se limita a preservá-la, optando antes por lhe dar continuidade. “Perante a alternativa de seguir em frente ou estagnar [...] Távora decide-se pela primeira posição, com a esperança firme de que ela é a única possível para aqueles que nasceram para aumentar ao passado algo do presente e algumas possibilidades de futuro” (COSTA, 1993: 18). Deste modo, nas suas intervenções de reabilitação, o arquitecto cria uma relação de continuidade onde as formas do passado dialogam com as formas do presente, confirmando o património edificado como algo que pertence simultaneamente aos dois tempos.

“Património não pode ser apenas aquilo que os antepassados [...] nos deixaram. O património resulta duma criação permanente e colectiva e o próprio acto de recuperação do património tem de ser um acto de criação e não um acto de rotina burocrática ou de capricho pessoal.” (TÁVORA, 1987: 56 *apud* FERRÃO, 1991: 40)

Esta atitude que o arquitecto assume perante o património edificado reflecte-se na forma como, quando chamado a intervir sobre este, ele lida com a pré-existência. Como já se referiu, Távora atribui valor à arquitectura do passado, defendendo que esta é uma fonte de conhecimento para o desenvolvimento da nova arquitectura. No entanto, ele não assume uma atitude de veneração inquestionável sobre a pré-existência; contrariamente a Ruskin, que a colocava no pedestal de intocabilidade, Távora considera-a um tema no projecto de intervenção, que se deve estudar e avaliar para posteriormente decidir se deve ser preservada ou se, pelo contrário, é passível de ser alterada, complementada ou mesmo destruída, caso tal acção seja vantajosa para a concepção da obra no seu todo.



110



111



112

110 - Mosteiro de Santa Marinha da Costa, pormenor do novo volume

111 - Claustro do convento

112 - Sala de estar adjacente ao claustro

A título de exemplo, numa conferência na ETSAB a 30 de Março de 1998, Távora reconta um episódio onde é contratado por um particular para intervir sobre um casa que o proprietário desejava reabilitar: “Não faz muito tempo fiz uma casa para uma família endinheirada. Compraram uma casa antiga pensando em reabilitá-la, confiando no prestígio do antigo como sinal de representação. Mas a casa, como construção, não tinha interesse. Convenci-os que o melhor era demoli-la e aproveitar aquilo que tinha de bom: a implantação, o volume, a relação com a paisagem. É a ideia de uma casa antiga, mas muito melhor [...]” (TÁVORA, 1998: 10). Trata-se de um caso extremo, mas demonstra concretamente a relação que o arquitecto mantinha com as construções pré-existentes, avaliando-as enquanto obras de arquitectura e não apenas por possuírem uma idade avançada. Esta avaliação das obras do passado não é feita de ânimo leve, Távora baseia-se no vasto conhecimento que vai adquirindo ao longo da sua carreira para compreender o valor dos diferentes casos. “A erudição de Távora que lhe advém de um profundo conhecimento da História, adquirido a percorrer cidades e edifícios e todas as épocas e todas as culturas, dá-lhe uma visão simultaneamente universal e global do fenómeno da arquitectura e particular e circunstancial do objecto arquitectónico e das suas relações imediatas” (COSTA, 1993: 19). No entanto, tal como não considerava a pré-existência como algo intocável, Távora não considera a história como um entrave limitador daquilo que é possível realizar, mas antes como uma fonte de ensinamentos.

“Esses homens que tanto acreditaram e tanto se prenderam com a História não souberam colher dela qualquer fruto, pois a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna uma auxiliar e não uma obsessão.” (TÁVORA, 1947: 12)

No projecto de reabilitação da Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães (1975 – 1984), cuja intervenção tinha por alvo transformar um antigo mosteiro numa pousada, é possível confirmar a atitude de Fernando Távora perante o património edificado. Chamado a intervir sobre um edifício que se encontrava em avançado estado de degradação, o arquitecto estuda a forma como o conjunto evoluiu até ao estado que possuía à época e opta por usar “o critério geral [...] de *continuar – inovando*, isto é, o de contribuir para a prossecução da vida já longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços resultantes de novos condicionamentos programáticos” (TÁVORA, 1985: 116). Deste modo, o arquitecto preserva a construção antiga, onde assume uma abordagem de restauro, e introduz um novo volume, de linguagem assumidamente contemporânea, construído em harmonia com o pré-existente.

O novo volume insere-se adossado ao terreno, como que um socalco, com a opção da cobertura plana a enfatizar mais esta relação. A sua suave integração dentro do conjunto da nova pousada é feita de modo a não perturbar o enquadramento visual que a pré-existência conventual possuía, assumindo uma atitude de respeito para com o valor pré-existência. Mas, mesmo sendo distinto do edifício antigo, o novo volume



113



114



115



116

113 - Vista área do pátio

114 - Pátio (visto no sentido norte-sul)

115 - Fachada norte

116 - Fachada este

surge relacionado com este, uma vez que a sua organização, a nível de planta, consiste num corredor que faz a distribuição para os quartos, semelhante àquilo que se verifica no volume onde se encontravam as celas do convento. Mesmo a nível cromático o arquitecto estabelece uma relação entre o novo volume e a pré-existência, pintando da mesma cor (vermelho) tanto as fachadas volume novo onde se encontram envidraçados como as caixilharias do edifício antigo.

“É certo que a pousada introduzirá novo uso no velho mosteiro, mas é certo, também, que se os homens fazem as casas, as casas fazem os homens, o que justifica a manutenção, no novo edifício, de uma escala e de um ritual de espaços que, traduzindo a presença de um passado que seguramente não volta, aqui se recordam e utilizam pela actualidade do seu significado.” (TÁVORA, 1985: 116)

Outro exemplo de reabilitação importante na obra de Fernando Távora (e mais próximo do objecto de estudo desta Dissertação) é a Casa de Briteiros (1989 – 1990). Esta, trata-se de uma casa agrícola que os proprietários desejavam transformar em casa de férias, uma vez que o seu uso original havia perdido o sentido com a perda de importância da actividade agrícola. Numa atitude semelhante àquela do exemplo já mencionado, o arquitecto inicia o trabalho com o estudo da pré-existência, elaborando no seguimento deste uma proposta da evolução histórica do conjunto até à época da intervenção: uma pequena casa de lavrador, construída sensivelmente no século XVII, à qual serão progressivamente acrescentados novos corpos, nomeadamente uma varanda, um novo corpo com cortes no piso inferior e armazém no piso superior e por fim, um corpo que liga os dois volumes.

Nesta intervenção o arquitecto opta por dar continuidade ao edifício, tirando partido do existente e adaptando-o para o novo programa através da alteração de alguns elementos e da introdução de novos, sem alterar a composição volumétrica da construção. No piso superior do volume original e do volume de ligação distribui-se o programa da zona comum, quase não havendo alterações no que diz respeito à organização do espaços, com excepção dos dois quartos que deixam de ser: o mais pequeno é eliminado e o maior passa a sala de estar. No piso inferior destes dois volumes também não ocorrem mudanças a nível de distribuição, com os espaços existentes a manterem as funções que tinham pré-intervenção.

As modificações maiores surgem no volume das dependências agrícolas que o arquitecto destina para ser a zona de dormir. Devido à forma como este volume se organizava originalmente, sem ligação entre pisos e com uma ampla divisão no piso superior e três divisões independentes no piso inferior, é assumida uma atitude mais interventiva do que nos outros volumes. Em primeiro lugar, o arquitecto baixa a cota de pavimento do piso térreo de modo a que exista um pé-direito habitável e, posteriormente, introduz uma nova ligação vertical, através de uma escada em espiral e um corredor de distribuição lateral que permite o acesso às novas divisões. Apesar de utilizar o mesmo esquema de distribuição em ambos os pisos do volume, o arquitecto opta por



117



118

117 - Corpo de ligação entre os dois volumes da Casa de Briteiros

118 - Cumeeira assimétrica no tecto dos quartos

não colocar as novas paredes divisórias dos quartos no mesmo alinhamento vertical.

O arquitecto opta por manter os pavimentos em madeira do primeiro piso da casa, assim como a estrutura de madeira do telhado. No entanto, quando surge a necessidade de fechar os espaços abertos que existiam no piso superior, ele opta por não utilizar o mesmo material das paredes pré-existentes, assumindo a intervenção nova através do uso de painéis de madeira pintados em tons de vermelho. Este mesmo material é também usado nas caixilharias, onde o arquitecto faz uma distinção cromática entre janelas e portas: as primeiras pintadas de branco e as segundas pintadas no mesmo vermelho das novas paredes de madeira.

Com esta intervenção Távora não pretendia afirmar-se com a introdução de elementos novos, mas simplesmente prolongar a vida da casa, contribuindo com mais uma etapa do seu desenvolvimento. O antigo e o novo, apesar de serem visivelmente distintos, convivem numa relação harmoniosa onde não existem rupturas, apenas continuidade.

Nos seus projectos de intervenção Távora não assume uma posição marcadamente oposta ou favorável em relação às normas da Carta de Veneza. Defende, em alternativa, uma abordagem mais livre, onde as regras dependem de cada caso, devendo a proposta nascer da análise detalhada da obra, consoante os problemas e condicionantes que esta apresenta. Nas suas obras esta atitude é notória, havendo simultaneamente exemplos onde assume aquilo que é novo e outros onde o arquitecto imita o antigo. “Távora dizia que, às vezes, era melhor um bom *pastiche* que uma nova intervenção má” (MOURA, 2014: 20), uma ideia inconcebível segundo as directivas da carta referida.

Devido à experiência que adquire ao longo dos vários projectos de intervenção sobre património edificado que desenvolve, Távora viria a encarar este tipo de acção, assim como os processos a ela associados, com naturalidade, comparando-o com um projecto de raiz. “[...] cheguei à conclusão que os problemas que se colocam na intervenção neste tipo de edifícios, os problemas de património ou de nova arquitectura, não são na realidade um problema diferente. Se tenho um vazio, um espaço entre empenas, eu não tenho algo preexistente, mas tenho uma responsabilidade, uma preexistência que está aos meus dois lados e que me condiciona muitíssimo. [...] Portanto, sempre se coloca um problema de criação” (TÁVORA, 1986: 28). Deste modo, o arquitecto coloca os projectos de intervenção ao mesmo nível dos restantes projectos de arquitectura, atribuindo-lhes o mesmo valor e as mesmas responsabilidades.

“[...] eu gosto de intervir em edifícios existentes; mas não no sentido da recuperação ou da reabilitação, mas com uma visão mais ampla: de arquitectos. Todos os projectos são, de facto, reabilitações. Se existe um vazio reabilitamos o vazio; e se existe um edifício reabilitamos o edifício: trata-se sempre de arquitectura. A beleza de um trabalho é que pode chegar a ser como uma flor. Uma flor não se discute; é algo que vem dado com uma determinação absoluta, algo cuja solução tem um certo grau de fatalidade. Para conseguir isto há que trabalhar com constância.” (TÁVORA, 1947: 12)

III

Exercício Prático

O novo programa
Os princípios da intervenção
O processo de trabalho
A proposta final

3.1 O novo programa

Iniciado o processo de trabalho surgia a primeira questão, tendo-se estabelecido que o novo programa deveria surgir comprometido com as características da pré-existência, a questão era agora como o implementar na casa. A ausência de um cliente concreto revelava-se, logo de início, uma “faca de dois gumes”: não haviam imposições a cumprir para além do bom senso, a liberdade criativa era total, mas ao mesmo tempo, a responsabilidade também passava a ser maior, teria de se proceder com precaução, sob o risco de que o excesso de liberdade levasse à perda do controlo e se enveredasse por caminhos errados. Partindo do infinito de possibilidades existentes começou-se a procurar por aquele que seria o caminho a seguir, tomando como ponto de partida a definição de um programa concreto, com imposições e necessidades que o projecto deveria cumprir.

“Quando se faz um edifício, há forçosamente um programa com condicionantes que temos que admitir. Esses são aliás pontos de apoio necessários. Não trabalhamos no vazio, não é verdade?” (SIZA, 2009: 210)

Pretendia-se que o projecto tivesse um uso abrangente, um aglomerado do passado e presente daquilo que é uma pousada de juventude, tanto a nível nacional como a nível internacional. Grupos de estudantes em visita de estudo ou participantes em torneios de desporto escolar, grupos em campos de férias ou mesmo viajantes que ficam apenas por uma noite; pretendia-se um equipamento que permitisse um uso alargado, de modo a que a casa passasse a ter vida novamente e, ao mesmo tempo, auxiliar o retorno do investimento financeiro feito pelo Município.

Uma vez estudado o tipo de programa era agora preciso estudar como adaptá-lo à realidade do caso de estudo. Como já foi mencionado anteriormente, no caso português as pousadas da juventude dividem-se em quatro categorias, deste modo o primeiro passo seria perceber em qual destas o caso de estudo se enquadraria. Dadas características geográficas de Marco de Canaveses e, em particular, de Rio de Galinhas as categorias *Urbano* e *Praia* eram impossíveis de consideração. A categoria *Histórico-cultural*, apesar de inicialmente considerada, também se revelou inadequada à circunstância após a observação mais cuidada dos locais onde existem pousadas deste tipo. Restava a categoria *Natureza Aventura*, que era, sem dúvida, a mais viável. Esta inclusão deve-se, por um lado, ao facto de ser nesta categoria que se inserem os equipamentos de cidades pequenas, e por outro, pelo património natural do concelho e as actividades turísticas relacionadas com este.

Resolvida a pequena questão da categoria, procedeu-se à análise dos equipamentos que nela se inserem com maior detalhe, com intenção de criar um balizamento e assim obter uma ideia mais concreta do que seria necessário incluir no programa. A importância dos espaços de uso comum era um dado adquirido *à priori*

graças ao estudo que se realizou. Sabia-se assim ser necessária uma área social de dimensão ampla, uma sala de refeições e espaço para a confecção destas, assim como áreas de apoio tais como sanitários, lavandaria e caldeira para aquecimento. Para além da intervenção sobre o edifício seria também necessário o arranjo do espaço exterior, onde se deve incluir um local onde seja possível um autocarro parar para descarregar/receber pessoas e uma pequena área de estacionamento automóvel. Para além disso, tendo em conta a existência de uma ampla área livre, correspondente à antiga zona de cultivo, aliada à intenção já declarada de criar uma pousada da juventude abrangente no tipo de alberguistas que possa atrair, seria ainda necessário conceber um espaço exterior dedicado ao ócio, onde se possa estar e praticar desporto ou outras actividades lúdicas.

A grande incógnita do programa residia, no entanto, a um nível mais primário e concreto. Qual deveria ser a capacidade do equipamento, ou seja: “qual o número de camas?”. Nesta questão particular a análise dos exemplos nacionais revelou-se pouco frutuosa dada a diversidade de dimensões dos equipamentos incluídos na categoria em questão. Sendo necessário dar uma resposta a esta interrogação e cogitando-se, dada a informação que se obteve durante a investigação sobre o tipo de programa proposto, que o uso do equipamento viria maioritariamente de grupos de estudantes, optou-se por uma abordagem pragmática baseada no número de alunos por turma (24 a 28) e a capacidade de um autocarro, variável entre os 27, 35, 50 ou 55 lugares. Visto ter-se assumido que o programa se devia adaptar à pré-existência não se considerou sensato estabelecer um número fixo de camas uma vez que tal número poderia revelar-se não exequível ao longo do processo de trabalho. Deste modo, considerou-se mais sensato definir um intervalo para a capacidade do equipamento e assim descobrir melhor número de camas durante o desenvolvimento da proposta. Relativamente à tipologia dos quartos, considerou-se que a aposta maior deveria ser em quartos múltiplos pois, como já se referiu, são o mais comum neste tipo de equipamento; ao mesmo tempo, esta tipologia de quarto também permitiria aproveitar melhor a área útil da casa. Ainda assim, não se poderia limitar a pousada a quartos múltiplos, uma vez que também seria necessário existir um pequeno núcleo de quartos duplos com sanitário privado, destinados aos responsáveis pelos grupos (professores ou monitores) ou eventuais alberguistas que viajem sozinhos ou em par.

Findada esta reflexão, chegara-se um programa inicial que, apesar de algo simples na sua essência e passível de sofrer alterações ao longo do desenvolvimento da intervenção, servia de ponto de partida para iniciar o trabalho de projecto.

Programa base:

- Capacidade para 30 a 55 camas distribuídas por quartos múltiplos (sem limite de capacidade) e por, no mínimo, dois quartos duplos com sanitário privativo
- Balneários e sanitários de apoio aos quartos
- Recepção com balcão de atendimento e arrumo/bengaleiro
- Sala de convívio
- Sala de refeições
- Cozinha de apoio à sala de refeições, com a possibilidade de ser única ou dividida em duas: uma cozinha de serviço e uma cozinha de alberguista
- Lavandaria
- Caldeira para aquecimento
- Inclusão de um acesso vertical interior
- Inclusão de um elevador para permitir o uso de pessoas com mobilidade condicionada
- Área de estacionamento de apoio à pousada
- Área de cargas/descargas de mercadorias
- Área de embarque/desembarque para autocarro
- Tratamento do espaço exterior
- Criação de um espaço desportivo e de lazer na antiga área agrícola

3.2 Os princípios da intervenção

“Intervir em património trata-se [...] de reorganizar criticamente a matéria preexistente, através de uma arquitectura que se deixa contaminar pelo existente e que, ao introduzir o novo, afirma a sua consolidação. Embora motivada por uma procura de continuidade, a ideia de património deve conter obrigatoriamente o presente, no sentido de o ajustar constantemente às novas necessidades. Cabe ao arquitecto ter a sensibilidade para, através do conhecimento da preexistência, fazer uma síntese entre o passado e o presente, acrescentando novos significados e utilidades ao existente, sem o destruir ou anular.” (RIBEIRO, 2010: 28)

Uma vez definido o novo programa e os seus parâmetros concretos, começou-se a definir a estratégia da intervenção que se propõe realizar, tendo como base o estudo efectuado sobre a preservação do património edificado e sobre a Casa dos Arcos. Tal como qualquer outro projecto deste tipo, o objectivo principal da intervenção é prolongar a vida do edifício de modo a que este possa continuar a existir enquanto objecto de valor histórico e artístico para as gerações futuras. Como tal foram definidos dois princípios essenciais aos quais o projecto deveria dar resposta: preservar a identidade e o valor patrimonial da casa e criar condições para o uso continuado da mesma.

Uma vez que o programa original (habitação agrícola) já não era uma possibilidade, assumiu-se a necessidade do novo programa (pousada de juventude) desde início; sabendo que apenas se conseguiria garantir a procura do novo equipamento caso este respondesse correctamente às necessidades do programa. No entanto, não se pretendia tomar as exigências programáticas como o aspecto principal da intervenção, uma vez que este tipo de abordagem, focada estritamente em aspectos funcionais, levaria a que se negligenciassem as características da casa, o que resultaria numa intervenção prejudicial. Deste modo, assumiu-se que, tal como refere Álvaro Siza¹, a intervenção deveria encontrar um compromisso entre as necessidades programáticas e as características identitárias da pré-existência, resultando numa proposta de intervenção onde o edifício mantém o seu valor patrimonial e o novo programa funciona eficazmente.

“Uma acção de reabilitação consiste em devolver a um edifício ou conjunto urbano ou rural a sua capacidade de ser utilizável, ou seja, de o tornar habitado a funcionar novamente. A reabilitação pode trazer uma sobrecarga adicional [...]. Isto é frequente em obras de reabilitação de edifícios históricos, os quais são adaptados para satisfazer exigências funcionais técnicas actuais para as quais não foram concebidos. Estas adaptações podem incluir a construção de elevadores e rampas para deficientes, escadas e sistema de detecção de incêndios, condutas para cabos de telecomunicações, sanitários incluindo todas as canalizações necessárias, etc.” (PEREIRA, 2003: 31)

1 - Citação apresentada em 2.2 A complexidade da questão pág 126

Após o estudo da obra ter demonstrado que esta não possuía a composição actual desde a sua concepção, mas antes que a adquiriu ao longo de sucessivas intervenções, chegou-se à conclusão que o projecto de reabilitação deveria assumir uma atitude de continuidade em relação à história da casa, semelhante à atitude que Fernando Távora adoptou nos exemplos referidos anteriormente, e assim tratar a nova intervenção como mais uma etapa na vida do edifício. Não se põem de parte a hipótese de alterar a pré-existência, tanto a nível organizacional como compositivo, através da inserção de elementos novos no conjunto, no entanto respeitando o princípio de preservar a identidade da casa. Não se considera que as introduções do século XX, tanto divisões interiores como construções anexas, sejam elementos de valor e como tal não se vê benefício na sua preservação.

No que diz respeito a princípios mais concretos, para além da introdução das exigências de conforto e habitabilidade contemporâneas na casa, considera-se também ser necessário torná-la acessível para pessoas com mobilidade condicionada, de modo a que o novo equipamento seja inclusivo. Quanto ao espaço interior, independentemente das alterações que sejam necessárias efectuar, pretende-se manter a atmosfera que existia antes de a casa ser abandonada, desejando-se utilizar as mesmas cores e, quando possível os mesmo materiais da pré-existência. Do mesmo modo, apesar de se necessário substituir as estruturas de madeira do piso superior e do telhado, devido ao seu avançado estado de degradação, tomou-se a decisão de introduzir uma nova estrutura do mesmo material, entendendo que o uso de uma estrutura contemporânea seria prejudicial para a identidade do edifício, e consequentemente desvirtuá-lo-ia.

Relativamente à intervenção sobre o espaço exterior, uma vez que a envolvente de um edifício patrimonial constitui uma parte importante do seu carácter, deseja-se que esta obedeça aos mesmos princípios que se estabeleceram para a intervenção sobre a casa. No socalco superior, área envolvente mais próxima do objecto de estudo, considera-se necessário ter um cuidado acrescido, de modo a que o arranjo do espaço exterior possa complementar o novo programa sem descontextualizar a casa. Na antiga área agrícola, onde, devido ao contexto actual não teria sentido recuperar a função original, não se crê que o arranjo do espaço necessite ser tão condicionado como no restante espaço exterior, uma vez que a diferença de cota entre a casa e o terreno mitiga a questão. No entanto crê-se ser necessário ter em consideração as características pré-existentes do espaço e o impacto que a sua intervenção tem sobre todo o conjunto.

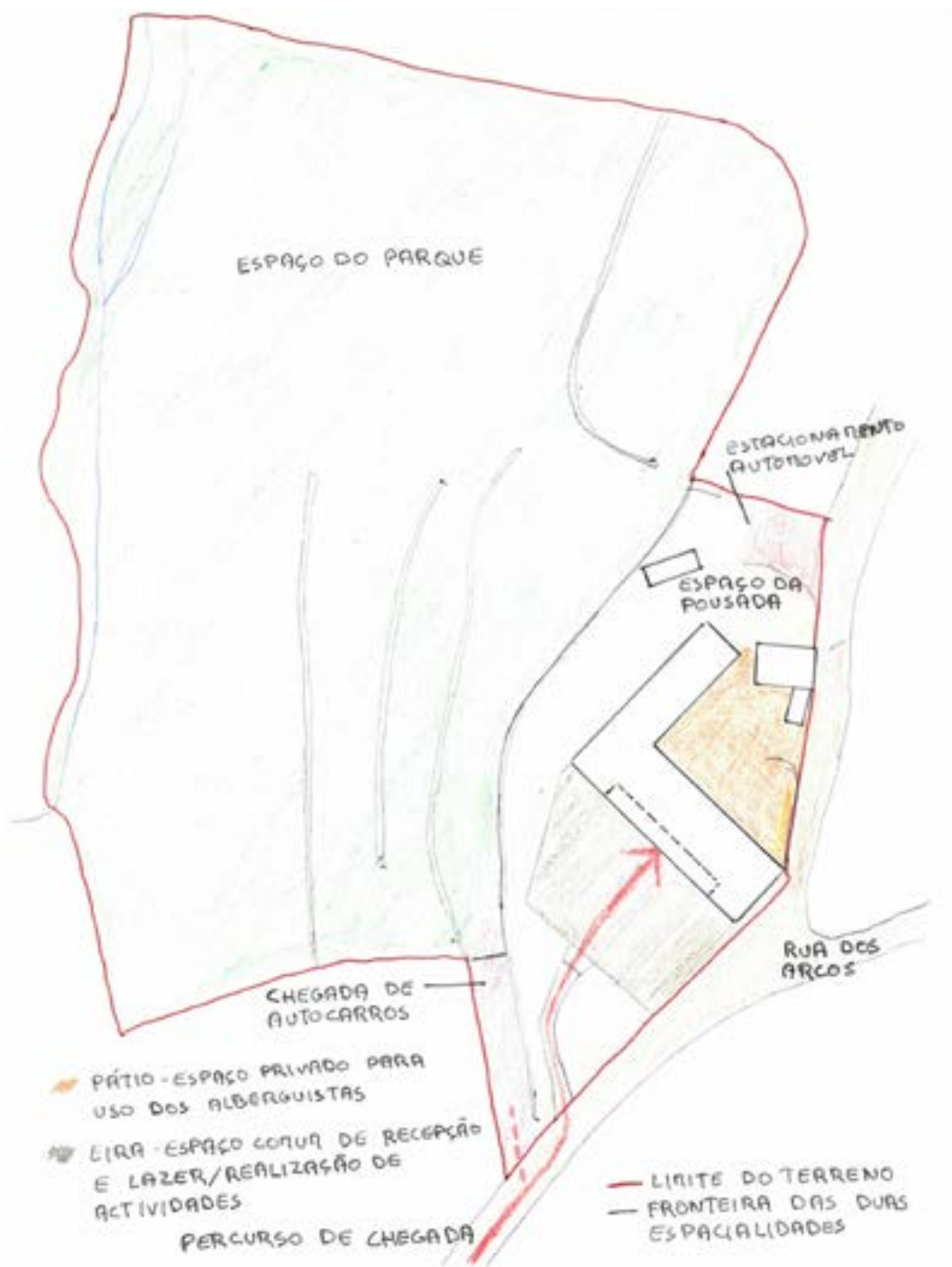
“ [...] entendo que os velhos edifícios oferecem boas possibilidades de reutilização para usos contemporâneos. Nesse sentido, é importante, abandonar a contradição entre o desejo de preservar ‘a toda a força’ e o desejo de mudar ‘custe o que custar’. De forma paradoxal, reabilitar significa transformar. Em meu entender é possível conciliar o passado e o presente sobrepondo ao existente valores actuais de mutabilidade.” (RIBEIRO, 2010: 29)

3.3 O processo de trabalho

“Uma arquitectura provém de uma sucessão de investigações, de hipóteses e de respostas cuja validade necessita de ser testada e que, pouco a pouco, se aglomeram para se encaminhar para uma forma.” (SIZA, 2009: 204)

Como em qualquer trabalho de arquitectura, a proposta final surge de um processo de procura marcado por análise e experimentação onde, entre desenhos, maquetas, o estudo de referências, o debate e as dúvidas constantes faziam surgir novas hipóteses e mudavam opções anteriores. Ao longo do desenvolvimento do trabalho foram várias as hipóteses possíveis, sendo que muitas nunca foram além do desenho à mão levantada, mas que ainda assim constituem uma parte importante do processo. Para além das ferramentas tradicionais, a história e a identidade do objecto de estudo foram também utensílios muito importante durante todo o processo. As visitas à casa foram também uma constante, numa busca por compreendê-la melhor e perceber o que era essencial, o que era necessário e o que era supérfluo. Ao mesmo tempo, estas visitas permitiam pôr em consideração as várias hipóteses que surgiram ao longo do processo e verificar a sua legitimidade quando sobrepostas ao contexto real.

A descrição que se apresenta em seguida consiste apenas nos momentos que se consideraram mais marcantes ao longo do processo de trabalho, uma vez que não seria viável, ou mesmo motivo de interesse, descrevê-lo todo minuciosamente. Assim apresenta-se um breve resumo do mesmo, cuja divisão apresentada, concebida posteriormente, marca os momentos que se consideraram mais importantes ao longo do trabalho até se chegar à proposta final.



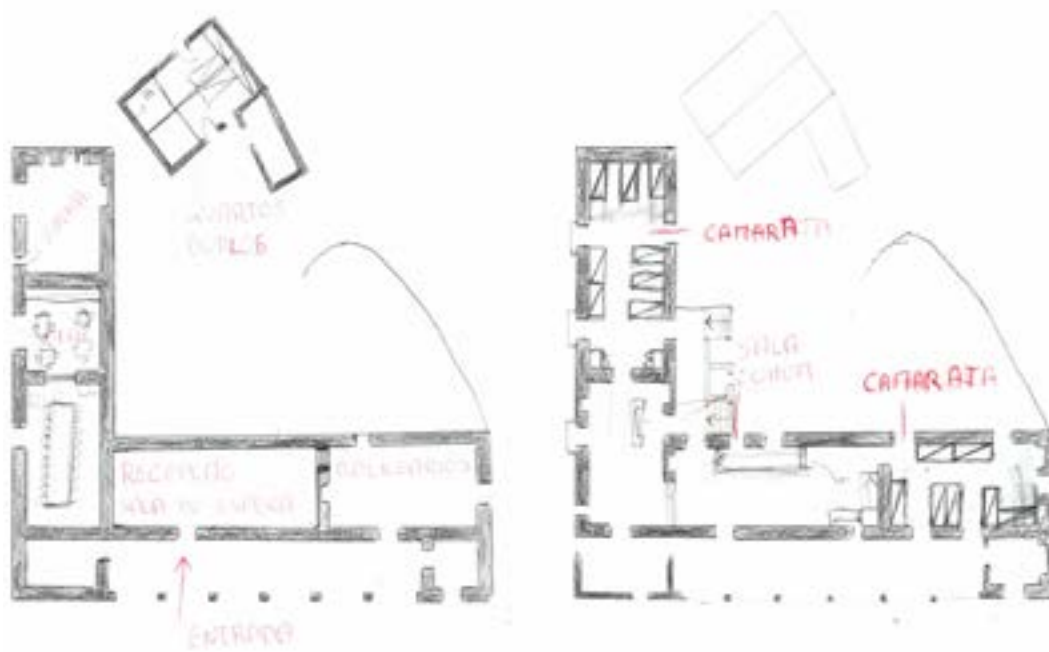
119 - Esquema da nova organização do espaço exterior

3.3.1 Fase I: A primeira abordagem

Esta fase corresponde às primeiras indagações, à colocação de várias hipóteses e a propostas de distribuição esquemáticas. Durante o período de execução do levantamento, assim como durante o estudo da história da casa, surgiram ideias e conceitos que se poderiam aplicar, mas apenas quando se iniciou o processo de trabalho e se deu o confronto entre o novo programa, os princípios estabelecidos para a intervenção e a pré-existência. Como tal, tratou-se de uma fase mais abstracta, onde antes de mais se procuraram conceitos e novas lógicas de organização que pudessem servir de mote para as primeiras propostas. Ainda assim, é nesta primeira abordagem, mais de esboço e esquemas do que de desenho rigoroso, que se definem conceitos que se manterão até à proposta final.

A primeira atitude que se toma a nível projectual é a alteração da forma como o espaço exterior se distribui. Na organização pré-existente existe uma clara distinção entre função agrícola e função doméstica. A eira que se situa na frente principal da casa existe exclusivamente como espaço destinado ao trabalho agrícola, enquanto o pátio no tardoz da casa assume uma clara função doméstica como espaço de recepção e acesso ao interior. No ponto de vista da antiga utilização do edifício esta organização era a mais recomendável, uma vez que colocava a eira no lugar de maior exposição solar e, ao mesmo tempo, mantinha a privacidade do espaço doméstico, resguardando-o dos percursos públicos. No entanto, no contexto do novo programa esta organização deixa de ter sentido: primeiro porque obriga os alberguistas a entrarem na pousada por um percurso mais longo, complexo e menos nobre; e em segundo porque leva a que o piso de entrada seja o superior, contrariamente ao que é habitual, o acesso pelo piso térreo. Devido a estes motivos decidiu-se que o acesso ao equipamento deveria ser feito através da eira, o que se considera vantajoso pois permite devolver a este espaço sentido de existir, agora como espaço de recepção, e aproveita a *loggia* inferior como espaço de transição entre o exterior e o interior. Ao mesmo tempo, o pátio tardoz é valorizado com maior privacidade e assim definido como espaço de convívio para os alberguistas.

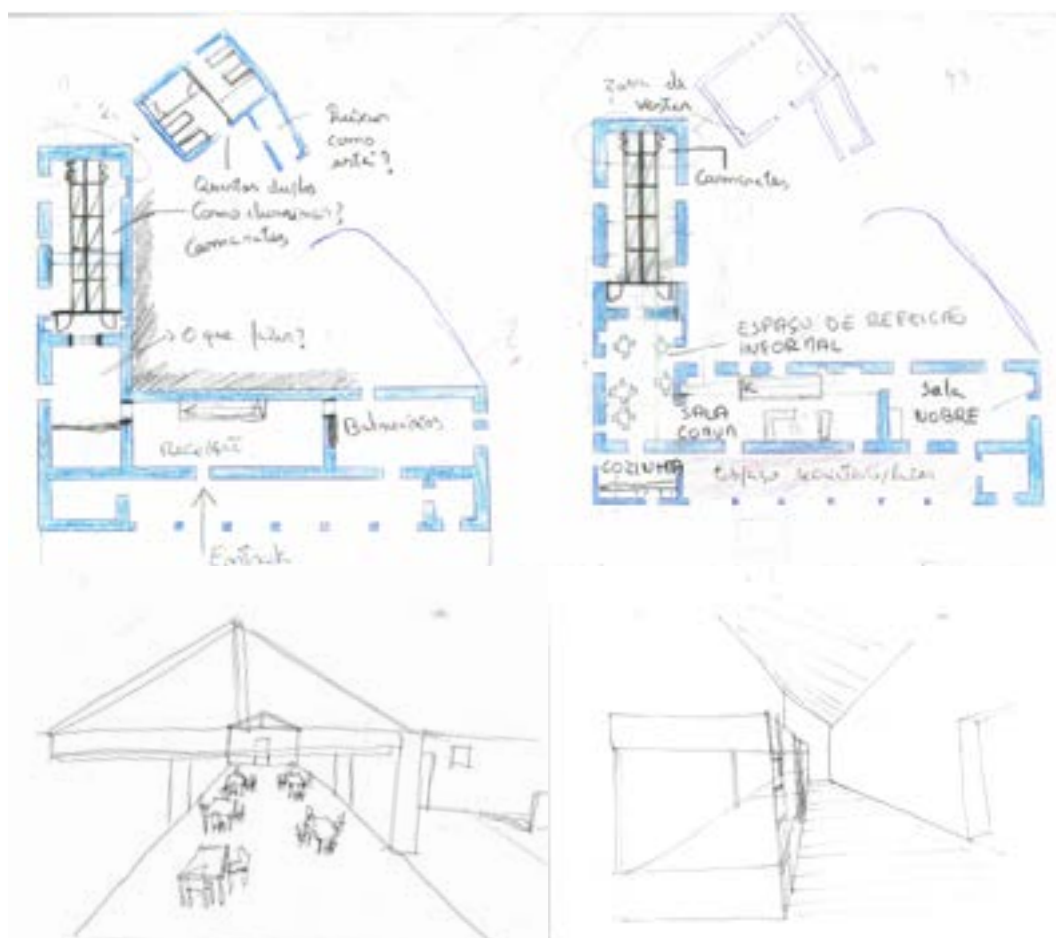
A segunda grande mudança está ligada à organização interna da casa que, no seu estado actual, não favorece a introdução do novo programa. Por um lado, a disposição da cozinha e do seu arrumo de apoio numa posição central e enquanto pisos térreos ao nível do piso superior, criam problemas de aproveitamento de espaço. Por outro, o facto de a maior parte dos espaços se encontrarem a cotas distintas, para além de aumentar o problema referido anteriormente, ainda cria outros do ponto de vista da acessibilidade. Assim, optou-se por escavar o pavimento da cozinha e do seu arrumo até à cota da eira e, deste modo, reorganizar a casa em dois pisos contínuos em toda a extensão do edifício. Neste nova organização vertical, manteve-se uma diferença de cota: no volume principal assumiu-se a cota da sala principal como cota do piso superior dentro do volume, já no volume secundário optou-se por manter a cota de pavimento pré-existente e à qual se encontravam quase todos os espaços do mesmo.



120 - Primeiro esquema de distribuição do novo programa

Uma vez estabelecidos estes dois conceitos, começou-se a tentar adaptar o objecto de estudo ao novo programa sem, como já se referiu anteriormente, se considerar as divisórias acrescentadas no século XX, mas ainda assim sem realizar alterações na organização planimétrica do edifício. Estabelece-se o acesso principal da pousada no centro, no novo espaço escavado, através da transformação da janela pré-existente em porta, de modo a criar uma lógica de distribuição que funciona de forma simples e prática. Esta primeira hipótese de organização tenta adaptar o conceito tradicional das casas agrícola: no piso inferior os espaços de carácter mais técnico (recepção, balneários e sala de refeições) e no piso superior os espaços mais nobres, com uma camarata em cada extremo da casa e a sala de convívio entre ambos. No exterior, reabilita-se também a corte que se encontra no pátio e opta-se por colocar aqui os quartos duplos, que assim podem funcionar independentes da restante pousada. Optou-se por colocar esta parte do programa fora do edifício principal por se considerar ser mais vantajoso, uma vez que permite resguardar a privacidade dos alberguistas que os ocupem, independentemente de estes serem responsáveis por um grupo ou pessoas independentes que também se possam encontrar na pousada.

No entanto, se esquematicamente esta distribuição funcionava, quando se tentava passar para o desenho rigoroso não se conseguia organizar eficazmente o interior. Tornava-se claro que havia falta de espaço. As camaratas apresentavam um carácter de dormitório (com 16 camas em cada uma) completamente diferente da ideia de quartos múltiplos que se havia pensado inicialmente e que permitiria maior conforto e privacidade. Ao mesmo tempo, com uma das camaratas situada na zona mais nobre a casa, havia-se criando, de forma não intencional, uma clara distinção entre as duas, com uma a usufruir de namoradeiras e de acesso à *loggia* superior, enquanto a outra se assumia mais modesta com apenas duas pequenas varandas. Sentiu-se que se tratava de uma intervenção demasiado simples, que introduzia o programa no edifício mas sem o adaptar a este. Estava-se a aplicar uma abordagem semelhante àquela se tinha criticado no abrigo de montanha referido anteriormente. Deste modo, tornava-se claro que este não era o caminho que se pretendia tomar inicialmente, era preciso retroceder e redefinir a lógica de organização do novo programa.



121 - Primeira proposta de organização da Fase II

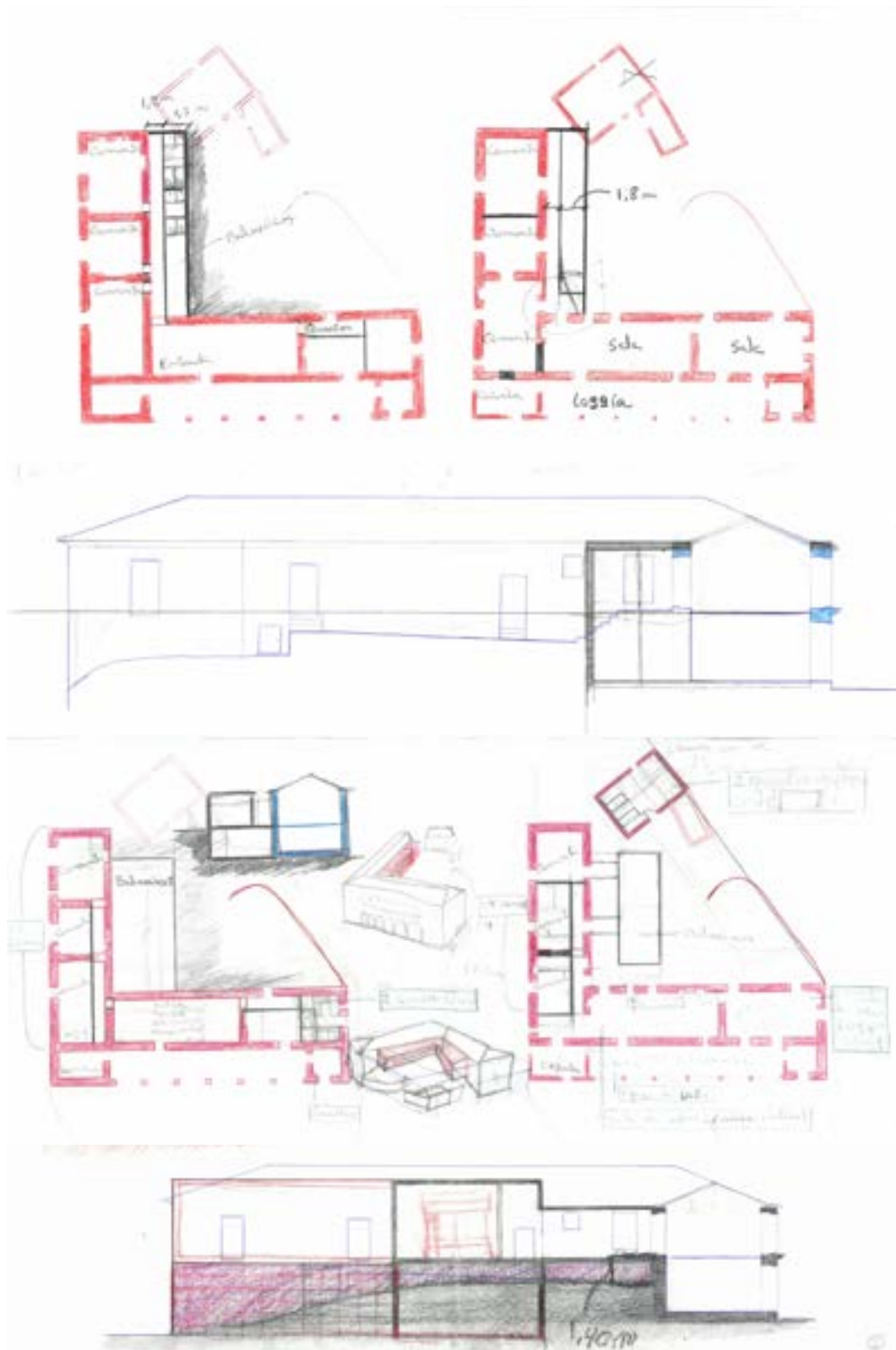
3.3.2 Fase II: O novo esquema de distribuição

A segunda fase surge directamente dos problemas encontrado na fase anterior. Após nova análise do objecto de estudo, assume-se a importância da *loggia* superior enquanto espaço recreativo e, conseqüentemente torna-se claro que as salas que abrem para esta devem ter funções semelhantes. Com esta convicção estabelece-se uma nova lógica de organização: o volume principal recebe o programa de carácter mais público e de recreação (salas comuns e recepção) e o volume secundário recebe o programa de carácter mais privado (os quartos múltiplos).

A atitude perante o espaço de refeições também sofre mudanças, deixa de existir uma sala de refeições enquanto espaço definido dentro da casa para, numa lógica mais informal, se definir uma pequena zona para refeições leves na sala de convívio, apoiada por uma cozinha de alberguista criada na sala a noroeste da *loggia* superior; deixando-se em aberto a possibilidade de criar um espaço de refeição mais formal, tipo refeitório, através da inserção de um novo corpo no conjunto. Chegou a considerar-se reutilizar o sistema de portadas que transformavam a *loggia* superior num espaço fechado que se poderia usar como eventual espaço de refeição, no entanto depressa se percebeu que tal acção iria contra a essência do espaço e desvirtuaria consideravelmente a fachada principal. Quanto à localização dos balneários e dos quartos duplos, esta permanece inalterada em relação à fase anterior.

A decisão de retirar programa do interior da casa, apesar de libertar área, revela um novo problema: a lógica de distribuição central que existe em ambos os pisos do volume secundário. Logo de início tenta-se desenhar os quartos múltiplos sem alterar estas pré-existências, estabelecendo-se um pequeno *hall* que distribui para dois quartos de organização longitudinal. No entanto esta hipótese não se revela satisfatória uma vez que os quartos desenhados não apresentam a qualidade desejada pois a largura do volume não permite que sejam mais do que um corredor de distribuição e uma fila de beliches, uma organização pouco prática e uma vez mais com um carácter de dormitório muito impessoal. A abertura central revela-se problemática em mais um aspecto: torna o espaço de transição entre volumes impossível de organizar. A largura assumidamente pequena da casa revela-se incompatível com uma lógica de distribuição por corredor central, resultando em salas demasiado estreitas nas alas do hipotético corredor, existindo ainda a dificuldade de desenhar uma transição entre este e a sala de convívio do volume principal. A opção de um corredor implícito, criado através da disposição de mobiliário, não funciona pelo mesmo motivo, uma vez que resulta num espaço ambíguo e com qualidade escassa. Ao mesmo tempo, esta lógica de distribuição gera ainda um problema de aproveitamento de espaço, uma vez que resulta num excesso de área comum que poderia ser utilizado para aumentar a capacidade do equipamento.

Face a estes problemas parece ser necessário estabelecer uma lógica de distribuição por corredor lateral que permita aproveitar todo o volume secundário como área de dormitório. Ainda numa abordagem que não deseja efectuar grandes



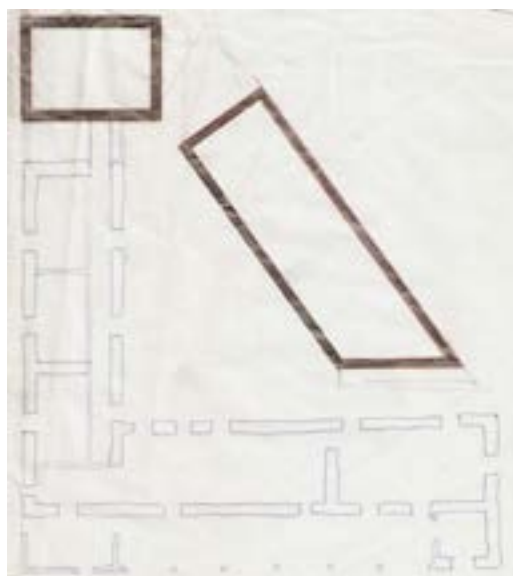
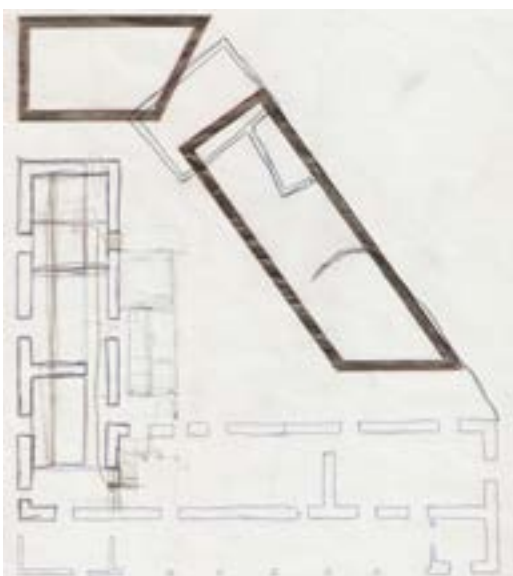
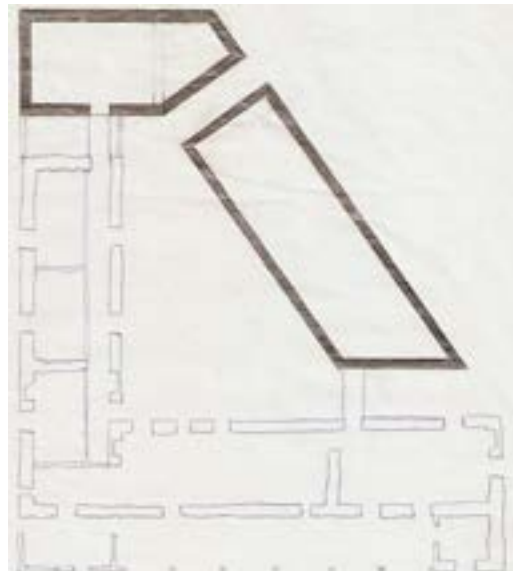
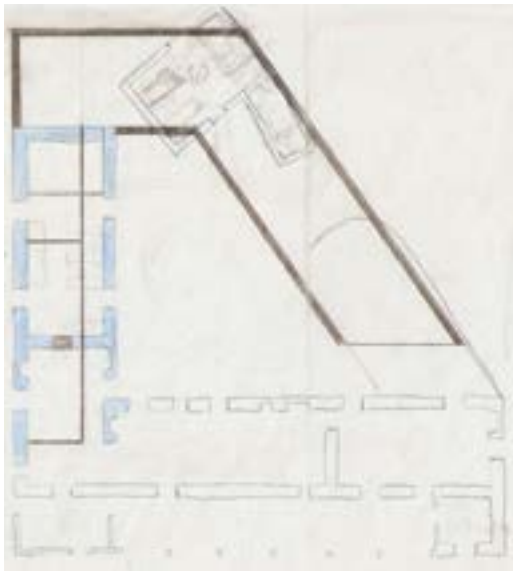
122 - Estudo da inserção do volume novo

alterações sobre as paredes de granito, considera-se fechar os vãos centrais (tal como já acontece no vão inferior) e criar um corredor pelo exterior da casa que distribuiria para três quartos múltiplos. Este novo corpo estaria enterrado no piso inferior e no piso superior teria uma linguagem assumidamente contemporânea, com uma estrutura metálica e em vidro, de modo a não se sobrepor à fachada sudeste do volume secundário.

Ao mesmo tempo que se medita sobre esta hipótese vem à tona mais um problema: os balneários, cuja localização se revela pouco prática uma vez que estes se encontram restritos a um único piso e com acesso através da recepção. A possibilidade de ter de percorrer um corredor em vidro para chegar a este espaço vem apenas agravar esta situação. Assim considera-se ser necessário aproximar os balneários das camaratas, estabelecendo em cada piso uma zona íntima. Juntando esta necessidade ao conceito de corredor lateral coloca-se a hipótese de introduzir um novo corpo, paralelo ao volume secundário onde se localizarão o corredor de distribuição e os balneários. Este novo corpo seria, tal como a casa, construído em alvenaria de granito, mas com um aparelho de pedra mais regular e com cobertura plana de modo a assumilo como uma adição contemporânea.

São colocadas duas opções para este novo volume. Na primeira opção o novo corpo é concebido com o mesmo comprimento do volume secundário e com a mesma largura do corpo da dupla *loggia*, de modo a que os dois volumes passem a ter a mesma largura e a cumeeira do telhado contínua. No entanto esta opção implica a demolição da corte e assim retira definição ao pátio e, ao mesmo tempo, a limitação sobre a largura possível reflecte-se na pouca área disponível para os balneários. Por sua vez, a segunda opção mantém a corte e como tal não se sobrepõem totalmente à fachada sudeste, assumindo-se como independente da pré-existência através do uso de um sistema de cobertura plana. Nesta opção não existe um limite de largura como na primeira, permitindo aos balneários terem mais área. No entanto, a mesma condição que a liberta do limite de largura também acentua a seu carácter de “acrescento”.

Se já existiam dúvidas em relação à inserção do corredor de distribuição em vidro, a hipótese de introdução deste novo corpo que se sobrepõem à fachada pré-existente gera ainda mais dúvidas, começando-se a questionar a legitimidade da mesma. Contrariamente a intervenção realizada no século XVII, que viu a introdução da dupla *loggia* na composição, sobrepondo-se à fachada pré-existente, e valorizando o conjunto, a intervenção que se propunha agora viria introduzir um espaço de carácter secundário e pouco propício à abertura de vãos, ou seja estaria a sobrepor-se à fachada sudeste uma fachada cega. Esta hipótese revelava-se assim de fraca qualidade, mais prejudicial do que benéfica, uma vez que eliminaria uma fachada, modificaria drasticamente a lógica do pátio, assim como a sua atmosfera e, deste modo, desvirtuaria drasticamente a pré-existência sem produzir nenhum resultado verdadeiramente benéfico em contra-partida.



123 - Estudo da nova volumetria

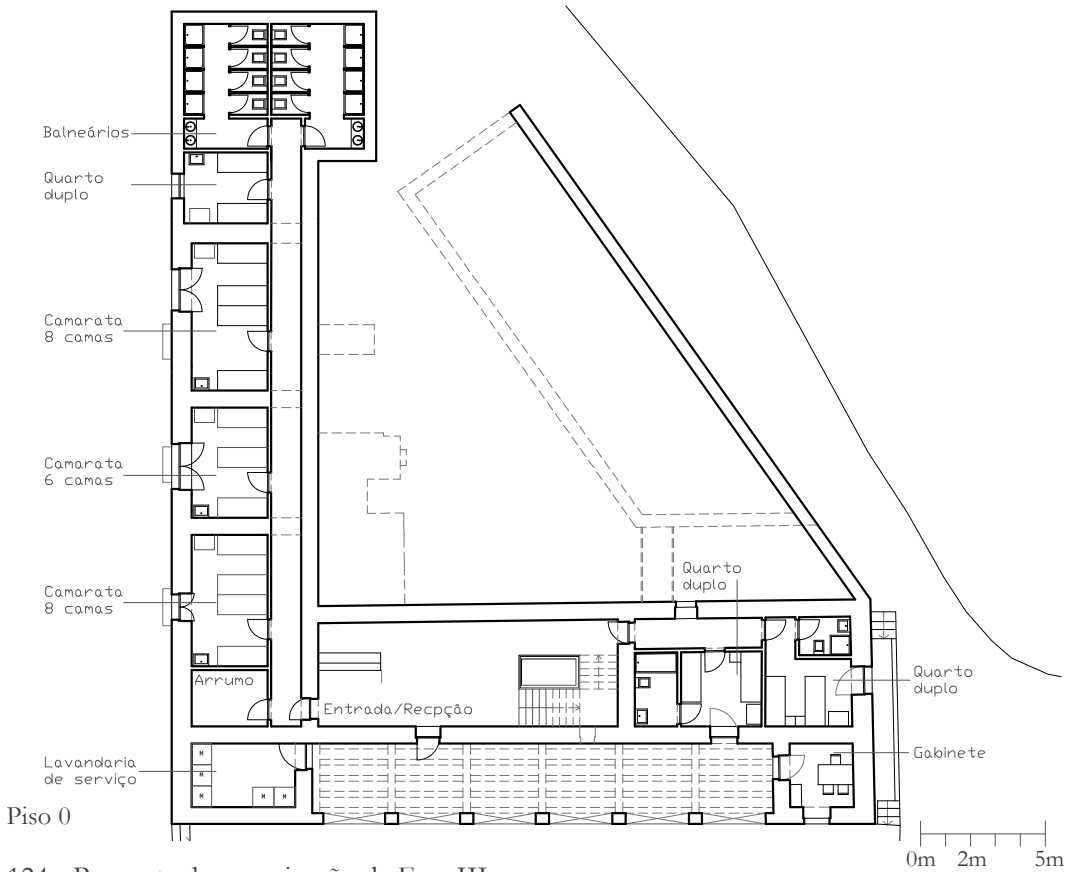
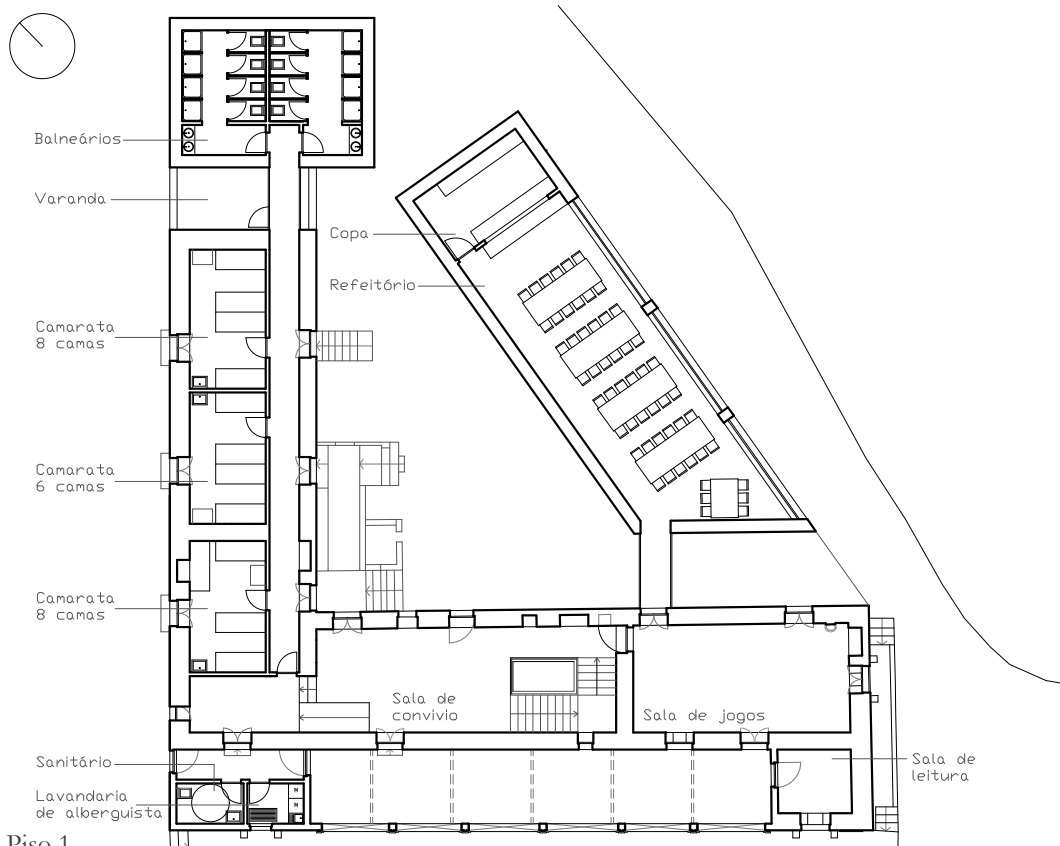
3.3.3 Fase III: A hipótese mais interventiva

No seguimento das experiências falhadas da fase anterior conclui-se que distribuição por corredor lateral seria a única maneira de introduzir uma zona de quartos múltiplos qualificada no volume secundário. Deste modo, revelava-se necessário alterar a lógica de distribuição central pré-existente, algo que causava alguma apreensão. Debateu-se sobre esta hipótese durante um longo período, no qual também se tentou, em vão, encontrar uma solução alternativa. Por fim, concluiu-se que esta característica pré-existente não constituía uma parte essencial da identidade do objecto de estudo e, como tal, era passível de ser alterada, uma vez que esta acção resultaria num benefício para o edifício. Ao mesmo tempo, como já se referiu, a Casa dos Arcos, tal como outros exemplos de arquitectura doméstica, adquiriu a sua forma actual através de sucessivas intervenções, que tanto adicionaram volumes como abriram ou fecharam vãos; o que legitima a alteração proposta como mais uma etapa do processo evolutivo do objecto de estudo.

Assim, numa acção semelhante à de Fernando Távora na Casa de Briteiros, onde o arquitecto faz novas aberturas nas paredes interiores para poder criar um corredor de distribuição lateral, intervém-se sobre a parede intermédia do volume em questão: fecha-se o vão central e abre-se um novo vão no topo, de modo a criar o referido corredor lateral. Uma vez implementada a nova lógica de distribuição usam-se os limites impostos pelas paredes interiores e pelos vãos da fachada noroeste para desenhar as camaratas, colocando uma parede nova onde se encontrava a parede de granito construída posteriormente às restantes.

Para além do conceito de corredor lateral, também transitam da fase anterior as convicções sobre a localização dos balneários e da sala de refeições fora do edifício pré-existente. No seguimento da tentativa anterior de inserir um novo volume na composição, opta-se por conceber uma forma em L que, complementar à pré-existência, permite preservar o pátio, que como já se referiu se desejava manter como espaço complementar à pousada. O estudo desta nova forma culmina em dois volumes separados, um de balneários e outro de refeitório, que resguardam o pátio do espaço público e lhe concedem maior privacidade. Com esta nova composição perde-se a corte onde se tinham estabelecido os quartos duplos, que nesta nova proposta são deslocados para a adega, o que permite que continuem a funcionar de modo independente dos quartos múltiplos, tal como se desejava.

Os dois novos corpos são pensados de modo a destacarem-se da casa, assumindo-se como acrescentos contemporâneos. Como tal, ambos possuem cobertura plana alinhada com a cumeeira do volume secundário e revestimento em placagem de granito. Opta-se por utilizar o mesmo material da casa de modo a ligar as novas construções à pré-existência, mas utilizando um sistema construtivo distinto de modo a realçar a diferença de época entre ambas. Ao mesmo tempo, os novos volumes destacam-se da casa através de separação física: o volume dos balneários parcialmente, uma vez que mantém contacto com a casa no piso inferior, separando-se desta apenas

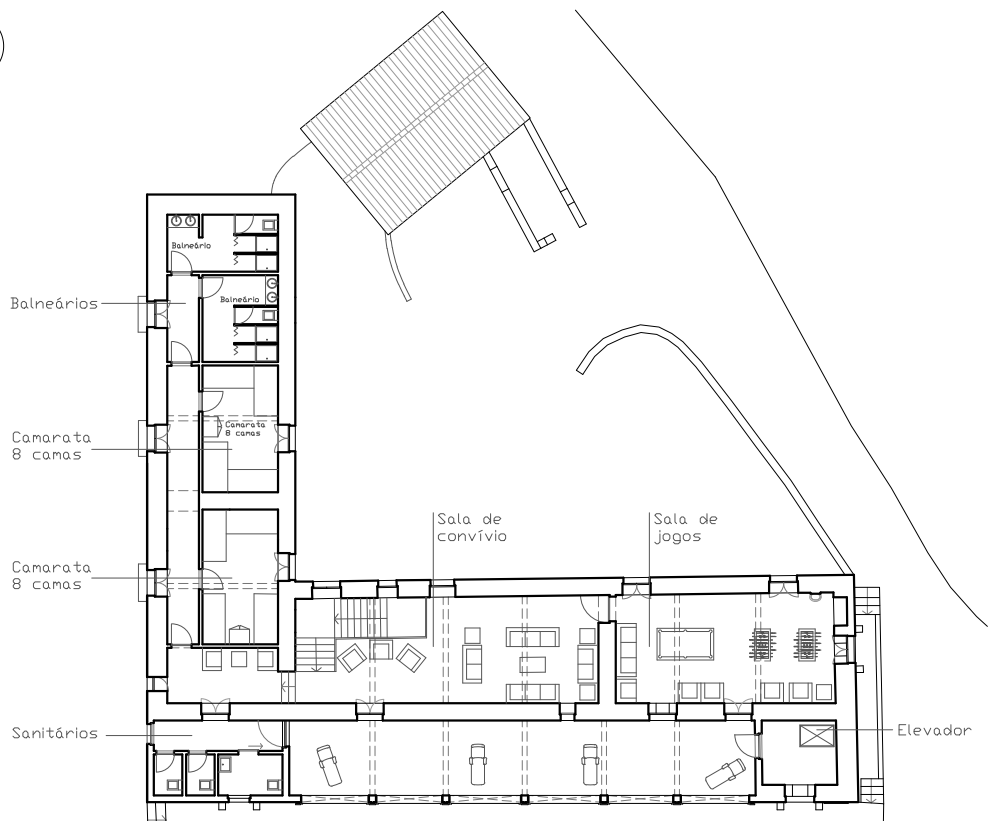


no piso superior onde a ligação entre os dois é feita através de um pequeno corredor de vidro na continuidade do corredor lateral; o volume do refeitório, por sua vez, apenas possui um piso, e é totalmente distinto da casa ligando-se a esta apenas por um corredor de vidro à cota do piso superior.

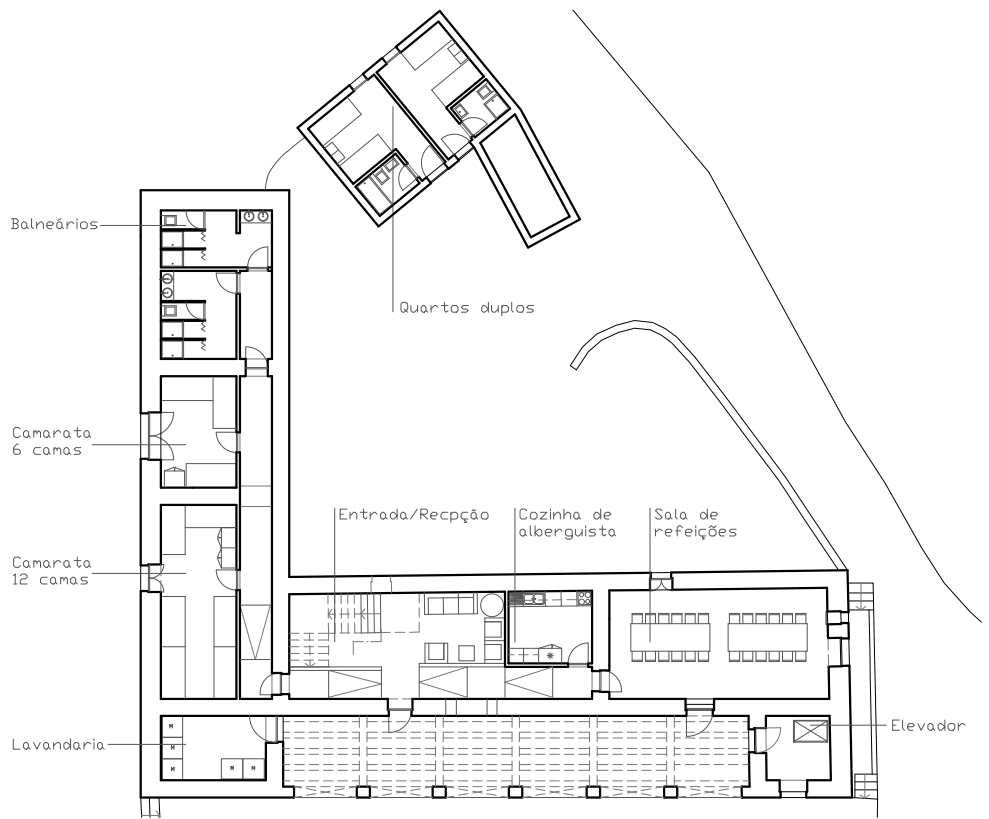
No entanto, após uma segunda análise, esta nova proposta revelava vários problemas que careciam resolução. Primeiramente, o espaço interior da sala de convívio e da recepção mostrava-se mal aproveitado, uma vez que a localização do acesso vertical, escolhida pela sua proximidade com a porta de entrada, se traduzia numa lógica de atravessamento diagonal, o que tornava o espaço muito difícil de organizar. Ao mesmo tempo a ligação entre o refeitório e casa ocorria de forma incómoda através da sala de jogos, o que atribuía a este espaço um carácter de transição incompatível com o que se pretendia realizar inicialmente.

Do ponto de vista da volumetria, chega-se à conclusão que, se o volume dos balneários poderia vir a funcionar com mais trabalho, o volume do refeitório, devido à forma impositiva como tem de ser implantado para estar à mesma cota que o pavimento do piso superior, é prejudicial ao valor da casa. De facto, contrariamente à relação de complementaridade que se desejava criar, a relação entre a pré-existência e este novo corpo revela-se de confronto. Ao mesmo tempo, os novos volumes também vêm descaracterizar o pátio que, uma vez fechado, assume uma forma desinteressante e perde a qualidade que tinha inicialmente, fruto do seu carácter simultaneamente definido e aberto para a envolvente. Para além disso, esta hipótese também reduz o número de espaços que se podem aceder através do pátio, atribuindo-lhe um carácter de “traseiras”, distinto da ideia de espaço de qualidade e de uso privado dos alberguistas que se definiu logo na primeira fase.

Assim surge a necessidade de repensar a proposta. O esquema de organização interna e a lógica de distribuição lateral eram conceitos a manter, mas era preciso trabalhar mais a forma como o novo programa deve ser inserido. Ao analisar novamente a pré-existência em busca de uma nova solução para estes vários problemas, concluiu-se que esta havia chegado a uma composição estável, onde o pátio se apresentava como um espaço de qualidade e na qual a corte se revelava como um elemento essencial através da sua implantação particular. Por sua vez a composição que se estava a propor afirmava-se claramente como de parca qualidade. Devido a esta conclusão, decidiu-se retroceder no processo e abdicar dos novos corpos, concluindo que seria mais vantajoso adoptar uma abordagem mais contida, mantendo os conceitos acima referidos mas restringindo o novo programa às construções pré-existentes.



Piso 1



Piso 0

0m 2m 5m

125 - Proposta de organização com quartos duplos exteriores à casa

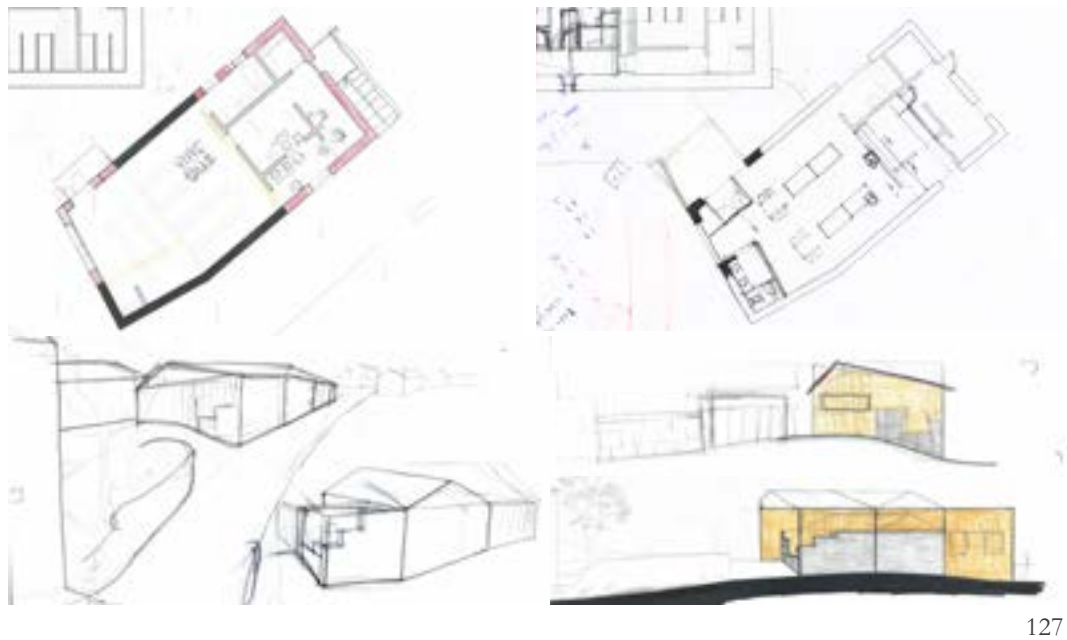
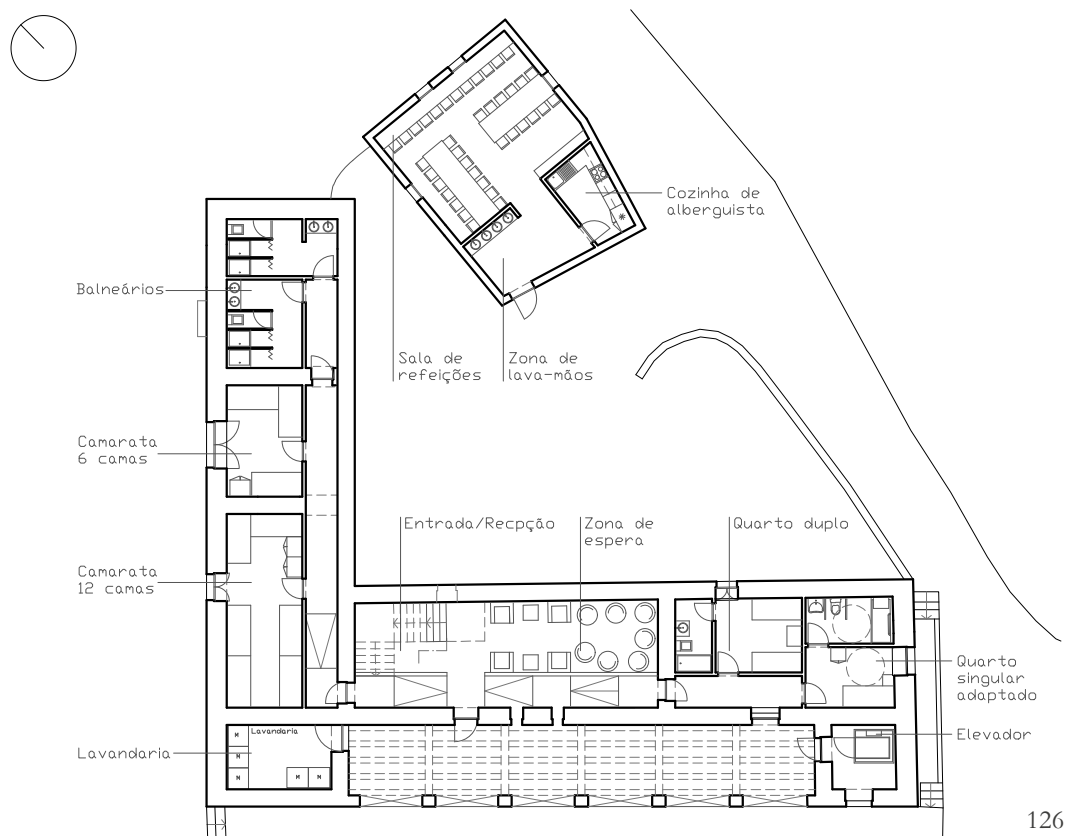
3.3.4 Fase IV: O problema do espaço de refeição

Com a confirmação do valor compositivo do conjunto pré-existente, o processo de trabalho voltou a focar-se na inserção do programa recorrendo apenas à pré-existência. Não se considera que esta nova fase seja um retrocesso, uma vez que surgiu das conclusões retiradas da fase anterior, onde se confirmou a eficácia da lógica de distribuição por corredor lateral e do esquema de organização vertical estabelecido desde a Fase I. Deste modo, entenderam-se os erros ocorridos durante o processo como uma parte normal do mesmo. As propostas que falham não são necessariamente, uma perda de tempo, pelo contrário, é possível aprender com estas, mesmo que o único resultado obtido seja a confirmação de que tal hipótese não é funcional. Apenas através de várias experiências se consegue chegar a uma proposta final de qualidade, e várias experiências implicam falhas.

Mantendo os conceitos já referidos, adaptou-se a organização da zona de quartos múltiplos aos novos princípios, abdicando de um quarto em cada piso e, em seu lugar, instalando os balneários no fundo do corredor de distribuição. Inicialmente chegou a considerar-se fazer uma divisão dos pisos por género, mas não se deu continuidade a esta ideia por ser demasiado restritiva sobre o modo de funcionamento da pousada de juventude. De modo a criar dinâmica no espaço interior, colocaram-se as zonas de quartos invertidas, mantendo a mesma lógica nos dois pisos, mas criando ambientes diferentes. A nível da intervenção sobre as fachadas do volume secundário esta opção também se revela benéfica, uma vez que permite fechar os vãos correspondentes aos novos balneários sem causar prejuízo no desenho das fachadas em causa. A perda de capacidade do equipamento proposto não era, inicialmente, uma opção desejada, no entanto, depressa se chegou à conclusão que a inclusão da capacidade máxima definida no programa não justificava a descaracterização da casa.

Paralelamente, mudou-se a localização dos acessos verticais: a escada permaneceu nas mesmas salas, mas mudou de posição, permitindo uma organização espacial mais clara e funcional; a plataforma elevatória, por sua vez, passa para a divisão sudeste da dupla *loggia* que, devido à sua pequena área útil, se considerou ideal para receber esta função. No piso térreo introduziram-se rampas de modo a mitigar a questão do pé-direito reduzido sem perder acessibilidade no espaço interior. Quanto ao restante programa, retomou-se o conceito inicial que estabelecia os quartos múltiplos como independentes do restante equipamento, enquanto o refeitório foi reduzido a uma sala de refeições de carácter mais informal, localizada na adega e apoiada por uma cozinha de alberguista inserida entre este espaço e a recepção.

No entanto, esta hipótese rapidamente se revelou problemática, começando pela adaptação da adega para sala de refeições, uma vez que este espaço não tinha área útil suficiente para receber todos os alberguistas em simultâneo. Para além desta questão, a forma como se inseriu a cozinha de alberguista, retirando espaço à recepção, também não agradava devido à espacialidade desinteressante que criava e onde a nova divisão parecia estar desintegrada. Os problemas não se resumiam à



126 - Proposta de organização do piso inferior após a mudança de localização da sala de refeições

127 - Desenhos das primeiras propostas para o refeitório

forma como o programa era inserido, começava-se também a duvidar da eficácia do próprio conceito: a opção de colocar os quartos duplos separados do equipamento, apesar de lhes conceder um elevado nível de privacidade, revelou-se pouco cómoda quando se considerou a forma como estes se relacionavam com a restante pousada, e de modo particular com o a sala de refeições. Para além disto, quando se considerou que o equipamento será, segundo a norma nacional, maioritariamente utilizado por grupos de estudantes em visitas de estudo, revelou-se mais um problema gerado por esta organização: a separação dos alunos e professores em volumes diferentes deixava os primeiros sem supervisão.

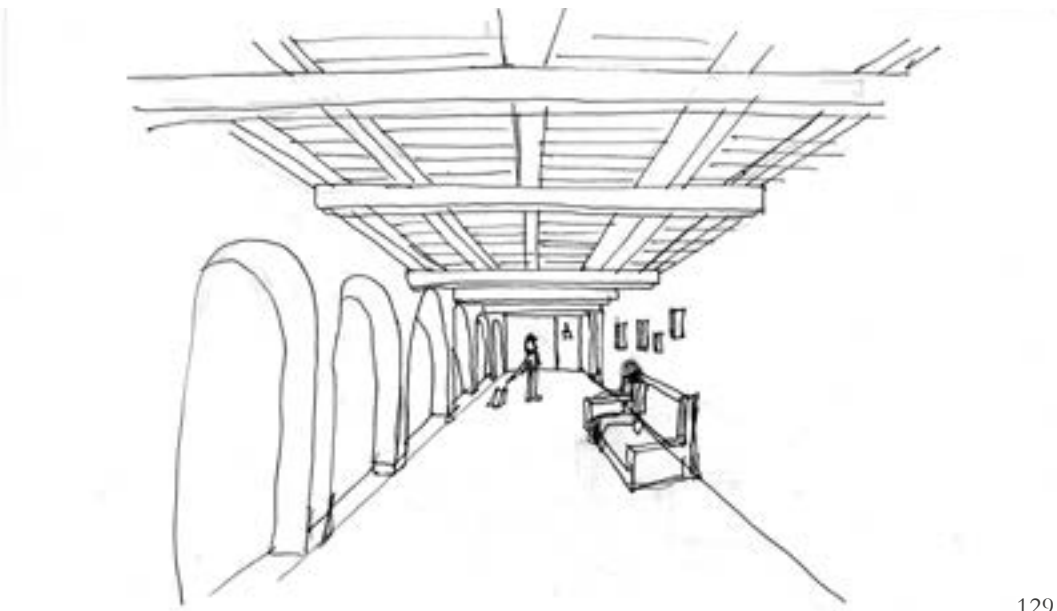
Face a estes problemas, concluiu-se que colocar a sala de refeições separada do restante equipamento seria uma opção mais viável, uma vez que a sua separação física não geraria problemas como a opção anterior, visto tratar-se de um programa capaz de funcionar de forma independente da restante pousada de juventude. Deste modo, a localização dos dois programas foi invertida: os quartos regressaram à adega (tal como na fase anterior), onde é possível mantê-los privados ao mesmo tempo que se facilita o controlo do grupo por parte dos responsáveis; enquanto o espaço de refeições se instalou na corte, onde se encontra próximo o suficiente da pousada para ser independente e de acesso fácil. Com esta nova organização, também deixou de ser necessário retirar área à recepção, salvaguardando assim a sua qualidade espacial.

Para além das vantagens já referidas, a nova organização também valoriza o pátio que, na organização anterior, possuía um carácter ambíguo, existindo apenas como um potencial espaço de permanência exterior à pousada e sem uma função concreta. Com o novo conceito, o carácter do pátio torna-se claro: este funciona como espaço de ligação entre as zonas de dormir e de lazer da pousada com o espaço de refeição, podendo ainda ser complementar a este último, funcionando como espaço de refeição ao ar livre.

Inicialmente, devido à área reduzida da corte, planeava-se manter o conceito da sala de refeições informal apoiada por uma cozinha de alberguista. No entanto, a área da construção pré-existente revelou ser insuficiente para que se conseguisse criar um espaço capaz de receber todos os alberguistas de maneira confortável. Considerou-se que, uma vez que era necessária uma intervenção capaz de aumentar a área útil da corte, seria mais vantajoso para o equipamento no seu todo deixar cair definitivamente a ideia de sala de refeições informal e retomar o conceito de refeitório, uma vez que este, ao contrário da opção alternativa, é um programa capaz de incentivar a procura pelo equipamento. Ainda assim, optou-se por manter a cozinha de alberguista dentro do espaço de refeições, colocando-a em paralelo à cozinha de serviço, de modo a conceder uma maior liberdade na forma como este pode ser utilizado por parte de quem se encontra albergado na pousada de juventude.



128



129

128 - Esquisso da *Loggia superior*

129 - Esquisso da *Loggia inferior*

3.4 A proposta final

A proposta final de intervenção representa o culminar do processo de trabalho que se descreveu até agora, adaptado numa solução devidamente estudada e ponderada onde se tentou preservar a integridade da pré-existência, ao mesmo tempo que se devolveia ao edifício a capacidade de voltar a ser utilizado através da introdução do novo programa.

3.4.1 A casa

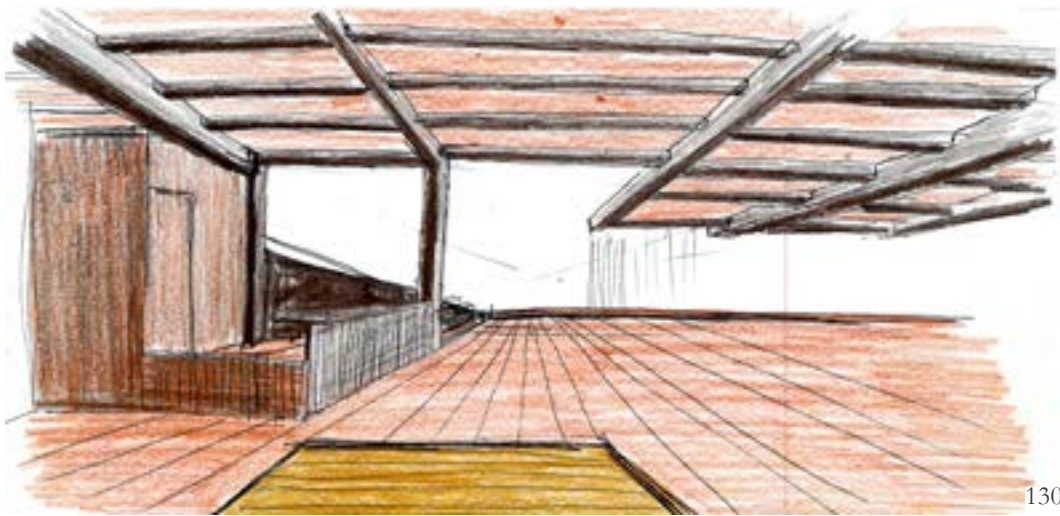
Tal como se definiu desde a primeira fase do processo de trabalho, a pousada de juventude tem a sua entrada principal na fachada sudoeste, onde a janela do arrumo da cozinha é transformada em porta, estabelecendo-se a *loggia* inferior como espaço que antecede a entrada no edifício. Relativamente à eira, a intervenção sobre esta consiste principalmente na sua recuperação, restituindo a pequena “cerca” em pedra que marca o limite deste espaço, usando o maior número possível de elementos originais. A única alteração que se efectua neste espaço é sobre a rampa de acesso, que se prolonga, de modo a ter uma inclinação mais confortável, e pavimenta com lajetas de granito do mesmo tipo que as da eira. Simultaneamente, a pequena passagem a sudeste que liga a eira à Travessa dos Arcos também recebe o mesmo pavimento que esta, ficando em concordância com o restante espaço.

Para além de funcionar como espaço de recepção dos alberguistas, pretende-se também que a eira funcione como espaço polivalente, onde se poderão realizar actividades recreativas, não só relacionadas com a pousada e os seus utilizadores, mas também actividades promovidas pelo Município (como feiras ou concertos, algo que já ocorreu no passado¹) ou organizadas pela população. Chegou a considerar-se a hipótese de introduzir árvores dentro do espaço da eira de modo a criar sombreamento, no entanto, não se deu continuidade a esta ideia por se considerar que a introdução destes elementos iria descaracterizar o espaço e obstruir a visão da fachada principal.

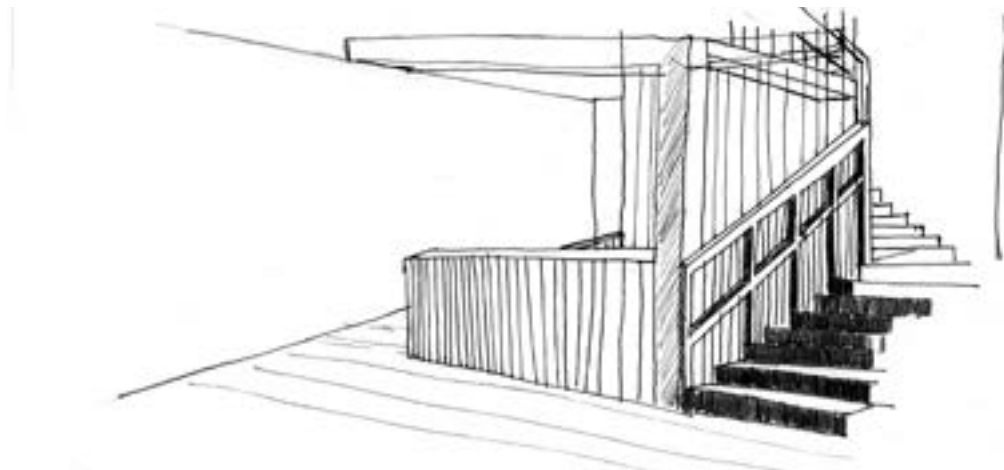
Relativamente às salas laterais à *loggia* inferior, que anteriormente funcionavam como arrumos agrícolas, optou-se por manter o seu carácter de espaço de apoio, instalando-se na divisão noroeste a lavandaria e na sudeste o acesso vertical mecânico, onde, devido à área reduzida, se optou por utilizar uma plataforma elevatória hidráulica em alternativa ao elevador. Quanto a nova lavandaria, foi necessário colocar o seu pavimento à cota da *loggia* inferior, de modo a torná-la acessível e dar-lhe um pé-direito mais confortável. Em ambos os espaços mantém-se o pavimento pré-existente, criando continuidade entre as duas salas e o espaço exterior.

1 - Marco de Canaveses: Casa dos Arcos acolhe ‘Concerto das Vindimas’, *Jornal A Verdade* (versão online) 17 de Setembro de 2010

[disponível em: <http://www.averdade.com/2010/09/17/marco-de-canaveses-casa-dos-arcos-acolhe-concerto-das-vindimas/> (consultado em: 15-04-2018 às 11:32)]



130



131



132

130 - Esquisso a entrada

131 - Esquisso da escada

132 - Esquisso do quarto múltiplo de 12 camas

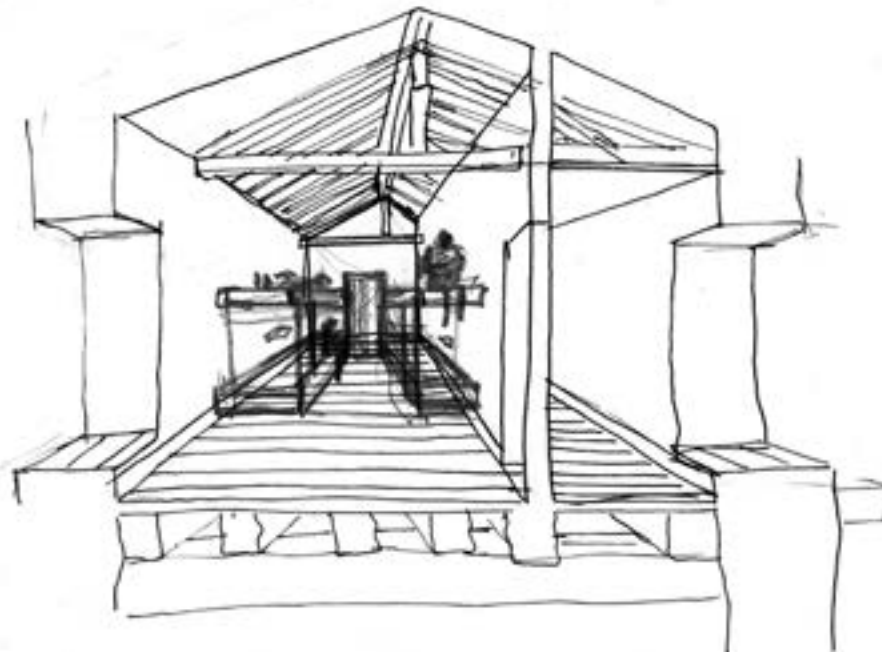
Quanto aos restantes pavimentos interiores, no piso superior mantém-se, o mesmo tipo de pavimento da pré-existência, mas renovado. No restante piso inferior não se tomou a mesma opção que nas divisões laterais à *loggia* inferior, introduzindo-se um novo pavimentos em soalho de madeira que confere à recepção e às zonas de quartos um carácter mais íntimo e semelhante ao do piso superior. Nos balneários de ambos os pisos, por questões práticas, não é possível utilizar pavimentos em madeira; deste modo, no piso inferior utiliza-se um pavimento em lajetas de granito regulares (diferenciando este espaço dos espaços da *loggia* inferior), enquanto no piso superior se mantém a estrutura de piso em madeira, revestindo-a com um cimentício aplicado sobre uma rede de fibra de vidro.

A recepção, graças à sua localização central, permite uma distribuição fácil para o restante equipamento através da definição de três percursos específicos. A localização estratégica do balcão, entre percursos, permite que o atendimento se realize facilmente, e, caso seja necessário, o controlo das entradas no equipamento. O espaço da recepção possui ainda uma zona de espera que poderá funcionar como sala de convívio alternativa. Deseja-se que as escadas e o balcão sejam em madeira e com desenho contemporâneo, assumindo-se como elementos novos através da sua forma, mas não se destacando do espaço onde se inserem graças à continuidade material existente.

Na adega instalam-se um quarto duplo e um quarto singular adaptado para pessoas de mobilidade condicionada. A organização do espaço fez-se de modo a que cada um dos quartos pudesse usufruir de uma janela de sacada, que no caso do quarto singular abre directamente para a *loggia* inferior, podendo assim ser utilizada como um acesso directo para o exterior ou para a plataforma elevatória, facilitando o percurso do utilizador.

O pé-direito do piso inferior foi uma questão problemática desde o início do processo de trabalho devido às características particulares da casa. Em alternativa às rampas introduzidas na Fase IV, que restringiam demasiado o espaço da recepção, optou-se por subir a cota de pavimento do piso superior, igualando-a à da *loggia* superior, e assim conseguir um pé-direito livre de dois metros (por baixo das vigas maiores, cujo cutelo é de cerca de 40 centímetros) na recepção e na zona de quartos da adega. A cota de pavimento do piso superior do volume secundário, por sua vez, não sofreu alterações, usando-se a diferença de dez centímetros entre os dois pavimentos para diferenciar a zona de dia da zona de dormir.

Na zona de quartos múltiplos do piso inferior introduziu-se uma rampa no corredor de distribuição de modo a que o pavimento esteja 40 centímetros mais baixo do que o restante piso térreo, o que se traduz num pé-direito livre de aproximadamente 2,5 metros. Considerou-se que esta diferença era necessária para se conseguir uma boa especialidade dentro dos quartos múltiplos, onde um pé-direito mais baixo não seria compatível com a presença de beliches. Ainda assim, ambos os pés-direitos são inferiores ao mínimo legal. Entendeu-se que colocar o piso térreo numa cota inferior à da eira tornaria o equipamento inacessível, enquanto a introdução de um sistema de rampas na recepção ocuparia área em excesso e condicionaria demasiado o espaço.



133 - Esquissos dos quartos múltiplos do piso superior

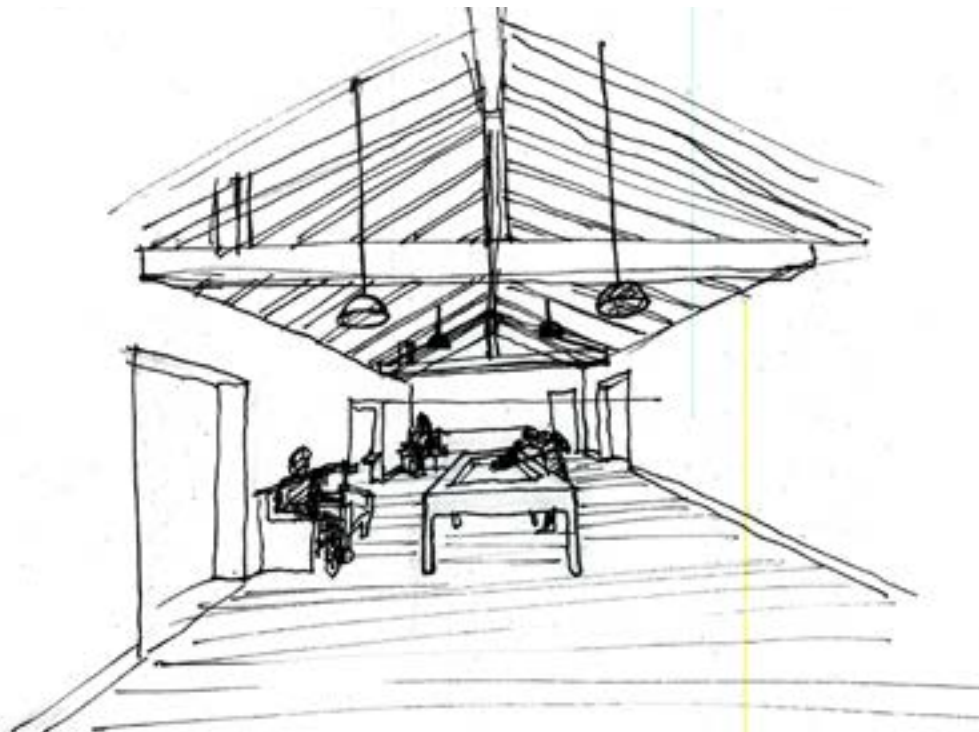
Face a isto, assume-se o pé-direito reduzido como uma característica resultante das condicionantes da pré-existência e das exigências do projecto de reabilitação. Ao mesmo tempo crê-se que, uma vez que o novo programa é de ocupação temporária, esta característica acaba por ser mitigada.

Os quartos múltiplos são desenhados da mesma maneira em ambos os pisos (à excepção da orientação oposta). Esta organização nasce das condicionantes pré-existentes, nomeadamente a parede de alvenaria interior e os vãos das fachadas, dado que a regularidade com que estes são organizados foi uma mais-valia. Cada quarto múltiplo encontra-se mobilado com beliches e armários de cacifos (por questões de segurança). Cada beliche deverá ter também gavetas inferiores para auxiliar na questão da arrumação. Por fim, junto a cada cama coloca-se uma prateleira projectável que substitui a tradicional mesa-de-cabeceira. Estas prateleiras deverão possuir uma pequena luz artificial de modo a que, por exemplo, um dos alberguistas possa estar a ler sem incomodar os restantes. No caso particular da camarata de 12 camas, onde a organização do espaço leva a que exista um percurso muito marcado, optou-se por fechar a abertura pré-existente com apenas uma alvenaria, de modo a criar uma estante embutida que concede maior simetria ao espaço.

Relativamente ao restante piso superior, no espaço correspondente à “sala das batatas” e à cozinha original, estabelece-se a sala de convívio, à qual se deseja atribuir um uso abrangente, ou seja, um espaço para realizar quaisquer actividades (como conversar, ver televisão, ler, entre outras); estabelecendo uma zona destinada a esse uso na área correspondente à cozinha original. Semelhante à recepção, a sala de convívio funciona também como espaço de ligação, não só entre pisos e salas do piso superior, mas também com o pátio e, conseqüentemente, com o refeitório.

Não se considerou que as escadas pré-existentes no pátio fossem elementos importantes, tanto enquanto peças isoladas como no contexto do conjunto, que necessitassem ser preservadas. No entanto, o conceito de escada que liga o piso superior e o pátio é uma parte integral do edifício, e como tal, algo que se desejava manter, não só por questões de praticabilidade e conforto, mas também por respeito à esta característica identitária da casa. Assim, a preservação deste conceito acontece através da introdução de um novo elemento no conjunto: uma escada adossada por uma rampa (devido às questões de acessibilidade) que ligam o pátio à sala de convívio. O novo acesso vertical é construído em alvenaria de granito, com um aparelho de pedra regular, de modo a que esteja em continuidade com a pré-existência (tanto a casa como as escadas que substitui) mas assumida como uma adição posterior.

Na sala principal, a zona mais nobre da casa, desejava-se estabelecer um espaço de maior permanência do que aquele que a antecede e que fosse compatível com o carácter pré-existente da divisão. Deste modo, optou-se por transformar esta divisão numa sala de jogos, um programa que funciona como complemento da sala de convívio e importado dos exemplos ingleses estudados, que se crê poder vir a ser a zona comum de maior uso. Esta divisão é a única onde se mantiveram as prateleiras embutidas pré-existentes, por se considerar que, dado o carácter programático da sala,



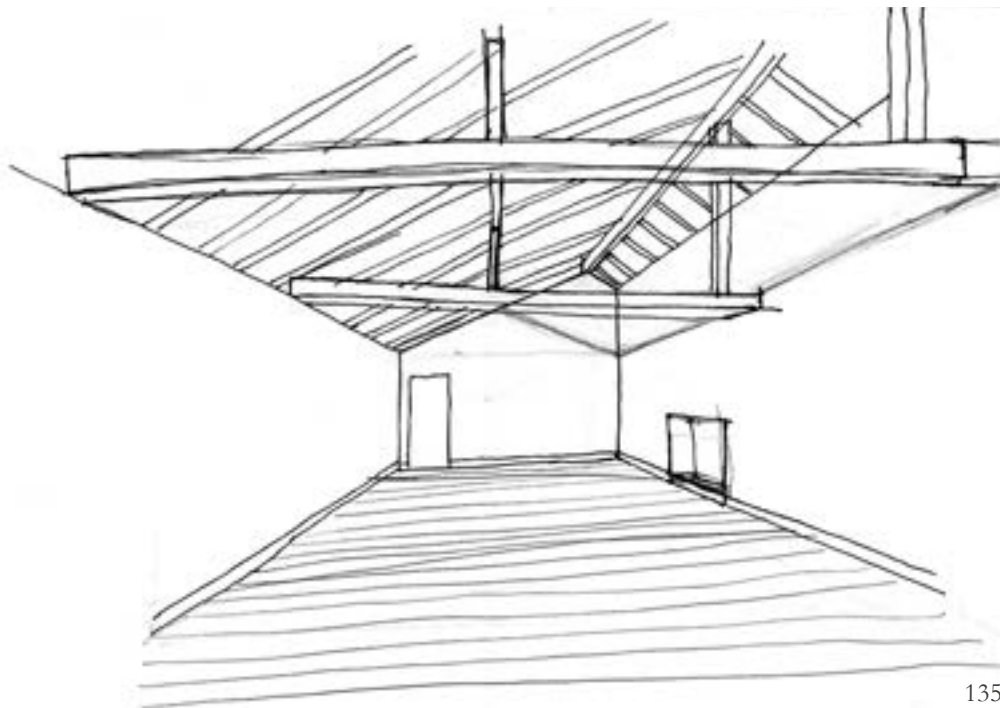
134 - Esquissos da sala de jogos

estes elementos constituem um recurso valioso. As restantes, devido à sua dimensão reduzida ou a sua localização pouco benéfica, foram novamente preenchidas com pedra.

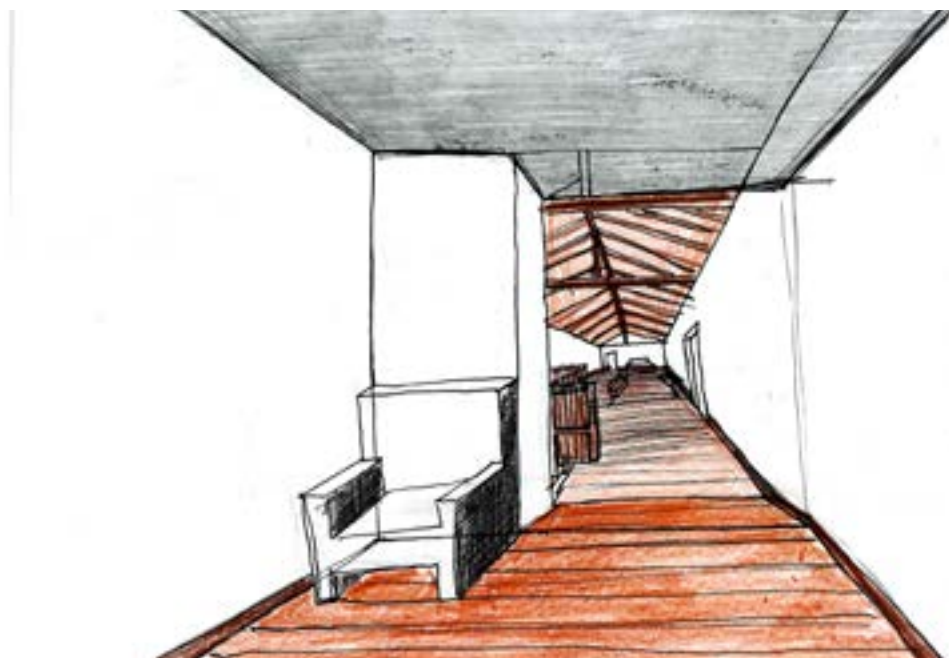
Quanto à sala sudeste da *loggia* superior, visto também se inserir na zona nobre da casa, não se desejava que funcionasse apenas como o espaço onde se encontra o acesso vertical mecânico, desperdiçando a namoradeira existente. Assim, desenhou-se este espaço com a intenção de que possa servir simultaneamente como acesso vertical e sala de carácter mais privado, para onde um dos alberguistas (professor ou aluno) se pode retirar para ler ou meditar. É devido a este desejo que se posicionou a plataforma elevatória afastada do vão da porta, de modo a permitir o acesso ao interior da divisão, onde se estabelece um pequeno espaço mais intimista junto da namoradeira.

Na sala oposta a esta, após se terem considerado várias hipóteses, estabeleceu-se um quarto duplo com sanitário privado, preservando o tipo de programa que o espaço tinha antes do abandono da casa. Deste modo, estabelece-se a totalidade do volume secundário como zona de dormir, com excepção de uma pequena zona de estar que se cria na ligação dos dois volumes, em continuidade com a sala de convívio, e que permite distanciar o quarto duplo da zona dos quartos múltiplos, concedendo a este maior privacidade. Com esta opção, passa a ser possível ter também responsáveis de um grupo no piso superior, permitindo um controlo facilitado em ambos os pisos. Concluiu-se que, contrariamente à pré-existência, não seria funcional para a organização do quarto ter duas entradas diferentes, sendo assim necessário encerrar uma. Após se estudar esta questão, optou-se por encerrar o vão que abre para a *loggia* uma vez que de entre os dois, é o menos prático, visto que implicaria o acesso ao quarto através do exterior. Não se crê que esta acção leve a uma perda de qualidade espacial na *loggia* superior, visto que o referido vão apresentava qualidade parca e não estabelecia um eixo com o vão oposto. Aliás, o estudo realizado sobre a evolução da casa indica que esta abertura se tratou de uma intervenção posterior à criação da sala, realizada aquando a construção da dupla *loggia*; como é possível verificar através das características do vão.

Em relação a tectos, no piso inferior apenas se utilizam tectos falsos nos balneários, onde, tal como nos balneários do piso superior, são em gesso cartonado hidrófugo. No piso superior existe uma grande variedade a nível de tectos, utilizando os diferentes tipos para distinguir os vários espaços. Nas salas maiores do volume principal, aplica-se uma estrutura de tecto igual àquela que existia na cozinha original, onde se espelha a estrutura do telhado usando uma madre como ponto médio, de modo a esconder a assimetria do telhado e atribuir às salas uma atmosfera mais confortável; ao mesmo tempo que se evoca a espacialidade anterior adaptando-a à nova realidade. De forma contrária, nos quartos múltiplos não se utiliza nenhuma estrutura de tecto falso, assumindo-se a assimetria da cobertura, tal como Fernando Távora faz na Casa de Briteiros (1989 – 1990). Para além de não ser possível aplicar a mesma estrutura de tecto utilizada nas salas comuns, não se considera que, como aconteceria nestas, a assimetria do telhado seja prejudicial para a atmosfera espacial dos quartos múltiplos,



135



136

135 - Sala de convívio sem a estrutura de tecto falso

136 - Sala de convívio vista do corredor

uma vez que esta ocorre de maneira mais dissimulada do que no volume principal. No corredor de distribuição utiliza-se um tecto falso plano, imediatamente abaixo a estrutura do telhado, diferenciando assim o espaço de distribuição do espaço de permanência comum, apesar de estes se encontrarem abertos um para o outro. Por fim, nas divisões laterais à *loggia* também se utilizam tectos falsos planos, uma vez que a altura do telhado nestes espaços criaria um pé-direito desconfortável. Estes diferenciam-se do tecto do corredor encontrando-se à mesma cota que o topo das paredes exteriores.

Tal como se estabeleceu nos princípios da intervenção, o interior da casa define-se por duas cores: o branco das paredes e dos tectos falsos planos e o castanho das madeiras, criando assim uma atmosfera semelhante à que existia antes de a casa ser abandonada, numa atitude de continuidade e de respeito pela identidade do espaço.

No que diz respeito às fachadas realizaram-se algumas alterações. A primeira de todas foi a introdução de novos elementos no topo das fachadas onde não existe cornija, colocando todas as paredes exteriores à mesma altura. Optou-se por introduzir pedras simples e com as mesmas dimensões, utilizando a sua regularidade e simplicidade como forma de as assumir como elementos posteriores.

Juntamente com esta acção reguladora, efectuaram-se também alterações sobre o desenho das fachadas, modificando alguns dos vãos existentes e introduzindo novos vãos. Relativamente ao primeiro tipo, realizam-se três grandes acções: fechar os vãos mais a nordeste das fachadas noroeste e sudeste do volume secundário, devido à introdução dos balneários na casa; subir a soleira e a padieira do vão da cozinha original (sala de convívio no novo projecto) de modo a garantir a sua utilização enquanto acesso ao pátio; e reduzir a largura do vão inferior central da fachada noroeste, alinhando-o com o vão equivalente no piso superior e conferindo ao quarto onde o primeiro abre uma entrada de luz mais controlada e um carácter semelhante ao quarto equivalente no piso superior. Para além destas alterações maiores, também se alteraram as soleiras dos vãos onde se modificou a cota do pavimento, de modo a coloca-los nivelados. Por fim criaram-se seis novas aberturas no piso inferior, duas para o corredor de distribuição dos quartos múltiplos e quatro para a recepção. Apenas se realizaram novas aberturas neste piso particular por ser aquele com maior necessidade, uma vez que o seu carácter original não carecia de luz natural. Estes novos vãos ocorrem em pontos do aparelho de pedra onde se descobriu ser possível retirar uma ou duas pedras e como tal são forçosamente de dimensões reduzidas.

Não se considera que estas alterações, independentemente ou em conjunto, desvirtuem a identidade do edifício. No caso dos vãos que foram encerrados, apenas de efectuou tal acção por se considerar que não eram importantes dentro do conjunto de características que define a casa. Quanto às novas aberturas, a sua localização e dimensão reduzida também não provoca alterações consideráveis na imagem do edifício. Do mesmo modo, as alterações sobre os vãos pré-existentes também se consideram demasiado pequenas para provocarem tal consequência. Por fim, em relação à alteração efectuada sobre o vão intermédio do piso inferior, considera-se que esta é vantajosa para da fachada onde se insere, uma vez que aumenta a regularidade da composição.

3.4.2 O sistema construtivo

“ [...] a pormenorização construtiva é decisiva para a caracterização e sucesso das operações de reabilitação [...] “(LOPES, 2006: 58)

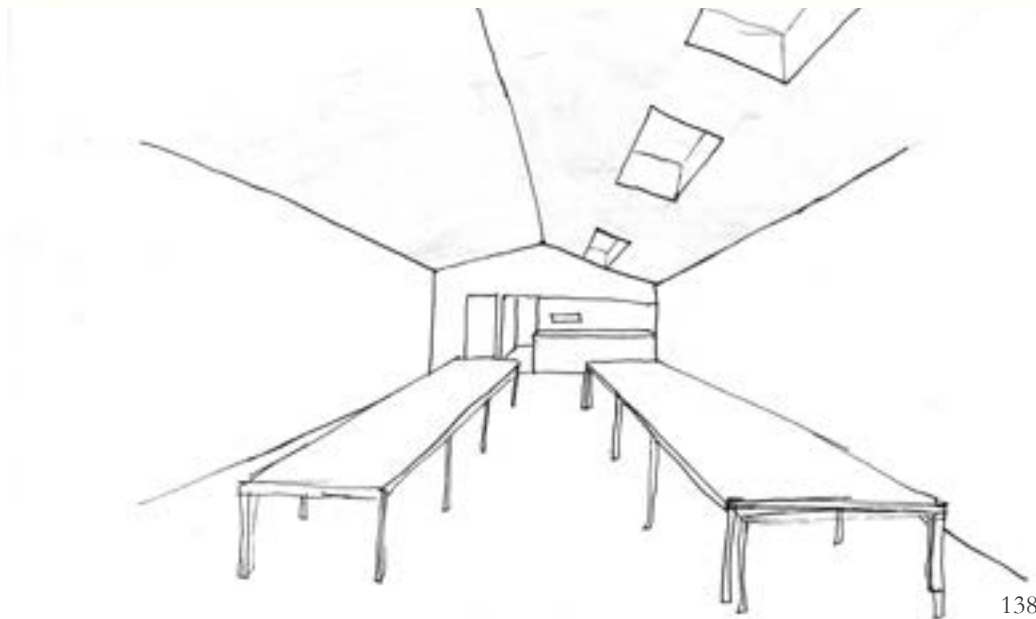
Tal como foi estabelecido previamente, manteve-se o sistema construtivo de modo a preservar o que se considera ser uma parte importante da identidade da casa. No entanto, uma vez que era preciso adaptar o edifício às normas de conforto contemporâneas, foi necessário realizar algumas alterações. A primeira destas foi a introdução de isolamento térmico no lado interior da casa, coberto por placas de gesso cartonado pintadas de branco; o mesmo material e a mesma cor utilizados nas novas paredes interiores, criando continuidade material no espaço. Em ambos os tipos de parede existe um rodapé embutido em madeira, uma referência aos rodapés que existiam nas áreas nobres da casa.

No pavimento do piso superior, para além das mudanças de cota em certos espaços, uniformiza-se a estrutura, adoptando um sistema de vigamento e contra-vigamento, semelhante ao que já existia para o pavimento da sala principal, de modo a oferecer maior segurança a nível estrutural. A nova estrutura utiliza um vigamento quadrangular com cutelo de cerca de 40 centímetros, dispostas entre si em larguras variáveis entre os dois e os três metros; e uma estrutura de contra vigamento com elementos quadrangulares com cerca de 25 centímetros de cutelo e dispostos entre si cerca de 60 centímetros. No pavimento da *loggia* e das salas laterais não se aplica esta nova estrutura, optando por se manter o sistema pré-existente, no caso da *loggia* por já utilizar um sistema idêntico e nas salas laterais por se considerar que as suas áreas reduzidas não justificam a alteração. Nos momentos onde é necessário criar aberturas no pavimento, utilizam-se pilares em madeira, com o mesmo perfil das vigas. Por fim a estrutura de piso é complementada por isolamento acústico em painéis de aglomerado de cortiça expandida com cinco centímetros de espessura, aplicados nos espaços entre o vigamento e o contra-vigamento de modo a que estes permaneçam visíveis. O isolamento acústico é ainda escondido com recurso a um foro de madeira, mantendo uma atmosfera semelhante à da pré-existência. No pavimento do piso inferior, foi necessário escavar os pavimentos existentes de modo a construir um novo pavimento capaz de dar resposta às normas de conforto contemporâneas.

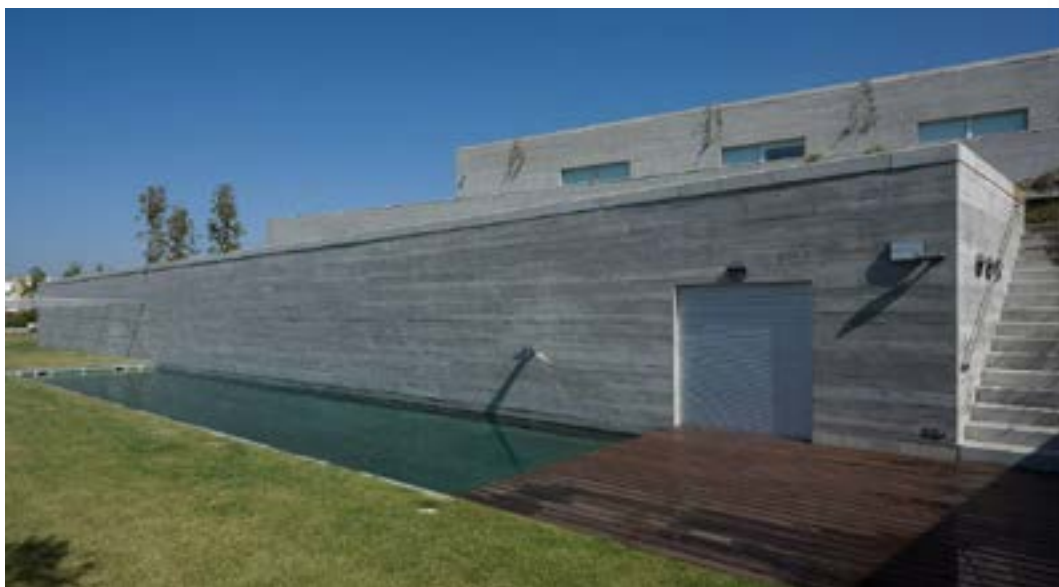
Relativamente à estrutura do telhado também se realizaram várias alterações, a primeira das quais foi colocar o topo de todas as paredes à mesma cota de modo a que a estrutura do telhado fosse regular. A diferença relativamente aos tipos de estrutura utilizados nos dois volumes é preservada, mas uniformiza-se o tipo de viga e o tipo de telha, passando a totalidade da cobertura para telha de canudo. A introdução de isolamento térmico na cobertura é feita de modo a que a estrutura do telhado seja visível, através da aplicação de painéis de sanduíche sobre o varedo. No lado correspondente ao interior da casa, estes painéis são em friso de madeira, de modo a preservar a unidade plástica da estrutura. Sobre os painéis sanduíche aplica-se o sistema de subtelha próprio para telhas de canudo pois permite a aplicação destas sem recuso a ripado, ao mesmo tempo que garante a ventilação da estrutura.



137



138



139

137 - Estudo do alçado oeste do refeitório

138 - Esquisso da sala de refeições

139 - Casa do Bom Jesus (1996-2007) de Eduardo Souto de Moura. Referência para a cofragem das paredes de betão dos novos volumes

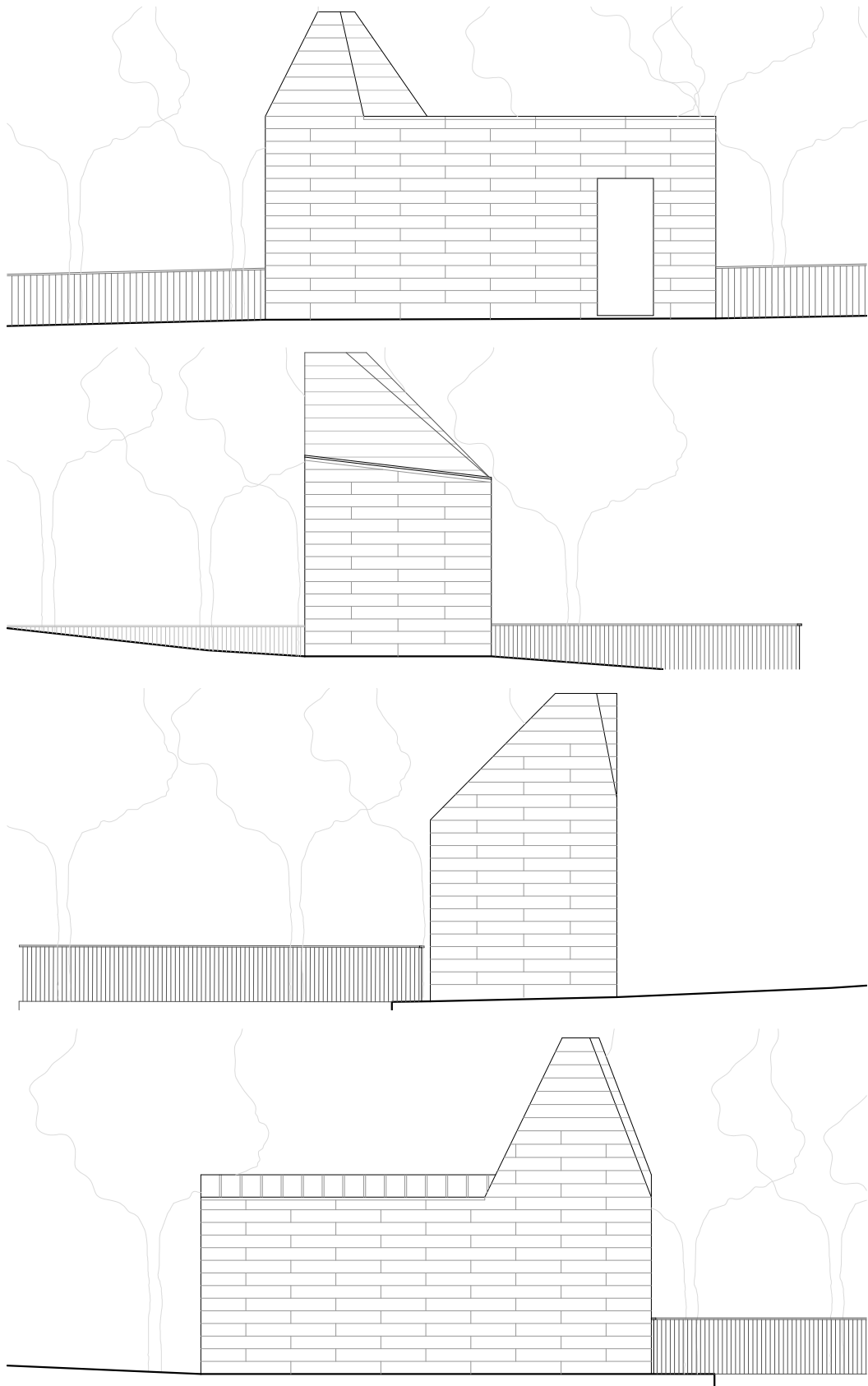
3.4.3 Os novos volumes

Tal como se definiu na Fase IV, o programa do refeitório foi inserido na corte do pátio que, devido à sua dimensão reduzida, necessitava ser aumentada. Devido ao mau estado de preservação da construção, e também ao seu valor reduzido enquanto objecto arquitectónico, a intervenção assumiu uma atitude diferente daquela que se assumiu perante a casa. Deste modo, optou-se por demolir as paredes norte e sul do corpo maior e a parede este do corpo mais pequeno. As restantes paredes (este, oeste e sul) são mantidas e assumidas como eixos principais que se prolongam para criar um volume maior e de forma mais regular que preserva os princípios gerais da implantação pré-existente, que se considera ser a característica mais importante da corte, e assim preservando a qualidade compositiva do conjunto arquitectónico e a estabilidade do pátio.

No que toca à linguagem do novo volume, devido à forma amplamente interventiva como se actuou sobre a pré-existência, desejava-se assumir a diferença nos tempos de construção de forma clara e, simultaneamente, preservar o carácter tradicional do conjunto. Deste modo, sem consolidar as falhas nas alvenarias e estabilizando o topo destas paredes à mesma cota, utilizam-se os troços de parede preservados como recordação da pré-existência, utilizando um material contemporâneo para os novos elementos. Assim, em alternativa à construção de novas alvenarias de granito, utiliza-se o betão aparente como material das novas paredes; do mesmo modo que o telhado construído em estrutura de madeira dá lugar a uma cobertura inclinada em camarinha de zinco. O resultado desejado: uma forma tradicional construída em materiais contemporâneos onde a volumetria e a presença das paredes de granito revelam a origem da construção.

O novo volume é também rematado a norte por uma escada que permite vencer a diferença de cotas, ligando a zona de serviço ao exterior. Tal como a escada inserida no pátio, este elemento é construído em alvenaria de granito com aparelho de pedra regular, uniformizando a imagem dos acessos verticais exteriores e relacionando o volume do refeitório com a casa através deste elemento comum.

No interior, a diferença de material das paredes não é transposta, uma vez que estas são revestidas por gesso cartonado pintado de branco. A organização do espaço interno também reflecte a organização da pré-existência: a zona de refeições corresponde ao espaço da antiga corte e a zona de confecção e serviço localizada na parte nova, com a divisão entre os espaços localizada imediatamente após as paredes de alvenaria. A influencia da pré-existência também se reflecte na localização das aberturas. Uma vez que não se desejava alterar o desenho das paredes de alvenaria com a abertura de vãos, restringiu-se a presença destas apenas às paredes de betão. Tal como ocorre na casa, as paredes interiores são em gesso cartonado pintado de branco, criando uma relação de proximidade entre os dois espaços interiores. Quanto ao pavimento, optou-se por utilizar uma pintura autonivelante, por questões de praticabilidade.



140 - Volume da caldeira, alçados sul, este, norte e oeste

Visto tratar-se do espaço mais importante do refeitório, a sala de refeições apresenta um desenho particular, onde se mantém a inclinação da cobertura aparente. Simultaneamente, uma vez que o conceito adoptado impede a criação de aberturas nas paredes laterais da sala, a iluminação desta ocorre através do grande plano de vidro da entrada, e de três clarabóias criadas na água nascente da cobertura, cuja disposição corresponde à localização da parede pré-existente.

Quanto ao volume da caldeira, decidiu-se inseri-lo na corte construída em bloco de betão. No entanto, uma vez que não se reconhece a este volume outro valor para além da sua implantação, assumiu-se uma atitude diferente: demolir o pré-existente e construir um novo corpo no seu lugar. Deste modo, é possível tirar partido da localização particular da corte e preservar a composição do conjunto arquitectónico sem o deturpar com a presença de um corpo sem valor.

Quanto à linguagem do novo volume, optou-se por lhe atribuir a mesma materialidade do refeitório; no entanto sem as paredes de alvenaria uma vez que não existem elementos pré-existentes que se desejem preservar. Assim o volume da caldeira constrói-se em paredes de betão aparente, com a mesma cofragem que se utiliza no refeitório e o mesmo tipo de cobertura, apesar de neste caso ser de apenas uma água, tal como ocorria na corte pré-existente, uma vez que tal opção torna a presença do volume mais discreta.

Em ambos os casos, a necessidade de chaminé foi assumida como um tema de interesse. Assim, ambas foram entendidas como peças escultóricas, concebidas no mesmo material das paredes exteriores, e desenhadas como elementos onde se pretendia criar um movimento de torção; conferindo aos novos corpos uma maior originalidade a nível volumétrico.

3.4.4 As caixilharias

“Os vãos e as caixilharias são elementos fundamentais na história da arquitectura e da construção, elemento de mediação interior/exterior e de fruição das necessidades elementares do habitar: protecção das agressões exteriores e regulação da luz natural, ruído e variações de temperatura.” (LOPES, 2006: 01)

A atitude a tomar em relação às caixilharias foi uma questão muito ponderada onde se verificavam duas opções: manter os caixilhos existentes, introduzindo uma segunda caixilharia de vidro duplo que resolvesse as questões térmicas; ou substituir os caixilhos pré-existentes por uma nova caixilharia classificada.

A primeira opção traz consigo, devido ao estado de degradação da casa, algumas questões adicionais. Para além das caixilharias existentes necessitarem de reparação, existem ainda vãos sem caixilho e vãos de porta onde a pré-existência não é compatível com o novo programa; ambos são casos onde seria necessário introduzir uma nova caixilharia que reproduzisse o desenho original, utilizando a caixilharia existente como referência. Já a segunda opção implica o uso de uma caixilharia de desenho mais robusto, consequência das normas de conformo actuais, o que “[confere] ao projectista uma responsabilidade suplementar [...]” (LOPES, 2006: 90).

A introdução de uma segunda caixilharia acabou por se revelar uma acção complicada, uma vez que condicionaria em muito o aproveitamento do espaço devido à área útil reduzida da casa. Aliás, em alguns momentos, esta adição inviabilizaria a nova organização espacial.

Face a estes problemas, optou-se pelo segundo caso: substituir as caixilharias pré-existentes por nova caixilharia classificada, em madeira. Não se pretende utilizar caixilharias cujo desenho imite o dos elementos substituídos, assumindo os novos caixilhos como tal, e utilizando a concordância material como forma de preservar a identidade da pré-existência apesar da necessidade de mudança.

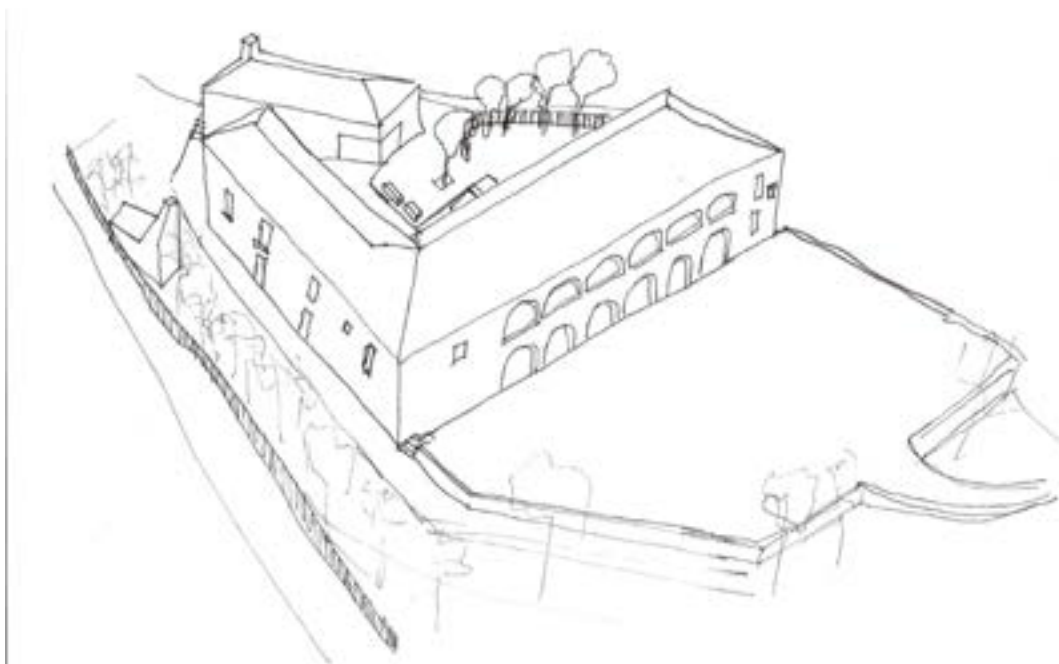
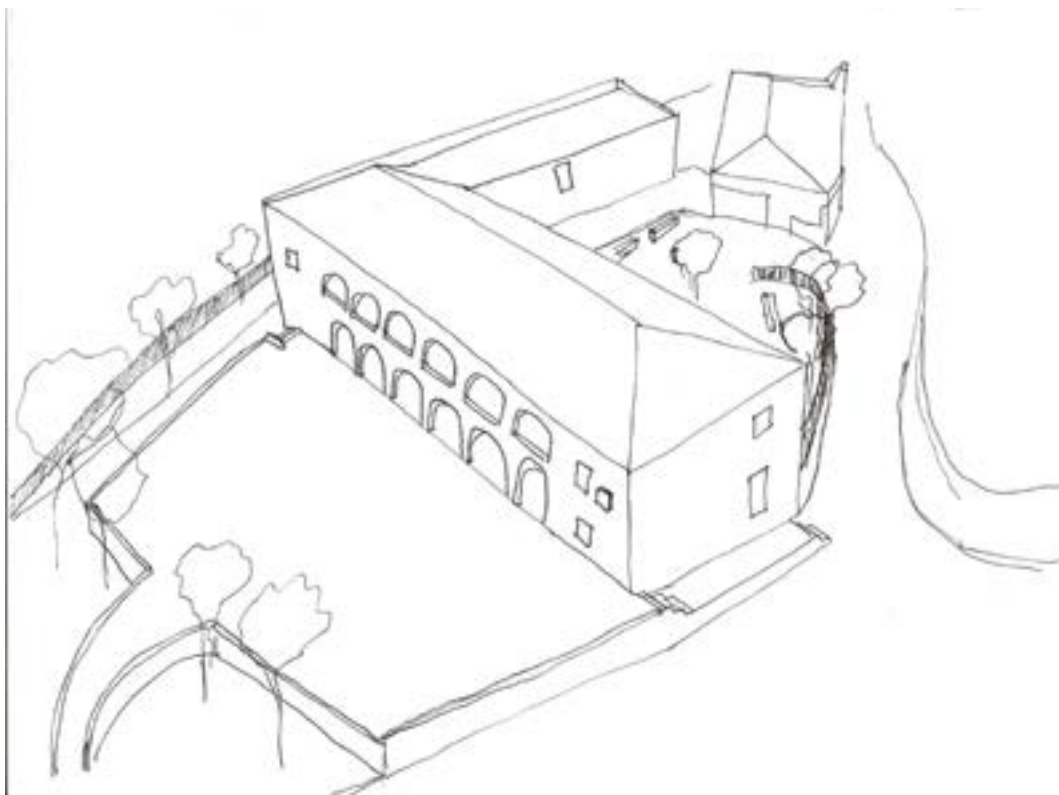
Relativamente aos tipos de caixilhos utilizados, os vãos de sacada mantêm o mesmo tipo (batente com folha dupla), que também se utiliza nos vãos onde as portas passam a janelas. Por questões de segurança, em todos os vãos de sacada do piso superior é introduzida uma guarda metálica. Por outro lado, nos vãos onde existiam janelas de guilhotinas não é possível preservar o mesmo tipo de caixilho, uma vez que este não é compatível com caixilharia de vidro duplo. Assim, optou-se por utilizar caixilhos oscilo-batentes de uma folha, simultaneamente pela sua praticabilidade e pelo seu desenho relativamente semelhante às caixilharias de guilhotina desaparecidas.

Quanto ao sombreamento dos vãos, este é feito através de portadas em madeira, tal como já acontecia em alguns vãos da casa. No entanto, contrariamente aos exemplos pré-existentes, as novas portadas serão colocadas no exterior, de modo a garantir um sombreamento mais eficaz. Nos espaços comuns não se considerou necessário o uso de portadas uma vez que as respectivas fachadas ou não têm incidência solar directa

ou já usufruem de outros métodos de sombreamento, nomeadamente a presença da dupla *loggia*. Simultaneamente, visto tratarem-se de espaços de uso comum, não se considerou necessário introduzir portadas por questões de privacidade ou conforto, como acontece nos vãos dos quartos onde também não ocorre incidência solar directa.

Nos vãos de porta exteriores utiliza-se um caixilho com o mesmo desenho dos vãos de sacada, de uma folha nos acessos exteriores e de duas nos vãos que abrem para a *loggia* superior. Esta opção de utilizar grandes planos de vidro nas portas serve para contornar a falta de luminosidade natural que se sente em vários espaços da casa. Nas portas interiores utiliza-se o mesmo material das restantes caixilharias, no entanto sem recurso a aberturas, por questões de privacidade. As clarabóias introduzidas são os únicos caixilhos que não são em madeira mas sim em perfis de ferro, utilizando a diferença de material como modo de distinguir estas caixilharias das restantes, assumindo-as como uma nova adição.

No volume do refeitório, continuando a atitude de distinção entre o novo e o pré-existente, utilizam-se caixilharias em perfis de ferro de modo a realçar o carácter contemporâneo deste volume. No que toca ao tipo de aberturas, tal como se optou fazer na casa, todos os vãos de parapeito utilizam caixilhos oscilo-batentes, simultaneamente por razões de praticabilidade e como forma de ligação entre a linguagem dos dois corpos; tal como acontece com as clarabóias deste volume, desenhadas com os mesmos perfis das clarabóias da casa.



141 - Esquissos do conjunto pós intervenção

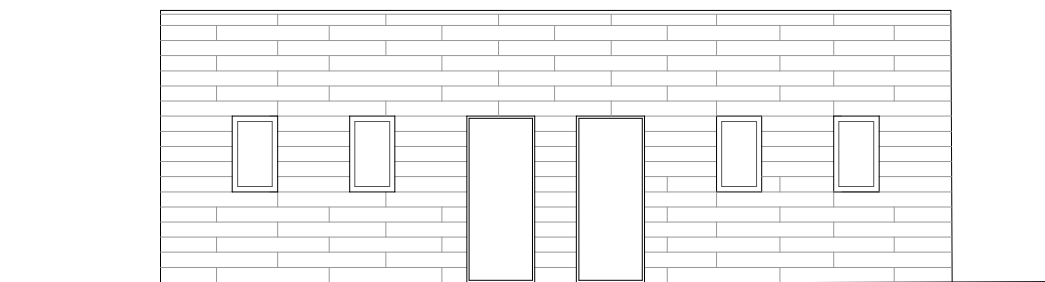
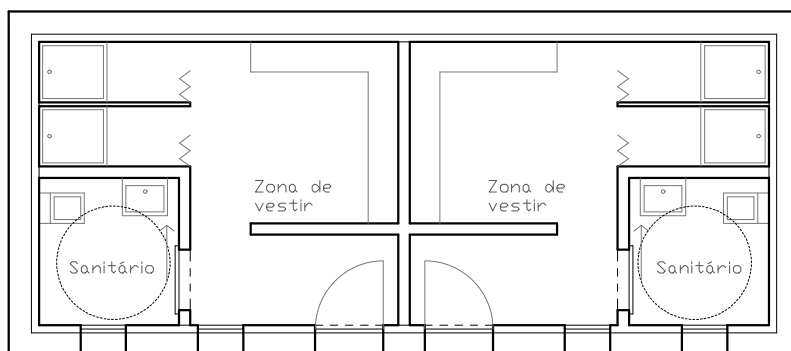
3.4.5 O espaço exterior

O arranjo do espaço exterior, apesar de estar pensado como um todo, pode ser dividido em três espaços distintos: o pátio, a área circundante à casa e o parque criado na antiga área agrícola. No arranjo destes espaços utiliza-se o principal material da pré-existência, o granito (pedra tradicional da região), utilizando configurações diferentes de modo a distinguir as várias espacialidades. Deve-se clarificar que foi tomado como certa a pavimentação da Travessa dos Arcos, em continuidade com a rua do mesmo nome, assumindo-a como complementar à reabilitação da Casa dos Arcos, não havendo sentido em intervir sobre o edifício e deixar um dos seus acessos sem arranjo visto que ambas as acções são da responsabilidade do Município.

No socalco superior são utilizados quatro pavimentos distintos dependendo do carácter do espaço: a mesma calçada da Rua dos Arcos nas zonas para carros; micro-cubo nos espaços de grande uso pedonal, independentemente de serem de passagem ou de permanência; lajetas de granito esquadriadas no espaço de ligação entre a casa e o refeitório, estabelecendo-o em continuidade com o novo acesso vertical através de uma linguagem semelhante; e relva para os restantes espaços de uso mais reduzido. O contacto entre os diferentes tipos de pavimento é marcado através de guias em granito, o mesmo recurso que se utiliza para marcar a separação entre o espaço público e o espaço privado da pousada. Simultaneamente, os muros de contenção também são construídos em granito e, por questões de segurança, complementados por guardas metálicas.

São estabelecidas duas zonas de estacionamento dentro do terreno: uma, com capacidade de receber um autocarro, no extremo sul e outra, no extremo norte, concebida para servir como estacionamento automóvel (com capacidade para quatro viaturas) ao mesmo tempo que serve como espaço para cargas e descargas do refeitório. Estes dois espaços encontram-se ligados por um percurso pedonal, no lado noroeste da casa, que simultaneamente faz a ligação destes com o pátio. Neste socalco apenas se removem árvores para a construção do estacionamento para o autocarro, no restante do espaço, pelo contrário, introduzem-se mais árvores de modo a criar espaços de permanência mais confortáveis.

A intervenção sobre o pátio passa, em primeiro lugar, pela reparação do seu muro de contenção, devolvendo uma aparência completa a este elemento e estabilizando a cota do terreno. Como já se referiu, uma vez perdida a sua função distribuidora, o pátio foi pensado como um espaço exterior privado para convívio dos alberguistas, onde, por exemplo, seria possível realizar refeições ao ar livre. Assim, o desenho deste espaço é feito de modo a configurar duas zonas distintas: a parte noroeste como espaço de ligação entre a casa e o refeitório; e o restante do pátio como espaço de permanência e convívio, podendo mesmo a zona mais central deste espaço funcionar como uma esplanada do refeitório. O carácter desta parte do pátio é reforçado através da introdução de bancos em granito e árvores; estas colocadas maioritariamente na fronteira entre o espaço público e o privado de modo a resguardar o segundo. O espaço de ligação entre volumes é desenhado de modo a estabelecer uma zona mais ampla junto ao volume do refeitório pensada como zona de espera.



142 - Volume de apoio à piscina, planta e alçado principal (escala 1:100)

O acesso ao espaço do parque é feito através de dois acessos alternativos, ambos próximos dos espaços de estacionamento, a norte por uma rampa e a sul por uma nova escada construída no limite do terreno, onde já se encontrava uma escada improvisada pelos antigos moradores. Devido ao declive acentuado da área agrícola todo este espaço teve de ser reestruturado. Com recurso à matéria-prima dos muros pré-existentes, constroem-se novos socalcos de modo a criar um declive suave que permita uma utilização confortável do espaço. Uma vez que esta acção torna o percurso entre os níveis superior e inferior mais longo, estabeleceu-se também um percurso alternativo com recurso a escadarias. O grande número de árvores existente no terreno é preservado, sendo no entanto necessário movê-las de sítio.

No parque são estabelecidos três espaços principais, cada um com carácter diferente: a piscina, o campo de futebol e o espaço de reunião; todos ligados entre si por uma série de caminhos pavimentados com o mesmo material da eira, mas com elementos de dimensão mais pequena, enquanto o restante espaço mantém o seu pavimento natural. O uso de um material impermeável diferente daqueles utilizados no socalco superior serve para distinguir os dois tipos de espaço, onde o primeiro mantém uma relação mais acentuada com a sua origem rural, diferente da relação mais ténue do segundo.

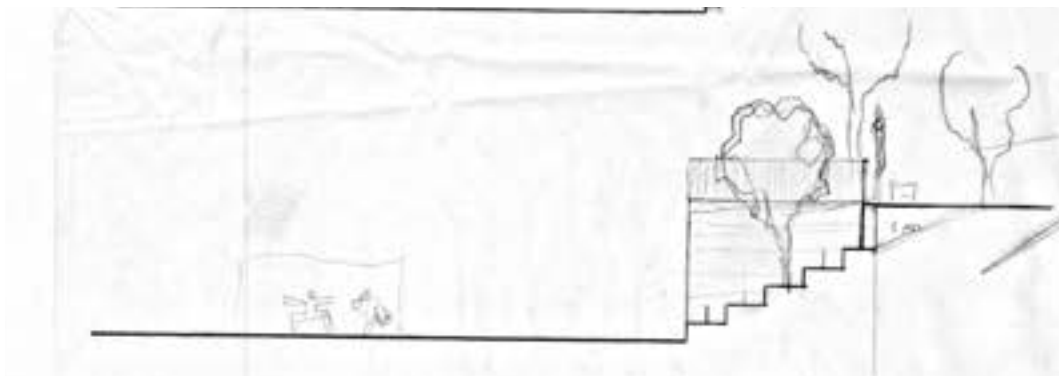
Dos três espaços a piscina é aquele que se encontra mais próximo da casa, aproveitando a plataforma existente no extremo norte do segundo socalco mais alto do terreno. A sua localização relativamente separada do restante terreno atribui à zona da piscina um carácter recatado que, juntamente com a já referida proximidade com a pousada, se crê favorável ao seu uso.

A configuração deste espaço passou por várias fases, desde o desenho mais rígido até ao desenho mais orgânico, culminando numa proposta final que alia características de ambos. A forma circular, derivada da curvatura formada pelo muro que separa o terreno das propriedades vizinhas, confere à piscina uma aparência mais orgânica que a tradicional forma rectangular, como que evocando um pequeno lago. Por sua vez, o quadrado onde a piscina está inserida, configura uma área envolvente de pavimento impermeável que permite um uso mais abrangente do espaço (podendo, por exemplo, funcionar como zona de espreguiçadeiras); ao mesmo tempo que destaca a piscina da vasta zona de relvado envolvente. Esta última que, para além de funcionar como meio de ligação ao meio natural presente em todo o terreno, também funciona como espaço de permanência; sendo que as árvores aqui presentes permitem simultaneamente a criação de zonas sombreadas e o resguardo do espaço na sua totalidade.

A ligação da piscina ao restante parque acontece através de uma zona intermédia, pavimentada com o mesmo material utilizado nos restantes caminhos do parque, cujo corte orgânico contrasta com as lajetas regulares do quadrado envolvente. Este espaço intermédio é marcado pela presença do volume dos vestiários, o espaço que permite a transição entre as duas realidades. A nova construção não mantém o conceito dos novos corpos próximos da casa, uma vez que neste caso o uso de uma forma tradicional não possui o mesmo valor de recordação dos restantes. Assim, assume-se uma forma mais contemporânea cuja simplicidade pretende dissimular o novo volume dentro da



143



144



145

141 - Esquisso do campo de futebol do parque

142 - Corte esquemático da bancada

143 - O banco da Quinta da Conceição (1956-1960) de Fernando Távora

composição. Prevalece, no entanto, a opção de utilizar o betão aparente para as paredes exteriores e a camarinha de zinco na cobertura, ligando este corpo e os restantes.

O espaço da piscina não foi pensado para funcionar como uma zona de treino desportivo, como se pode perceber pelo seu desenho. Ou seja, trata-se de apenas de um local de lazer para usufruto dos alberguistas, que se crê ser uma mais-valia para a utilização do equipamento durante o verão, período onde não ocorrem visitas de estudo mas onde podem existir ocupações de outro tipo incentivadas pela oferta deste espaço de lazer.

Por sua vez, os dois espaços restantes encontram-se ambos no socalco mais baixo, cada um num extremo. A sul, o campo de futebol encontra-se na zona mais ampla e mais nivelada do parque, sendo resguardado da habitação mais próxima por um conjunto de árvores colocadas no limite do terreno. Ao contrário da piscina, este espaço foi criado para servir simultaneamente como zona de lazer e zona de competição, aumentando assim o leque de incentivos à procura do equipamento.

Aproveitando a diferença de cota entre o campo e o socalco seguinte é construída, em alinhamento com o muro de contenção, uma bancada de apoio que permite a assistência. Este novo elemento insere-se no terreno de forma dissimulada e assim permite vencer o desnível existente, numa relação onde se pretende que a bancada e o terreno sejam vistos como um elemento único; intenção que se fortalece através da inserção de árvores em vários níveis bancada, mitigando a presença do elemento novo e oferecendo maior conforto através do sombreamento produzido.

O último dos três espaços é o mais pequeno, e como tal, aquele que possui o carácter mais intimista, pensado para funcionar como um local de reunião, onde através de dois longos bancos se forma um espaço rectangular com capacidade para receber todos os alberguistas em simultâneo. Diferente dos outros dois espaços na medida em que estes foram pensados enquanto ferramentas de atracção do equipamento, o espaço de reunião foi concebido devido à vocação para a hospedagem de grupos própria de uma pousada de juventude. Na sua essência trata-se de um espaço com um carácter semelhante ao do banco circular de Fernando Távora na Quinta da Conceição (1956-1960). Ou seja, mais do que um simples local de permanência, pretende-se que o espaço funcione como um local de convívio propício para actividades de grupo em ambiente exterior; onde, independentemente do motivo que os trás à pousada, seja possível aos alberguistas acender uma fogueira e permanecerem pela noite fora.

Considerações finais

Na presente Dissertação de Mestrado propôs-se reflectir sobre a temática da reabilitação através de um exercício prático: intervir sobre um edifício com pelo menos quatro séculos de vida, adaptando-o a um programa completamente novo. Tratava-se de um tema e de um programa que nunca tinham sido abordados ao longo deste curso e como tal houve uma dificuldade acrescida. A intervenção sobre um objecto pré-existente revelou-se, desde o início uma questão complexa, sendo que as necessidades específicas de uma pousada de juventude, diferentes das de uma habitação, apenas complexificavam o problema.

Como se pode perceber pela descrição resumida do processo de trabalho, houve um grande choque aquando as primeiras tentativas de inserção do novo programa na pré-existência: uma incerteza paralisante derivada do medo de desvirtuar a casa. Apenas com o passar do tempo, graças à pesquisa teórica que se desenvolveu em paralelo e a um processo de trabalho baseado na experimentação, foi possível superar esta barreira inicial. Neste aspecto, o conhecimento adquirido sobre o objecto de estudo, não só a nível formal como também a nível histórico, revelou-se uma ferramenta essencial sem a qual não teria sido possível desenvolver o projecto, pois foi graças a esta informação que se conseguiu esclarecer com fundamento o que era essencial, o que era supérfluo e que era passível de ser alterado. Uma avaliação sem a qual não teria sido possível realizar a proposta final.

Se o estudo teórico realizado já tinha transmitido tal ideia, o exercício prático revelou de forma clara como não existem certezas neste tipo de intervenção: “[...] depende da sensibilidade de cada arquitecto, [...] não há receitas” (RIBEIRO, 2012: 133). Apenas o profundo conhecimento da circunstância particular de cada caso permite que se tomem decisões fundamentadas em relação à forma como se deve actuar. Para além disso, no caso particular de um projecto de reabilitação como este, existe um peso acrescido, uma vez que é preciso conciliar a preservação do carácter particular do objecto intervencionado com as alterações necessárias para uma utilização continuada.

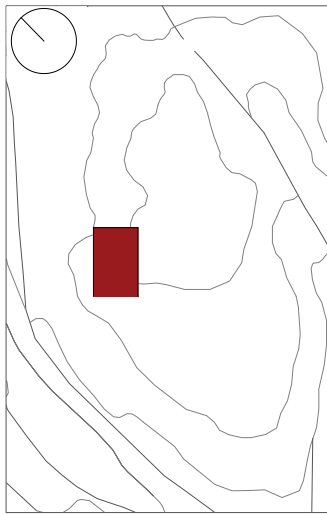
O breve estudo que se realizou sobre o programa, essencial para o correcto desenvolvimento do trabalho, constituiu uma aprendizagem pessoal importante, que se revelou indispensável ao desenvolvimento do projecto. De modo particular, a investigação sobre a história do programa revelou princípios como o incentivo ao convívio e ao contacto com a natureza, essenciais para a elaboração do programa e na fase prática do trabalho.

A proposta elaborada para a Casa dos Arcos tem como base a preservação do passado, uma parte essencial do seu valor, enquanto a adapta à nova realidade. A intervenção assumiu uma atitude crítica em relação à pré-existência, necessária para estabelecer um equilíbrio entre os valores do passado e as necessidades do presente, de modo a que fosse possível preservar a história da casa e simultaneamente dar-lhe

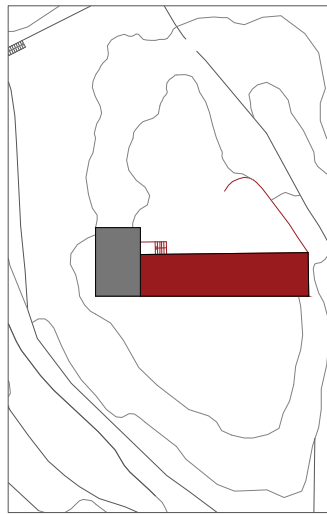
continuidade através de uma relação complementar entre os dois tempos. Assim, a proposta de intervenção foi tida como a fase mais recente no crescimento que a casa vem sofrendo desde que foi construída.

O caminho percorrido durante a elaboração desta Dissertação foi pautado pelo esforço. Foi um percurso marcado por momentos de pesquisa, de reflexão, de indecisão e de escolha; acções que marcaram o projecto de transformação da casa senhorial existente na pousada de juventude desejada. Mas, acima de tudo, esta Dissertação consistiu numa valiosa aprendizagem onde, no confronto com uma temática até então desconhecida, se tentou por em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso que agora termina.

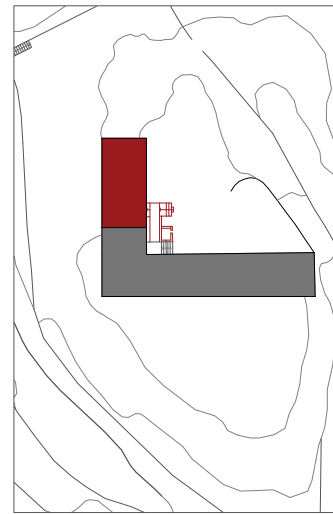
Numa nota final, quando se propôs fazer este trabalho, apenas se conhecia a Casa dos Arcos de forma superficial, “uma antiga casa senhorial entre as várias que existem no Concelho”. Ao longo do decorrer da investigação, à medida que se foi conhecendo cada vez melhor o edifício, foi criada uma proximidade para com este; um sentimento de posse que se traduz em desânimo perante o estado em que a casa se encontra, sem planos eminentes para a sua reabilitação. Termina-se esta Dissertação com a esperança de que, pelo menos, uma fracção daquilo que a Casa dos Arcos contribuiu para a formação pessoal do autor possa ser-lhe retribuída. Mesmo que a sua transformação nunca chegue a ocorrer, no mínimo, parte da sua longa, e em partes incerta, história permanece contada nestas páginas.



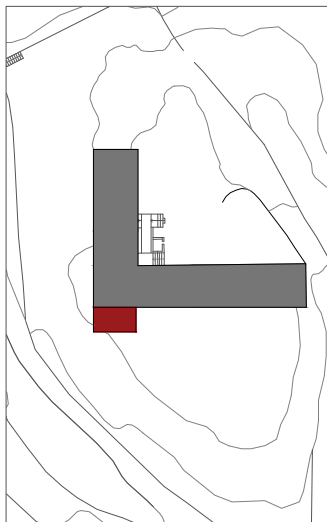
1 - Idade Média



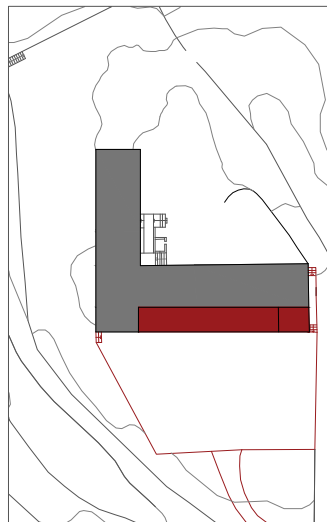
2 - Entre Id. Média e Séc. XVII



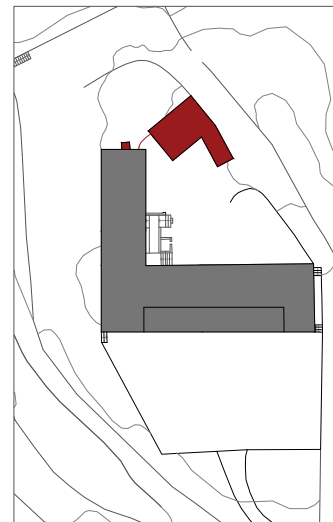
3 - Entre Id. Média e Séc. XVII



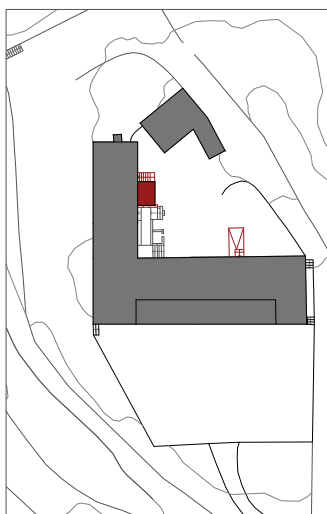
4 - Século XVII



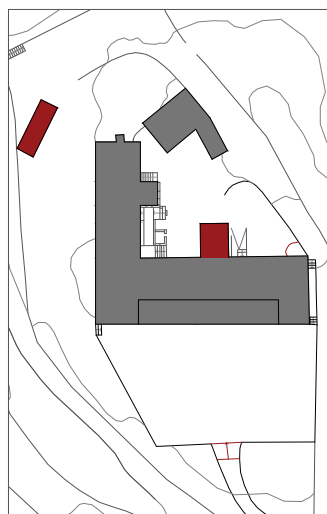
5 - Século XVII



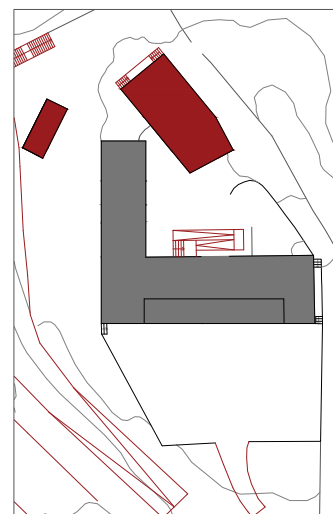
6 - Entre Séc. XVII e Séc. XX



7 - Século XX (1ª metade)



8 - Século XX (2ª metade)



9 - Século XXI (proposta)

“De há muito que nos conhecíamos...
Mas só comecei a conhecê-la melhor quando, juntos, iniciamos o romance da sua e
nossa transformação.
[...]
De há muito que nos conhecíamos.
Porém agora conhecemo-nos melhor e ambos estamos diferentes.”

TÁVORA, Fernando; 1990, “Casa da Covilhã” in TRIGUEIROS, Luiz (Edição); 1993, *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, pág 130

Referências bibliográficas

Monografias:

AGUIAR, José, CABRITA. A. M. Reis, APPLETON, João; 2005, *Guia de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil [edição original 1993]

AGUIAR, Padre Manuel Viera de; 1947, *Descrição histórica corográfica e folclórica de Marco de Canaveses*, Porto: Esc. Tip. Oficina de S. José

AZEVEDO, Carlos de; 1988, *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da Casa Nobre*, Lisboa: Horizonte

BARROS, Fernando Cerqueira; “Mosteiro de Refóios do Lima _ Escola superior agrária. Ponte de Lima, 1986-1993”, in MENDES, Manuel (coordenação); 2015, *Fernando Távora, “minha casa”: sobre o “projecto-de-arquitectura” de Fernando Távora*, Porto: Reitoria U. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, pág. 273-307

COSTA, Alexandre Alves; 1992, “Legenda para um desenho de Nadir Afonso”, in TRIGUEIROS, Luiz (Edição); 1993, *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, pág. 17-20

CHOAY, Françoise; 2010, *A alegoria do património* (Tradução de Teresa Castro), Lisboa: Edições 70 [ed. original: 1982, *L'allégorie du patrimoine*, Paris: Editions du Seuil]

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo; “As grandes casas”, in José (Direcção); 2010, *História da vida privada em Portugal – A Idade Moderna*, Lisboa: Temas e debates & Circulo de leitores, pág. 202-241

DOMINGUES, Álvaro; 2011, *Vida no Campo*, Porto: Dafne

IVAS, Juan Luis de las; 1992, *El espacio como lugar: sobre la naturaleza de forma urbana*, Valladolid: Universidad Secretariado de Publicaciones

LIMA, Fernando de; 1936, *Pouzadas*, Lisboa: Sociedade Nacional de Topografia [originalmente apresentado durante o I Congresso Nacional de Turismo em Vila Nova de Gaia a 25 de Novembro de 1935]

MENEZES, José Ferreira Vasconcelos e; (S.d) *Justiça- Apontamentos - Sernado, Rueta, Outeiro, Pátio*, [manuscrito existente no arquivo municipal de Marco de Canaveses]

MONTEIRO, Emília; “Edifícios senhoriais desaparecidos em Marco de Canaveses”, in AA.VV., *Marco histórico e cultural: actas de eventos marcoenses 1988-1998*, 1998, Marco de Canaveses: Câmara Municipal de Marco de Canaveses, pág. 75-86

MOTTA, Padre Alexandre e Soares da; “Rio de Galinhas, Tuias” in *Memórias Paroquiais*, 1758, pág. 725-734 (tomo 32 n° 122) [disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4241481> (consultado em: 03-02-2018 às 11:30)]

OLIVAL, Fernanda; “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in MATOSO, José (Direcção); 2010, *História da vida privada em Portugal – A Idade Moderna*, Lisboa: Temas e debates & Circulo de leitores, pág. 244-275

REIS, António Matos; “Paços de Giela, Arquétipo das Casas Nobres da Ribeira Lima”, in AA.VV., *Actas: casa nobre: um património para o futuro/1º Congresso internacional*, 2007, Arcos de

Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *apud* COELHO, José Davide Lopes; 2016, *Casa da Baldrufa: transformação em turismo rural*, Dissertação de Mestrado em arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

RUSKIN, John; 1849, *The seven lamps of architecture*, London: Smith, Elder & Co. [disponível em: <http://academics.triton.edu/faculty/fheitzman/Ruskin,%20John%20The%20Seven%20Lamps%20of%20Architecture%201849.pdf> (consultado em: 12-03-2018 às 14:55)]

SANHUDO, António Novais; 1992, *Heráldica Marcoense*, Marco de Canaveses (S.n.)

SILVA, João Belmiro da; 2000a, *Marco de Canaveses: um olhar sobre o património – da Pré-história à Época Medieval*, Paços de Ferreira: Anégia

SILVA, João Belmiro da; 2000b, *Rio de Galinhas o despertar da modernidade*, Marco de Canaveses: Genius Loci edições estudos e imagem

SIMPSON, Duncan M; 2017, *Richard Schirrmann: The man who invented youth hostels* (2ª Edição), S.l. (Editado pelo autor) [ed. original 2015]

SIZA, Álvaro; 1983, “Oitos pontos”, in MORAIS, Carlos Campos (Edição); 2009, *01 Textos*, Porto: Civilização editora, pág. 27-29

SIZA, Álvaro; 2009, *Álvaro Siza: uma questão de medida – Entrevistas com Dominique Machabert e Laurent Beaudouin*, Casal de Cambra: Caleidoscópio

TÁVORA, Fernando; 1947, “Falsa arquitectura”, in TRIGUEIROS, Luiz (Edição); 1993, Fernando Távora, Lisboa: Editorial Blau, pág. 12

TÁVORA, Fernando; 1985, “Convento de Santa Marinha de Guimarães, 1975-1984”, in TRIGUEIROS, Luiz (Edição); 1993, Fernando Távora, Lisboa: Editorial Blau, pág. 112-119

TÁVORA, Fernando; 1987, “Património, comunicação ao I Congresso da Região Norte”, Porto *apud* FERRÃO, Bernardo José; 1991, “Tradição e modernidade na obra de Fernando Távora 1947/1987”, in TRIGUEIROS, Luiz (Edição); 1993, Fernando Távora, Lisboa: Editorial Blau, pág. 23-45

TÁVORA, Fernando; 2006, *Da organização do espaço* (6ª edição), Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [edição original, 1982, Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto]

VIOLLET-LE-DUC, Eugène; 1866, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI au XVI siècle – Tome huitième*, Paris: Morel et Co.

Artigos científicos em periódicos:

COSTA, Alexandre Alves; “O património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade”, in *J-A Jornal dos arquitectos* n° 213 (“À la recherche du temps perdu”) Novembro/Dezembro 2003, pág. 07-13

COSTA, Alexandre Alves; “Sopa de cação com fundo heterodoxo”, in *J-A Jornal dos arquitectos* n° 213 (“À la recherche du temps perdu”) Novembro/Dezembro 2003, pág. 110-111

HLADIK, Murielle; “Figure (s) de la ruine”, in *L'architecture D'aujourd'hui* n° 331 (“Le temps en chantier”), Novembro/Dezembro 2000, pág. 50-57

MARTINS, Ivo Poças; “A cidade é contínua, o campo continua! A água como recurso de projecto urbano” in *arqa Arquitectura e Arte* n° 101 (“Persistências rurais”), Março/Abril 2012: pág. 102-105

PEREIRA, António Nunes; “Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído”, in *J-A Jornal dos arquitectos* n° 213 (“À la recherche du temps perdu”) Novembro/Dezembro 2003, pág. 27-32

RAPOSO, Manuel; “Conservação e Restauro, in *J-A Jornal dos arquitectos* n° 213 (“À la recherche du temps perdu”) Novembro/Dezembro 2003, pág. 37-41

SOLÀ-MORALES, Ignasi de; “Don contraste à analogia – desenvolvimentos do conceito de intervenção arquitectónica”, in *J-A Jornal dos arquitectos* n° 213 (“À la recherche du temps perdu”) Novembro/Dezembro 2003, pág. 68-75

TÁVORA, Fernando; “*Nulla dies sine linea*”, in *DPA* n° 14 (“TÁVORA”), 1998, pág. 8-12 [disponível em: <https://revista.dpa.upc.edu/ARCHIVO/DPA14/dpa14.html>] (consultado em: 27-05-2018 às 21:34)]

TEIXEIRA, Manuel C.; “Arquitectura em transformação”, in *ArchiNews* n° 06 (“Arquitectura popular”), Edição especial 2016, Pág. 100

Artigos online:

SERENO, Isabel; NOÉ, Paula; 1996, *Casa inacabada de Vila Boa de Quires/Obras do Fidalgo* [disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3886] (consultado em: 12-07-2018 às 13:45)]

SIMPSON, Duncan M; 2017^a, A brief history of international hostels [disponível em: <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/10/20/a-brief-history-of-international-hostels/>] (consultado em: 26 -04-2018 às 15:32)]

SIMPSON, Duncan M; 2017^b, *Duties, chores: a dusting down* [disponível em: <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/04/18/youth-hostel-duties-and-equality/>] (Consultado em: 26-04-2018 às 19:20)]

SIMPSON, Duncan M; 2017^c, *A kitchen in Seattle* [disponível em: <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/10/08/a-kitchen-in-seattle/>] (consultado em: 26.04.2018 às 15:29)]

Teses e Dissertações:

LOPES, Nuno Valentim; 2006, *Reabilitação de caixilharias de madeira em edifícios do século XIX e início do século XX – Do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense*, Dissertação de Mestrado em reabilitação do património edificado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

TRAVANCA, Margarida; 2011, *A memória e a transformação: a Quinta do Bom Gosto*, Dissertação Mestrado em arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

SALVAGGIO, Mark J; 2016, *Bursting the backpacker bubble: exploring backpacking ideology, practices and contradictions*, Dissertação incluída em Doutoramento em filosofia – sociologia, Universidade de Nevada Las Vegas [disponível em: <https://digitalscholarship.unlv.edu/thesesdissertations/2900/>] (consultado em: 14-06-2018 às 15:30)]

Entrevistas:

COSTA, Alexandre Alves; GRAÇA, João Luís Carrilho da; RIBEIRO, João Mendes; “Acções patrimoniais: perspectivas críticas”, in *arqa Arquitectura e Arte* n° 82-83, Julho/Agosto 2010, pág. 24-29, entrevistados por Luís Santiago Baptista e Paula Melâneo

MOURA, Eduardo Souto de; 1993, “A ambição à obra anónima – numa conversa com Eduardo Souto Moura”, in TRIGUEIROS, Luiz (edição); 2000, *Eduardo Souto Moura*, Lisboa: Editorial Blau, pág. 29-34, entrevistado por Paulo Pais

MOURA, Eduardo Souto de; “Una conversación con Eduardo Souto de Moura”, in *El Croquis* n° 176 (“Eduardo Souto de Moura 2009-2014”), 2014, pág. 06-27, entrevistado por José Morales

SIZA, Álvaro; “El sentido de las cosas – una conversación con Álvaro Siza”, in *El Croquis* n° 140 (“Álvaro Siza”), 2008, pág. 06-59, entrevistado por Juan Domingo Santos

RIBEIRO, João Mendes; “Entrevista com João Mendes Ribeiro – Coimbra 15 Junho 2012”, in, VITA, Francesca; 2012, *João Mendes Ribeiro: um caminho para refletir sobre a condição hodierna da prática da arquitetura e do design de interiores*, Tese de Mestrado em design de interiores, Escola Superior de Artes e Design, pág. 123-139, entrevistado pela autora da Tese de Mestrado

TÁVORA, Fernando; “Fernando Távora: Conversaciones en oporto” in *Revista arquitectura* n° 261, Julho/Agosto 1986, pág. 22-28, entrevistado por Javier Frechilla [disponível em: <https://www.coam.org/es/fundacion/biblioteca/revista-arquitectura-100-anios/etapa-1981-1986/revista-arquitectura-n261-Julio-Agosto-1986> (consultado em: 27-08-2018 às 09:40)]

Documentários:

KNIGHT, Andrew (realização); MIDDLETON, Glyn (produção); 2009, *BBC Four: - Youth Hostelling: The First 100 Years*, BBC Four [excerto disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zgcxYOy36a4> (consultado em: 03-10-2017 às 11:20)]

Índice de imagens

Volume 1

- 01-04 | Esquema realizado pelo autor
- 05-06 | Arquivo pessoal
- 07 | <http://webrails.tv/tv/?p=24624> (consultado em 17-05-2017 às 16:42)
- 08 | <https://industriaesquecida.wordpress.com/2012/05/13/marco-de-canaveses-moagens/> (consultado em: 17-05-2017 às 16:48)
- 09 | Arquivo pessoal
- 10 | <https://industriaesquecida.wordpress.com/2012/05/13/marco-de-canaveses-moagens/> (consultado em: 17-05-2017 às 16:48)
- 11-12 | Arquivo pessoal
- 13 | Esquema realizado pelo autor
- 14-15 | Arquivo pessoal
- 16 | Desenho realizado pelo autor durante o processo de levantamento
- 17- 41 | Arquivo pessoal
- 42 | http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003883 (consultado em 12-06-2018 às 12:37)
- 43 | Esquema realizado pelo autor
- 44-67 | Arquivo pessoal
- 68-69 | Desenho realizado pelo autor durante o processo de levantamento
- 70 | ALVES, Jorge Fernandes; 2009, *Marco de Canaveses: perspectivas*, Marco de Canaveses: Câmara Municipal de Marco de Canaveses
- 71-74 | http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003883 (consultado em 12-06-2018 às 12:37)
- 75 | Esquema realizado pelo autor
- 76-83 | Arquivo pessoal
- 84 | Esquema realizado pelo autor
- 85 | <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/08/18/a-new-edition-of-the-man-who-invented-youth-hostels/> (consultado em 11-02-2018 às 12:56)
- 86 | <https://www.danhostel.dk/en/history-0> (consultado em 11-02-2018 às 13:05)
- 87 | <http://intohistory.com/castle-hostel-altena/> (consultado em 11-02-2018 às 13:09)
- 88 | <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/10/08/a-kitchen-in-seattle/> (consultado em 11-02-2018 às 13:15)
- 89 | <https://duncanmsimpsonwriting.com/2017/04/18/youth-hostel-duties-and-equality/> (consultado em 11-02-2018 às 13:16)
- 90 | <https://duncanmsimpsonwriting.com/2018/06/12/george-orwell-and-youth-hostels/> (26-07-2018 às 09:27)
- 91 | <http://www.esamarante.edu.pt/interescolas/p2/m7.html> (consultado em 13-05-2018 às 8:35)
- 92 | <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2014/08/barragem-do-carrapatelo.html> (consultado em 15/03/2018 às 8:43)
- 93 | <http://www.rotadoromanico.com/vPT/Monumentos/Monumentos/Paginas/IgrejadeSantaMariadeSobretamega.aspx?galeria=Fotografias®iao=Marco%20de%20Canaveses&monumento=Igreja%20de%20Santa%20Maria%20de%20Sobret%C3%A2mega&categoria=&TabNumber=0&valor=/vPT/Monumentos/Monumentos/>

- [Paginas/IgrejadeSantaMariadeSobretamega.aspx&guid={40B8A5A3-EA03-484B-BC4A-E5E4C6D43158}](#) (consultado em 30-01-2018 às 14:38)
- 94** | <https://www.tamegasousa.pt/marco-documentario-sobre-tongobriga-apresentado-sexta-feira-no-porto/> (consultado em 25-04-2018 às 13:20)
- 95** | <http://festivalconfluencias.cimtamegaesousa.pt/venue/obras-do-fidalgo-marco-de-canaveses/> (consultado em 28-04-2018 às 17:39)
- 96-97** | Arquivo pessoal
- 98** | <http://pedestrianismo-aaro.blogspot.com/p/abrigo-de-montanha-da-venda-da-giesta.html> (consultado em 3-03-2018 às 17:20)
- 99-100** | CHOAY, Françoise; 2010, *A alegoria do património* (Tradução de Teresa Castro), Lisboa:Edições 70 [ed. original: 1982, *L'allégorie du patrimoine*, Paris: Editions du Seil]
- 101** | <https://i.pinimg.com/originals/55/9b/a4/559ba4813845b19b27099a992a624677.jpg> (consultado em 12-06-2018 às 28:45)
- 102** | https://pt.wikipedia.org/wiki/Templo_de_Antonino_e_Faustina (consultado em 23-05-2018 às 14:34)
- 103** | https://en.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%A8ne_Viollet-le-Duc (consultado em 23-05-2018 às 16:34)
- 104** | https://fr.m.wikipedia.org/wiki/Fichier:Notre-Dame_de_Paris_fl%C3%A8ches.jpg (consultado em 24-04-2018 às 15:15)
- 105-106** | https://en.wikipedia.org/wiki/Ch%C3%A2teau_de_Pierrefonds (consultado em 24-04-2018 às 15:29)
- 107** | <http://www.victorianweb.org/painting/ruskin/wc/34.html> (consultado em 12-05-2018 às 17:18)
- 108-109** | http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8caa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00005679 (consultado em 18-02-2018 às 13:21)
- 110** | <https://www.publico.pt/2012/11/17/jornal/tavora-por-siza-25601099> (consultado em 13-04-2018 às 14:54)
- 111-112** | <https://proyectos4etsa.wordpress.com/2014/06/22/pousada-santa-marinha-1972-1985-fernando-tavora/> (consultado em 16-07-2018 às 15:23)
- 113-114** | MOURÃO, Ângela; 2015, *A reabilitação como procura de uma identidade*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- 115-117** | <http://miesarch.com/work/2317> (consultado de 17-02-2018 às 14:32)
- 118** | MOURÃO, Ângela; 2015, *A reabilitação como procura de uma identidade*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- 119-138** | Desenho elaborado pelo autor
- 139** | <https://divisare.com/projects/287532-eduardo-souto-de-moura-luis-ferreira-alves-house-in-bom-jesus> (consultado em 23-07-2018 às 18:50)
- 140-144** | Desenho pelo autor
- 145** | FURTADO, José Mário Câmara; 2015, *Percorrer, Habitar, Representar. Estratégias do projecto de Fernando Távora para a Quinta da Conceição*, Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Volume 2 - Desenhos rigorosos

Folhas 1 -20 | Desenhos realizados pelo autor

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

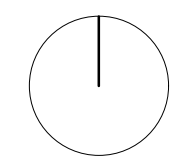
**Reabilitação da Casa dos Arcos em
Marco de Canaveses:
História de uma transformação**

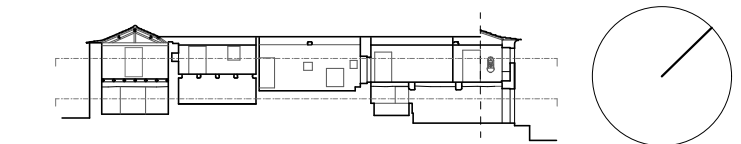
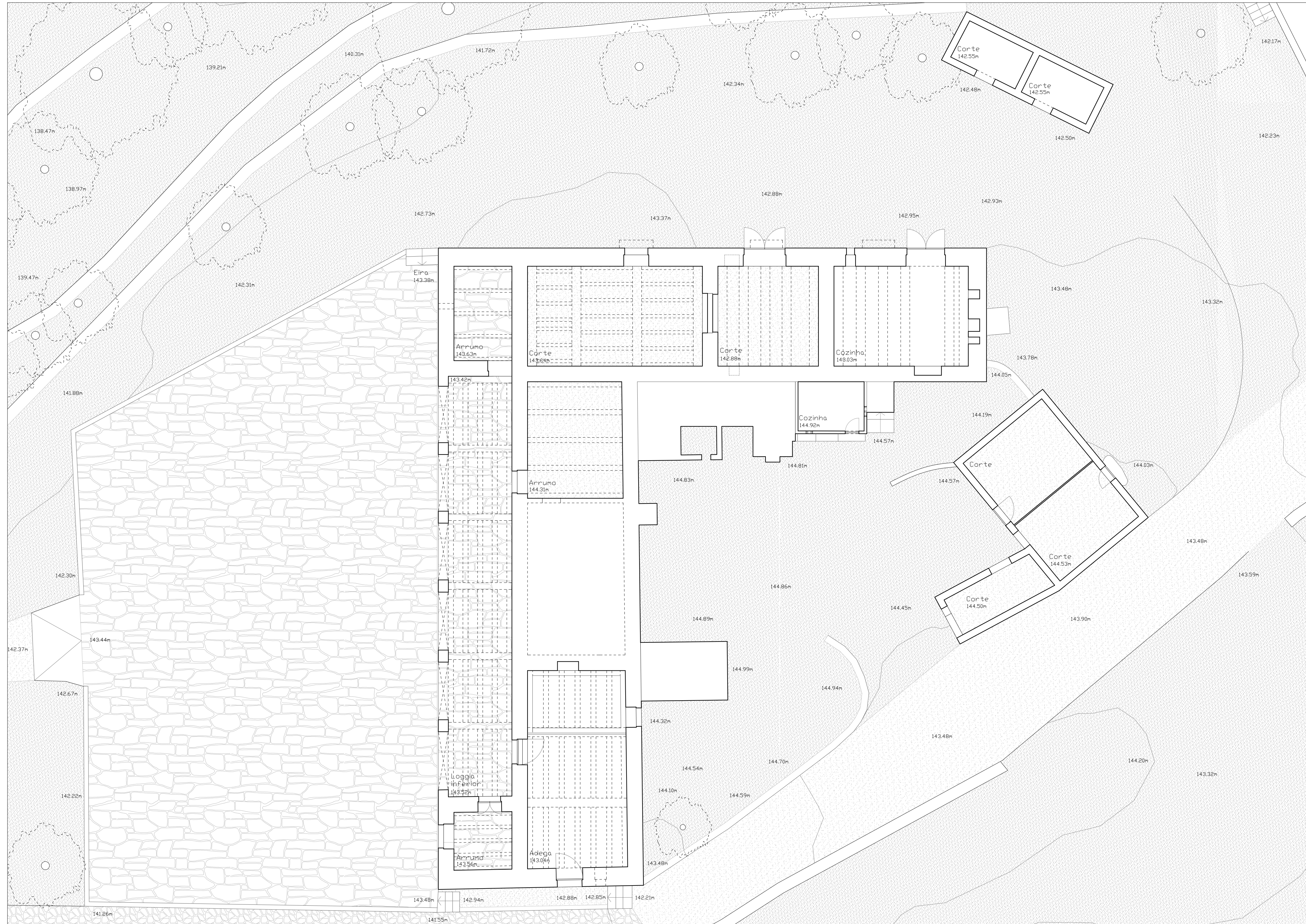
Bruno Daniel Pinto Monteiro

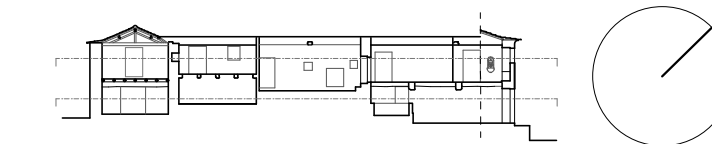
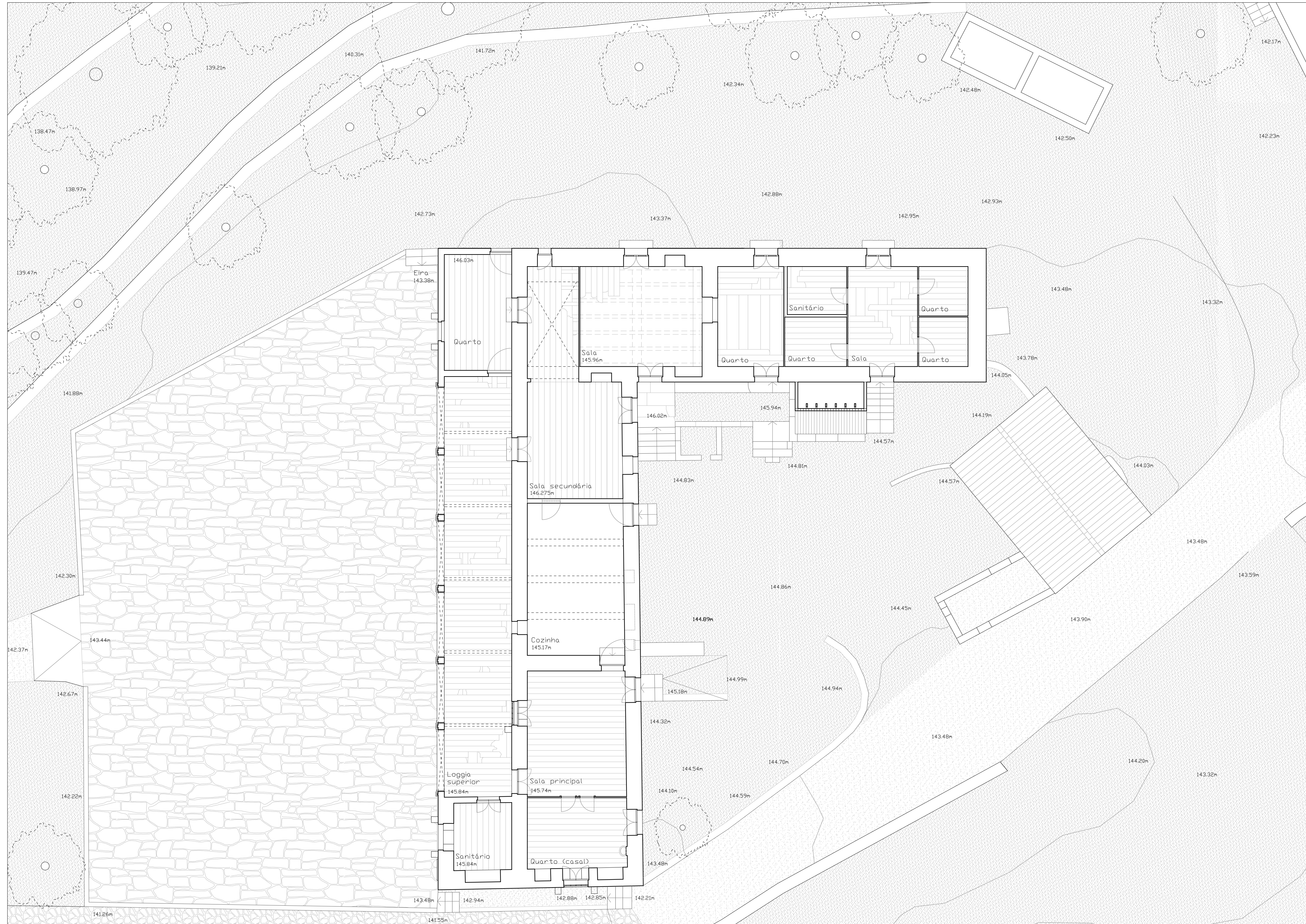
M

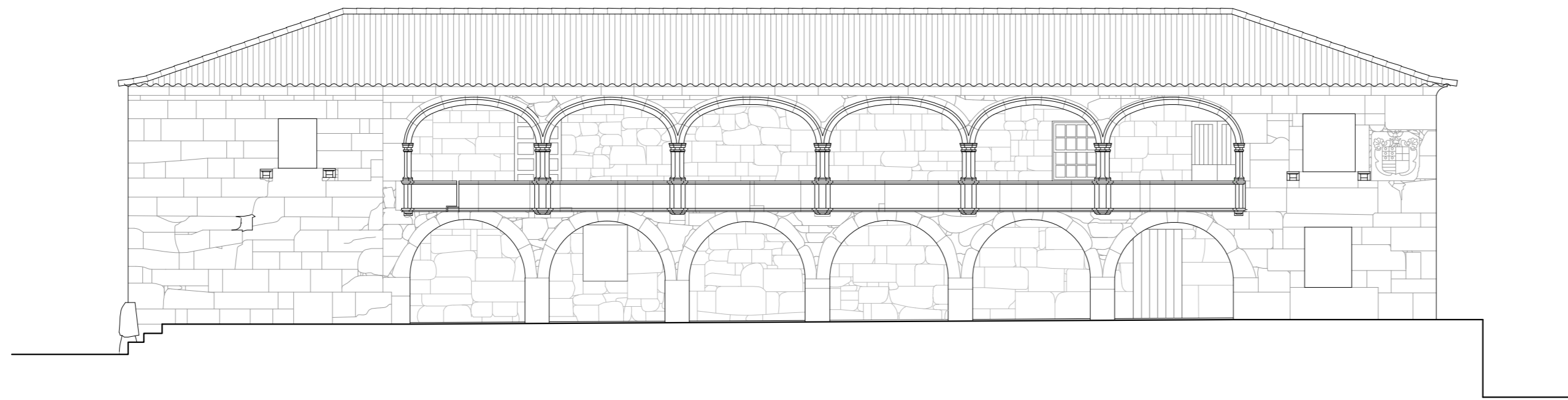
2018

Desenhos rigorosos

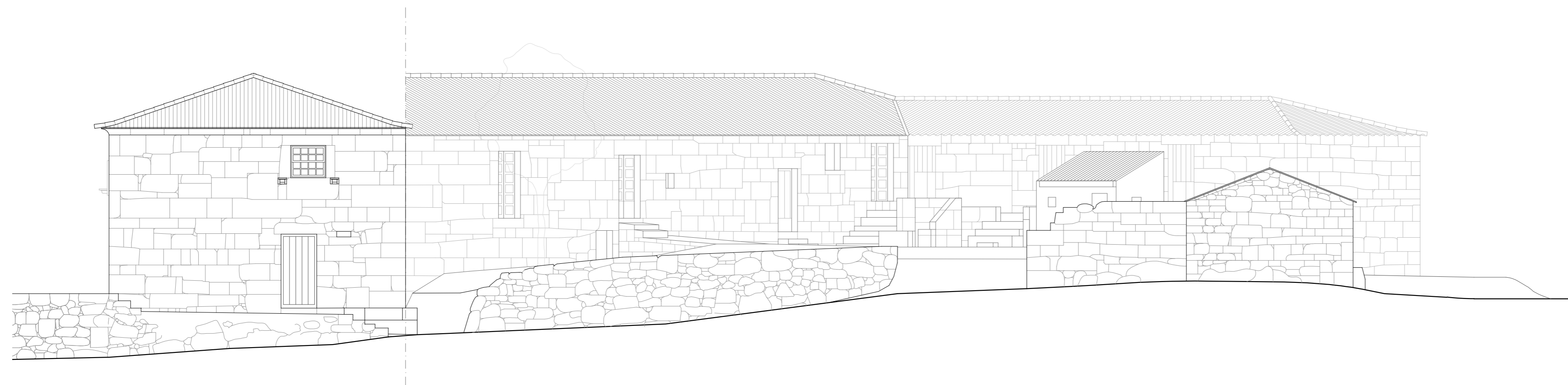




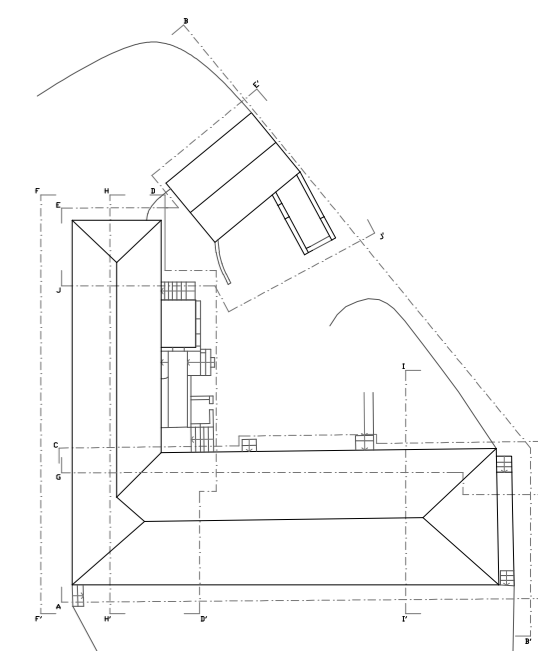


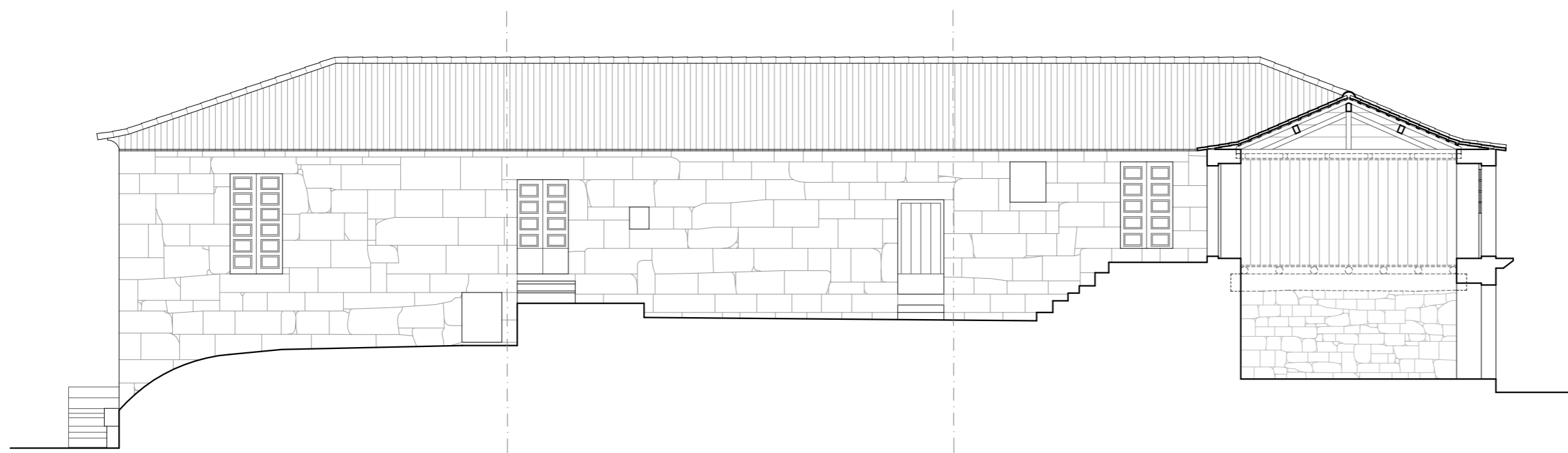


Perfil A

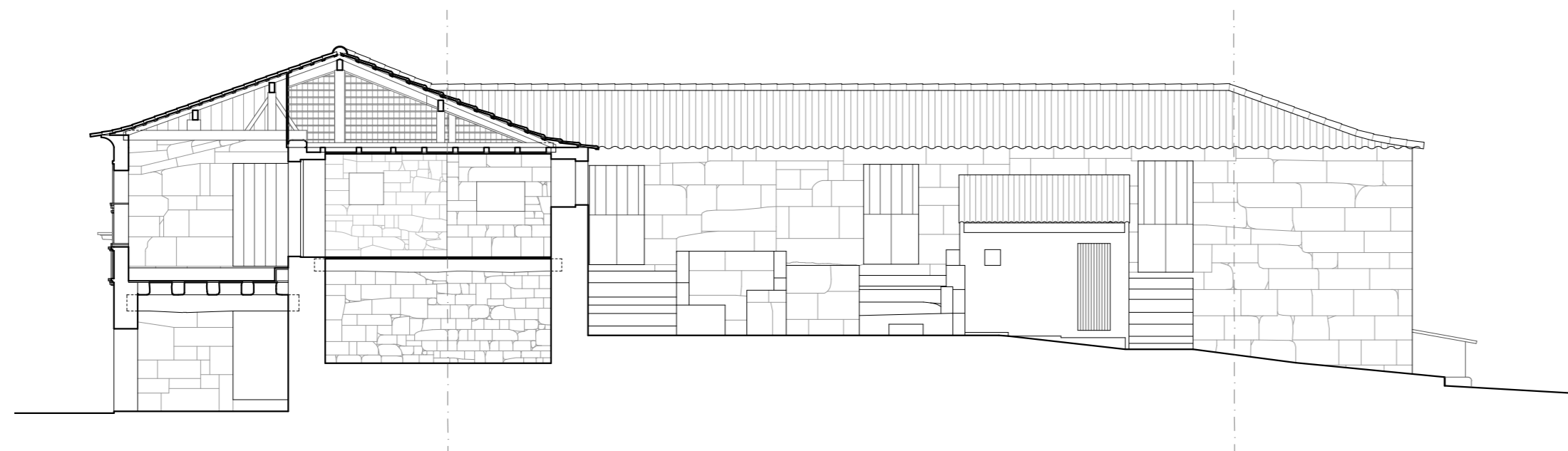


Perfil B

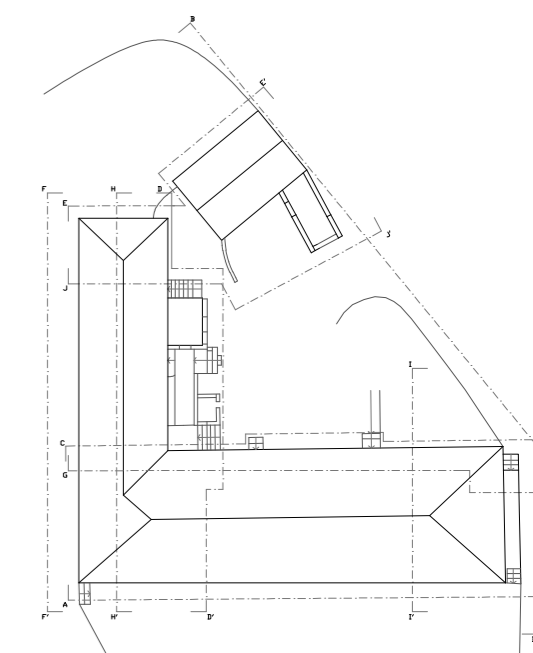




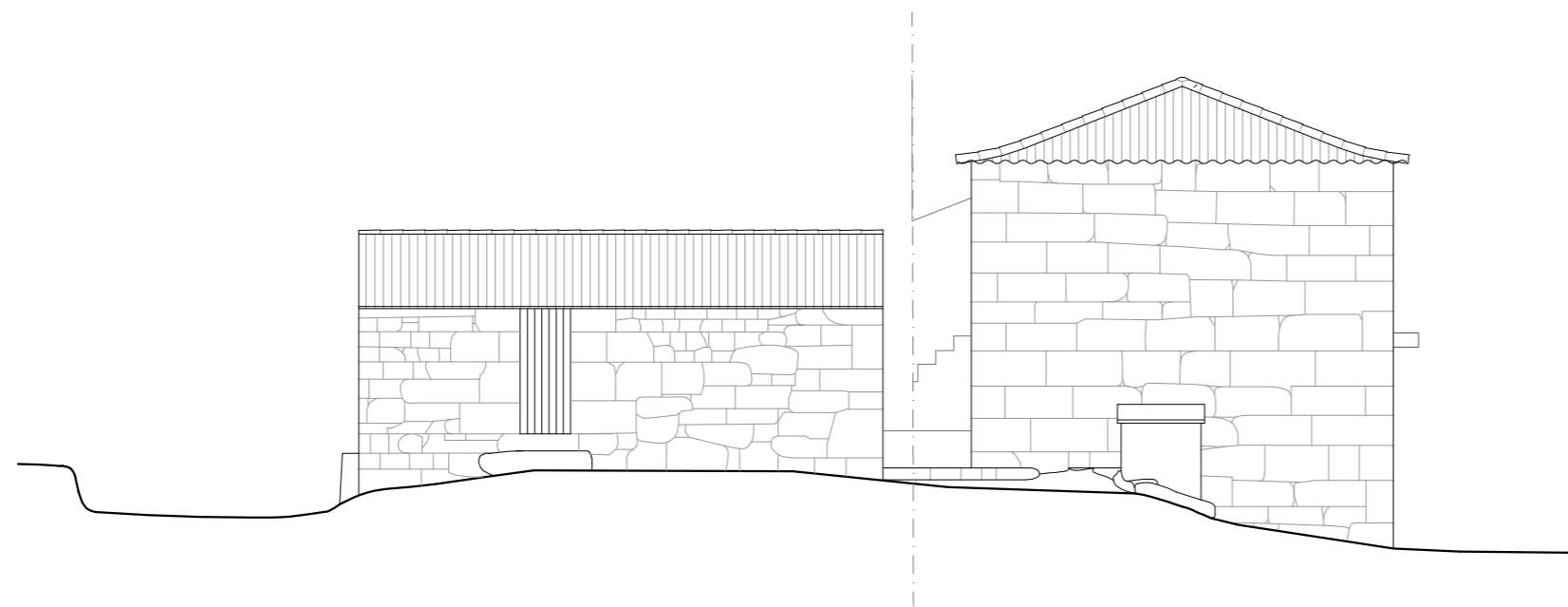
Perfil C



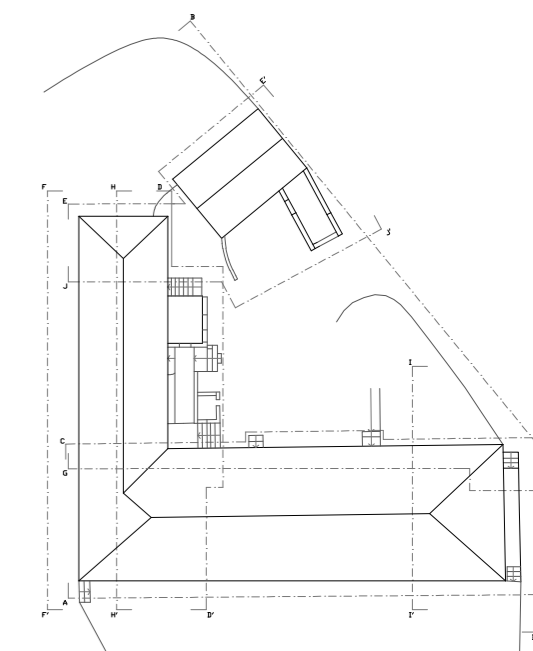
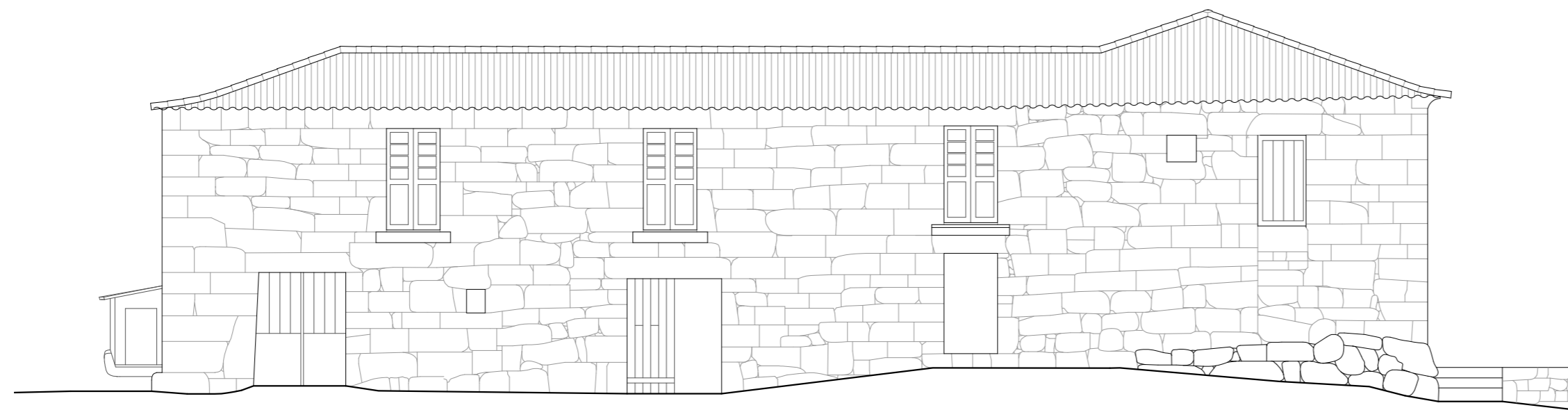
Perfil D



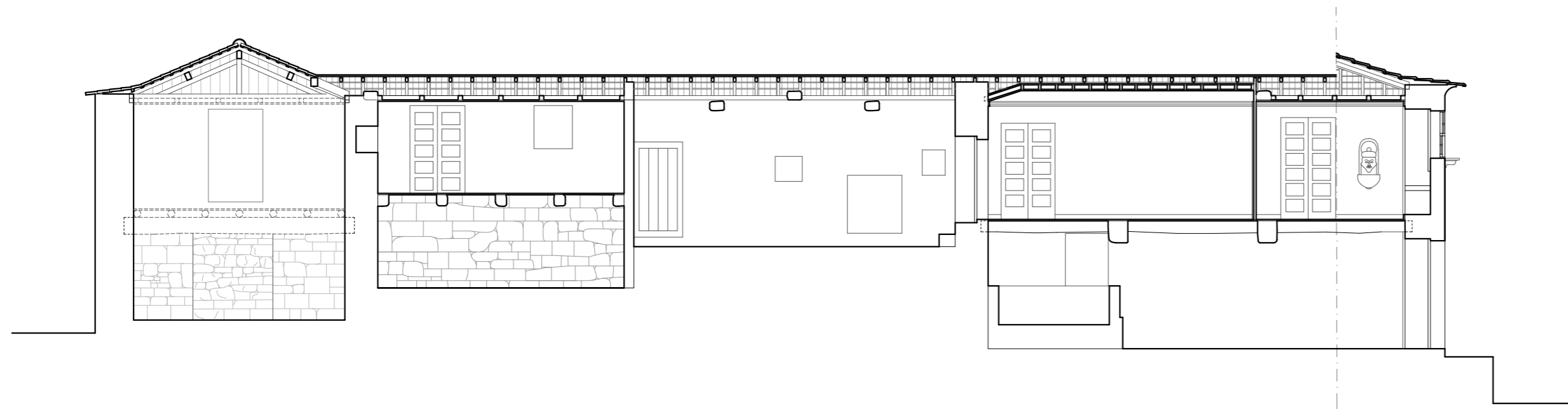
Perfil E



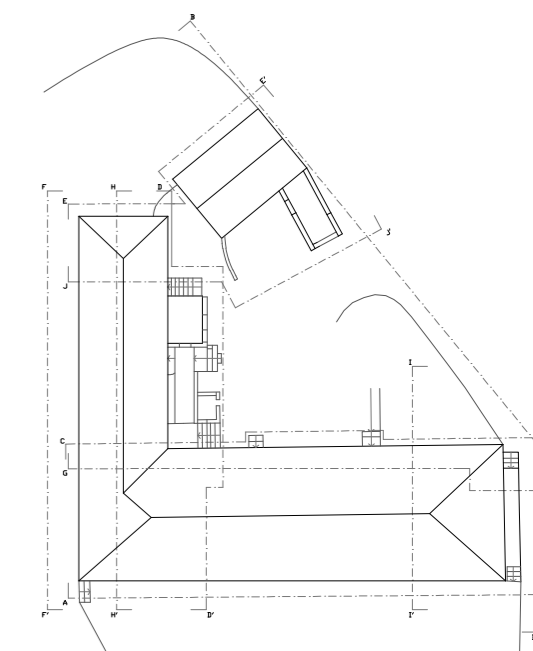
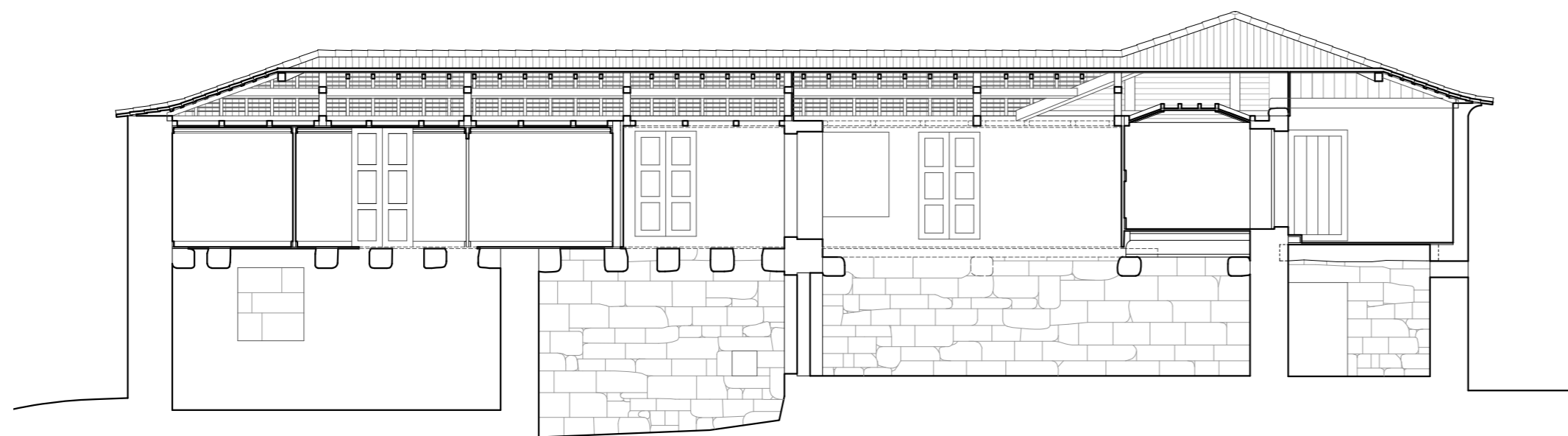
Perfil F



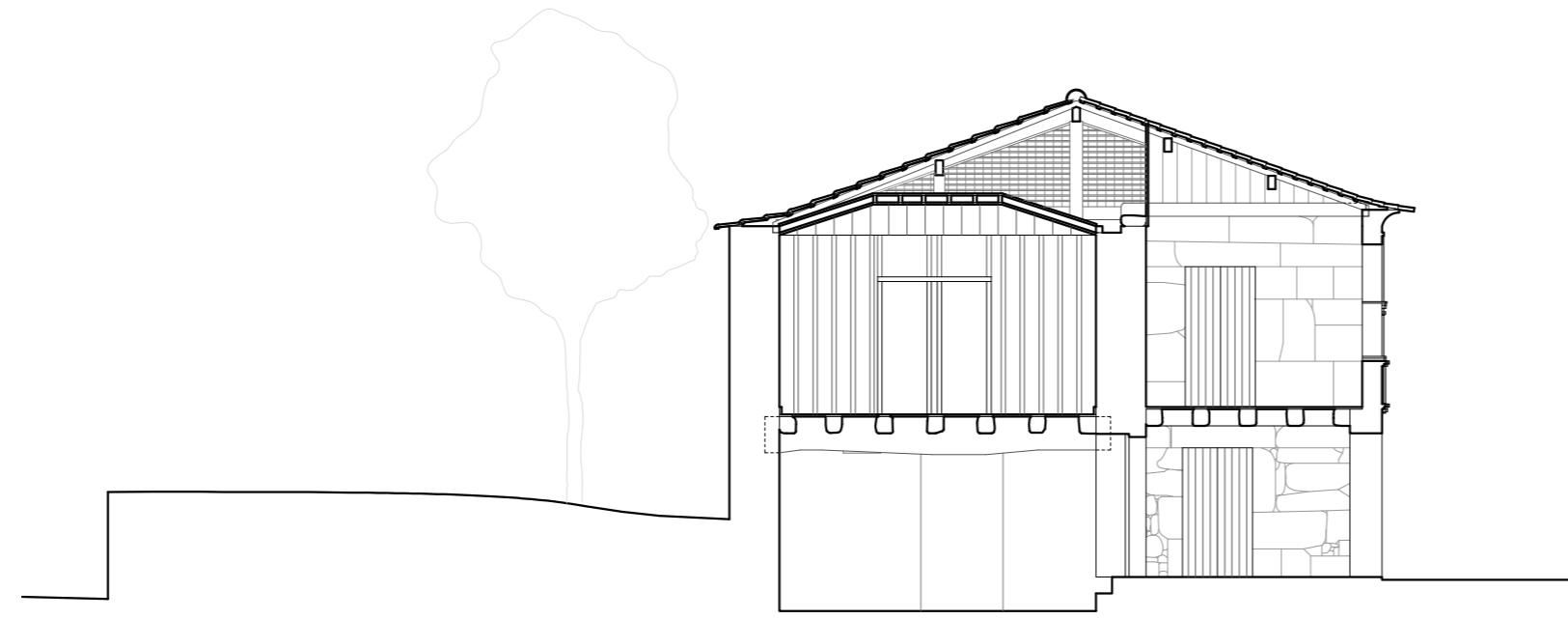
Perfil G



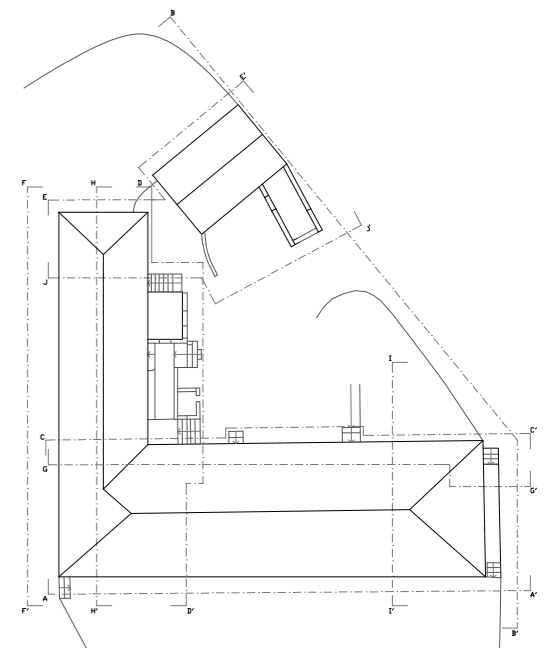
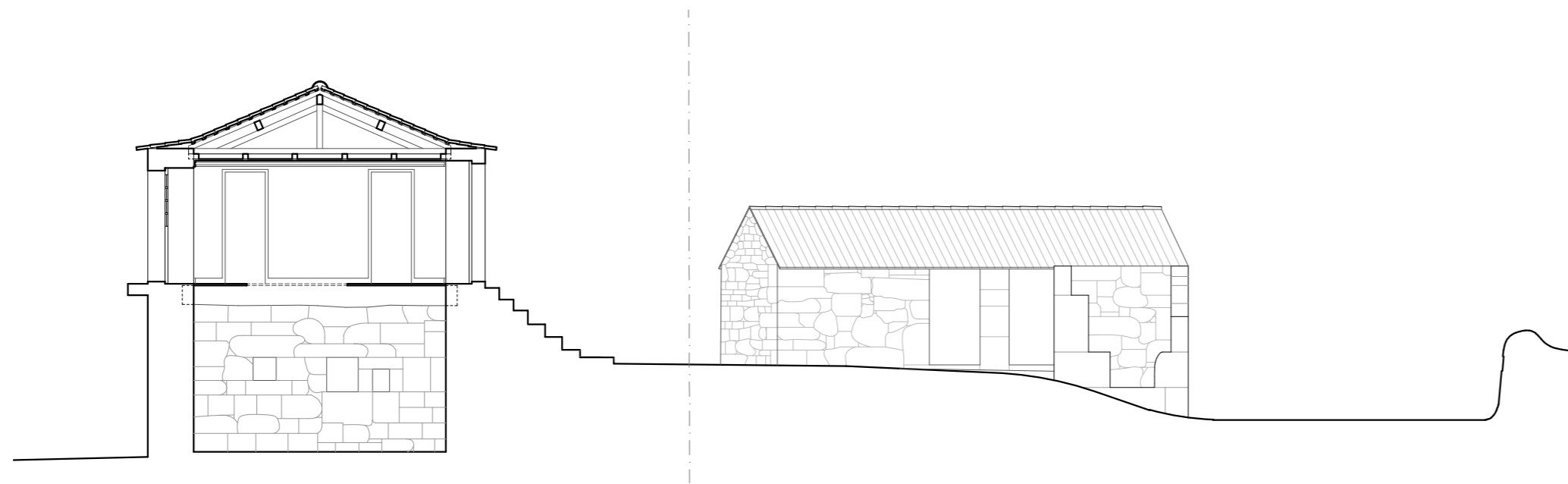
Perfil H





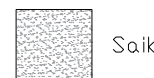


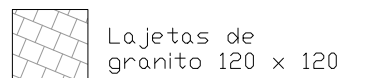
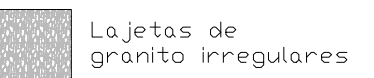
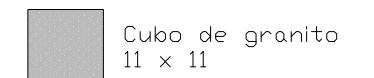

Perfil I

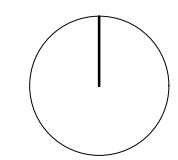


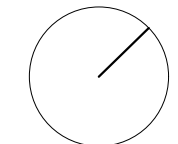
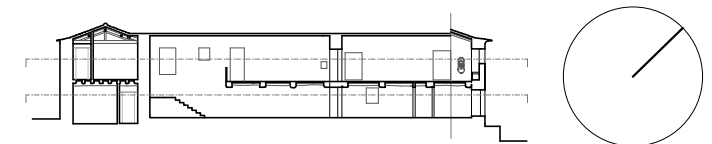
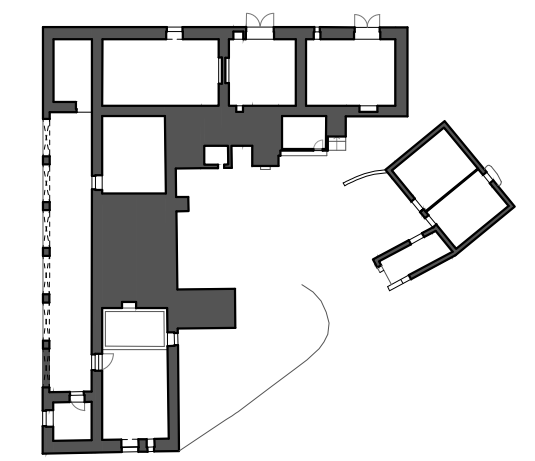
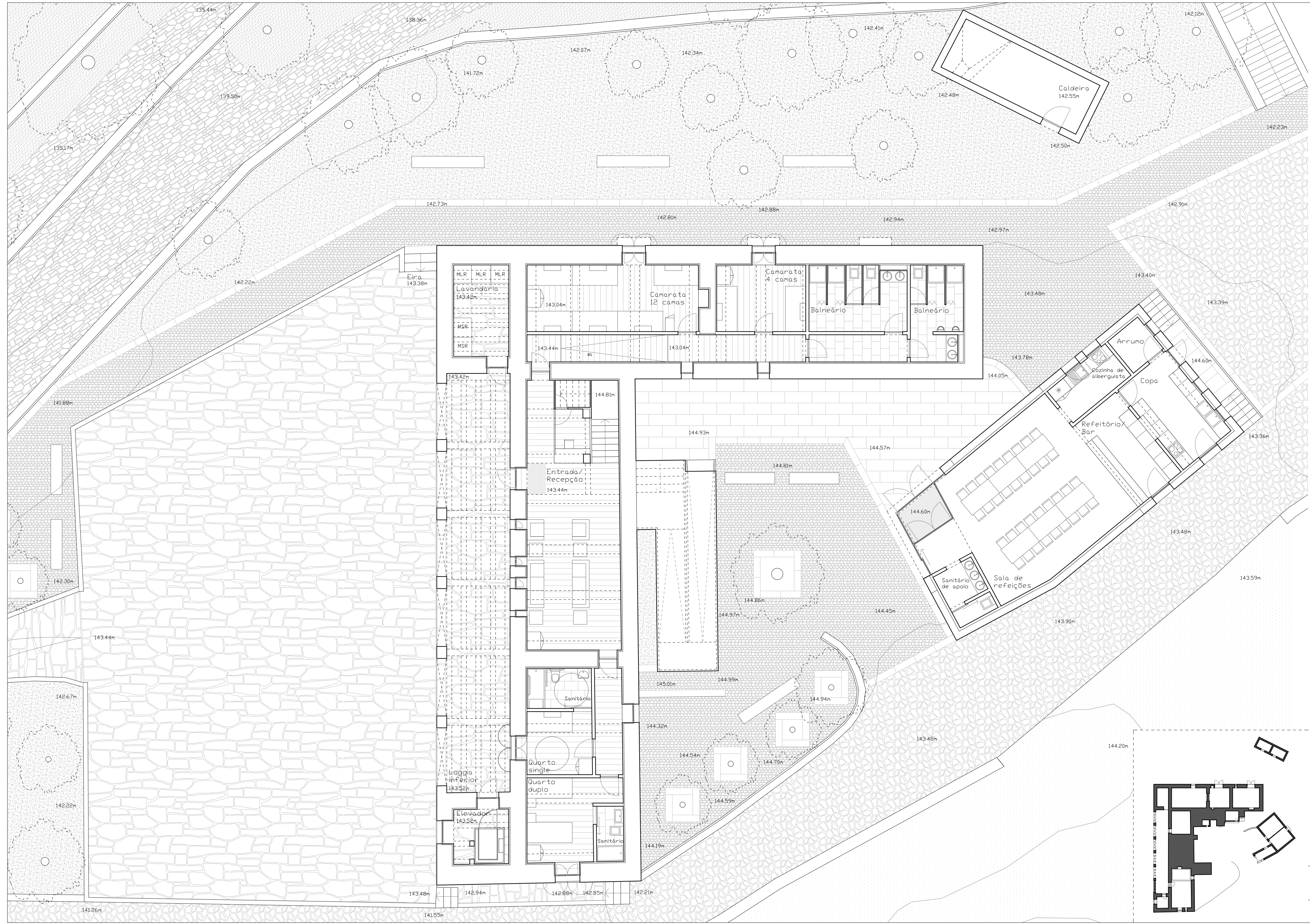
Perfil J

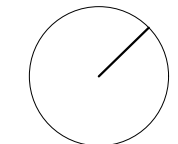
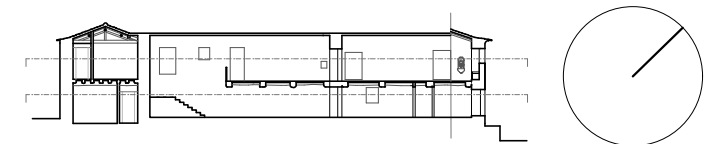
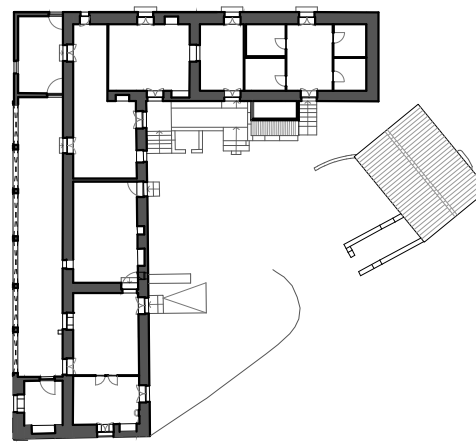
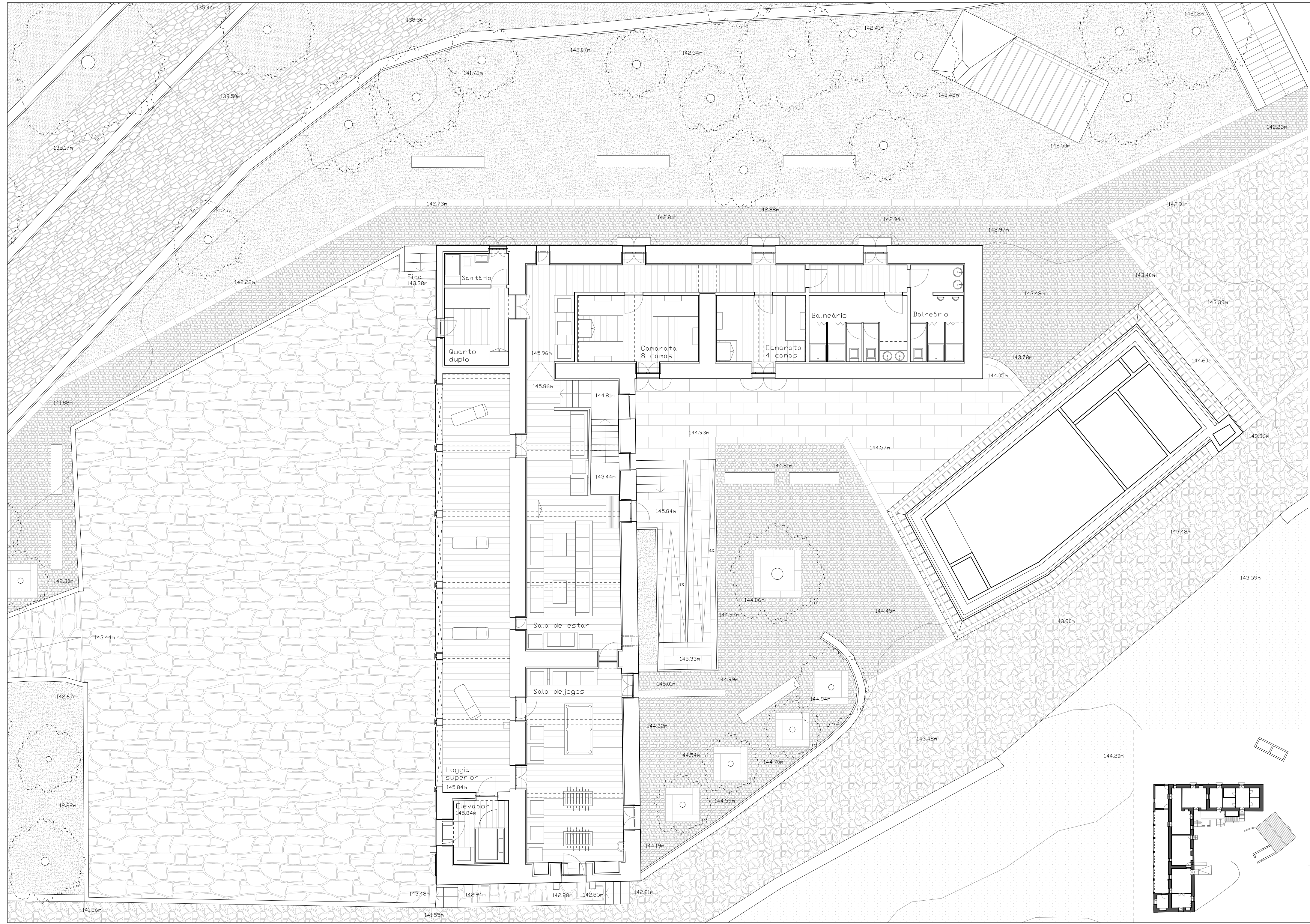


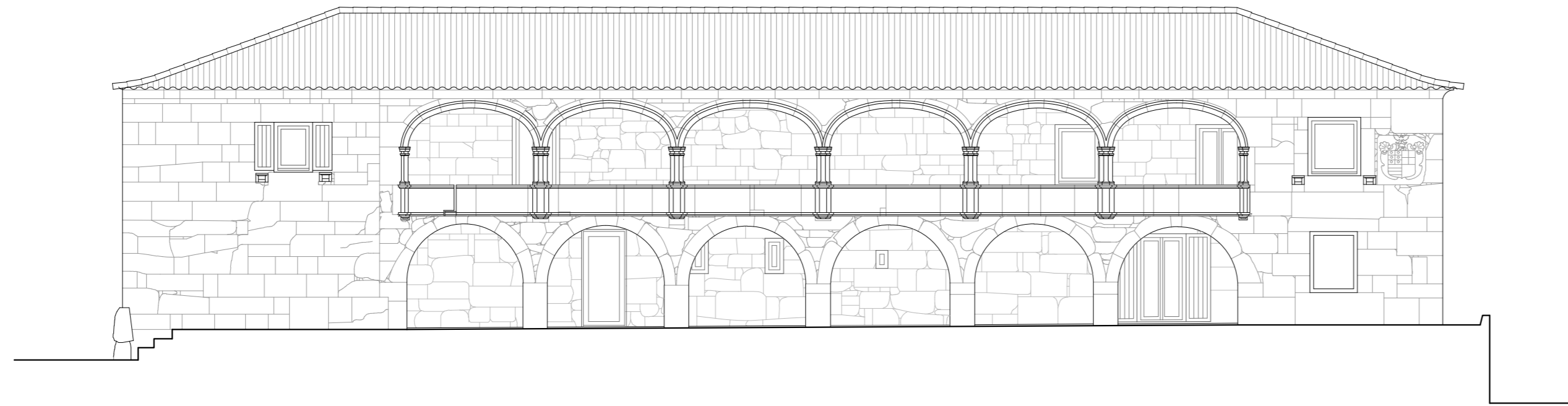


-  Pavimento natural
-  Relva
-  Saibro
-  Calçada de granito
-  Lajetas de granito 120 x 60
-  Lajetas de granito 120 x 120
-  Lajetas de granito irregulares
-  Cubo de granito 11 x 11
-  Água

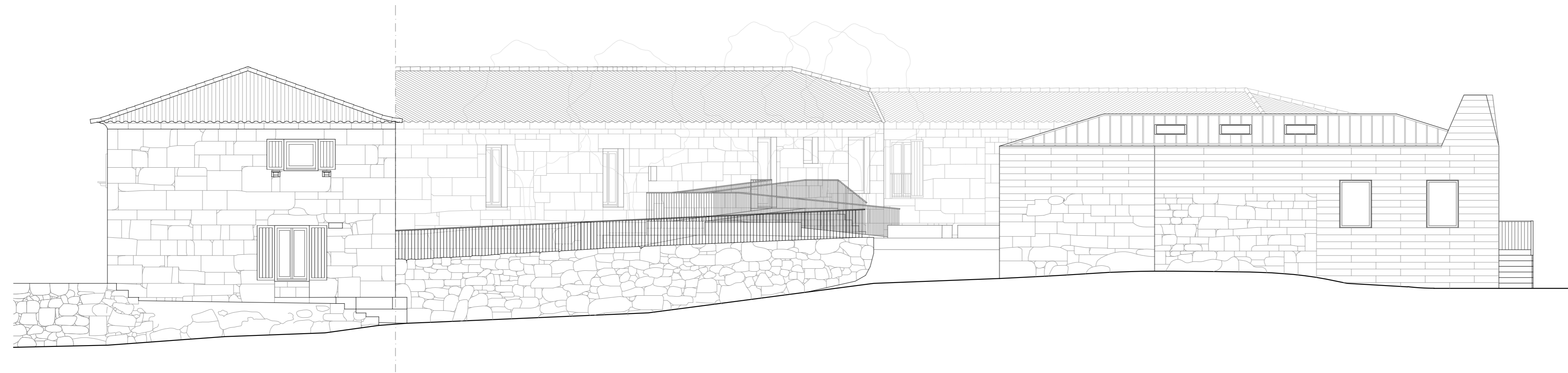




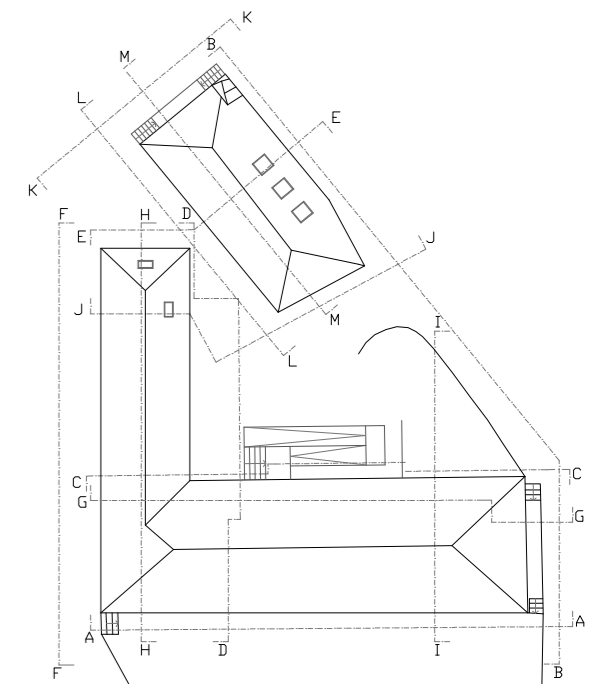


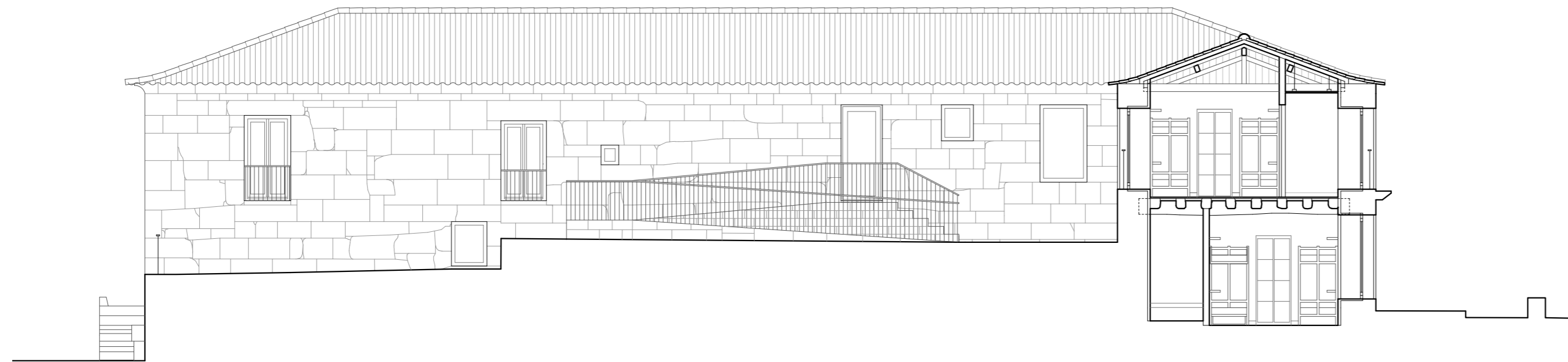


Perfil A

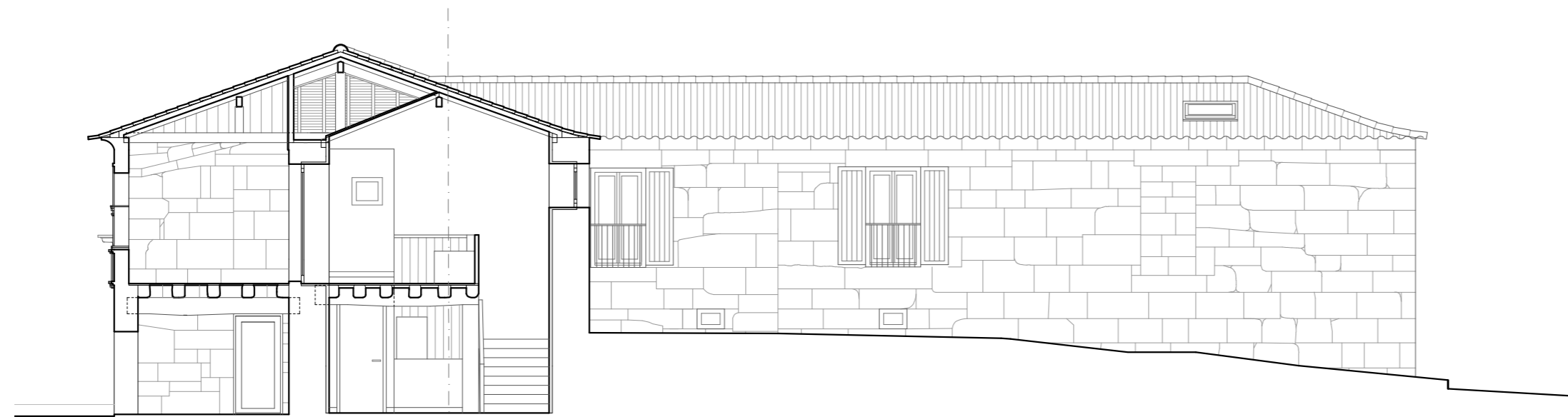


Perfil B

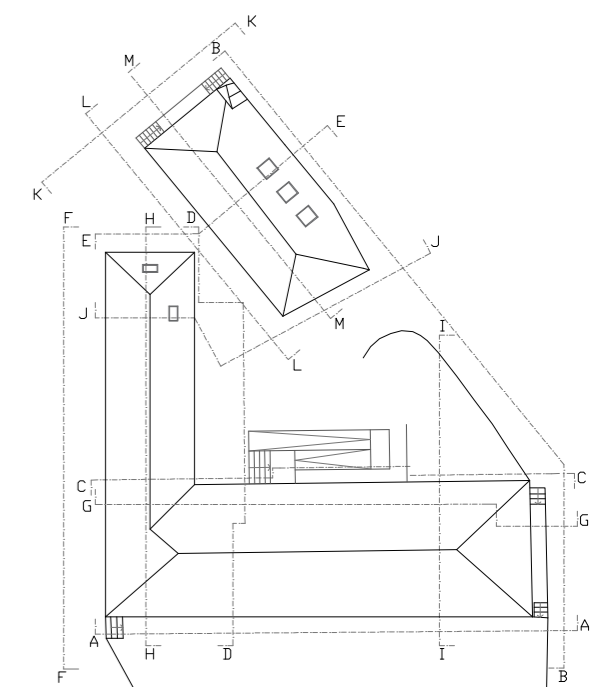




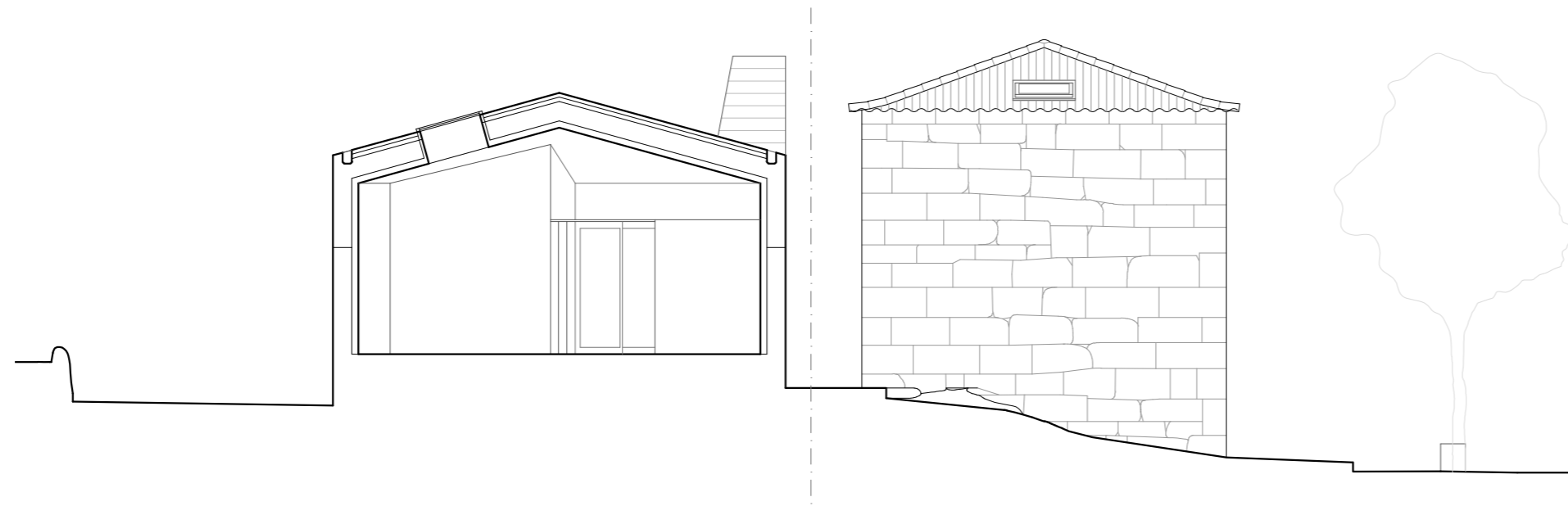
Perfil C



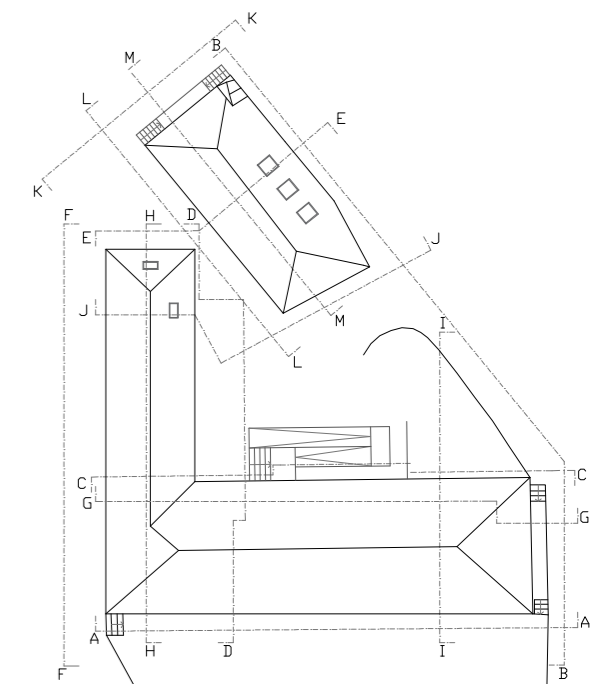
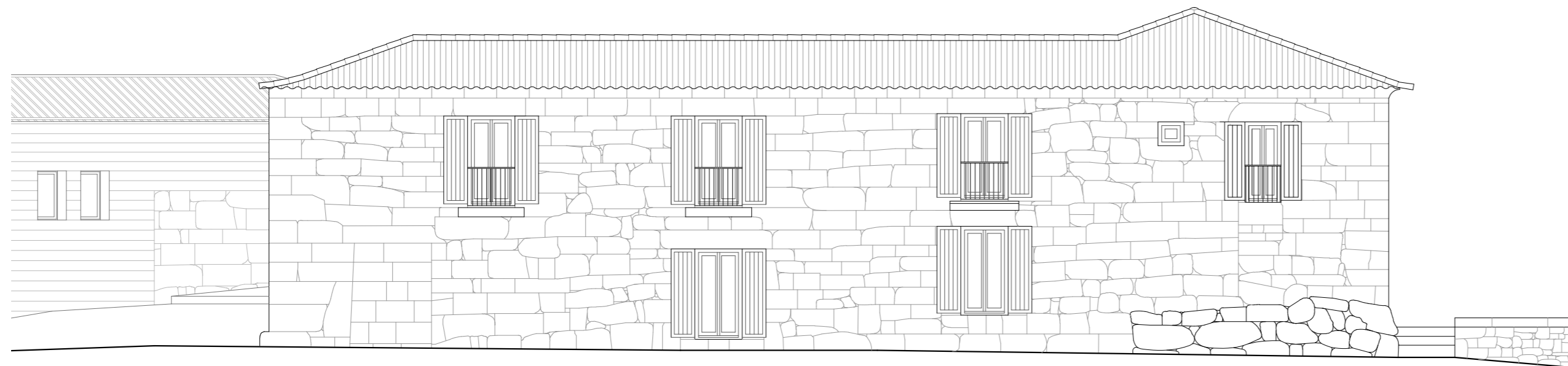
Perfil D



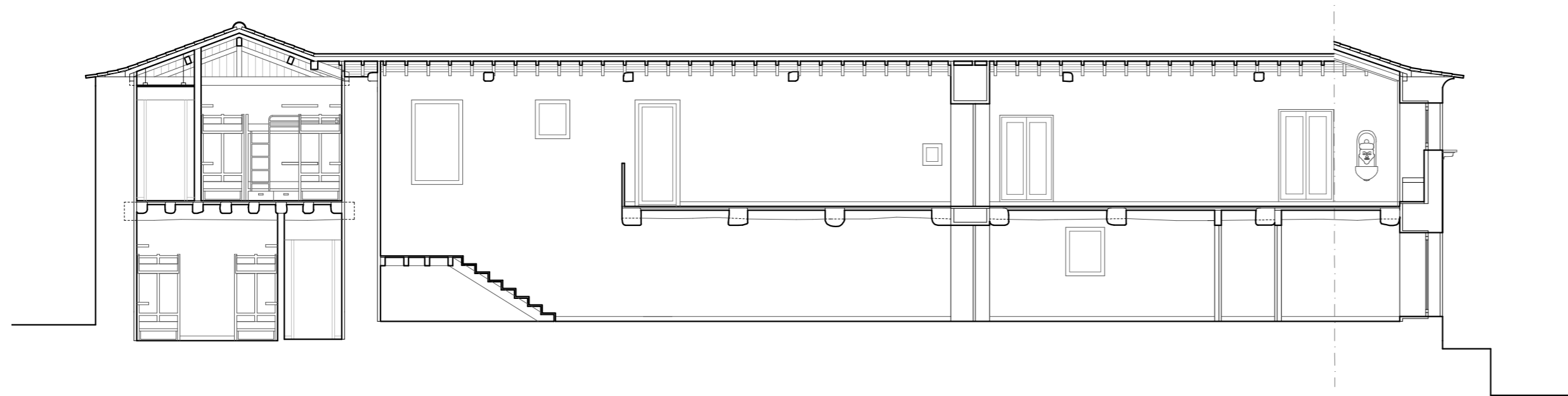
Perfil E



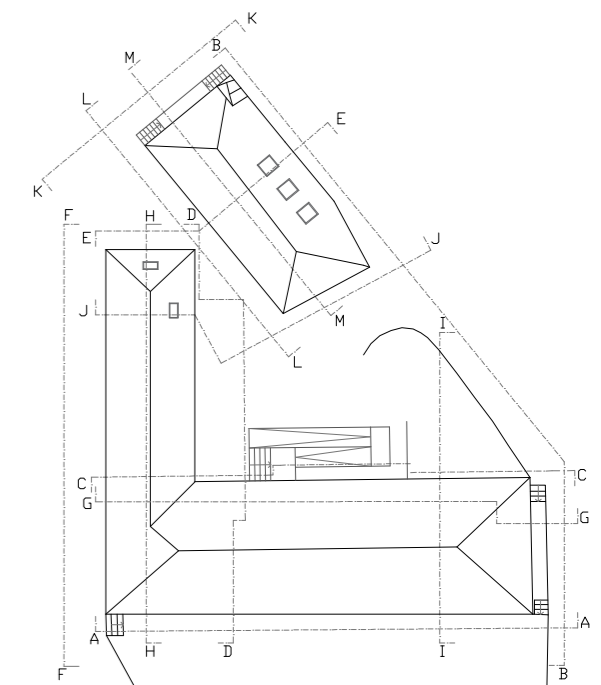
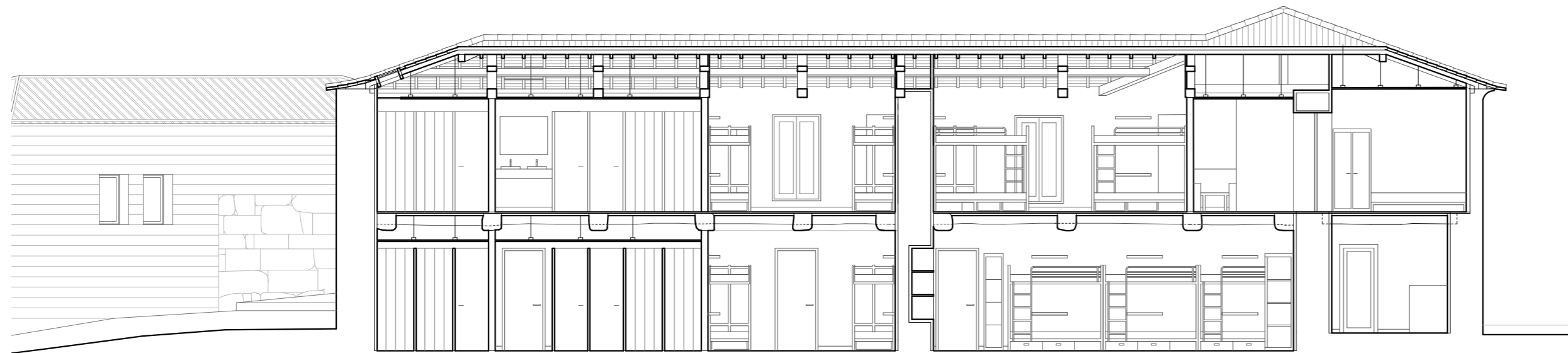
Perfil F

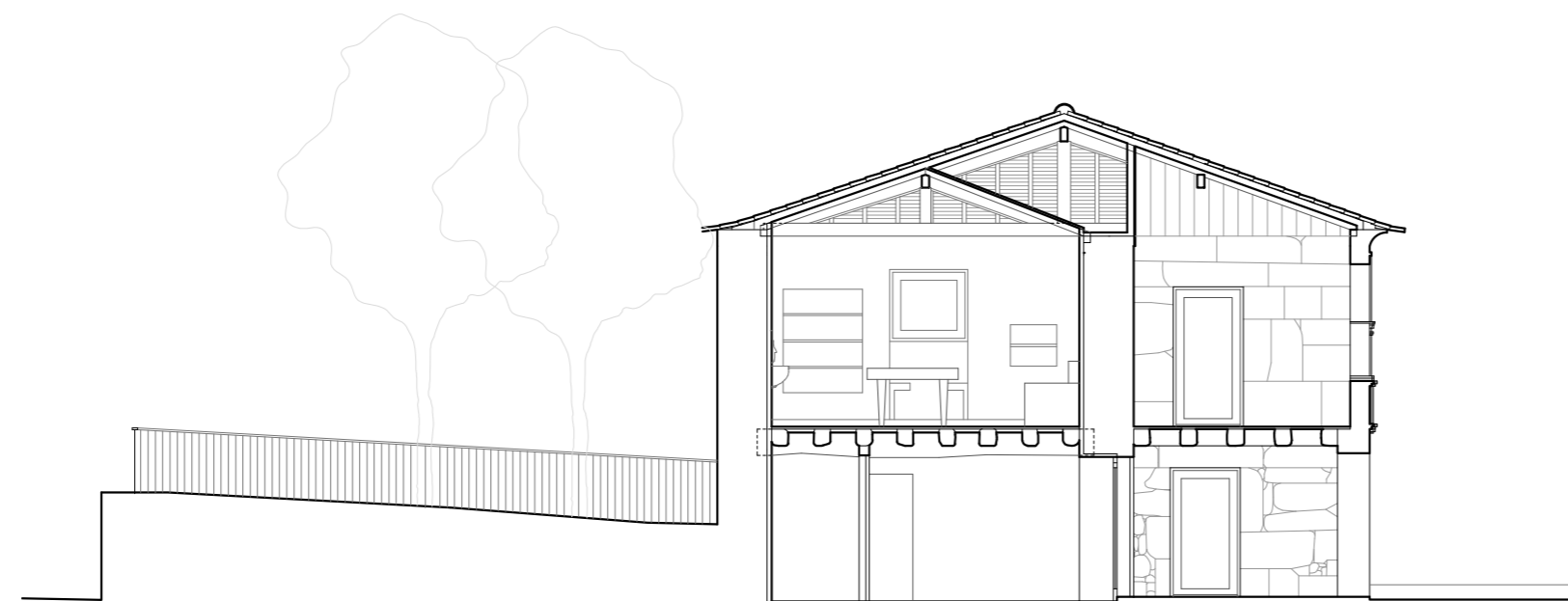


Perfil G



Perfil H

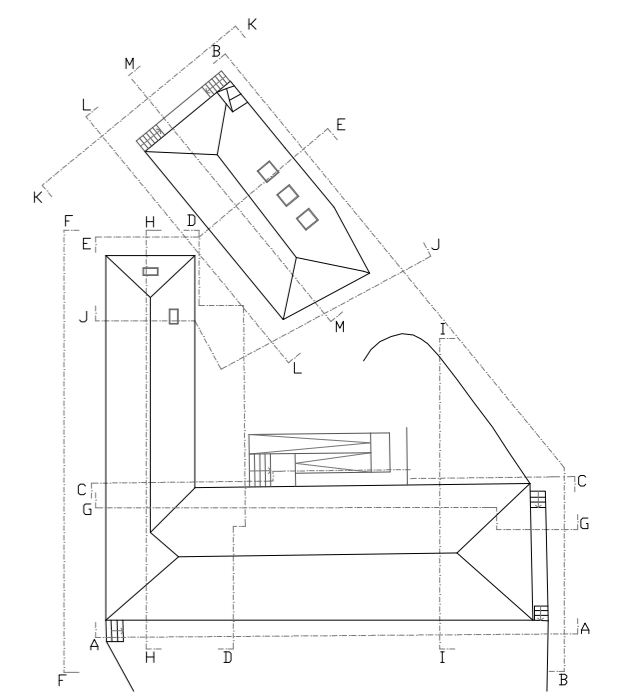




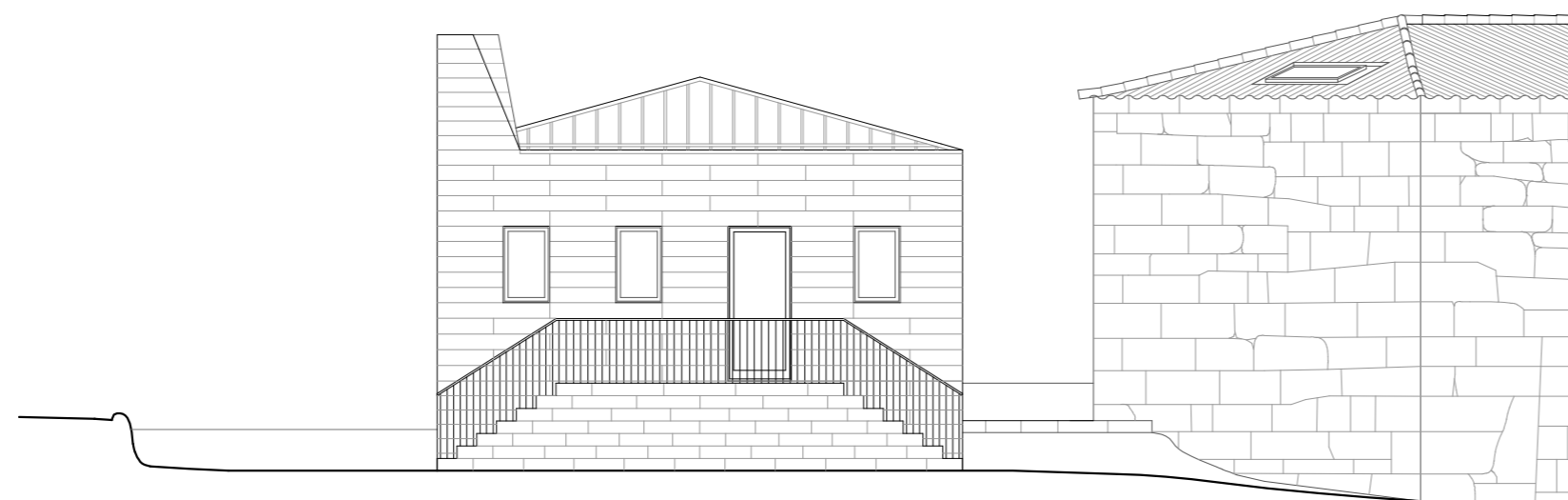
Perfil I



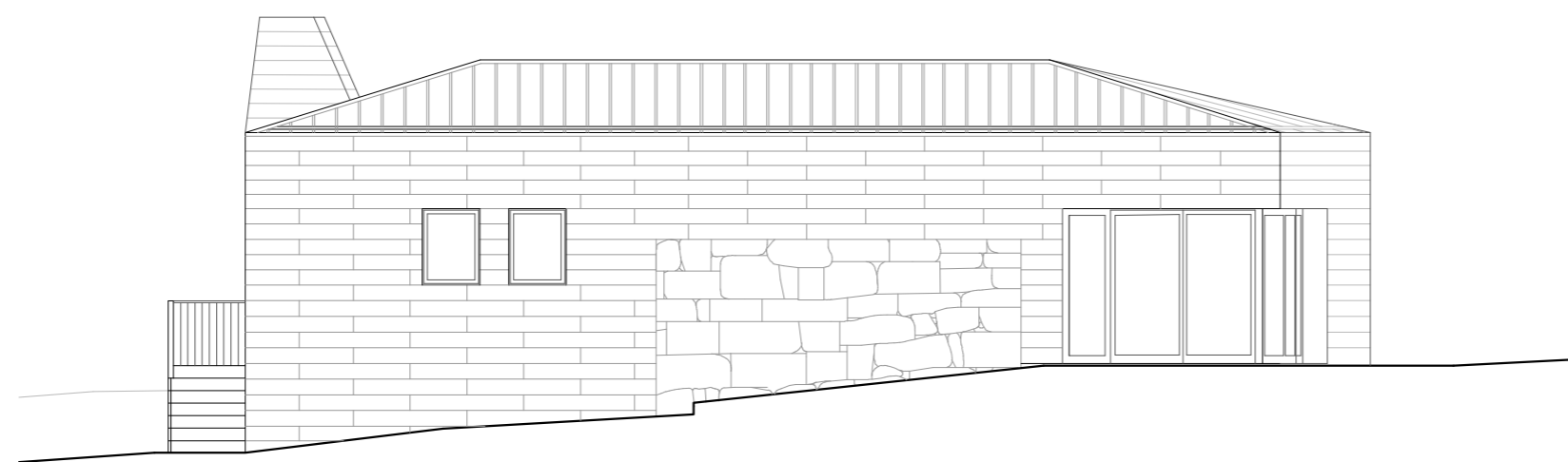
Perfil J



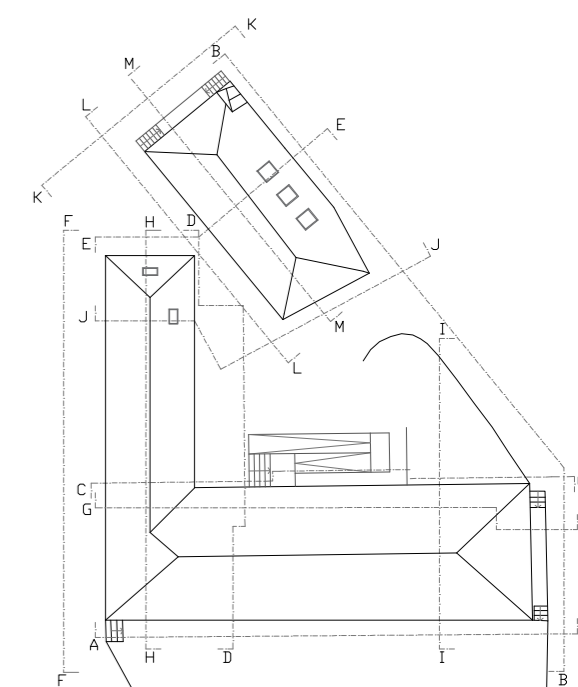
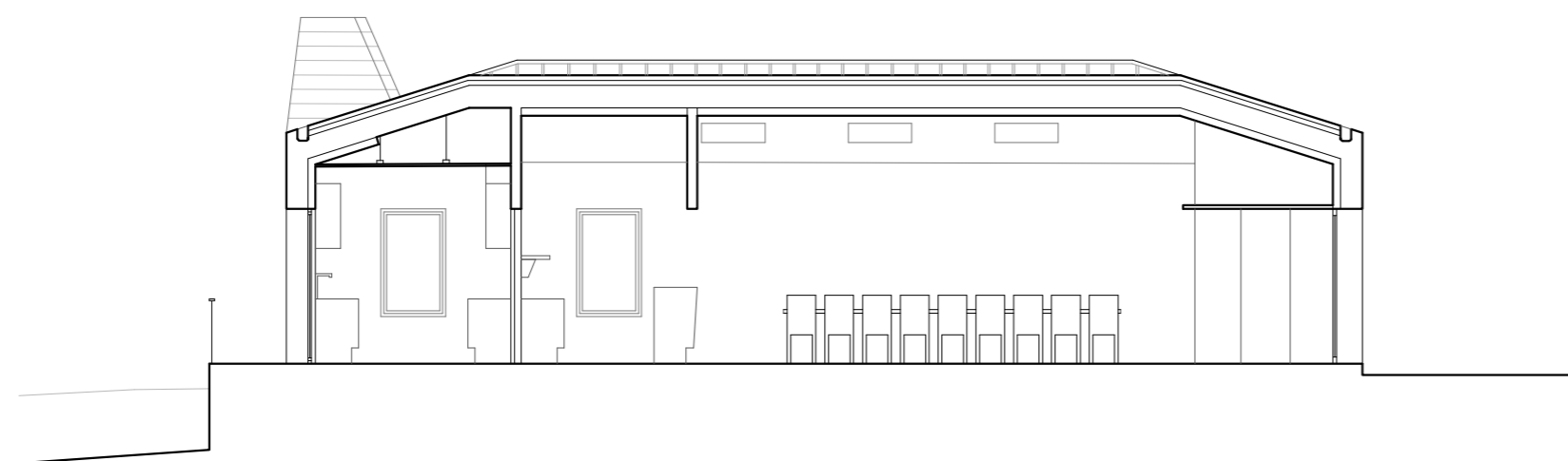
Perfil K

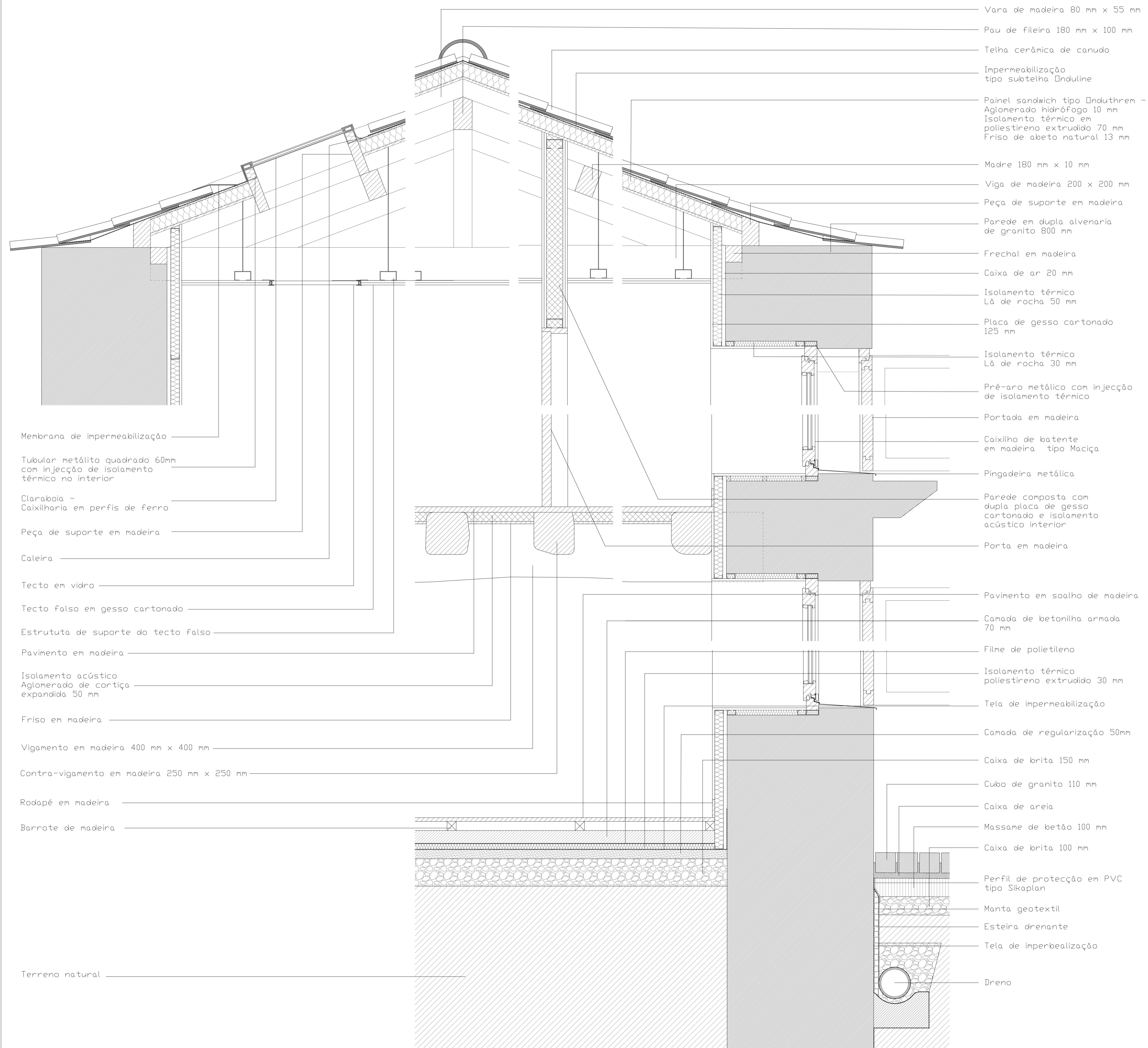


Perfil L



Perfil M





Membrana de impermeabilização

Tubular metálico quadrado 60mm com injeção de isolamento térmico no interior

Claraboia - Caixilharia em perfis de ferro

Peça de suporte em madeira

Caleira

Tecto em vidro

Tecto falso em gesso cartonado

Estrutura de suporte do tecto falso

Pavimento em madeira

Isolamento acústico Aglomerado de cortiça expandida 50 mm

Friso em madeira

Vigamento em madeira 400 mm x 400 mm

Contra-vigamento em madeira 250 mm x 250 mm

Rodapé em madeira

Barrate de madeira

Terreno natural

Vara de madeira 80 mm x 55 mm

Pau de fileira 180 mm x 100 mm

Telha cerâmica de canudo

Impermeabilização tipo subtelha Onduline

Painel sandwich tipo Onduthrem - Aglomerado hidrófugo 10 mm Isolamento térmico em poliestireno extrudido 70 mm Friso de abeto natural 13 mm

Madre 180 mm x 10 mm

Viga de madeira 200 x 200 mm

Peça de suporte em madeira

Parede em dupla alvenaria de granito 800 mm

Frechal em madeira

Caixa de ar 20 mm

Isolamento térmico Lã de rocha 50 mm

Placa de gesso cartonado 125 mm

Isolamento térmico Lã de rocha 30 mm

Pré-ara metálico com injeção de isolamento térmico

Portada em madeira

Caixilho de batente em madeira tipo Maciça

Pingadeira metálica

Parede composta com dupla placa de gesso cartonado e isolamento acústico interior

Porta em madeira

Pavimento em soalho de madeira

Canada de betonilha armada 70 mm

Filme de polietileno

Isolamento térmico poliestireno extrudido 30 mm

Tela de impermeabilização

Canada de regularização 50mm

Caixa de brita 150 mm

Cubo de granito 110 mm

Caixa de areia

Massame de betão 100 mm

Caixa de brita 100 mm

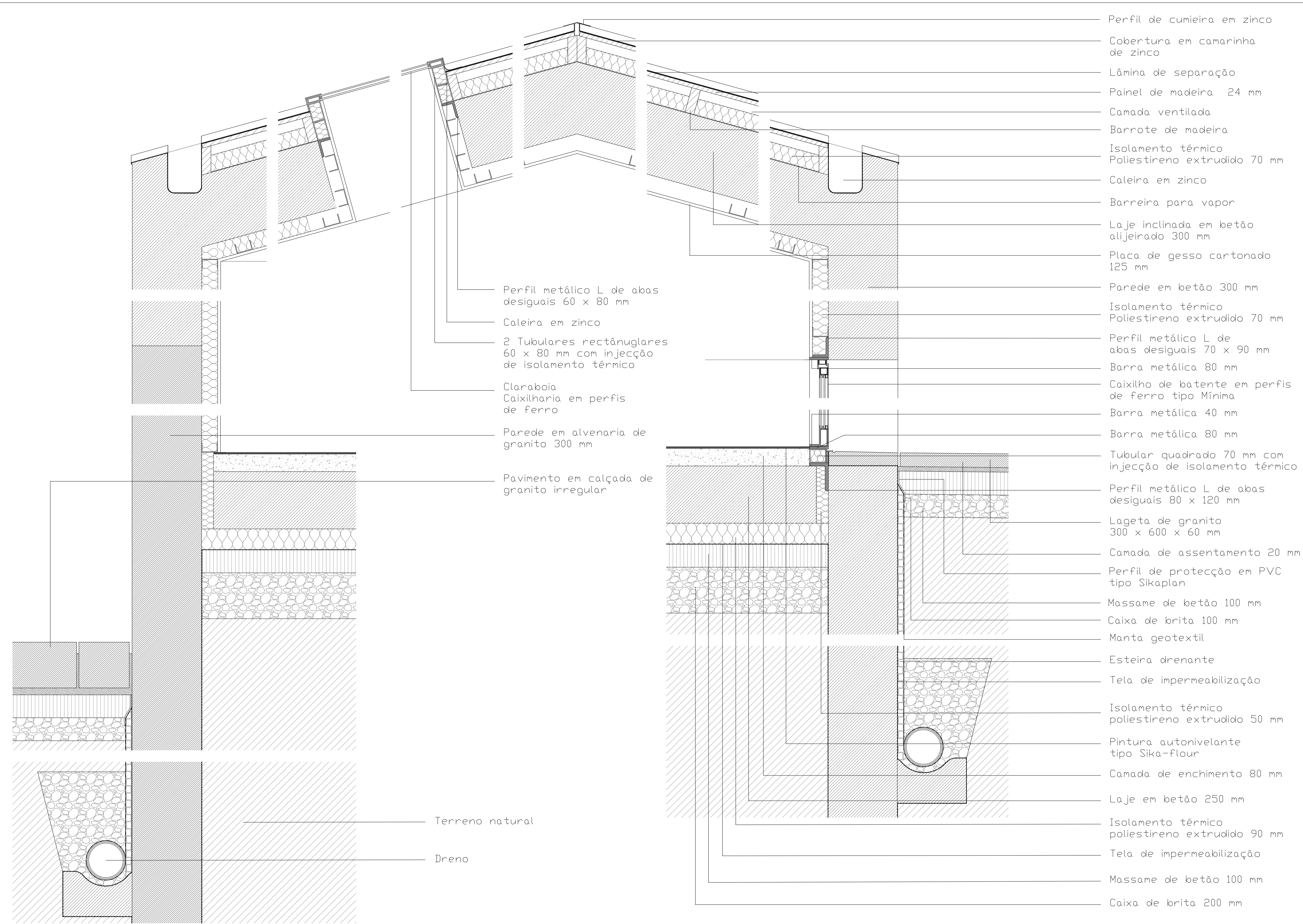
Perfil de protecção em PVC tipo Sikaplan

Manta geotextil

Esteira drenante

Tela de impermeabilização

Dreno



- Perfil de cumieira em zinco
- Cobertura em camarinha de zinco
- Lâmina de separação
- Painel de madeira 24 mm
- Camada ventilada
- Barrote de madeira
- Isolamento térmico Poliestireno extrudido 70 mm
- Caleira em zinco
- Barreira para vapor
- Laje inclinada em betão alijeirado 300 mm
- Placa de gesso cartonado 125 mm
- Pareda em betão 300 mm
- Isolamento térmico Poliestireno extrudido 70 mm
- Perfil metálico L de abas desiguais 70 x 90 mm
- Barra metálica 80 mm
- Caixilho de batente em perfis de ferro tipo Mínima
- Barra metálica 40 mm
- Barra metálica 80 mm
- Tubular quadrado 70 mm com injeção de isolamento térmico
- Perfil metálico L de abas desiguais 80 x 120 mm
- Lageta de granito 300 x 600 x 60 mm
- Camada de assentamento 20 mm
- Perfil de protecção em PVC tipo Sikaplan
- Massame de betão 100 mm
- Caixa de brita 100 mm
- Manta geotextil
- Esteira drenante
- Tela de impermeabilização
- Isolamento térmico poliestireno extrudido 50 mm
- Pintura autonivelante tipo Sika-flour
- Camada de enchimento 80 mm
- Laje em betão 250 mm
- Isolamento térmico poliestireno extrudido 90 mm
- Tela de impermeabilização
- Massame de betão 100 mm
- Caixa de brita 200 mm

- Perfil metálico L de abas desiguais 60 x 80 mm
- Caleira em zinco
- 2 Tubulares rectângulares 60 x 80 mm com injeção de isolamento térmico
- Claraboia
- Caixilharia em perfis de ferro
- Pareda em alvenaria de granito 300 mm
- Pavimento em calçada de granito irregular
- Terreno natural
- Dreno

